

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

RAFAEL MARINO

As figurações da formação no pensamento brasileiro

v.1

São Paulo
2018

RAFAEL MARINO

As figurações da formação no pensamento brasileiro

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política do Departamento de Ciência Política da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Mestre em Ciência Política

Orientador: Prof. Dr. Bernardo Ricupero

São Paulo
2018

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

M332f Marino, Rafael
As figurações da formação no pensamento brasileiro
/ Rafael Marino ; orientador Bernardo Ricupero. -
São Paulo, 2018.
187 f.

Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Filosofia,
Letras e Ciências Humanas da Universidade de São
Paulo. Departamento de Ciência Política. Área de
concentração: Ciência Política.

1. Teoria Política. 2. Pensamento político e social
brasileiro. 3. Tradição crítica brasileira. 4.
Formação. 5. Forma e processo social . I. Ricupero,
Bernardo , orient. II. Título.

ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA DISSERTAÇÃO/TESE

Termo de Ciência e Concordância do (a) orientador (a)

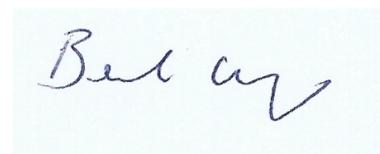
Nome do (a) aluno (a): Rafael Marino

Data da defesa: 10/01/2019

Nome do Prof. (a) orientador (a): Bernardo Ricupero

Nos termos da legislação vigente, declaro **ESTAR CIENTE** do conteúdo deste **EXEMPLAR CORRIGIDO** elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me **plenamente favorável** ao seu encaminhamento e publicação no **Portal Digital de Teses da USP**.

São Paulo, 14/11/2019



(Assinatura do (a) orientador (a))

Nome: MARINO, Rafael

Título: As figurações da formação no pensamento brasileiro

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política do Departamento de Ciência Política da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Mestre em Ciência Política

Orientador: Prof. Dr. Bernardo Ricupero

Aprovada em:

Banca Examinadora

Prof. Dr.
Julgamento:

Instituição:
Assinatura:

Prof. Dr.
Julgamento:

Instituição:
Assinatura:

Prof. Dr.
Julgamento:

Instituição:
Assinatura:

Sumário

0 – Introdução.	11
Parte 1: Formação, entre virtualidade e realização.	29
1 – Caio Prado Jr.: experiência intelectual e a possibilidade de um marxismo brasileiro.....	30
1.2 – Formação do Brasil contemporâneo: inorganicidade e Nação como virtualidade.	36
2 – Celso Furtado: crítica ao falso senso de universalidade da economia central.....	42
2.1 – Formação econômica do Brasil: a esperança em um mercado interno.....	49
3 – Antonio Candido: providências de um crítico na periferia do capitalismo.	60
3.1 – <i>Formação da literatura brasileira</i> : sistema literário nacional e tradição crítica.....	68
4 – Gilda de Mello e Souza: figura e forma brasileira.....	77
5 – Algumas considerações intermediárias sobre o tema formativo.	84
Parte 2: forma e formação.	87
6 - Pequeno preâmbulo.	88
7 – Chaves para Roberto Schwarz: forma(ção) e volubilidade.	90
8 – Artes plásticas sob o crivo da formação: Rodrigo Naves, forma difícil e formação.....	114
9 – Ismail Xavier: entre sertão, mar e forma.	126
10 – (Má)formação e forma difícil.	142
Parte 3 – Epílogo.	144
11 – Pequena introdução de temas: <i>brasilianização</i> do mundo, potenciais da formação e o ponto de vista do crítico na periferia capitalista.	145
11.1 – <i>Brasilianização do mundo</i> e o ponto de vista do crítico periférico.	147
11.2 – Alguns críticos e críticas à formação.	158
Referências bibliográficas.	169

*À Daniela, minha eterna companheira
Aos meus pais, Marli e Osmar*

Agradecimentos

Agradeço primeiramente ao Professor Bernardo Ricupero, meu orientador, por ter confiado em mim e por ter oferecido uma orientação rigorosa e propiciadora de autonomia, com quem pude aprender muito. Agradeço também ao Professor André Singer, responsável, juntamente com Bernardo Ricupero, pelo grupo de pesquisa “Pensamento e política no Brasil”, pelo aprendizado e pelos profícuos debates sobre os destinos do Brasil e a existência de um possível fio de esperança.

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoa de Nível Superior (CAPES) pela concessão de minha bolsa de metrado, sem a qual esta pesquisa não poderia ser realizada. Agradeço também à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), a qual concedeu-me, no ano de 2015, uma bolsa de iniciação científica a partir da qual pude travar os primeiros contatos com o tema desenvolvido nesta dissertação.

Agradeço às Professoras Maria Arminda do Nascimento Arruda e Mariana Miggiolaro Chaguri pelas contribuições atentas e benfazejas dadas ao meu trabalho no exame de qualificação.

Ao Vasne, à Márcia e à Aureluce por todo trabalho e apoio no Departamento de Ciência Política da FFLCH (DCP – FFLCH). Ao trabalhadores e às trabalhadoras da Administração e Diretoria da FFLCH pelo pronto apoio de sempre.

Às companheiras e companheiros do grupo Pensamento e Política no Brasil, com as quais debati e debato a tradição crítica brasileira, suas críticas, diagnósticos e desdobramentos: Caio Marcondes, Fernanda Perrin, Gabriel Nunes, Daniela Costanzo de Assis Pereira, João Brant, Leonardo Brito, Luiz Fernando Aguiar, Vinicius do Valle, Caetano Patta, Daniela Mussi entre tantas outras pessoas com as quais travei contato. Aos companheiros e às companheiras de vários cursos de graduação e pós-graduação na FFLCH com quem tive contato e mantive trocas intelectuais importantes.

Aos companheiros e às companheiras do Grupo Sequências Brasileiras, com os quais tive e tenho um aprendizado sem igual sobre estética, política e crítica dialética: Lindberg Campos Filho, Vitor Soster, Fabiana Vilaço, Leonardo Brito, Alysson Oliveira, Maurício Reimberg, entre outras e outros. Aos amigos e às amigas do (breve) grupo de estudos Ressentimento e dialética na periferia do capitalismo. Às amigas e aos amigos da Articulação Discente para Divulgação do Pensamento Brasileiro na USP pela boa convivência intelectual e sentimental: Max Luiz Gimenes, Daniela Costanzo, Ana Beatriz Carvalho e Silva, Ivo Soares,

Bruna Della Torre, Ronaldo Tadeu, Gabriel Siracusa, Lutti Mira, entre outras (os). Aos professores Luiz Sérgio Repa e Rurion Soares Melo, coordenadores do Grupo de Formação Crítica e Política (realizado entre os anos de 2014 e 2016), e às companheiras e companheiros partícipes deste.

Agradeço especialmente minha família, a qual me deu muito mais que um começo e sempre me cercou do melhor apoio, incentivo e carinho. À minha mãe, Marli de Fátima da Silva Marino, e ao meu pai, Osmar Marino, os quais sempre me apoiaram nos meus momentos decisivos e sempre deram o melhor deles para mim. À minha eterna companheira, Daniela Costanzo, que diariamente apresenta-me o melhor da vida e envolve-me pelo melhor amor. Ao meu irmão, Osmar Marino Filho, carinhosamente apelidado – por mim, aliás – Vado, e à minha irmã, Mônica Cristina Marino. À minha avó, Dona Noêmia e ao meu avô, Seu Rubens. Aos meus tios e às minhas tias, aos meus primões e às minhas primas e aos outros familiares: Elenise Costanzo, Fernanda Costanzo, Rafael Costanzo, Danilo Costanzo, Edson Benassi Júnior, Salete Silva, Magali Silva, Noêmia Marino, Loíde Marino, Noêmia Marino, Lauren Messias, Karina Messias, Claudia Almeida, Carol Almeida, Arthuzinho e tantas outras pessoas que povoam e povoaram minha vida.

Aos amigos e às amigas que fui recolhendo e guardando pelo caminho: Renan Morassi, Renan Covos, João Paris, Luis Batalin, Paulo Abrãao, Daniel Vinha, Yan Rego, Eduardo Monteiro, Yo Sakanaka, Erick Vidal, Juliana Souza Oliveira, Denys Mendes, Lauren Messias, Fábio Mathias, Leonardo Brito, Isa Meucci, Julia Maia, Ana Beatriz Carvalho e Silva, Lutti Mira, Luiz Fernando Aguiar, Max Gimenes, Rômulo Manzatto, Gabriel Regeinsteiner, Victor Callil, Santiago Callil, Eduardo Altheman, Bruna Della Torre, Vinicius do Valle, Ivo Soares entre tantos outras e outros que marcaram a minha vida.

Agradeço novamente à minha companheira, Daniela Costanzo de Assis Pereira, que nesta seção já apareceu algumas vezes, mas que ainda não seriam suficientes para representar a sua importância em minha vida e o fato de a tessitura das minhas lembranças e de minhas esperanças desdobrem-se partir de sua presença. Obrigado pelo melhor amor e por seu meu esteio em meio à barbárie e à (necessária) negatividade.

RESUMO

MARINO, Rafael. (2018). As figurações da formação no pensamento brasileiro. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

Este trabalho almeja discutir o potencial crítico da categoria “sentido da formação” no Pensamento político e social brasileiro. Nesse sentido, lançaremos mão de textos de Caio Prado Júnior, Celso Furtado e Antonio Candido sobre a formação e, subsequentemente, faremos um levantamento de como a ideia de formação foi tratada em outras searas da produção intelectual e em obras posteriores. À vista disto, buscamos mostrar, contrariamente à parte significativa da bibliografia contemporânea, que tal categoria por nós trabalhada apresenta-se como um ponto de vista crítico essencial ao intelectual na periferia do capitalismo.

Palavras-chave: Teoria política, pensamento político e social brasileiro, tradição crítica brasileira, formação, forma e processo social.

ABSTRACT

MARINO, Rafael. (2018). The figurations of formation in Brazilian thought. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo

This work aims to discuss the critical potencial of the “sense of fomation” category in Brazilian political and social thought. Thus, we will use texts by Caio Prado Júnior, Celso Furtado and Antonio Candido about formation and, subsequently, we will make an analysis of how the idea of formation was dealt with in other fields of intellectual production and in later works. In this orientation, we seek to show, contrary to a significant part of the contemporary bibliography, that this category presents itself as an essential critical point of view for the intellectual in the periphery of capitalism.

Keywords: Political theory, Brazilian political and social thought, Brazilian critical tradition, formation, form and social process.

0 – Introdução.

[...] o que me causava um prazer específico era a descoberta do ponto comum a vários seres. Só ao vislumbrá-los, meu espírito - até então sonolento, mesmo sob a aparente vivacidade das palavras, cuja animação, na conversa, mascarava para outrem um completo torpor espiritual - lançava-se de súbito à caça, mas o que nesses momentos perseguia – por exemplo, identidade em diversos lugares e épocas do Salão Verdurin - situava-se a certa profundidade, para além da aparência, em zona um pouco mais recuada.

Em busca do tempo perdido VII: o tempo redescoberto, **Proust**.

A presente dissertação tem como principal objetivo tentar esquadrihar o potencial crítico e heurístico, do que ficou conhecido, principalmente nas formulações dos filósofos Otília e Paulo Arantes (ARANTES;ARANTES, 1997b) como *sentido da formação*. Essa formulação indicaria a centralidade no pensamento político e social brasileiro de um ideal formativo, baseado em um referencial europeu, de nações integradas. De sorte que a categoria de formação era uma referência quase que comum à intelectualidade brasileira, até porque, segundo Paulo Arantes, “desde os primórdios da nacionalidade [...], a nossa vida mental sempre girou em torno do esforço, a um tempo de ilustração e expressão, voltado para a desobstrução das vias de passagem da Colônia para a Nação” (ARANTES, 1996, p. 93). Contudo, como fica esse ideal hoje, já que diversos autores indicam haver uma verdadeira *brasilianização do núcleo central do capitalismo*¹? Ou seja, um movimento de desintegração nas sociedades que antes eram tomadas como um ideal de nação integrada (ARANTES, 2004, p. 25-79). Nessa mesma orientação, Roberto Schwarz diz ter ocorrido, com o fracasso do projeto desenvolvimentista no Brasil, uma abertura para o caminho da desintegração. Lembra que esta não é simplesmente uma questão nacional, mas sim “um aspecto da inviabilidade crescente para os países atrasados, de se incorporarem enquanto nações e de modo socialmente coesa ao progresso do capitalismo” (SCHWARZ, 2014b, p. 197). Todavia, antes de adentrarmos mais detidamente no tema da formação e na tentativa de demonstrarmos seu potencial crítico, alguns pressupostos precisam ser melhores aquilatados. O objetivo principal a explicitar é a dinâmica por assim dizer transnacional do tema ser enfrentado, mesmo que sua objetivação seja a partir do ponto de vista de nossa tradição crítica radical, e explorar, mesmo que sumariamente, algumas condições que dão sentido ao debate que envolve o tema trabalhado.

A mesma questão poderia ser refeita de outro ponto de vista: a nossa assim chamada *tradição crítica* ainda faria sentido ou seria atual a despeito das mudanças ocorridas no mundo e no sistema capitalista – o qual após a terceira revolução industrial e sua anulação de fronteira entre ciência e tecnologia, tornaria inverossímil a incorporação de nações periféricas ao concerto de nações “modernizadas, o que caracterizaria a condição de ornitorrinco (OLIVEIRA, 2008) (isto é, impossível ainda sermos subdesenvolvidos, apesar de suas características permanecerem em nosso tecido social, dado que as brechas existentes no

¹ Já de saída é preciso deixar claro que não pretendemos com essa categoria imantar o processo em questão como um movimento de provincianização da Europa ou de encontro do “universalismo europeu” com a sua verdade, tal como sugerido pelo pensamento pós-colonial. Apesar dos autores por nós aqui estudados coadunarem, com a crítica da ideologia e seu falso senso de universalidade, o seu sentido é distinto, indicando criticamente o rebaixamento dos horizontes de expectativa propiciado e um decréscimo civilizacional sensível (Cf. ARANTES & ARANTES, 1997b).

desenvolvimentismo já não existirem mais)? Por tradição crítica poderíamos resumidamente entender como correspondendo a uma tradição de reflexão anti-ilusionista sobre a *diferença brasileira*, projetando-a como um desenvolvimento associado e limitado pela metrópole. Ponto de vista o qual nos permitiria pensar ideias/tendências internacionais à luz da realidade local e a experiência local à luz do presente mundial. Tal perspectiva possibilitaria a relativização da oposição local x universal, mas também a oportunidade “de ver as reciprocidades perversas entre ex-colônia e nações imperialistas, subdesenvolvidos e desenvolvidos, periféricos e centrais etc.” (SCHWARZ, 2012b, p. 170).

De antemão devemos afirmar que a nossa resposta à atualidade do sentido da formação e da tradição que a sustenta é afirmativa. Até porque a nossa impossibilidade de formarmos-nos como nação “moderna” não invalida, antes demanda a revisitação desta categoria. Todavia, antes de explorarmos as questões propostas, alguns pressupostos precisam ser melhores indicados.

De saída, poderíamos nos indagar se existiria um pensamento político brasileiro? (FAORO, 2007, p. 25-167). No momento atual seria possível pensar em duas soluções distintas: o seu desgaste, como questão insolúvel relacionada à nossa situação periférica; ou o seu caráter superado, relacionada à globalização e a atual estruturação da economia e sociedade mundiais. Mesmo assim, é possível pensar numa terceira atitude que foge do pessimismo de Faoro, segundo o qual, nos faltaria um quadro cultural autônomo capaz de criar um pensamento político brasileiro (FAORO, 2012). Nessa referência, pode-se considerar que se a pergunta existe sua resposta não é óbvia (RICUPERO, 2000, p. 61).

Problematização análoga seria impensável em países como a França ou Inglaterra, portadoras de um estilo bem marcado de pensamento (ARANTES, 1996). A partir de tal constatação, se poderia perguntar: no Brasil haveria uma dificuldade maior para a seriação de ideias? As ideias de fora seriam aqui aceitas e teriam um momento de verdade reflexiva?

Se a França seguiu a chamada via “clássica” do desenvolvimento capitalista, já a Alemanha e Itália tiveram vias “não clássicas” de desenvolvimento. No caso francês, viu-se, seguindo o jargão gramsciano, a formação de um bloco – histórico e uma vontade coletiva nacional - popular, mobilizando as massas em um movimento de reforma intelectual e moral da sociedade, que constituiria um povo-nação (GRAMSCI, 2004, p. 62-86). A partir da direção jacobina se estabelecería um Estado e de uma Nação modernas, ocorrendo um rompimento revolucionário com o passado feudal.

Gramsci desenvolve essa argumentação pensando o *Risorgimento italiano*, um processo de unificação nacional e revolução burguesa diferente, marcado pela obstrução da construção

de um Estado e de uma Nação modernos. Especial peso em tal desenlace tem a grande influência da Igreja Católica com seu cosmopolitismo - responsável direta pela constituição de uma camada de intelectuais apartada de seu povo -, e a fragmentação da burguesia italiana entre uma série de Principados e cidades independente. Destarte, na formação do Estado italiano, constitui-se uma aliança de classe entre a burguesia industrial do norte italiano e os latifundiários do sul, alijando a massa camponesa e deixando o sul em um estado de penúria, condição que impede uma verdadeira unidade nacional (GRAMSCI, 2004, p. 403-437)².

O caso alemão, por sua vez, aproxima-se bastante do italiano. Também aí o atraso marcou a vida nacional, apesar de que em menos de um século, a Alemanha tornou-se uma das principais potências mundiais. De acordo com Lukács (1959, p. 29-75), o problema se encontrava na Alemanha ter chegado demasiado tarde no processo de desenvolvimento do capitalismo e de sua moderna burguesia, o que se refletira também na sua vida mental. Ainda no caso alemão, é preciso levar em conta que em sua via específica, ou melhor, Prussiana (LENIN, 1980), para a Revolução Burguesa e para o desenvolvimento capitalista, teriam de enfrentar a dificuldade de unificação nacional. Até porque os antigos senhores feudais impediriam a realização da faceta progressiva da unificação, a saber, o fortalecimento e o desenvolvimento de uma burguesia nacional. Em outras palavras, os *Junker* prussianos, conseguiram impor à totalidade da sociedade alemã um modelo político e de instituições essencialmente autoritário, militarista e expansionista, o qual internamente não oferecia condições para a constituição de uma tradição democrática.

O Brasil também pode ser considerado como uma via não clássica para o capitalismo (COUTINHO, 1989. p. 115-133). Desde as expansões ultramarinas europeias o país fora gestado como uma colônia de exploração, pensada basicamente do ponto de vista do lucro econômico e da exploração mercantil (LEROY-BEAULIEU, 1882). Entretanto, segundo Caio Prado Jr. (2012), por um paradoxo das consequências, acabou por se formar na América Portuguesa um tipo de sociedade totalmente novo. É a partir do lucro e da organização mercantil que a Colônia será constituída como um corpo original, organizado a partir de uma série de elementos diferentes dos europeus. Dentro do sistema colonial há um aspecto definidor, a grande unidade produtora. E essa grande exploração pode ser também definida como uma totalidade, que é composta por três elementos: a produção de bens tropicais de alto valor para

² Uma situação histórica formalizada literariamente com perícia por Giuseppe Tomasi di Lampedusa, em seu livro *O Leopardo*, do qual a passagem mais lapidar é a proferida pelo príncipe de Falconeri ao seu tio, Don Fabrizio Corbera, Príncipe de Salina: “Se nós não estivermos lá, eles fazem uma república. Se queremos que tudo fique como está é preciso que tudo mude” (LAMPEDUSA, 1974, p. 42).

o mercado externo em grandes unidades produtivas trabalhadas pelo braço escravo (RICUPERO, 2000). E é justamente essa grande exploração que será a ‘força’ organizadora da colônia que dividirá a ‘sociedade’ em dois setores em setor orgânico, vinculado à produção, e o setor inorgânico, não vinculado diretamente a ela.

Radicalizando ainda mais o sentido da colonização (BRAUDEL, 1999, p. 136), pode-se notar que os destinos da América Portuguesa sempre estiveram ligados ao do capitalismo internacional. É possível entender assim, como indica Fernando Novais (2006), a colonização do território que ficou conhecido como Brasil no quadro mais geral da acumulação primitiva europeia. É nesse sentido profundo que podemos entender as peças estabelecidas na colônia. Ou seja, não bastava que a colônia produzisse gêneros mercantis com uma procura crescente na Europa, mas que sua comercialização constituísse estímulos à acumulação capitalista nas economias europeias. É também a partir dessa referência que se pode entender a constituição da escravidão por estas bandas, visto que o tráfico negreiro abria um setor de suma importância para o comércio colonial. De forma que a Escravidão poderia ser entendida a partir do Tráfico Negreiro e não o seu contrário (NOVAIS, 2006, p. 57-117).

A partir dessas referências, como pensar o Brasil? Ou melhor, o que significa pensar o Brasil? Se a nossa formação econômica e social era diversa da europeia também é preciso ter em mente que estávamos desde o início ligados a eles pela via colonial e ainda faríamos parte da mesma totalidade capitalista. Não obstante, de que modo as categorias e ideias utilizadas no centro capitalista poderiam servir para nos explicar? Como Liberalismo, Autonomia e Liberdade poderiam ter algum fundamento real nesse lado do mundo se aqui nem as aparências poderiam ser descritas por estas categorias (MARX, 1983, p. 70-79; 2007).

Autores como Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Jr., Gilberto Freyre, Celso Furtado forjaram uma nova forma de se pensar o Brasil pós-30. Sentiram especialmente o sopro de radicalidade advindo da Revolução de 1930, o qual não foi abafado pelo Estado Novo (CANDIDO, 2012, p. 9). Durante essas décadas Luciano Martins vai identificar até o surgimento de uma *intelligentsia* no Brasil (MARTINS, 1987)³. A partir de 1930, em especial, há a projeção nacional de fatos antes apenas regionais e o aparecimento de condições para a difusão e internalização de inovações e manifestações dos anos de 1920. Nesse sentido, Antonio

³ Martins (1987) chama a atenção que em contraste com a *intelligentsia* russa a brasileira “é dotada de sentido de missão e, ao mesmo tempo, é desprovida de utopia [...] Na verdade, mais propriamente do que a sociedade, *é a nação que constitui o eixo das preocupações dos intelectuais*”. Entretanto, é preciso ter em mente que frequentemente a ideia de nação pode ser entendida em termo análogos à sociedade.

Candido fala em ‘rotinização’ do modernismo⁴. Mesmo assim, lembra que não se pode falar em socialização ou democratização da cultura, mas de alargamento da participação dentro do existente. A novidade destes ensaístas pode ser melhor entendida a partir da busca de uma atitude crítica diante do que ficou conhecido como ‘realidade brasileira’, sem recair em pontos de vista biologistas ou simplesmente racistas. Há, assim, uma radicalização crítica e progressista, ansiosa por reinterpretar o passado nacional, com o fito de apresentar a sua especificidade histórica e social.

Por que a dificuldade de constituição de uma tradição intelectual no Brasil? Um elemento importante a ser levado em consideração é o atraso, proveniente direto da colonização exploratória e da situação de capitalismo periférico. Situação que se evidencia depois da Independência, em que se tenta formular um Estado-Nação, quando o debate da adequação entre ideias, instituições e meio socioeconômico passou a ser decisivo.

Nessa referência, boa parte de bens com maior valor agregado vêm de fora para serem consumidos aqui, não sendo outro o destino das ideias (SCHWARZ, 2014b, p.116). Contudo, diferente das mercadorias, as ideias quando mudam de lugar podem assumir ‘figurações’ distintas, como é o caso do liberalismo. Destarte, o liberalismo transformado em ideologia de segundo grau, cria uma verdadeira comédia das ideias na periferia do sistema capitalista, que faz com que se atribua “independência a dependência, utilidade ao capricho, universalidade às exceções, mérito ao parentesco, igualdade ao privilégio etc.” (SCHWARZ, 2012a, p. 19). O deslocamento operado nas ideias em realidades diversas as suas podem apontar alguns pontos importantes.

Em primeiro lugar, permitiria pensar em um posicionamento diferentes frente aqueles considerados mais clássicos dentro da história das ideias, o textualismo e o contextualismo sociológico. A ortodoxia do textualismo diz que os significados das ideias só se tornam inteligíveis na leitura pormenorizada e repetida dos mesmos textos. Procedimento que, muitas vezes, tem a pretensão de tornar o não-familiar em algo familiar, classificando e esquadrinhando com parâmetros atuais coisas que vieram antes, tentando imputar uma série de significados e intenções que não fazem sentido na época e no texto estudado. Perde-se assim de vista o contexto intelectual e sócio-histórico das ideias estudadas⁵. Já o Contextualismo Sociológico tomaria os textos e os discursos políticos como reflexos diretos do contexto social

⁴ João Luiz Lafeté dividirá de modo muito sugestivo o modernismo em duas fases: a) fase heroica – otimista - dos anos 1920 até 1930 e b) a fase mais ideológica, - pessimista- correspondendo aos anos 30 (2004, p. 55-72).

⁵ Um exemplo interessante quanto a este método é o Leo Strauss, em um artigo como: “O que é a Filosofia Política?” (2011, p. 167-193).

e material da época, sem dar maior atenção a possíveis mediações. Tal perspectiva imagina que a estrutura socioeconômica se refletiria diretamente nos textos, como aparece nas formulações de autores tributários de um certo marxismo, como Macpherson (1979).

Por outro lado, Skinner, com seu “contextualismo linguístico” também não serve aos nossos propósitos, pois se o autor tentou fugir das posturas anteriormente discutidas, acabou por subdeterminar as determinações históricas e sociais na compreensão das ideias. No entanto, como argumenta Femia (1988), ideias e sua história não podem ser plenamente resolvidas tendo em vista apenas seu contexto linguístico. Além disso, o autor não considerou as novas possibilidades criadas para as ideias quando deslocadas de suas situações históricas de origem.

Em compensação, a mudança operada nas ideias pode ter consequências bastante sugestivas ao colocar em xeque seu pretense senso de universalidade. Nesse sentido, ideias vindas do centro capitalista possivelmente ofereceriam “uma chave para compreender o vínculo entre vida mental e processo social nas situações periféricas, que, por sua vez - como Roberto [Schwarz] estava provando – revelavam a natureza do núcleo central” (ARANTES, 2004, p. 272).

Finalmente, chegando à questão central que esta dissertação pretender desenvolver, é importante lembrarmos da formulação de Candido (2011, p. 117) sobre como a nossa vida mental giraria em torno da dialética entre o localismo e o cosmopolitismo. Dialética, cujo fundamento histórico encontra-se no fato de o processo de constituição do Brasil estar intimamente ligado à expansão ultramarina europeia. Consequentemente, ao mesmo tempo que nos ligávamos às ideias e a ao ciclo ideológico europeu, não possuíamos os pressupostos materiais e históricos essenciais à constituição de ambos. Chão histórico sob o qual desenvolveu e colocou certo sentimento da dialética (ARANTES, 1992). Seria então o caso de centrar energias na superação desse fosso ‘civilizacional’ existente entre os chamados centro e periferia? Haveria essa possibilidade histórica ou estaríamos condenados às barbáries legadas pelo processo de colonização? Tal quadro alimenta a preocupação em dotar o meio amorfo e incerto do país de uma forma moderna que lhe sustentasse. Tentativa cujo ponto de fuga seria o modelo europeu de nação integrada e civilizada, centro de gravitação intelectual da vida intelectual brasileira.

Até porque, salvo engano, aqui sente-se falta de “linhas evolutivas, mais ou menos contínuas a que se costuma dar o nome de *formação*” (ARANTES; ARANTES, 1997a, p. 11). Não por acaso, se teria uma verdadeira obsessão nacional perceptível nos títulos de obras essenciais de nossa ensaística nacional: *Formação do Brasil contemporâneo*, *Formação política do Brasil*, *Formação econômica do Brasil*, *Formação do patronato político brasileiro*

etc.⁶ Tais trabalhos teriam tanto um propósito descritivo, quanto normativo, apontando em direção a uma ideia de formação que corria “na direção do ideal europeu de civilização relativamente integrada – ponto de fuga de todo espírito brasileiro bem formado” (ARANTES; ARANTES, 1997b, p. 12).

Entretanto, não seria possível dar conta de todos os ensaios listados pelos autores ou mesmo a maior parte deles. Portanto, nos deteremos naqueles que julgamos serem mais ilustrativos do sentido formativo e do ideal de integração destacados anteriormente. No caso: Caio Prado Júnior, *Formação do Brasil Contemporâneo: colônia* e Celso Furtado, *Formação Econômica do Brasil*. Utilizaremos ainda do livro de Antonio Candido, *Formação da Literatura Brasileira*, como um caso, em certa medida, diferencial, e, nesse sentido revelador. Por um lado, como argumenta Schwarz, em Prado Jr. e Furtado “o ponto de fuga [...] é fortemente impregnado de valor, positivo ou negativo, e diz respeito direto à atualidade vivida pelos autores” (SCHWARZ, 2014b, p. 19). Já Candido corresponde a um ponto diferenciado até porque o sistema literário é entendido pelo autor como um fato, com suas vantagens e dificuldades a serem especificadas; as ilusões redentoras do nacionalismo não estão explicitamente presentes (CANDIDO, 2011a, p. 169-197). Não por acaso, a categoria formação é utilizada de modo sóbrio e a sua normatividade é descrita apenas de fora, a título de ilustração. Sinal disso é que, de acordo com o crítico, formado o sistema literário convivia com a escravidão e as ‘anomalias’ coloniais (SCHWARZ, 2014b, p. 20-21). Em sentido próximo ao de Candido, exploraremos também alguns ensaios de Gilda de Mello e Souza sobre a formação de um sistema de artes plásticas no Brasil, o qual também não trouxe consigo a resolução da problemática do atraso nacional.

Além disso, é possível argumentar que haveria uma familiaridade no tratamento da questão formativa em Prado Jr. e Furtado, na medida em que atribuem “grande importância a fatores externos na determinação dos destinos do Brasil” (RICUPERO, 2011, p. 149). Há também uma relação interna entre os textos de Prado Jr., Furtado e Candido, que os diferencia dos demais livros de que falavam Arantes. Ou seja, ensaios como *Os donos do poder*, de Faoro, *Casa-grande e senzala*, de Freyre e *Raízes do Brasil*, de Holanda, apesar de terem a formação em seus subtítulos ou no espírito do texto não têm como preocupação central a passagem da Colônia para Nação (RICUPERO, 2010, p. 4). No caso de Faoro e Freyre, operam, respectivamente, com uma crítica democrática a um patronato político formado em Portugal e para cá exportado e com uma visão passadista da família patriarcal já formada.

⁶ Isso se deixarmos de lado *Casa-grande e senzala* e *Raízes do Brasil*, cujos assuntos poderiam ser relacionadas com tal preocupação.

Numa outra referência, pretendemos argumentar em favor da atualidade da categoria de formação. Defendemos que a temática formativa é mesmo um problema *objetivo* da sociedade brasileira, que ganhou uma formalização teórica em alguns autores. Em outras palavras, a categoria de *formação* seria essencial para se pensar e esquadrihar o próprio Pensamento político e social brasileiro. Sinal disso é que se a deixarmos de lado estaremos abrindo mão de um dos principais pilares de tal pensamento. Nesse mesmo sentido, poder-se-ia notar em meio a esses escritos um sentido crítico mais profundo. Dessa maneira, por meio da redução estrutural de nossa sociedade poder-se-ia vislumbrar uma crítica ao que era tomado como pressuposto formal do centro capitalista.

Caio Prado Júnior – retomando o que já fora dito anteriormente -, toma a colonização brasileira como um produto da expansão ultramarina portuguesa. De modo que caracteriza a colonização do Brasil, inspirando – se no francês Paul Leroy-Beaulieu (1882, p. 312), como uma colonização de exploração, a qual teria ocorrido principalmente nas zonas tropical e semitropical das Américas. Sendo assim, seria pautada, essencialmente, em interesses comerciais pela produção de gêneros de grande valor comercial e não, como nas colônias de povoamento, em uma ‘ética’ do trabalho, ou mesmo na constituição de uma sociedade (Nova Inglaterra, por exemplo). No entanto, paradoxalmente, Caio Prado Júnior, aponta que nas colônias de exploração surgiram sociedades, por assim dizer, originais, enquanto as colônias de povoamento constituem-se quase como um prolongamento da Europa.

É preciso ter em mente que para o autor a obra da colonização apenas tornar-se-á inteligível a partir de seu sentido mais profundo, o qual, no caso brasileiro, seria produzir em grandes unidades trabalhadas por braços escravos bem demandados pelo exterior. Assim, seria possível entender a própria constituição do livro, a qual, segundo Ricupero, “parte do que havia de mais abstrato na colônia, o sentido da colonização” e “num processo de síntese, vai reconstruindo o concreto colonial por etapas, até entendê-lo como totalidade” (RICUPERO, 2011, p. 147). Nesses termos, é possível perceber a importância da grande exploração para o quadro colonial de uma maneira que apenas aqueles setores ligados a esse grande sistema teriam organicidade na colônia, articulando seus elementos constitutivos. Mas, é claro, essa estruturação levaria a desarticulação entre a produção voltada para o mercado externo e a demanda interna de grande parte da população interna, constituindo, assim, o elemento inorgânico do sistema, o qual corresponde ao que está subordinado à grande exploração.

Essa grande exploração colonial teria uma importância decisiva na estrutura social, na organização política e na própria cultura. A escravidão seria o traço mais marcante da sociedade, influenciando todos os demais setores da vida social, desde a organização econômica

até os padrões morais e materiais, com nada passando incólume por ela. Escravidão ressurgida das cinzas da Antiguidade e que volta a partir das exigências que a expansão comercial europeia. Além disso, Prado Jr. chama a atenção para o chamado setor inorgânico, caótico e muitas vezes caracterizado de maneira negativa pelo autor: “incoerência e instabilidade no povoamento; pobreza e miséria na economia; dissolução dos costumes; inércia e corrupção nos dirigentes leigos e eclesiásticos” (PRADO Jr., 2011, p. 378). Dele fariam parte a produção voltada para o consumo interno, a exemplo da pecuária e outras atividades de difícil tipificação. Um setor cuja participação na estrutura social brasileira veio se incrementando ao longo do tempo e apontado pelo autor, ironicamente, como o principal fator para a constituição da sociedade, pois o que seria prejudicial para a grande exploração - no caso a produção voltada para o consumo interno - transforma-se em uma condição essencial para formar a Nação. Portanto, Caio Prado Jr. aponta a necessidade de superação de uma condição que não integrara a maior parte da população. Isto é, haveria a supressão do ‘sentido da colonização’ por meio da generalização da mão de obra livre, a industrialização brasileira e a formação de um mercado interno. Esses seriam pontos fulcrais para a constituição de uma Nação como uma sociedade auto-suficiente do ponto de vista econômico.

Em poucas palavras, Caio Prado Jr., em meio aos diversos sentidos do termo formação, fala na *possibilidade* (ou *virtualidade*⁷) da formação de uma Nação integrada, ao qual não se realizou – ao menos ainda. Integração, a qual deve ser entendida como negação do corpo social organizado de modo a saciar as demandas de fora do país, de sorte que este passaria a ser configurado no intuito de suprir as necessidades da coletividade nacional, desbancando a herança colonial de inorganicidade social (SCHWARZ, 2014b, p. 65)⁸.

Em relação a Celso Furtado, percebem-se algumas inquietações, que nos lembram as preocupações de Caio Prado Jr.⁹. Em seu livro *Formação econômica do Brasil* argumenta que na primeira metade do século XX há a emergência, de um novo sistema no Brasil, cujo principal centro dinâmico é o mercado interno. Em contraste, num primeiro momento do desenvolvimento das regiões de pouca povoação e de natureza abundante, observa-se uma expansão do setor externo que possibilita uma alta capitalização e permite a incorporação de

⁷ Empréstimo o termo de Maria Odila Leite da Silva Dias, mais especificamente de seu ensaio “Impasses do inorgânico”, no qual diz que um “dos eixos fundamentais na obra de Caio Prado Júnior é o tema das tensões entre sociedade e nação, que aponta virtualidade de um processo inacabado em nossa história” (DIAS, 1989, p. 377).

⁸ Para mais sobre interpretações do pensamento de Caio Prado Jr – os dois primeiros trazendo-o para o barco do chamado marxismo de matriz comunista e o último aproximando – o do assim chamado pensamento radical brasileiro - ver, especialmente: Brandão (1997); Kaysel (2012); Ricupero (2000). Sobre os conceitos de marxismo de matriz comunista e de pensamento radical, ver: Brandão (2005, p. 231 – 269).

⁹ Sobre a relação entre os dois autores: (Oliveira: 2003); (Silva: 2010); (Szmercsányi: 1999).

progresso técnico. Num segundo momento, marcado pelos inícios da Primeira Guerra Mundial e as dificuldades de importações de manufaturas e produtos decorrente desta, diminui-se o papel do comércio exterior como fator no nível de renda, mas, por outro lado, há o aumento de sua importância como elemento no processo de formação de capital. Deste modo, com as inversões de capital no setor industrial e de serviços há o crescimento da procura de equipamentos mecânicos. Ingressar-se-ia, assim, em um forte processo de assimilação tecnológica, por meio do intercâmbio externo, o que acarretaria invariavelmente em um período de forte pressão inflacionária. A economia brasileira a partir do período da Primeira Guerra mundial se enquadraria nessa etapa, que chama de intermediária, principalmente pelas inversões econômicas em direção ao mercado interno. Já com a transformação estrutural mais importante ocorrida no terceiro quartel do século XX há a redução progressiva da importância do setor externo no processo de capitalização. Ou, em outras palavras, “as indústrias de bens de capital – particularmente as de equipamentos – terão de crescer com intensidade muito maior do que o conjunto do setor industrial” (FURTADO, 1995, p. 236).

O economista, julga, a partir daí, que o desenvolvimento no Brasil nos primeiros cinquenta anos do século XX dá-se sob o signo da articulação das distintas regiões em um sistema com um mínimo de integração – com um forte desenvolvimento de algumas regiões e não de outras. Um dos principais problemas na política econômica para os anos decorrentes, conseqüentemente, segundo Furtado, seria pensar em uma integração de outra ordem, muita mais profunda. Tal integração, em suma, “teria de orientar-se no sentido do aproveitamento mais racional de recursos e fatores no conjunto da economia nacional” (FURTADO, 1995, p. 240). Isso estaria pautado num projeto modernizador de ruptura com o arcaico e aproveitamento racional dos recursos, sob a orientação de um planejamento nacional.

Em suma, de modo semelhante a Caio Prado Jr., a formação de que fala Furtado também ficaria para o futuro. Ou seja, *a formação de um mercado interno que contemple o conjunto da população brasileira e que seja o eixo fundamental de desenvolvimento do país* é basicamente um projeto. Em outras palavras, tanto para Prado Jr., quanto para Furtado, tratar-se-ia de uma virtualidade. Nesse sentido, ambos acreditavam que depois de o Mercado interno e a Nação alcançarem a completude formativa, ocorreria a ruptura¹⁰ com o passado e o Brasil finalmente se transformaria em um país internamente integrado.

¹⁰ Schwarz, chega mesmo a dizer que o caminho para chegar a formação, ao menos para os dois autores acima expostos, “é da ordem mais ou menos de uma revolução, ainda que não seja o mesmo para cada um dos autores” (SCHWARZ, 2014b, p. 65).

Já Candido terá uma visão mais sóbria e realista do processo, até porque tratará da formação da literatura brasileira, a qual, nas desventuras da dialética entre localismo e cosmopolitismo formou-se. O crítico literário, tinha como objetivo reconstruir a história dos brasileiros no seu desejo de ter uma literatura, tendo em vista um processo difícil de autonomização entre os séculos XVIII e XIX. É preciso dizer que o crítico identifica dois momentos decisivos para essa formação: Arcadismo – essencialmente universalista e convencional - e o Romantismo – assentado na especificidade e na individualização. Na sua análise Candido aproveita-se do trabalho de seus predecessores, como Silvio Romero e José Veríssimo. Consegue perceber, a partir daí um movimento de continuidade em momentos dispares de uma literatura empenhada, preocupada com a “independência nacional” e a “tarefa de criar um país que participasse da cultura comum do Ocidente e que guardasse fisionomia própria” (SCHWARZ, 2014b, p. 59).

Candido argumenta que para compreender o sentido da categoria formação por ele utilizada era preciso ter em mente a distinção entre *manifestações literárias* e a *literatura* propriamente dita, esta entendida como um sistema de obras conectadas por características comuns. Características que podem ser de natureza interna, social ou psíquica, organizados pela literatura e que se apresentam historicamente, das quais as mais importantes são: um conjunto de produtores literários; um conjunto de receptores, formadores de públicos distintos e um conjunto de obras, ou uma linguagem traduzida em estilos, que liga uns a outros. A partir daí se teria um sistema simbólico de comunicação humana conhecido como literatura (CANDIDO, 2013, p. 25). Esse enquadramento permite que se encare a história literária de acordo com um problema – e não mais a partir de uma linearidade temporal -, tendo em vista os momentos decisivos acima citados. Forja-se, assim, uma nova periodização a partir de um critério interno à literatura em movimento.

É preciso indicar ainda que coma divisão entre manifestação e literatura, Candido dava forma à própria experiência intelectual brasileira. A literatura é um fato cultural que não surge acabado, mas sim vai se formulando “ao longo de um *processo cumulativo* de articulação com a sociedade e adensamento artístico”. Ou, de modo mais pormenorizado, evidenciando os elementos da formação nacional, que estavam presentes nas escolhas estéticas dos autores, acaba por descobrir, em meio ao fato bruto da formação literária nacional, “o fio condutor de uma outra linha de força formativa, vir-a-ser de um sistema cultural que na sua trajetória ia aos poucos convertendo surtos desgarrados em vida literária efetiva”. Nesse sentido, *Formação da literatura brasileira* acabava dando outro passo importante: “aquela história de formação, que refundia de alto a baixo a interpretação de nosso passado literário, incorporava-se em termos

atuais a um processo intelectual formativa de múltiplas dimensões”. Ou seja, olhando ‘apenas’ a literatura, Antonio Candido, acabou por entrar fundo no problema da *formação*, problema fundamental entre nós (ARANTES; ARANTES, 1997, p. 21 - 22).

Não por acaso, ao fim do processo há o surgimento de um escritor da importância e da profundidade de Machado de Assis, cujo reaproveitamento crítico dos acertos e erros de seus predecessores, bem como a sondagem e acumulação da produção mais sofisticada da chamada literatura universal¹¹ pode nos seus romances maduros internalizar as contradições e condições da sociedade brasileira do período (CANDIDO, 2010, p. 28). Ou seja, trata-se de enfrentar o problema da forma¹² em uma país de formação difícil. Schwarz, por sua vez, mostra que em *Memórias póstumas de Brás Cubas* há uma estilização de uma conduta própria da classe dominante brasileira” (SCHWARZ, 2012d, p. 18). Nesse sentido, o crítico brasileiro passa a enfatizar algo inédito dentro dos estudos machadianos: a composição narrativa e formal de sua obra, em que destaca como a *volubilidade é o princípio formal do livro*.

Trocando em miúdos, a forma do romance machadiano, formaliza implicações estruturais de um quadro histórico caracterizado, grosso modo, pela existência de três classes de população: o latifundiário, o escravo e o ‘homem livre’ dependente. Entre as duas primeiras classes a relação é da mais clara violência, já quanto aos terceiros o ponto é outro, pois nem escravos e nem proletários, têm o seu acesso material aos bens mais variados da vida pelo meio do *favor* de um grande. Sendo assim, o mecanismo a partir do qual se reproduz uma das grandes classes da sociedade é o favor, o qual envolve também a classe dos que têm. É preciso notar que é entre essas duas classes que a vida ideológica irá girar e, assim, o favor passará a atravessar boa parte desta (SCHWARZ, 2012a, p.16). Favor, o qual é essencialmente caprichoso, volúvel e instável. Em suma, é da formação de uma forma literária adequada à realidade nacional - diversa, mas não alheia ao resto do mundo -, de que se trata. Assim, o que gostaríamos de indicar, tal como apontado por Ricupero, é a *existência de um processo também de formação, que se completaria na forma*, “até porque, como já afirmava o jovem Lukács em trabalho clássico sobre o tema, no momento em que passa a ter forma há a ‘conciliação do exterior e do interior’” (RICUPERO, 2008, p. 64)¹³.

¹¹ Ou como queria Candido: “em Machado, juntam-se por um momento os dois processos gerais de nossa literatura: a pesquisa dos valores espirituais, num plano universal, o conhecimento do homem e da sociedade locais” (CANDIDO, 2013, p. 434).

¹² Lembrando que o conceito de forma aqui utilizado é próprio da tradição dialética, cuja relação básica é entre forma literária e do processo social (SCHWARZ, 2012c, p. 141).

¹³ O trecho é seguinte: “O destino do crítico é traçado no momento crucial em que as coisas se tornam forma, em que todo sentimento e toda vivência até então aquém e além das formas recebem uma forma, fundem-se e se condensam em forma. Momento místico de união entre o externo e o interno, entre a alma e a forma. [...] A forma é a realidade nos escritos do crítico, é a voz com a qual ele dirige suas perguntas à vida: esse é o verdadeiro e o

Ainda nesse mesmo diapasão, é importante olharmos para outras duas experiências críticas importantes, formalizadas por Rodrigo Naves, discutindo as artes plásticas no Brasil, e Ismail Xavier, em seu trabalho sobre o cinema novo. De modo sucinto, poder-se-ia dizer que o primeiro deve ter seu esforço ligado as dificuldades e tropeços de um crítico de arte, que por tempo considerável acompanhou empenhadamente a arte moderna no Brasil. Um corpo a corpo constante com as obras no Brasil, que permitiu ao autor identificar certa particularidade de nossas artes. À maneira de em Ismail Nery, cujos quadros têm como movimento a queda, em uma espécie de sedimentação mansa e reconfortante, desdizendo alguns pressupostos do cubismo; Anita Malfatti, com temas expressionistas representados de modo mais ou menos expressionistas, possuidora de uma gestualidade marcada e contornos deformados com certa padronização; Milton Dacosta que inverte Modrian e seu construtivismo marcado, criando estruturas que a todo momento ameaçam ceder ou mesmo em Hélio Oiticica e Lygia Clark, artistas dos mais radicais, que ao tentar identificar arte e existência acabam por identificar uma interioridade problemática portadora de uma dilaceração que os acossa por todos os lados. Ou seja, identificar-se-ia uma **dificuldade de forma** que perpassa uma fatia considerável da melhor arte nacional. Contudo, um certo movimento retraído não os livra da realidade, fortemente presente nas feições primitivas das obras de Guignard e Volpi. Esses trabalhos, por sua vez, a partir de sua timidez, supõem um modelar suave do mundo, próximo ao artesanato moroso e não ao trabalho industrial, marcando uma recusa à sociedade violenta do trabalho. Apesar disso, esse ideal meigo ali defendido conspira contra as suas expectativas.

E aqui há um passo teórico essencial ao nosso argumento, já que a ligação da forma a outras experiências indica a origem dessa formalização difícil na existência de amplos setores da população em atividades não tipicamente capitalista. Naves confessa mesmo admirar homens e mulheres tão sensíveis, os quais, contudo, deixem de lado a vinculação desses setores menos organizados da sociedade e sua vinculação com o sistema econômico mundial, não traduzindo em violência, desespero e dor “a extinção necessária e iminente desse mundo que lhes serve de modelo” (Ibid.).

Uma doçura, contenção e equilíbrio derivados da esperança de resgatar artisticamente a experiência de certos setores da população, um ideal tão singelo que poria em xeque formas mais afirmativas de se fazer arte. Experiência social tão profunda que encontra ressonância até num radical como Oiticica, porque na ausência de uma força social unificada que fizesse surgir novas possibilidades, a única opção aparente passa a ser essa utopia de rememoração,

mais profundo motivo pelo qual a literatura e a arte são os materiais naturalmente típicos do crítico” (LUKÁCS, 2015, p. 40).

docemente anticapitalista. Essa mesma indecisão social que alimenta a timidez, também proporciona uma tendência contrária, em que o “travo que caracteriza essa dinâmica social descompensada é incorporado formalmente em algumas obras, que revelam em sua estrutura o movimento dúbio e arrastado de uma sociedade atravessada por descompassos e ambiguidades”. Formalização encontrada no expressionismo de um Iberê Camargo, em que se evidencia uma atração pelo lado opaco da vida, cujas formas fortes, contudo estáveis “afastam a afirmação de um sujeito determinado e desfavorecido em seus desígnios”. Gerador de obras de intensidade inédita, mas que resistência a entregar as formas aos seus limites, sobressaindo-se daí “uma *forma difícil*, e não mais aquela relutância formal” (Ibid., p. 29). Em resumo, um passo *qualitativo à frente* da supracitada relutância presente em nossas obras.

Nesse sentido, aqui também é da formação de uma forma adequada à realidade nacional de que se fala, ponto que começa a ficar claro desde Jean-Bapstiste Debret. Este é um estrangeiro, discípulo de Jacques-Louis David, que desenvolve um estilo neoclássico fundamentado nos pressupostos sociais da sociedade francesa revolucionária. De sorte que o ideário neoclássico não teria cabimento algum no Brasil. De modo que no país seria preciso encontrar uma forma que revelasse com maior verossimilhança sua realidade, distante do neoclássico. Preocupação que aparece nas obras de Debret, *produtoras de aquarelas que incorporavam formalmente uma dinâmica social típica do Rio de Janeiro e do Brasil*, proporcionando, com essa mudança formal de seu trabalho, não só a ganhos artísticos, mas uma melhor compreensão da vida na colônia.

Não é outro o fundamental do argumento de Ismail Xavier sobre o Cinema Novo brasileiro, mas especificamente, sobre a *estética da fome*. É sugestivo notar que o subtítulo do livro *Sertão Mar* de Xavier é: *Glauber Rocha e a estética da fome*. O primeiro termo dispensa maiores discussões, pois trata-se de um dos maiores diretores da história do Cinema Brasileiro. Já o segundo termo deixa, causa certo estranhamento. Não pela existência de fome no Brasil, mas sim o fato de preposição “sobre” não estar no lugar da preposição ‘da’, afinal de contas vários filmes dessa época retratam a situação de pobreza e carestia. Isso porque, ‘da’ ao contrário de ‘sobre’ marcar que a fome não aparece como um tema. Se indica, dessa maneira, que se cria um estilo de cinema que muda a relação do cineasta com a falta de recursos, que inverte convenções da Indústria Cultural. Isto é, a carência passa ser constitutiva da obra, informando sua estrutura e sua força de expressão. O resultado é evitar uma posição passiva ou imitativa perante o *mainstream*; além de questionar a realidade do subdesenvolvimento.

Tal realização aparece em filmes como *Barravento* (1961-1962), *Deus e o diabo na terra do sol* (1963-1964) e *Terra em transe* (1967), comparado com filmes que fazem uso de

convenções mais clássicas, como *O pagador de promessas* (1962), de Anselmo Duarte e *O cangaceiro* (1953), de Vitor Lima Barreto. Indo direto ao ponto, no plano formal a inovação de Glauber Rocha é um achado, pois a sua estética da violência formula uma crítica profunda às fórmulas usadas pelo espetáculo convencional. Achados que por sua complexidade e textura são de alcance internacional e foram fundamentais ao quadro do movimento internacional do(s) cinema(s) novo(s).

Nessa referência, *Terra em transe* apesar de ser uma resposta à crise do projeto pré-64, com uma crítica mordaz à esquerda e seus sistemáticos equívocos, constitui-se como o principal impulso glauberiano de totalização, traçando um esquema do mundo sempre com múltiplas determinações que criticam uma visão fragmentada da experiência. Do mesmo modo como em *Deus e o diabo*, os movimentos cruzados reaparecem, colocando simultaneamente os interesses de classe e os parâmetros do ritual e da magia, chegando à metáfora da terra em transe em relação ao golpe político, sugerindo que a lógica da superstição ainda é a melhor para se pensar o comportamento da esquerda e das classes dominantes. De modo que na cena configurada no Sertão, a questão central era a forma como Glauber compunha uma *teleologia da formação nacional*, cujo ponto essencial “*é o reconhecimento de que tal formação não se completou, é da ordem da profecia*” (XAVIER, 2007, p.11, marcações minhas).

Uma diferença muito clara aparece quando se compara *Terra em Transe* com os *westerns* clássicos. Exemplo disso são filmes de John Ford que tratavam o processo de formação nacional como um processo já realizado, em que a remissão ao passado servia para reafirmar valores no presente. Já nos filmes glauberianos a procura da justiça é recolocada a cada passo, não dando ensejo a celebração; há, na verdade, reflexão tensa sobre a violência e o passado, o que remete a uma história ambivalente. Tendo essas premissas em vista é possível entender a inovação formal de Glauber Rocha, que traz para o primeiro plano a descontinuidade.

É evidente que não quero argumentar que as experiências intelectuais e artísticas de Machado de Assis, Debret, os artistas modernistas no Brasil e de Glauber Rocha devam ser tomados, sem maiores problemas, como formalizações que expressam um mesmo patamar de acabamento. Contudo, há algo mais ou menos em comum entre elas que as fazem relevantes tanto para o pensamento crítico brasileiro como para o cortejo de soluções estéticas: não descartaram a experiência nacional.

Este é o caso dos três críticos que serão melhor estudados, porque, de um modo ou de outro, argumentam que as formalizações artísticas operadas nos seus objetos de estudos indicam dimensões importantes. Em primeiro lugar, uma crítica ao que era tomado como pressuposto formal no centro do capitalismo, o que abre caminho para o questionamento de uma pretensa

universalidade dos imperativos estéticos da arte europeia. Não menos importante, há uma crítica aos próprios pressupostos do capitalismo.

Contudo, se não estamos enganados, esse ímpeto questionador do centro capitalista e das teorizações lá produzidas já se apresentava também nos três autores do quase-gênero da formação anteriormente apresentados. Até porque ao historiarem a nossa constituição malformada narravam não a essência distintiva de uma nação ou de uma identidade cultural, mas indicavam que ela era parte integrante uma totalidade, ou melhor, do processo social capitalista. Podiam, assim, tanto, interpelarem as teorias e problemas clássicos do centro capitalista, de modo a passa-los pelo crivo da experiência efetiva, reformulando-os (FERNANDES, 1972); quanto questionar os fundamentos do capitalismo e a ideologia por ele destilada. Assim, uma das lições que podem ser tiradas desses ensaios é de que aquilo anteriormente tomado como ‘anomalias coloniais’ ou obstáculos a serem superados em países subdesenvolvidos são parte efetiva e constitutiva da história contemporânea (NOVAIS, 2005, p. 183-195) (SCHWARZ, 2012d, p. 45). É possível até toma-los como um destino futuro para o resto do mundo que poderia tornar a periferia capitalista brasileira uma espécie de espelho ou câmara de decantação da verdade do centro capitalista (ARANTES, 2004, p. 59) (SCHWARZ, 2014, p. 70).

Em suma, com a não construção de uma Nação integrada e, por outro lado, com um caminho que aponta para *brasilianização* do mundo, como ficaria a nossa categoria de *formação*? Em primeiro lugar, como questão *objetiva* enfrentada e formalizada por nossa tradição crítica não sofreria alterações, até porque teria sido incorporada a um patrimônio comum. Já quanto à crítica que efetua aos pressupostos formais e materiais do centro capitalista, à primeira vista, deveria ser deixado de lado, abrindo caminho para um pretense pensamento cosmopolita ou ‘universalista’. Por outro lado, *uma teoria que se quisesse crítica, principalmente feita nesse lado do mundo, teria que levar em conta o ponto de vista/ categoria de formação*, caso contrário correria o risco de cair em abstração e imaterialidade, irrelevante no fim das contas. Até porque deixar de lado essa perspectiva sob o argumento de que as formações nacionais já não são possíveis não passaria de manifestação de um certo provincianismo.

Com o objetivo de demonstrar e trabalhar de modo mais extenso a argumentação acima apresentada, discutiremos primeiramente as obras de Prado Jr., Celso Furtado, Antonio Candido e Gilda de Mello e Souza. Nos guiaremos pelo propósito de explorar de modo mais adequado o sentido formativo em meio a elas. Analisaremos depois, de modo mais detido, os trabalhos Roberto Schwarz, até porque a questão da formação de uma forma dialeticamente adequada às

condições brasileiras está melhor indicada aí. Em um segundo momento, pretendemos explorar alguns momentos da elaboração de uma crítica estética que lida dialeticamente com a forma difícil da sociedade brasileira e suas consequências. Como terceiro termo, discutiremos questões relativas à chamada *brasilianização* do mundo e atualidade de nossa tradição crítica frente à contemporaneidade. Por último, faremos um balanço do que fora encontrado em nosso trabalho e suas irradiações no sentido de apontar a atualidade da *formação*.

Parte 1: Formação, entre virtualidade e realização.

1 – Caio Prado Jr.: experiência intelectual e a possibilidade de um marxismo brasileiro.

Vários são os intelectuais (ARICÓ,1982) (LÖWY,2012) (RICUPERO,2000), a apontarem o fato de a relação entre marxismo e América Latina, nunca ter sido simples, pautando-se por uma verdadeira “dialética do localismo e do cosmopolitismo”¹⁴. Dialética a qual teria em Caio Prado Jr. um de seus momentos mais refinados de superação qualitativa dos elementos anteriormente colocados, empenhando-se aventura de traduzir o modo de abordagem marxista às condições sócio-históricas brasileiras, nacionalizando-a (RICUPERO, 2000, P. 29), Prado Jr. destaca-se entre os ‘marxistas’ alocados por essas terras, cujas desventuras intelectuais e práticas levaram-nos ao não desenvolvimento de uma reflexão original sobre o Brasil.¹⁵

Antes, porém, de darmos continuidade a argumentação sobre Prado Jr., duas palavras sobre a questão da nacionalização do marxismo. A fim de melhor aquilatar o tema, é possível citar, ainda que de modo sumário, os casos de V.I. Lenin e Antonio Gramsci, pois estes autores, como apontam Coutinho (1989, p. 116), Ricupero (2000, p. 61-92) e Kaysel (2012, p. 52-58)¹⁶, podem ser identificados como realizando investigações de acordo com essa inspiração. Lenin, em textos, como *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia* (1985) e “Duas táticas da social-democracia da revolução democrática” (1982, p. 381 - 473), argumenta que as contradições da situação russa estão ligadas as contradições entre dois modos de produção, o capitalismo nascente e o feudalismo em crise, de modo que uma revolução democrático-burguesa seria necessária, porém esta deveria ser feita sob hegemonia¹⁷ proletária. Já Gramsci, no caderno de

¹⁴ Löwy prefere falar que o “marxismo na América Latina foi ameaçado por duas tentações opostas: o excepcionalismo indo-americano e o eurocentrismo” (2012, p.10). Aquele encarnado em um Haya de la Torre e este na compreensão da situação latino-americana por parte dos Partidos Comunistas, influenciados pelas ‘teses para os países coloniais, semicoloniais e dependentes’ da Internacional Comunista.

¹⁵ Tal originalidade é atestada por autores como Carlos Nelson Coutinho (1989, p. 117), o qual ressalta a capacidade criativa e o pioneirismo de nosso autor como um interprete *marxista* da realidade brasileira; por Maria Odila, para quem seu vanguardismo teórico estaria em “decifrar as possibilidades de adequação da dialética materialista ao contexto das contradições brasileiras, elaborada na sua especificidade, o que propunha um desafio fundamental de método [...]” (SILVA, p. 378); por Novais, cujos textos apontam-no como um marco tanto do ângulo da historiografia brasileira, quanto pelo ângulo do marxismo latino-americano (NOVAIS, 1983, p. 70; 1986, p. 23-26; 2005, p. 292-293); e ainda por Carlos Guilherme Mota, que argumenta que o autor seria o primeiro intérprete do Brasil a utilizar classes sociais como uma categoria analítica (MOTA, 2008, p. 70).

¹⁶ É interessante notar a objetividade do problema da nacionalização do marxismo na América Latina e no Brasil (GONÇALVES & BRITO, 2017), a qual pode ser identificado a partir do curioso fato de que o mesmo tempo em que Ricupero (2000) cunhava e trabalhava o conceito no Brasil a partir de Caio Prado Jr., Luis Tapia trabalhava o mesmo termo no contexto boliviano (TAPIA, 2002, p. 326 – 335), tendo em vista a obra de René Zavaleta Mercado. Para este, contrariando as teses do marxismo-leninismo ortodoxo, a formação econômica e social boliviana seria a de uma sociedade *abigarrada*, a qual combinaria diversos modos de produção e tempos históricos distintos, ao modo do estrato neurálgico proveniente da agricultura andina e o epicentro potosino, marcado pela descampenização colonial (MERCADO, 2009, p. 214). Formulação as quais foram essenciais para a constituição de um marxismo renovado e crítico, encarnados em intelectuais como Luis Tapias e Garcia Linera, participantes do Grupo Comuna, que indicavam a centralidade dos indígenas em meio ao bloco subalterno boliviano. É preciso ressaltar ainda que o conceito de nacionalização toma a nação como uma mediação essencial para a análise do todo, todavia, não identifica-se com o nacionalismo.

¹⁷ Laclau e Mouffe identificam a utilização original do conceito de hegemonia na Rússia (LACLAU; MOUFFE, 2001, p. 47-93).

número 19, intitulado “*Risorgimento* italiano” (2004, p. 11-129), argumenta que a criação de um Estado e de uma Nação italianas fora impedida pela fragmentação da sua burguesia, divididas em várias cidades-estado e o cosmopolitismo da Igreja Católica, o que se refletiria na camada dos intelectuais.

Retomando o fio da meada, anteriormente a Caio Prado Jr. houve algumas tentativas de interpretação do Brasil a partir do marxismo. Porém antes de 1922, data de fundação do Partido Comunista Brasileiro (PCB) – do qual nosso autor fora filiado desde 1931 (RICUPERO, 2000, p. 92-137) (SECCO, 2008) -, quase não haviam marxistas e marxismo no Brasil¹⁸. Com a fundação do PCB, formado por ex-anarquistas, o marxismo-leninismo penetra no Brasil. Nesse diapasão, podemos entender porque as primeiras tentativas de interpretação marxista do Brasil, com *Agrarismo e Industrialismo* (1926) de Fritz Mayer – pseudônimo de Octávio Brandão -, além das formulações do próprio PCB, padecem de certo mecanicismo, apostando, por exemplo, na existência de um passado feudal no Brasil. Pode-se perceber nos escritos anteriores uma espécie de decalque de escritos de Lenin sobre a Rússia¹⁹. Prado Jr., em contraste, não aceita tal procedimento.

Essa aventura dialética original de Prado Jr. em terras brasileiras não fora feita sem atritos e críticas. Seguindo Kaysel (2012, p. 151-158), é possível notar uma forte semelhança entre as críticas feitas por Sedi Hirano (1989), Ciro Flamarion Cardoso (1973), Jabob Gorender (1988) e Quartim de Moraes (2007) a Caio Prado Jr. e aquelas feitas por Ernesto Laclau (1978) a André Gunter Frank. Segundo o crítico argentino, Frank não tomaria as contradições fundamentais do sistema capitalista na esfera de circulação e não de produção, lançando mão de um conceito de capitalismo por demais abstrato.

Hirano (1989), irá enfatizar a necessidade de a colônia dever ser entendida como pré-capitalista, visto que uma definição marxista deveria identificar uma formação social com base nas relações de produção. Destarte, mesmo que a colônia respondesse à metrópole e aos desígnios da formação de um capitalismo moderno, seria preciso considerar haver na América uma formação pré-capitalista, portadora de elementos feudais. A estrutura social seria

¹⁸ Claudio Batalha analisa a difusão do marxismo entre os socialistas brasileiro já na virada do século XIX, enfatizando que esses socialistas seriam marxistas pelo critério de seu tempo e não pelos critérios de hoje, o que, de certa forma, tira-o do escopo das proposições deste trabalho (BATALHA, 2007, p. 9-43).

¹⁹ Outro escrito importante para a atuação do PCB e da Internacional Comunista em geral, são as “Teses para o II Congresso da Internacional Comunista” (LENIN, 1980, p. 351-367) nas quais Lenin ‘aplica’, grosso modo, o modelo russo às sociedades ‘atrasadas’. Entretanto, nesses países, “a burguesia, que dependeria da existência do Estado-Nação para promover o desenvolvimento capitalista, seria, diferentemente da Rússia, umas das impulsionadoras da revolução. Portanto, no mundo não europeu, o proletariado e o campesinato deveriam aliar-se à burguesia nacional na promoção de uma Revolução de Libertação Nacional” (RICUPERO, 2000, p. 76).

estamental e hierárquica, a escravidão revitalizando instituições presentes na Antiguidade Clássica e na Idade Média. Os senhores de engenho e grandes proprietários, por sua vez, se comportariam mais com senhores soberanos estamentais do que com empresários ou empreendedores capitalistas.

Cardoso (1973) e Gorender (1988), por sua vez, defendem a existência e até mesmo a combinação de modos de produção distintos por essas bandas. Para o primeiro, haveria uma verdadeira combinação de três modos de produção coloniais; um modo de produção escravista, outro modo de produção baseado na exploração do trabalho indígena - estabelecido mais claramente na região central da América pré-colombiana - e, por último, um modo de produção próprio da América do Norte com uma economia diversa e com pequenos proprietários autônomos. Já para o segundo, constitui-se no que viria a ser o Brasil um modo de produção escravista colonial, cujo fundamento estaria nas instituições da escravidão e da plantagem, em que produtos beneficiados seriam endereçados à metrópole. Assim sendo, os autores citados vêm a análise de Prado Jr. a respeito da colônia como *circulacionista*, isto é, baseado apenas no momento de circulação do capital, porém não em seu momento de produção. Portanto, seria um marxista 'heterodoxo'.

Em Marx mesmo apareceriam diferentes ênfases nos elementos internos ou externos ao tratar da passagem do modo de produção feudal para o modo de produção capitalista. Se em a *Ideologia alemã* enfatizava as contradições internas como essenciais para se explicar a passagem de um para o outro modo de produção, em escritos preparatórios a redação de *O capital*, ressaltaria o modo como uma série de elementos externos passam a serem internalizados e tomados como pressupostos para o desenvolvimento do capitalismo, sem a existência de uma *necessidade* ou um *télos* de passagem de um modo para o outro (GIANNOTTI, 2000, p. 100). Além disso, em seus escritos sobre modos de produção não-capitalistas (MARX, 2000) lança mão de outros eixos de análise além das relações de produção, até porque não se preocupa em estabelecer um sistema classificatório, o qual desse conta de toda a história humana. Dito isso, pode-se notar que Caio Prado Jr. ao analisar a economia colonial e tomar como suas determinações essenciais aquelas advindas da esfera de circulação (NOVAIS, 2005, p. 375), teria sido um marxista dos mais criativos.

Por outro lado, ao se apostar na existência de um modo de produção específico na colônia, se pode cair em um formalismo abstrato, ou como argumenta Mello:

Que modo de produção é este que não parecer reter **em si** qualquer especificidade quanto ao tipo e ao nível das forças produtivas e correspondentes relações sociais de produção? Que modo de produção é este que não se reproduz e cuja dinâmica depende, quase que inteiramente, de contradições que lhe não são próprias? [...] Mas, por outro lado, pergunto: é possível conceber o movimento, isto é, a transição do

feudalismo para o capitalismo abstraindo o papel desempenhado pelas economias colônias? Não: tanto a acumulação de capital e sua concentração nas mãos da burguesia comercial metropolitana quanto a criação de mercados coloniais foram **fatores essenciais** (digo essenciais, não únicos ou mais importantes) à constituição do capitalismo (MELLO, 1982, p. 42).

Ainda nesse diapasão é preciso atentar para dois pontos importantes em relação à obra de Prado Jr., em razão de nosso autor não ter utilizado o termo capitalismo para designar a formação colonial brasileira, o que leva apenas a identificar o Brasil como capitalista apenas na República (COUTINHO, 1989, p. 115). Em compensação, se poderia ‘radicalizar’ a noção de sentido da colonização (BRAUDEL, 1999, p. 136) apresentado em *Formação do Brasil contemporâneo*, notando-se que os destinos da América Portuguesa sempre estiveram ligados as desatinos e reviravoltas do capitalismo internacional, para o qual foi fundamental como instrumento de acumulação de capital e para a passagem à sua fase superior, industrial. A partir daí poder-se-ia entender a colonização da América Portuguesa no quadro mais geral da acumulação primitiva europeia, tanto é que aquela passa a se organizar segundo os objetivos desta, estimulando o progresso burguês em meio a sociedade ocidental e é esse sentido profundo que permite entender todas as peças aqui colocadas.

Trocando em miúdos, não bastava que a colônia produzisse gêneros mercantis com uma procura crescente na Europa, mas que sua comercialização constituísse estímulos à acumulação capitalista nas economias europeias. É a partir dessa orientação que se pode entender também o estabelecimento da escravidão, uma vez que o tráfico negreiro abria um setor de suma importância para o comércio colonial. De forma até que a escravidão poderia ser entendida a partir do tráfico negreiro e não o seu contrário²⁰(NOVAIS, 2006, p. 57-117). Assim, a economia da América Portuguesa deveria ser caracterizada como uma economia determinada pela articulação entre economia mercantil, escravismo e acumulação externa de capital, lembrando que esta seria a determinação mais importante dentre as três. É claro que com isso Novais não quer apontar para a inexistência de uma acumulação interna, mas para o fato de que esta não ocorre de modo tão acentuado, gerando um nível de acumulação prévia baixo e não externo ao Sistema Colonial (NOVAIS, 2005).

Dito isto, o lugar de Caio Prado Jr. no pensamento político e social brasileiro pode ser pensado, como fazem Kaysel (2012) e Brandão (1997; 2005), como pertencendo à tradição

²⁰ Sobre essa questão, Prado Jr. irá explicar a escravidão a partir de: 1) escassez populacional e de mão de obra; 2) ‘vocaçãõ’ dirigente dos colonos portugueses, portanto, não possuidores de atributos para trabalhos manuais; 3) inaptidão social de indígenas para tal trabalho sistemático. Já o historiador tobaguiano Eric Willians, pontua que a escravidão e o tráfico negreiro transatlântico, via comércio triangular metropolitano, foram fundamentais para a acumulação de capitais na Europa e para a Revolução Industrial (WILLIANS, 2012, p. 148 – 160). Ponto que Novais irá, de certa forma, radicalizar.

comunista brasileira. Segundo esta interpretação, a contraposição entre o historiador marxista e o PCB se constituiria como uma maneira de reivindicar o seu legado *a posteriori*, posto que Prado Jr. nunca haveria levado as suas discordâncias quanto ao partido ao público e via de regra teria se servido de seu arcabouço conceitual, como se pode perceber por sua utilização das categorias de Colônia, Nação, Questão Nacional e Imperialismo. Sem embargo, mesmo que se considere que Prado Jr. partilhe do arcabouço conceitual e temáticos de seu partido, a utilização que fazia deles ou, para falar como Pocock (2003), os lances produzidos a partir da utilização destes conceitos podem ser avaliados como distintos dos significados e usos originais, o que produziria inovações e rupturas intelectuais. Tal perspectiva o colocaria mais próximo de uma série de intelectuais obcecados pela falta no Brasil de linhas evolutivas contínuas, chamadas comumente de Formação. Obsessão tornada quase um ponto de encontro entre estes intelectuais, indo desde Sérgio Buarque de Holanda até Antonio Candido, cujas carreiras transcorreram entre os anos de 1930 e 1950.

Tendo isso em mente, é forçoso lembrar que Prado Jr. realizou o grosso de sua atividade intelectual entre essas décadas²¹, podendo mesmo ser considerado um pensador destacado de sua época. Porém, sua explicação destacava-se das demais, porque, como argumenta Ricupero (2000), seus esquemas explicativos, devedores do ponto de vista da totalidade, permitiriam entender a criação da família patriarcal (FREYRE, 2013) e a atuação do *éthos* aventureiro no Brasil (HOLANDA, 1995), mas o contrário seria inviável. Deste modo, acredito que se deve entender Caio Prado Jr. e seu pensamento no quadro de acumulação da experiência intelectual brasileira e de um marxismo extremamente original, propiciador de uma verdadeira tradução de nossas especificidades locais.

²¹Em um primeiro momento, Caio Prado escreveu: *Evolução Política do Brasil* (1933), *Formação do Brasil Contemporâneo* (1942) e *História Econômica do Brasil* (1945), além de *URSS, um Novo Mundo* (1934). Já no segundo momento, publicou: *Dialética do Conhecimento* (1952), *Diretrizes para uma Política Econômica Brasileira* (1954), *Esboço dos Fundamentos de Teoria Econômica* (1957), *Notas Introdutórias à Lógica Dialética* (1959), *A Revolução Brasileira* (1966) e *História e Desenvolvimento* (1969), além de *O Mundo do Socialismo* (1962).

1.2 – Formação do Brasil contemporâneo: inorganicidade e Nação como virtualidade.

Já na introdução de seu livro, Caio Prado Jr. tentar aquilatar melhor o tema que irá enfrentar, deixando claro a importância do século XIX para a nossa história, já que marca um momento decisivo de nossa evolução, que impacta desde a sociedade, passando pela economia e a política. Por trás do aparecimento de uma confusão de fenômenos históricos novos, aparecem processos subterrâneos. Se forneceria, desse modo, o balanço da obra realizada por três séculos de colonização, e, por conseguinte, oferecendo-nos uma chave analítica preciosa para se interpretar o Brasil atual e seus processos históricos coetâneos.

Nesse bojo, os acontecimentos que mais chamam a atenção do autor são mudanças sensíveis na estrutura econômico-social brasileira, que se refletem no crescimento das chamadas formas sociais inorgânicas. É nesse período também em que se pode identificar um tema central de sua obra, a passagem da Colônia para a Nação. Passagem, que ocorre como “um longo processo histórico que se prolonga até os nossos dias e que ainda não está terminado” (PRADO JÚNIOR, 2012, p. 8).

Poder-se-ia, assim, entender este momento histórico como aquele em que o passado colonial se encontraria com o futuro nacional, de modo que os germes deste deveriam ser desvelados naquele. Em outras palavras, obra colonizadora e suas instituições já não mais conseguiam esconder suas fissuras profundas, em que podiam-se vislumbrar transformações profundas. O Brasil passa então a se renovar sem, contudo, se despojar das marcas do processo colonial. Ou seja, no passado estariam assentados os fundamentos de nossa nacionalidade, até porque povoou-se um território semi-deserto e, apesar da orientação mercantil, forjou-se uma vida humana diversa tanto das formações sociais indígenas quanto das europeias.

É possível, portanto, argumentar com Dias (1989, 377) que um “dos eixos fundamentais na obra de Caio Prado Júnior é o tema das tensões entre sociedade e nação, que aponta virtualidade de um processo inacabado em nossa história [...]”. Isso tendo em mente que escreve sua obra com o intuito de compreender o Brasil contemporâneo – até porque o livro sobre a colônia era o primeiro de quatro sobre a história geral do país (COUTINHO, 1989, p. 115). Nesta orientação, os problemas brasileiros fundamentais de 1942 já estariam bem definidos há pelos menos um século e meio atrás²².

²² Essa dificuldade da passagem do tempo talvez anuncie aquilo que Schwarz, falando sobre o grupo do Capital, identifica como a “audaciosa conclusão de que as marcas clássicas do atraso brasileiro não deviam ser consideradas como arcaísmo residual, e sim como parte integrante da reprodução da sociedade moderna, ou seja, como indicativo de uma forma perversa de progresso” (SCHWARZ, 2012d, p. 13). É sugestivo pensar que tal tema, de certa forma, reaparece em outro escrito de Prado: “Acabamos de notar que as sobrevivências pré-capitalistas nas relações de trabalho da agropecuária brasileira, longe de gerarem obstáculo e contradições opostas ao desenvolvimento capitalista, têm pelo contrário contribuído para ele. O ‘negócio’ da agricultura – e é nessa base que se estrutura a maior e principal parte da econômica rural brasileira – não se mantém muitas vezes senão graças

Nessa orientação, o que o autor chama de *sentido da colonização*²³ é decisivo. Posto que todo povo teria sua evolução determinada por certo sentido, escavado não sob o imediato ou naquele cipoal de detalhes históricos, mas num longo período de duração. De onde se insiste que “todos os momentos e aspectos não são senão partes, por si só incompletas, de um todo que deve ser sempre o objetivo último do historiador, por mais particularista que seja” (PRADO JÚNIOR, 2012, p. 15). Se cada povo tem um sentido próprio, o nosso deve ser buscado no quadro maior da expansão ultramarina europeia. Portanto, a ocupação do território que viria a ser o Brasil, nada mais é do que um pequeno episódio ou detalhe daquele quadro de expansão ultramarina de países da Europa.

Nessa aventura expansionista, forjaram-se dois tipos opostos de colônia, conhecidas como colônias de povoamento, assentadas na ideia de se criar uma sociedade e uma vida econômicas análogas a da Metrópole, e colônias de exploração, concebidas com vistas ao lucro comercial e investimentos de capitais (LEROY-BEAULIEU, 1882, p. 312)²⁴. No caso americano, a primeira prevaleceu nas zonas temperadas, ao norte da baía de Delaware, já a segunda prevaleceu nas zonas tropical e semitropical, propícias à exploração de gêneros tropicais. Estas, contando com condições naturais bastantes distintas da parte norte da América, caracterizou-se pela exploração continuada de produtos tropicais relevantes ao mercado europeu. Todavia, por uma espécie de paradoxo das consequências²⁵, constitui-se como um tipo novo de sociedade, cumprindo, ironicamente, o que os colonos ao norte gostariam.

Se a América portuguesa fora estruturada e pensada apenas sob a perspectiva de aumento dos lucros - essencialmente voltada para o fornecimento de tabaco, açúcar, posteriormente diamantes, algodão e café, dispondo seus objetivos para o externo -, como se pensar em uma sociedade vicejar por essas bandas? A reticência frente a esta questão pode

precisamente aos baixos padrões de vida dos trabalhadores, e pois ao reduzido custo da mão de obra que emprega” (PRADO JÚNIOR, 2014, p. 98).

²³ Novais, chama a atenção como o livro do historiador paulista “começa a aparecer como um exemplo bem-sucedido na prática da dialética [...]”, notando que após a indicação da temática e da introdução, nos quais fala do sentido da colonização, Prado Jr. parte para várias partes da realidade histórico. Procedimento bastante próximo daquele de Marx em seu texto sobre o método da economia político (1974, p. 122 – 131), onde o autor argumenta que o concreto só o é por ser síntese de múltiplas determinações, apreendidas a partir de um movimento de ida das determinações mais abstratas e simples às mais complexificadas, em que o verdadeiro ou o racional não apareceriam como o imediatamente dado, mas sim como resultado de um movimento de pensamento (MÜLLER, 1982, 22 - 23).

²⁴ Interessante notar, conforme argumenta de Manzatto (2017), que o economista Paul Leroy-Beaulieu -ortodoxo, anti-protetionista, contrário a intervenção estatal e entusiasta das intervenções francesas em outras partes do mundo -, com seu esquema argumentativo dividia o mundo colonial em entrepostos ou feitorias, colônias agrícolas ou de povoamento e colônias de exploração, utilizado por diversos autores importantes do pensamento político e social brasileiro, como Manoel Bonfim, Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Júnior e Celso Furtado. Usos múltiplos, os quais, segundo o autor, permitiriam apreender as o deslocamento de sensibilidade entre diferentes épocas e orientações ideológicas.

²⁵ Uso me maneira livre aqui o conceito de Max Weber.

mesmo ser apreendida nos escritos de Prado Jr., hesitante em chamar esse tipo de colônia de sociedade, já que seria marcada por um forte “incoerência e instabilidade no povoamento; pobreza e miséria na economia; dissolução nos costumes; inércia e corrupção nos dirigentes leigos e eclesiásticos” (PRADO JÚNIOR, 2012, p. 378). Em resumo, é a partir do lucro e da organização mercantil que a Colônia será constituída como corpo original, distinto das sociedades europeias. No entanto é necessário frisar que aquele não será um corpo autônomo, mas sim subordinado a Metrópole. Em meio à nossa argumentação, é preciso ainda inserir uma outra determinação essencial do sistema colonial: a grande exploração; cuja composição envolve a produção de bens tropicais de valor para o mercado externo, trabalhados por braços escravos em grandes unidades produtivas.

E é justamente a grande exploração que será a força organizadora - com o perdão do disparate, pois o que imperaria na colônia é justamente a desorganização -, a qual dividira a sociedade em dois setores, o chamado setor orgânico, aquele vinculado à produção e o setor inorgânico, não vinculado a esta última. Mas mesmo que houvesse no sistema colonial brasileiro uma articulação entre seus elementos de constituição, criando um todo social orgânico, haveria também uma falta de articulação entre produção, voltada para fora, e o consumo da maior parte da população brasileira, correspondente seu elemento inorgânico. Assim, aquilo que não pertence à grande exploração passa a pertencer ao inorgânico, detendo um papel subalterno. Vivendo em uma situação simplesmente caótica, em atividades econômicas voltadas para o mercado interno, como a pecuária ou uma série de atividade inclassificáveis, todas elas apêndices da grande exploração. Nesse sentido, o que chama a atenção é o aparente paradoxo para o fato de o setor orgânico ser aquele ligado à Metrópole e o setor inorgânico colocar-se como aquele voltado para atividade permeadas por certo caos.

Em resumo, na estrutura social brasileira haveria um imenso vácuo entre dois extremos da escala social, respectivamente, a minoria dos senhores e a multidão dos escravos. Lembrando que ambos são de fácil classificação na estrutura social colonial; porém, em meio a essas duas categorias definidas “comprime-se o número, que vai avultando com o tempo, dos desclassificados, dos inúteis e inadaptados; indivíduos de ocupações mais ou menos incertas e aleatórias ou sem ocupação alguma” (PRADO JÚNIOR, 2012, p.299). Contingente populacional, a partir do qual o médico francês Louis Couty concluirá: “Le Brésil n’a pas de peuple” (COUTY, 1881, p. 87). Na obra de nosso autor pode-se notar uma visão crítica e, por vezes, pessimista quanto ao setor inorgânico, cujo processo formativo legou à Colônia uma

verdadeira falta de “nexo moral” (PRADO JÚNIOR, 2012, p. 362), ensejando relações marcadas por uma verdadeira falta de superestrutura, ou baseada na mais absoluta violência²⁶.

Não obstante seu tom crítico, o historiador paulista veria na nossa constituição Colonial a virtualidade de uma Nação (DIAS, 1989), em que já se prenunciaria uma nova sociedade. Nela, o que fora o setor inorgânico deve ser fundamental; o não organizado no plano colonial passa a ser decisivo para a constituição da Nação brasileira. Isto é, a partir daquilo que não está totalmente integrado ao corpo colonial que se deve vislumbrar o futuro nacional e seus fundamentos. Dado que o que caracterizou a vida colonial foi a produção voltada para fora, dever-se-ia invertê-la em um futuro integrado, no qual a produção deve voltar-se para os setores internos e produzir de modo a saciar a demanda interna, o que levaria ao desejado encontro entre produção e demanda. Desta forma, a centralidade do setor inorgânico deve ser entendida a partir de sua ação, por escolha ou não, voltada para o mercado interno e o fato de uma nação não poder se constituir a partir de seu setor integrado à metrópole, em função do peso da escravidão nele.

À vista disso, o tema da nação, proposto como um todo social orgânico, tinha como pressuposto a análise imanente das possibilidades de integração da massa populacional no sistema produtivo brasileiro. Sendo esta entendida como uma dificuldade estrutural devido ao nosso processo de colonização mercantil. Não por acaso, será central na elaboração de nosso autor os impasses e mudanças das forças sociais inorgânicas, fragmentadas e subordinadas num processo tenso de formação de nossa nacionalidade. Tentativa de formação figurado na construção sobrecarregada do livro, em que, de um lado, a explicitação das forças decompositoras e desagregadoras do sistema são apresentadas acenando para o outro flanco, marcado pela “possibilidade de transformação do sistema colonial e de potencialidades futuras de superação eventual deste impasse do inorgânico” (DIAS, 1989, p. 381)²⁷.

Sumarizando, com esta exposição pode-se notar que Caio Prado Jr., em meio a possíveis sentidos do termo formação, fala na *possibilidade ou virtualidade da formação de uma Nação integrada*, a qual não se realizou. Integração cujo fundamento seria o de negação da colônia. Ou, como enfatiza Schwarz (2014, p. 65), “a formação brasileira se completaria no momento

²⁶ Como nos diz o próprio autor: “No outro setor dela, o que se mantém à margem da escravidão, a situação se apresenta, em certo sentido, pior. A inorganização é aí a regra. [...] Para este setor não se pode nem ao menos falar em “estrutura” social, porque é a instabilidade e incoerência que a caracterizam, tendendo em todos os casos para estas formas extremas de desagregação social, tão salientes e características da vida brasileira, e que notei em outro capítulo: a vadiagem e a caboclicação” (Ibid., p. 364).

²⁷ É preciso notar aqui também que o procedimento imanente de Prado, aproxima-se do de Marx e Engels, pois, que para eles, o Socialismo seria mesmo fruto das entranhas do capitalismo desenvolvido e da Grande Indústria (ENGELS e MARX, 2007; 2010). Porém, é preciso levar em conta que não entendiam o processo como *necessário*, mas *possível*.

em que fosse superada a nossa herança de inorganicidade social – o oposto da interligação com os objetivos internos – trazida da Colônia. Este momento alto estaria, ou esteve, no futuro”²⁸.

Em vista do que expomos é lícito arguir que o sentido e a especificidade do termo formação em Caio Prado Jr. Aponta para uma tarefa ainda a ser realizada no futuro, cujo ponto de fuga seria o de uma Nação moderna e integrada.

²⁸ Ponto que fica bastante claro em outra obra de nosso historiador: Como se sabe, a evolução histórica brasileira, e particularmente a natureza dos principais acontecimentos, os de maior projeção, que constituem a sua trama, claramente indicam o sentido profundo daquela evolução e a direção em que se processa. *A saber, de colônia com as características instituições econômicas e sociais cujos contornos essenciais esboçamos acima para uma coletividade nacionalmente integrada, isto é, voltada para si mesma, e estruturada social e economicamente em função de sua individualidade coletiva e para atender às aspirações e necessidades próprias* (PRADO JÚNIOR, 2014, p. 86, marcações minhas).

2 – Celso Furtado: crítica ao falso senso de universalidade da economia central.

Furtado doutorou-se na *Université Paris IV – Sorbonne* em 1948, apresentando a tese intitulada *Economia Colonial no Brasil nos séculos XVI e XVII*, na qual nota-se uma bibliografia clássica sobre o Brasil²⁹. Contudo, essa mesma bibliografia foi omitida de sua obra *Formação econômica do Brasil*. Criar-se-ia dificuldades a partir daí para se compreender como uma obra de resultados tão notáveis contaria com uma bibliografia limitada. Enfrentaremos essa questão em razão de podermos ao trata-la abrir caminhos e possibilidade de compreender mais adequadamente a configuração do pensamento de nosso autor e seu lugar em meio ao Pensamento brasileiro, bem como seu posicionamento frente ao quase gênero da formação (RICUPERO, 2005).

Segundo o economista Tamás Szmrecsányi (1999), o doutoramento de Furtado estaria inserido em um contexto mais geral das Ciências Sociais, em que a especialização das Ciências Econômicas ocorre apenas mais tarde. Com efeito, no primeiro capítulo de sua tese aparece uma preocupação mais generalistas, em que discute as hipóteses do ensaísta português Antonio Sérgio sobre a evolução da burguesia marítima lusitana; passa pelo crivo as teses de Henri Pirenne sobre a existente correlação dos períodos da história social do capitalismo com a formação de novas elites dirigentes e analisa a formação colonial brasileira tendo em vista as ideias de Gilberto Freyre e Caio Prado Jr., além de examinar a documentação disponível à época (FURTADO, 2001, p. 13-21). Esta perspectiva é mudada por uma visão de mundo fundamentalmente econômica já em textos da França e ingresso na Comissão Econômica para América Latina e o Caribe (CEPAL) (SZMRECSÁNYI, 1999, p. 211).

Roberto Silva (2010, p.6) argumenta, contudo, no sentido de apontar para o obscurecimento de uma série de questões importantes ao distinguir de maneira rígida dois momentos na obra do economista paraibanos. O autor defende que, por um lado, apontar a continuidade entre ambas é correto, até porque existiria um número expressivo de citações bibliográficas do doutoramento repetidas em *Formação econômica do Brasil*; por outro, haveriam divergências sensíveis entre ambas.

A primeira das diferenças, refere-se ao conhecimento histórico de nosso autor, que se reflete na obra de 1959 com a utilização da história econômica produzida nos Estados Unidos e na Inglaterra. Tal perspectiva ganhou impulso a partir dos anos de 1930, com a constituição de instituições, como a *International Scientific Committee of Price History* (ISCPH) e a

²⁹ Como os livros de Capistrano de Abreu (*Capítulos da história colonial*), Caio Prado Jr. (*História econômica do Brasil e Formação do Brasil contemporâneo: colônia*), Nelson Werneck Sodré (*Formação da sociedade brasileira*), Gilberto Freyre (*Casa-grande & Senzala*), Louis Couty (*L'esclavage au Brésil*), René Courtin (*Les problèmes de la civilization économique au Brésil*).

Economic History Association (EHA). Não obstante, é preciso frisar que a atualização bibliográfica sobre ‘história mundial’ não atingiu as referências sobre o Brasil e sobre as Antilhas francesas³⁰. Ou melhor, o escopo de referências diminui em *Formação econômica do Brasil*, saindo a referências a autores como Caio Prado Jr. e Gilberto Freyre, ao mesmo tempo que ocorre a incorporação de um novo padrão científico e acadêmico de conhecimento, com, por exemplo, a citação obras donde retira os argumentos de viajantes e cronistas.

Já a segunda diferença, dá-se em relação à influência de Caio Prado Jr., a qual, de acordo com Silva (2010, p. 180), teria sido superestimada por uma parte considerável da bibliografia sobre Furtado, como Bernardo Ricupero (2005), Francisco de Oliveira (2003) e o próprio Tamás Szmrecsányi (1999)³¹. Admite que a tese de doutorado foi devedora do livro formativo do marxista paulista, oferecendo-lhe categoria e conceitos fundamentais para a interpretação da história e economia da colônia, como o ‘sentido da colonização’ e ‘sistema de agricultura tropical’. Apesar disso, em sua obra de 1959, tal presença deveria ser matizada, já que contaria com um arcabouço conceitual diverso, como indicaria o conceito de ‘economia escravagista de agricultura tropical’. Outro ponto importante seria a crítica ao conceito de Sentido da colonização no primeiro rodapé do livro de 1959, já que explicaria a expansão ultramarina europeia a partir do capital mercantil. Furtado, por seu turno, entenderia, em contraste, o processo de desenvolvimento econômico lusitano, bem como sua expansão colonial, como um “fenômeno autônomo na expansão comercial europeia, em grande parte independente das vicissitudes crescentes criadas ao comércio do Mediterrâneo oriental pela penetração otomana” (FURTADO, 1995, p. 5). Portanto, apareceria uma mudança de enfoque e de conteúdo nas duas obras do economista, a problemática tendo sido deslocada para a explicação dos fatores condicionantes do desenvolvimento, ao mesmo tempo que teria incorporado uma visão sistemática da economia do Atlântico (2010, p. 183).

Tendo em vista ainda as diferenças entre o cepalino e o marxista, é preciso salientar três outras distinções essenciais. A primeira diz respeito ao ponto de vista de ambos sobre a industrialização do Brasil. Para o primeiro, esta deveria ser entendida na chave de

³⁰ À exceção do artigo de Alice Canabrava, “A influência do Brasil na técnica do fabrico de açúcar nas Antilhas francesas e inglesas no meado do século XVIII” sobre a questão da técnica na fabricação do açúcar, utilizado no livro *Formação econômica do Brasil*.

³¹ Ricupero leva em consideração o fato de ambos os autores coincidirem na preocupação econômica, a proximidade do programa político pressuposto em seus textos e a grande importância atribuída ao passado colonial. Atribuíam, de modo geral, grande importância aos fatores externos na determinação dos destinos do Brasil, o que equivaleria a um modo de pensar inaugurado pelo historiador marxista e presente em intelectuais como o próprio Furtado, Roberto Simonsen, Raymundo Faoro e os marxistas uspiano (RICUPERO, 2011, p. 49). Oliveira, por sua vez, a partir do famoso prefácio de Antonio Candido a *Raízes do Brasil*, toma os dois autores como demiurgos do Brasil (2003, p. 19), juntamente com Freyre e Buarque de Holanda.

transformação da economia, lembrando que teria ocorrido uma política keynesiana *avant la lettre*, em que a defesa dos preços do café, ao manter os níveis de renda internos, somado a crise de divisas fortes, impediu a importação de manufaturas e estimulou a industrialização (FURTADO, 1995, p. 186 – 204). O segundo, entretanto, não reputava grande importância ao fenômeno da industrialização, dado que ressaltava sua dependência frente aos capitais estrangeiros e sua incapacidade de mudar a orientação colonial da economia brasileira (PRADO JÚNIOR, 2014, p. 91-93).

Como segunda diferença, poder-se-ia ver em Furtado uma noção distinta e inovadora de desenvolvimento. Ao entender o desenvolvimento de um ponto de vista de processo de incorporação técnica condicionada à formação do capital teria acabado por lançar mão de um novo método para melhor entender o mecanismo de fluxo de renda. Conseqüentemente, teria produzido uma inflexão na análise da economia brasileira, elaborando uma nova problemática a respeito do desenvolvimento econômico (SILVA, 2010, p. 186). Nessa referência, ao entender que as economias subdesenvolvidas poderiam superar este estágio via um processo de aumento produtivo ligada a incorporação da técnica existente e da realocação dos fatores produtivos, iria buscar em nosso passado os impedimentos deste processo (FURTADO, 1995, p. 150). Em contraste com os E.U.A., o Brasil permaneceu como economia subdesenvolvida, o que teria sido impulsionado entre os séculos XVII e XVIII. Esta análise mais detalhada sobre o desenvolvimento fora realizada a partir do ingresso do economista na CEPAL. Como sinal da mudança, ao invés de utilizar o termo ‘ciclo’ econômico - bastante comum em seu doutorado - passaria a ter uma visada mais estrutural sobre a história brasileira, em que reconheceria, por exemplo, o papel da escravidão como bloqueador da propagação de renda. A mudança também levaria o economista paraibano a prestar mais atenção à questão regional brasileira.

Em terceiro lugar, é preciso ter em mente a capacidade e a efetividade da intervenção política dos dois autores. Ao passo que se o cepalino fora funcionário do governo brasileiro e de agências internacionais, o paulista fora um militante comunista isolado em seu próprio partido em função das teses que defendia. Mesmo com estas diferenças, de um ponto de vista teórico seria mais legítimo defender que embora tenham divergências importantes, a complementariedade e até a continuidade, entre os dois é profunda.

Poder-se-ia lembrar, em primeiro lugar, que ambos autores dão uma grande importância ao passado colonial, uma vez que chamam a atenção para a ligação entre a economia do Brasil e a economia mundial, desde a época. A maior atenção às determinações externas à colônia, contrasta, por exemplo, com Gilberto Freyre ou mesmo com os defensores de um passado feudal da América Latina, que privilegiavam os fatores internos ao Brasil. Em segundo lugar,

ambos entenderiam a colonização latino-americana como fazendo parte de um quadro maior, a expansão comercial europeia.

Como terceiro elemento, deve-se lembrar que os dois autores se aproximam na discussão sobre os setores de subsistência (Furtado) e o setor inorgânico (Prado Jr.). O economista paraibano indica que se forma conjuntamente a setores de alta produtividade, altamente lucrativos e voltados para o mercado externo, como a produção de açúcar, um setor extremamente ‘precarizado’ e voltado para algumas demandas internas, como é o caso da pecuária. A discussão tem um forte ar de família com a exposição de Prado Jr. sobre a relação entre o setor orgânico e o setor inorgânico - voltado para dentro e composto por uma série de atividade inclassificáveis - na formação colonial brasileira.

Em quarto lugar, o programa político dos autores não difere tanto, visto que propõem a construção definitiva de uma Nação no Brasil, na qual a produção privilegie o mercado interno e não o externo. No entanto, os protagonistas da constituição dessa Nação são diferentes para o historiador marxista e para o economista cepalino: no primeiro, os trabalhadores do campo e da cidade; para o último, caberia a realização de uma coalização mais ampla, bastante próxima daquela sustentadora do populismo (RODRIGUES, 1981, p. 25-28)³².

É forçoso notar a originalidade de Furtado ao tratar das relações do Estado-Sociedade no Brasil. Lança mão para tanto de um diálogo profícuo de preferência com o chamado pensamento autoritário brasileiro, dominante no nosso meio até o final da década de 1930, representando por autores como Oliveira Vianna e Alberto Torres³³. A interlocução em questão se deu em razão de nem a esquerda e nem a direita intelectual à época possuírem uma interpretação mais sofisticada sobre o lugar do Estado. Em contraste, os pensadores autoritários possuírem uma interpretação mais sistemática sobre o Estado (OLIVEIRA, 2003, p. 62).

No que se refere a Furtado, a relação entre Estado, política, sociedade e economia é muito bem desenvolvida na interpretação da crise de 1930. O autor explica as medidas protetivas do governo para salvaguardar preços e renda – como queima de café e estocagem -, a partir dos interesses das classes sociais: dos proprietários, dos produtores e dos exportadores de café. Não menos importante, diferente do pensamento autoritário, procura um caminho mais

³² Segundo Rodrigues: “O reformismo das posições cepalinas se acentua notoriamente, aproximando-as das ideologias populistas. Neste sentido, as propostas destinadas a modificar a estrutura da propriedade agrária e a garantir uma distribuição mais equitativa da renda se fazem muito mais diretas e incisivas; aumentam, além disso, as preocupações sociais do desenvolvimento, dando lugar a novas recomendações no âmbito das políticas trabalhista e social” (1981, p. 28). É forçoso lembrar que a definição sobre o que é populismo não é evidente. Contudo, podemos identificar tal movimento na América Latina, a partir de seu desejo de incorporar ‘por cima’ as massas populares à vida nacional e criar pelo ‘alto’ uma vontade nacional-popular (PORTANTIERO, 1988).

³³ Para mais sobre esses autores, ver a coletânea de textos *Revisão do pensamento conservador no Brasil: ideias e política no Brasil* (FERREIRA e BOTELHO, 2010).

progressista colocando a esfera-pública a serviço do bem-estar da maioria da população e de um projeto de capitalismo planejado democraticamente (CEPÊDA, 2001, 180). Nessa referência, é especialmente importante para o economista a ideia de planejamento democrático desenvolvido pelo sociólogo húngaro Karl Mannheim (1972), conforme observado por Oliveira (2003, p. 83), Mantega (1989, p. 30) e Rezende (2004, p. 240).

Ainda mais importante para Furtado é a vinculação, a partir de 1949, à CEPAL da ONU (Organização das Nações Unidas). Especialmente importante para o economista brasileiro é a relação com o secretário da agência, o economista argentino Raúl Prebisch. No seu ensaio “O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus principais problemas” (1949), que ficou mais conhecido como “Manifesto Latino-Americano”, se volta contra o que chama de falso senso de universalidade da teoria econômica, posto que o progresso técnico se desenvolveu de forma desigual nos chamados países centrais e nos chamados países periféricos. O centro teria um desenvolvimento técnico mais ou menos homogêneo nos diferentes setores produtivos. A periferia, em contraste, seria marcada por um forte dualismo econômico estrutural entre setores arcaicos e setores modernos.

Voltando-se contra a teoria das vantagens comparativas do inglês David Ricardo, defende que não só a transferência de ganhos em relação as economias periféricas não ocorrem, como também há a transferência de seus ganhos produtivos para as economias centrais. Portanto, a tradicional divisão internacional do trabalho levaria a uma disparidade cada vez maior entre economias periféricas e centrais. A partir daí, o economista argentino conclui que a industrialização é fundamental para as economias periféricas, funcionando como “o único meio de que dispõe para ir captando uma parte do fruto do progresso técnico e elevando progressivamente o nível de vida das massas” (PREBISCH, 2011, p. 96).

É com base nessas formulações que podemos entender a obra de Celso Furtado. A partir da CEPAL, caracteriza o subdesenvolvimento como condições periférica, a indústria como um importante polo dinâmico. E mesmo, a ideia de a industrialização periférica ser um processo de desenvolvimento sem precedentes históricos e problemático. Nesse contexto, a obra *Formação econômica do Brasil* tem o mérito de adicionar uma perspectiva histórica de longo prazo à análise estruturalista.

É preciso enfatizar o fato de Furtado pertencer destacadamente à literatura da Formação sobre o Brasil (ARANTES e ARANTES, 1997) (RICUPERO, 2010) (SCHWARZ, 2014b). Mesmo diferenciando-se (ou mesmo criticando) em pontos significativos de autores clássicos do tema formativo, Furtado os tem como ‘interlocutores’ nos seus estudos sobre a situação

brasileira. E justamente por haver essas distinções que o economista cepalino entra com uma contribuição importante e original para esse quase gênero do pensamento político brasileiro.

Formação econômica do Brasil além de sua inserção específica na literatura formativa, tem grande importância do ponto de vista da historiografia econômica, por sistematizar a proposta alternativa da CEPAL, mostrando que o desenvolvimento histórico de um país subdesenvolvido era distinto dos desenvolvidos. Pode-se pensar a estruturação do livro a partir de três grandes linhas argumentativas: a primeira consistiria no confronto entre o desenvolvimento dos EUA e o subdesenvolvimento brasileiro, procurando esclarecer as determinações históricas presentes na constituição de estruturas dinâmicas distintas na periferia capitalista colonial; a segunda procuraria entender os obstáculos à expansão da renda, à formação do mercado interno e à diversificação de nossa produção; e a terceira se voltaria para a preocupação estruturalista com a gestão da heterogeneidade da economia brasileira, consistindo em explicar e apontar as causas de persistência de uma ampla economia de subsistência (BIELSCHOWSKY, 2000, p.166).

2.1 – Formação econômica do Brasil: a esperança em um mercado interno.

Logo de saída, a observação de Furtado que a ocupação econômica das terras americanas seria um episódio da expansão comercial europeia, salta aos olhos sua relação com Prado Jr. e Simonsen (RICUPERO, 2005, p. 51-98) e toda uma linha de interpretação do Brasil, que toma as determinações externas como essenciais à nossa constituição. Essa expansão seria gerada pelo elevado desenvolvimento do comércio interno europeu, o qual foi obstaculizado pelo controle otomano do mediterrâneo.

De todo modo, a ocupação de terras americanas teria sido algo secundário na expansão comercial. Para os portugueses, esse caráter secundário duraria mais tempo, dado que os espanhóis encontraram e saquearam boa parte do ouro e metais preciosos acumulados pelas velhas civilizações da meseta mexicana. Com essa ‘descoberta’ os olhos da Europa se voltariam para as América. A partir daí, o problema da ocupação seria não só econômico, como também político.

Com o passar do tempo, a necessidade de uma ocupação permanente nessas terras teria ficado cada vez mais clara. Pode-se identificar, assim, que as características mais marcantes do primeiro século de história da América estão vinculadas à luta por terras de baixa utilização econômica. Grandes consequências para a mudança de caráter da natureza histórica americana seria o início da produção agrícola. Desde então, a América passaria de empresa extrativa para uma parte integrante da economia reprodutiva da Europa. Os portugueses teriam um papel de primazia, até porque tinham a experiência de plantio e produção de açúcar nas ilhas do Atlântico. Contariam também com capital comerciais fornecido pelos flamengos, além de utilizarem mão de obra escrava africana. Tal empresa foi coroada de sucesso.

No caso espanhol, em contraste, os resultados, num primeiro momento, teriam sido muito diferentes. O forte fluxo de metais para a metrópole, teria mudado radicalmente a sua estrutura econômica, o poder econômico do Estado crescendo significativamente. A partir daí, haveria um enorme aumento de renda gerado pelos gastos públicos, ou por gastos subsidiados pelo governo, o que alimentaria uma inflação crônica e um déficit persistente na balança comercial. Tendo em vista tal quadro, é preciso lembrar que a Espanha passou a ser o centro irradiador de uma inflação que se alastrou por boa parte da Europa. Por conseguinte, os metais preciosos americanos provocariam efeitos negativos na produção interna e estímulos para o restante dos países europeus. Além disso, a possibilidade de se viver de subsídios estatais teria feito crescer o setor da população economicamente inativa, levando a diminuição da importância relativa na sociedade espanhola dos grupos dirigentes vinculados à produção.

Tal situação teria conduzido à decadência, prejudicando as colônias e fazendo com que empresas comerciais fossem paralisadas por algum tempo. É ligado ao quadro espanhol que

Furtado relaciona o êxito da empresa portuguesa e o seu monopólio. Não obstante, há uma mudança com a absorção do reino lusitano pela Espanha, envolvida então em disputa com os Países Baixos. As consequências da União Ibérica para o Brasil são profundas, já que os flamengos ocupam parte do Nordeste do país e adquirem os conhecimentos técnicos e organizacionais da indústria do açúcar. Podem, dessa maneira, produzir açúcar nas Antilhas, forçando a quebra do monopólio lusitano e a diminuição do preço do produto pela metade no último quartil do século XVII.

Nesse processo, a renda máxima do açúcar havia chegado ao fim, o volume de exportações tendo caído pela metade e a renda real da produção havendo caído para $\frac{1}{4}$ do que era aferido em sua época mais proveitosa, saber, entre a metade do século XVI até a primeira metade do século XVII. Como os artigos de produção interna que os exportadores metropolitanos exportavam para o Brasil eram os mesmo que os exportados para fora, a sua fixação monetária deveria estar atrelada ao ouro, beneficiando o comércio e o lucro lusitano. Poder-se-ia dizer, que aqui estaria o início do longo fim da economia açucareira no Brasil.

A renda que se gerava na colônia estava fortemente concentrada na mão das classes proprietárias, cujos gastos em produtos de luxo vindos de fora eram altíssimos. Além disso, a inversão feita numa economia exportadora-escravocrata transfigura-se em transferências ao exterior, com a importação de materiais e equipamentos produtivos, bem como a de mão-de-obra. Os escravos demandavam além de uma inversão em sua compra, custos fixos em sua manutenção, o que levava a utilização contínua de sua força de trabalho.

Como essas inversões acabava-se por aumentar o ativo do empresariado, porém sem a criação de um fluxo de renda. Como a mão de obra não era assalariada, o crescimento da empresa escravista tendia a ser apenas um crescimento em extensão, mas que não levava a modificações estruturais e um desenvolvimento qualitativo. Como não havia nenhuma chance de que o crescimento baseado em influxos externos levasse a um processo de desenvolvimento interno e autopropulsionado, tinha suas vantagens demográficas anuladas, uma vez que os mecanismos econômicos não permitiam uma articulação direta entre produção e consumo. Conforme argumentava Furtado, seria natural que a formação de um sistema econômico de alta produtividade traga consequências para as outras áreas do país, como o surgimento de um mercado capaz de justificar a criação de outras atividades econômicas.

Como a preferência pelos bens de luxo vindos de fora era pronunciada, o único bem que poderia ser produzido pela colônia era a carne. O produto em questão tinha grande capacidade de expansão mercantil e de modo algum competia com a atividade açucareira, dado que a sua produção se dava longe do litoral e com uma ocupação de terras apenas extensiva. Apesar de

não haver impedimento ao seu crescimento do lado da oferta - até porque a condição fundamental de sua expansão era a disponibilidade de terras -, do lado da procura havia um impeditivo claro: a criação nordestina era uma atividade dependente da economia açucareira, por conseguinte, a expansão desta condicionava aquela. Vista em conjunto, a economia criatória teria como principal atividade aquela ligada a subsistência da população regional, constituindo-se em uma fonte de matéria-prima e alimentos. Apresentar-se-ia, porém, como um fato essencial das mudanças estruturais da economia nordestina em seu longo processo de decadência. Outro fator que não pode ser deixado de lado é o fato de seu mercado ser de proporções muito menores do que o do açúcar. Elementos até aqui expostos e que darão sustentação ao complexo econômico nordestino:

As formas que assumem os dois sistemas da economia nordestina - o açucareiro e o criatório - no lento processo de decadência que se inicia na segunda metade do século XVII constituem elementos fundamentais na formação do que no século XX viria a ser a economia brasileira. Vimos já que as unidades produtivas, tanto na economia açucareira como na criatória, tendiam a preservar a sua forma original, seja nas etapas de expansão, seja nas de contração. Por um lado, o crescimento era de caráter puramente extensivo, mediante a incorporação de terra e mão-de-obra, não implicando modificações estruturais que repercutissem nos custos de produção e, portanto, na produtividade. Por outro lado, a reduzida expressão dos custos monetários - isto é, a pequena proporção da folha de salários e da compra de serviços a outras unidades produtivas - tornava a economia enormemente resistente aos efeitos a curto prazo de uma baixa de preços (FURTADO, 1995, p. 61, marcações meus).

O período que vai do século XVII ao XIX marca um longo processo de atrofiamento da economia nordestina, com um forte declínio da renda *per capita* de sua população. Destarte, a expansão da economia nordestina, durante o período em questão, consistiu em um processo de verdadeira involução econômica, pois o setor produtivo ia perdendo importância relativa e, por conseguinte, a produtividade do setor pecuário declinava à medida que este crescia. Trocando em miúdos, a expansão refletia apenas o crescimento do setor de subsistência, para o qual parte significativa da população ia transferindo-se. Nesse processo histórico, o sistema econômico do Nordeste, conhecido pela sua alta produtividade no século XVII, foi transformando-se numa economia em que boa parte da população produzia o necessário para a sobrevivência. A dispersão populacional, ‘empregados’ na pecuária extensiva, provocava uma regressão quanto à divisão do trabalho, acarretando uma involução em meio as técnicas artesanais de produção. Pode-se mesmo identificar a formação da população nordestina e sua precária economia de subsistência, como momentos ligados ao lento processo de decadência da empresa do açúcar - empreendimento agrícola e colonial mais rentável da história humana, conforme argumentava Furtado.

No desenrolar deste processo histórico, tanto o Caribe tornou-se um poderoso concorrente no mercado de produtos tropicais, quanto a Inglaterra e Holanda passaram a constituir nesta parte da América colônias de povoamento militares. O economista cepalino argumenta que a colonização de povoamento iniciada na América tinha tanto objetivos político, quanto econômicos, mais precisamente a exploração da mão de obra europeia, barateada à época do êxodo rural de camponeses - ligado aos 'cercamentos' -, que viviam em condições tão precárias a ponto de aceitarem o regime de servidão em ultramar. Em razão desses objetivos políticos, a colonização era baseada em pequenas propriedades, as quais deveriam ser pagas com o fruto do trabalho futuro. É sugestivo notar que essa colonização de povoamento, foi no seu início um verdadeiro fracasso para a metrópole, ao contrário do êxito inicial das colônias de exploração, à maneira do Brasil.

Com a produção de açúcar nas Antilhas, impulsionada pela expulsão dos holandeses do Nordeste brasileiro, não houve espaço para a pequena propriedade e a população de origem europeia diminuiu significativamente. Essa mesma mudança fez com que parte significativa da população de origem europeia migre para as colônias do norte, colônias estas que passam a desenvolver um intenso comércio com o Caribe. O comércio entre as colônias se fazia por meio de navios dos colonos da Nova Inglaterra, comércio que veio a fomentar a indústria de construção naval regional, que encontrou abundante oferta de madeira e outras condições propícias ao seu desenvolvimento.

As colônias nortistas, localizadas ao longo da Baía de Delaware, desenvolveram-se, entre a segunda metade do século XVII e a primeira metade do século XVIII, como parte de um sistema maior, tendo como elemento dinâmico as regiões antilhanas produtoras de artigos tropicais. Lembrando que o fato de as principais partes deste sistema estarem separadas - a região produtora do artigo de exportação localizava-se nas Antilhas e a região que abastecia aquela com artigos variados localizava-se ao longo do litoral oeste da América do Norte -, é um elemento de importante para se explicar o desenvolvimento posterior de ambas, até porque os capitais gerados no conjunto do sistema não foram todos canalizados para a produção do açúcar, atividade mais lucrativa, propiciando o desenvolvimento de uma economia similar à europeia nas colônias do norte, voltada ao mercado interno. Com isso, tornou-se possível o desenvolvimento de uma economia agrícola não-especializada na exportação de produtos tropicais, algo que marca o início de uma nova etapa na ocupação econômica de terras americanas.

Voltando às colônias portuguesas, a metrópole ligou-se, no âmbito político, à Inglaterra, criando situação de semidependência. Economicamente a colônia ia de mal a pior, mesmo com

o interregno da descoberta do ouro, que propiciou um enriquecimento aparente à Portugal - à maneira do que ocorreu no caso espanhol. É claro que o ouro permitiu ao Brasil uma razoável expansão demográfica. Comparando a economia mineira com a do açúcar, poder-se-ia dizer que a renda média daquela tenha sido mais baixa do que desta, mas o mercado da primeira apresentava uma potencialidade muito maior. Tal afirmação pode ser sustentada pelo fato de as importações abocanharem uma parte menor do dispêndio total, além de que a renda encontrava-se muito menos concentrada, até porque a proporção da população livre era muito maior. Conseqüentemente, o espaço ocupado pelos bens de consumo correntes era muito maior do que na economia do Açúcar, no qual o predomínio era dado pelos bens de luxo. É também preciso notar que a população, mesmo que dispersa, estava reunida em grupos urbanos e semi-urbanos, e que a grande distância entre a região mineira e a os portos encarecia os produtos importados. O conjunto desses múltiplos elementos fazia com que a região mineira aparecesse como muito mais propícia a um desenvolvimento endógeno, assentado no mercado interno.

A explicação do não desenvolvimento das atividades manufatureiras é identificada por Furtado na não transferência de uma técnica que os imigrantes daqui não conheciam – a comparação com o caso americano é direta, visto que lá os imigrantes transferiram técnicas importantes para o desenvolvimento industrial. Do ponto de vista europeu, o ouro brasileiro – lembrando que o contexto era do tratado de Methuen, extremamente lesivo a Portugal -, teve um efeito bastante positivo para a potência inglesa, que seguiu uma política de claro fomento ao setor manufatureiro, Pré-Revolução Industrial. Com a não criação de formas permanente de atividades econômicas nas regiões mineiras e com o declínio da atividade do ouro, assistiu-se uma rápida e geral decadência na região. Em suma, a reversão à *simples economia de subsistência*.

O processo de longa estagnação econômica começa a mudar já na segunda metade do século XIX. Para tanto é decisivo o surgimento de um produto, o café, o qual permitiu ao Brasil voltar a integrar as correntes expansionistas do comércio internacional. Após a sua primeira etapa a economia cafeeira encontrou condições de se autofinanciar. Furtado vai se concentrar aqui também na explicitação da distribuição populacional em setores de subsistência e de exportação. Mas um problema saltava aos olhos e poderia obstaculizar a expansão da economia cafeeira: a problema da mão de obra. Adiantando o argumento, a solução alternativa foi o fomento, forjado pelas classes dominantes do café, de uma corrente imigratória para o Brasil. A qual possibilitaria a expansão da atividade cafeeira em São Paulo.

Não obstante, duas questões ficam em aberto com a constatação da importância do fluxo imigratório: i) o fluxo em questão poderia ser tomado como sinal da falta de mão de obra no

Brasil; ii) seria a mão de obra tornada livre com a extinção do trabalho servil dispensável? Respondendo à primeira questão, poder-se-ia argumentar que a economia primitiva de subsistência estava tão desordenada, a ponto de o recrutamento desta mão de obra exigir recursos apenas disponíveis caso houvesse a cooperação dos grandes proprietários de terra. No entanto, tal situação mostrava-se inviável, “pois era todo um estilo de vida, de organização social e de estruturação do poder político que entrava em jogo” (FURTADO, 1995, p. 121). Nesse sentido, a abolição da escravidão contribuiu para acirrar o problema, sendo necessário observar também que a abolição teve efeitos diferentes na região Nordeste e na região Centro-Sul brasileira. Na primeira região, baseada na escassez de terras, baixa demanda por trabalho, ligada a queda nas exportações de açúcar, teria havido a preservação da mão de obra recém liberta no interior dos núcleos de grande exploração de cana. Já no Centro-Sul, os escravos estavam concentrados nas regiões cafeeiras pioneiras e a produção se deslocava para terras mais férteis. A mão de obra recém liberta voltou-se, principalmente, para atividades de subsistência e uma pequena parte adentrou no regime de trabalho assalariado.

Em resumo, a abolição da escravatura levou, ao mesmo tempo, a ampliação da economia de subsistência, bem como da produtividade do trabalho, e o aumento da escassez relativa de mão de obra, o que foi resolvido com a adoção do recrutamento do trabalho europeu por parte da classe dirigente cafeeira. Não obstante, ser a opção consciente e racionalmente voltada aos interesses da classe dominante, em razão de oferecer menor resistência, deixou a economia de subsistência sem mudança, sobrevivendo ao desenvolvimento cafeeiro. É interessante notar que tal ponto é importante para a caracterização do subdesenvolvimento brasileiro. Dado que ao não se integrar, nos últimos dois séculos, ao processo de expansão do comércio mundial e suas decorrentes transformações econômicas estruturais, criou-se um fosso entre o sistema econômico dos países centrais e da periferia capitalista brasileira.

Conforme já havíamos dito, um dos procedimentos argumentativos de Furtado vai girar em torno da comparação entre a história econômica norte-americana e a brasileira. O economista lembra que uma época marcante para a distinção entres os dois países é de suas respectivas independências. Se para a economia brasileira ela teria sido especialmente ruim, ocorrendo uma contração sensível da renda nacional, já para a economia norte-americana foi uma fase de extraordinário dinamismo e industrialização. Nesse processo, o protecionismo na industrialização dos E.U.A teria sido um fator secundário, de sorte que foi impulsionada por

um conjunto de fatores, à maneira do estímulo à expansão doméstica, advindo da Guerra de Independência e das Guerras Napoleônicas; a posição de vanguarda alcançada em meio a Revolução Industrial europeia, em função da importante produção de algodão; além da constituição de uma corrente de capitais de origem inglesa, os quais permitiam a compensação do déficit da balança comercial. Desta feita, é possível que se compreenda o desenvolvimento dos E.U.A entre os séculos XVIII e XIX, como um capítulo integrante do desenvolvimento europeu.

Já ao Brasil, faltava, além de tudo, base empresarial e de técnica, de mercado interno e de uma classe dirigente dinâmica. O país àquela época padecia de um estancamento de exportações e como o próprio nível interno de consumo encontrava-se em baixa, a constituição e expansão de uma indústria têxtil era inviável. À vista destas faltas, poder-se-ia compreender a formação de uma estrutura subdesenvolvida no Brasil. Situação possivelmente sintetizáveis em dois pontos: a existência de uma dualidade tecnológica, definida pela coexistência de setores de subsistência e setores modernos, bem como a escassa diversificação do aparelho produtivo brasileiro. Por conseguinte, poder-se-ia chegar à conclusão de que se não fosse a defasagem de quase um século é bastante provável que não tivesse se formado uma economia dualista no país, e, portanto, que a elevada produtividade cafeeira teria levado a uma elevação de salário e a constituição de um mercado interno.

Mesmo assim, com o advento da mão de obra assalariada, há uma virada importante na estrutura econômica brasileira, posto que o fluxo de renda gerado no setor exportador começa a atingir outros setores da economia, levando a comercialização e produção de uma série de artigos de consumo. Até porque, como se sabe, crescendo a massa salarial paga aumentar-se-á automaticamente a procura de artigos de consumo. Nesse bojo, as condições favoráveis aos empresários do café permitiram uma acumulação mais rápida de capital e uma grande absorção da reserva de mão de obra das economias de subsistência. Devido a ela não havia verdadeira pressão para que ocorressem aumentos de salários. Portanto, os ganhos auferidos em altas cíclicas tornavam-se lucro, o que teria efeitos importantes em um período de baixa econômica.

Seria de esperar que a concentração de capital na mão dos cafeicultores declinasse nas fases de diminuição das atividades econômicas; no entanto, via desvalorização cambial, se transferia as perdas para outros grupos, ocorrendo a chamada 'socialização das perdas'. Caso não tivesse ocorrido a desvalorização cambial, a diminuição do lucro poderia ser maior ainda, o que poderia levar a uma fuga de capitais e um grande prejuízo para o empresariado. Evitar-se-ia, portanto, a queda do nível de emprego e os efeitos secundários de uma crise. Outro elemento importante para a defesa do setor cafeeiro foram as políticas de valorização do café,

apesar de não terem sido acompanhadas, como seria necessário, de medidas para desestimular a expansão do plantio. Abriu-se caminho, assim, para o problema de superprodução.

Portanto, com a chegada da crise de 1929, o setor cafeeiro achava-se debilitado por uma crise de superprodução. Mesmo assim, a renda e a produção do setor não foram seriamente abaladas devido às políticas adotadas. Fatores que levaram a uma preservação da renda e uma política anticíclica com ares de verdadeiro programa de fomento nacional (FURTADO, 1995, p. 192). Nesse movimento político e econômico assiste-se também ao deslocamento da orientação da economia nacional, apresentado na famosa explicação de Furtado sobre a transformação da economia brasileira de agrário-exportadora para uma economia industrial nos anos 30. Conforme sintetiza Bielschowsky:

A interpretação [furtadiana] baseia-se na ideia de que, simultaneamente à manutenção do nível de renda e da produção interna, caiu o valor das exportações, acarretando forte desvalorização cambial e brusca queda no coeficiente de importações, reduzido de 14% para 8% da renda territorial bruta. [...] Isso teria resultado numa forte expansão da oferta interna substitutiva das importações, tornadas proibitivas pela queda na capacidade para importar, Furtado identifica esse momento como de '*deslocamento do centro dinâmico*' da agricultura de exportação para atividades de mercado interno. [...] E cresciam, inicialmente com base num aproveitamento mais intensivo da capacidade previamente instalada, acrescida de importações, a preços reduzidos, de equipamentos tornados supérfluos nos países desenvolvidos em crise. A expansão industrial dos anos 30 teria, inclusive, logrado alcançar a produção interna de uma parcela de bens de capital que necessitava (2000, p. 177, marcações minhas).

Sendo assim, à época havia um duplo estímulo para a economia, devido tanto à política de câmbio fixo, como à política seletiva em relação às importações. Elas tanto protegiam a indústria nacional de bens de consumo da concorrência exterior, quanto, com o efeito da inflação interna, melhorava os termos de intercâmbio, o que seria de fundamental importância para a importação de bens de capital e de matérias-primas industriais. Tal melhora da produtividade e dos termos de troca teria sido traduzida em maior renda para indústria e não para o setor exportador.

A política cambial – que baixava o preço de equipamentos e assegurava proteção contra a concorrência externa –, criou a possibilidade de que a taxa de capitalização poderia se elevar sem que isso impedisse um crescimento substancial do consumo. Caso o reajustamento do coeficiente de importações tivesse sido feito a partir de uma desvalorização da moeda e não por meio de controles seletivos diretos, as importações de manufaturas teriam sido reduzidas para um patamar bem menor. Nesse sentido, a política cambial somada ao controle seletivo de importações resultou na concentração da mão do empresariado de parte significativa do aumento de renda e um aumento na ampliação das oportunidades de investimentos.

Ainda de acordo com o economista paraibano, uma das características que singularizavam esse processo de industrialização era a sua tendência inflacionária e de desequilíbrio externo. Nesse quadro, quase que em uma interversão dialética, a falta de capacidade para a importação - estímulo importante para a industrialização - torna-se um obstáculo. Era esperado que o processo de expansão industrial levasse a desequilíbrios na balança de pagamento e pressões inflacionárias fortes, como a que apareceu a partir dos anos 40. De maneira mais específica, a partir do período da guerra não se conseguia canalizar a renda do setor exportador, pois não podiam revertê-la em importações pelas condições enfrentadas pelo mercado na época. Posteriormente, mesmo após o final da guerra, essa renda do setor exportador encontrava pela frente uma oferta interna escassa e inelástica, devido à política de seleção das importações.

Em meio a esse processo, o quadro inflacionário teria piorado, em razão do aumento do preço de exportações ter desviado recursos da agricultura de mercado interno para o setor de exportações. Ocorreria, portanto, uma primeira transferência de renda do conjunto da população para o setor exportador. Em outras palavras, a produção ligada ao mercado interno é prejudicada, apesar do relativo crescimento de renda dos consumidores, devido ao efeito da elevação dos preços de exportação. Mais especificamente, há um aumento do preço de produtos agrícolas destinados ao mercado interno, já que procuram nivelar as suas remunerações pelo padrão do setor de exportação. Deste modo, desenvolve-se um mecanismo de ampliação dos desequilíbrios provenientes do exterior.

Se vê daí que, segundo Furtado, *a formação de um mercado interno que contemple o conjunto da população brasileira e que seja o eixo fundamental de desenvolvimentos do país não se completou*. Por outro lado, economista paraibano argumenta que na primeira metade do século XX há a emergência, de um novo sistema no Brasil, baseado no mercado interno como centro dinamizador da econômica. A emergência do mercado interno apontaria para a “transformação estrutural mais importante que possivelmente ocorrerá no terceiro quartel do século XX que seria a redução progressiva da importância relativa do setor externo no processo de capitalização” (FURTADO, 1995, p. 236). Ou, em outras palavras as indústrias de bens de capital deveriam crescer intensamente, em um grau muito maior do que no conjunto do setor industrial. Poder-se-ia, conseqüentemente, dizer que o desenvolvimento no Brasil nos primeiros cinquenta anos do século XX apresentou-se como um processo de articulação das mais distintas regiões em um sistema com um mínimo de integração. Este seria um dos principais problemas na política econômica, pois, segundo Furtado, dever-se-ia pensar em uma integração de outra ordem, muita mais profunda e que equilibrasse o desenvolvimento das diferentes regiões do

país. Pensa, em outras palavras, numa integração orientada no sentido de um aproveitamento mais racional de fatores e recursos no conjunto da economia, levando-o a apontar para um projeto de modernização progressista e de integração nacional:

O processo de integração econômica dos próximos decênios, se por um lado exigirá a ruptura de formas arcaicas de aproveitamento de recursos em certas regiões, por outro requererá uma visão de conjunto do aproveitamento de recursos e fatores no país. A oferta crescente de alimentos nas zonas urbanas, exigida pela industrialização, a incorporação de novas terras e os traslados inter-regionais de mão - de - obra, são aspectos de um mesmo problema de redistribuição geográfica de fatores. Na medida em que avance essa redistribuição, a incorporação de novas terras e recursos naturais permitirá um aproveitamento mais racional da mão-de-obra disponível no país, mediante menores inversões de capital por unidade de produto. Demais, as inversões de capital na infra-estrutura poderão ser melhor aproveitadas, em razão da menor dispersão de recursos (FURTADO, 1995, p. 242).

Como em Caio Prado Jr., a formação de que fala Furtado também ficaria para o futuro. Ou seja, a *formação de um mercado interno que contemple o conjunto da população brasileira e que seja o eixo fundamental de desenvolvimento do país* não seria realizada imediatamente. Em outras palavras, tanto para Prado Jr., quanto para Furtado, tratar-se-ia de uma formação virtual. Nesse sentido, é interessante lembrarmos do comentário de Schwarz, segundo o qual, nos dois exemplos, “o ponto de fuga do processo é fortemente impregnado de valor, negativo ou positivo, e diz respeito direito à atualidade vivida pelos autores” (SCHWARZ, 2014b, p. 19). Assim, ambos acreditavam que depois de o Mercado interno e a Nação alcançarem sua completude, o Brasil finalmente se transformaria em um país internamente integrado, à maneira do moderno modelo de Nação.

3 – Antonio Candido: providências de um crítico na periferia do capitalismo.

Em linhas gerais, delinearemos algumas influências e a inserção de Candido no pensamento brasileiro, o que nos obriga a falar de algumas providências tomadas pelo crítico literário em uma realidade periférica – diversa, mas não alheio – no capitalismo. É nesse meio material que se desenvolverá o pensamento crítico de Candido, resultado de acumulação intelectual anterior. De saída pode-se apontar uma relação interessante entre Machado de Assis e o crítico literário em questão, pois souberam retomar criticamente o trabalho de intelectuais e escritores anteriores (SCHWARZ, 2014b, p. 31)³⁴. Isso não é pouco, visto que a dificuldade na seriação de ideias no Brasil já havia sido notada por um Silvio Romero (1878, p. 35).

Candido, quase no mesmo período em que escreve *Formação da Literatura brasileira*, escreve uma série de textos e intervenções com o intuito de ampliar o conceito de crítica até então utilizado. É possível vislumbrar uma crítica que tem certo ar de família com a crítica estética do chamado ‘marxismo ocidental’ (ANDERSON, 2004), Lukács e Adorno em especial, pois ambas leem o romance sobre fundo real e estudam a realidade sobre fundo de romance, no plano das formas, mais do que dos conteúdos (SCHWARZ, 2012c, p. 140). Outra providência importante em Candido tem a ver com certa entrada na ‘teoria pela porta dos fundos’ (Ibid., p. 38), como exemplifica sua tese sobre o método crítico de Romero. Há aí uma aversão pela teorização descabida, ou, em outras palavras, uma teorização – via de regra assentada na última moda teórica europeia - que se sobrepõe ao objeto, sem toma-lo, nas suas mediações materiais, como um ‘objeto de conhecimento’ (ALMEIDA, 2007, p. 51). E é nisso que residira a força do programa dialético para Schwarz (SCHWARZ, 2012c, p. 130).

Mais uma providência de Candido seria a formação de uma rotina. Ao destacar a existência de uma tradição, a crítica poderia dispor de algo como a organicidade da cultura (ARANTES, 1997, p. 41-42). Esta mesma rotinização aparece em dois momentos diferentes de sua obra, no primeiro, o crítico literário destaca a aceitação de procedimentos arcádios no gosto médio (CANDIDO, 2013, p. 201-239); no segundo, mais famoso, fala de uma rotinização das aspirações e inovações, geradas nos anos 20, com a Revolução de 30 (CANDIDO, 2011, p. 219-241). Esta segunda rotinização não deixa de afetar o próprio Candido. Em particular, nesses

³⁴ Seguindo o Schwarz (2014, p. 54 – 55): “A título de exemplo, vale a pena estudar as relações do crítico e do historiador com seus predecessores. Nada mais educativo que ver em conjunto os capítulos de José Verissimo sobre o Arcadismo, na *História da literatura brasileira*, e os de Antonio Candido, na *Formação*: o leitor notará que as observações do primeiro são retomadas uma a uma pelo segundo, formuladas com maior amplitude ou equilíbrio, combinadas a informações novas, corrigidas pelo ponto de vista atual, *mas sempre aproveitadas*. [...] A relação de superioridade, adensamento ou superação é constante, ao ponto de se tornar uma força produtiva deliberada, uma técnica de trabalho. Lembra o que o próprio Antonio Candido notou a respeito de Machado de Assis, que teve a capacidade de utilizar e aprofundar a elaboração de romancistas que o precederam, crescendo sob os ombros de escritores que, ao menos em parte, eram bastante medíocres, mas cuja obra havia contribuído na transposição literária da experiência do país”.

anos 30 o ensaísmo de Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e de Caio Prado Jr. foi fundamental para a formação toda uma geração. Ensaaios chaves e que exprimiram a mentalidade vinculada aos ares de radicalismo intelectual e de análise social, os quais eclodiram pós-Revolução de 30 e que não foram abafados pelo Estado Novo (CANDIDO, 2012). Mas para além dos grandes autores, é forçoso notar o papel de uma pequena massa de escritórios de segundo escalão.

Há ainda que se destacar o ímpeto planejador que age em meio a um país com falta de organicidade cultural e de ideias, a qual só poderia ser ultrapassado com o estabelecimento de instituições. Esforço feito pelo crítico tendo tanto o exemplo anterior de Mário de Andrade e o Departamento Municipal de Cultura, quantos a bases institucionais oferecidas pela Universidade de São Paulo e pela Escola de Sociologia e Política. A primeira instituição foi particularmente importante para Candido. Foi influenciado especialmente pela disciplina intelectual trazida pela missão francesa e o exemplo de um professor, Jean Maugüé - cuja palavra de ordem era *vers le concret* – e que trazia a convicção de que o espírito do filósofo deve ser, sobretudo, Crítica³⁵ (ARANTES, 1994, p. 78).

Esse esforço de planejamento encontra-se já na organização da revista chamada de *Clima*, composta por Candido, Ruy Coelho, Lourival Gomes Machado, Paulo Emilio Salles Gomes, Gilda de Mello e Souza. Os jovens, por meio de um trabalho crítico, eram responsáveis por iniciativas relevantes no plano político, literário, da formação universitária, etc. O que indicava o tamanho da ambição intelectual e dos problemas perseguidos pelos críticos, a revista sendo decisiva para a projeção posterior dos autores e da constituição de suas reputações no campo cultural e intelectual de São Paulo (PONTES, 1998, p. 63)³⁶.

Convém, ainda, lembrar que há uma última providência tomada pelo crítico e que se liga a uma tentativa de esclarecimento, do qual é exemplo um livro como *Na sala de aula* (1998). Apresentado como um caderno didático de apoio aos professores que queriam ler e explicar poesia para seus alunos, o que representa um verdadeiro esforço de socialização do conhecimento e da cultura em nosso país, dotado de condições bastante precárias. Não obstante,

³⁵ Ou como apresenta Waizbort: “Juntar a ‘vocação para o concreto’ com a explicação de texto, a precedência da obra: essa dupla face da crítica de Antonio Candido é herança de Jean Maügue – a aceitarmos seu retrato por Paulo Arantes. Some-se a isso a observância obstinada de força da obra de Antonio Candido.” (WAIZBORT, 2007, p.152).

³⁶ É interessante vermos ainda a organização do trabalho feita pelos jovens críticos: “Definidos o título, o diretor responsável (Lourival Gomes Machado), os editores encarregados das seções permanentes (Antonio Candido, literatura; Lourival, artes plásticas; Paulo Emilio Salles Gomes, cinema; Décio de Almeida Prado, teatro; Antonio Branco Lefèvre, música; Roberto Pinto Souza, economia e direito; Marcelo Damy de Souza, ciência) e os colaboradores (como Gilda de Mello e Souza, Ruy Coelho, Cícero Christiano de Souza, entre outros.), a revista circulou de maio de 1941 a novembro de 1944. No decorrer dos seus dezesseis números, firmou-se sobretudo como uma publicação cultural” (PONTES, 1998, p. 97-98).

não se rebaixa o nível da informação, trazendo aos alunos, sem populismo, a mais refinada experiência poética (SCHWARZ, 2014b, p. 14-15).

A partir dessas referências, a crítica integrada aparece para Candido como a

tentativa de focalizar simultaneamente a obra como realidade própria, e o contexto como sistema de obras, parecerá ambiciosa a alguns, dada a força com que se arraigou o preconceito do divórcio entre história e estética, forma e conteúdo, erudição e gosto, objetividade e apreciação. Uma crítica equilibrada não pode, todavia, aceitar estas falsas incompatibilidades, procurando, ao contrário, mostrar que são partes de uma explicação tanto quanto possível total, que é o ideal do crítico, embora nunca atingido em virtude das limitações individuais e metodológicas (CANDIDO, 2013, p. 31).

Contudo, essa forma crítica já havia sendo trabalhada por Candido antes do livro em questão, aparecendo já em sua tese sobre Silvio Romero. Quando justifica a publicação da tese em livro, defende a crítica integrada, como ares de polêmica:

Por tudo isto, a reimpressão do presente livro talvez sirva para mostrar a glória e a miséria dos dogmatismos, e fazer ver aos jovens (penso sobretudo nos meus alunos) de que modo as visões parciais do processo crítico e da natureza da obra literária têm a sua função histórica e seu risco teórico. [...] Neste livro, quase no início duma carreira, procurei, com as limitações pessoais e os poucos recursos do momento, sugerir uma *crítica integrativa*, superando os resquícios de Naturalismo, que ainda sobreviviam, e mostrando as limitações do ponto de vista sociológico, então em grande voga e ao qual eu próprio aderira, anos antes, ao começar a escrever (CANDIDO, 2006, p. 12 – 15).

Entrando um pouco na matéria do livro, até para melhor entender do que se trata essa *crítica integrativa*, vê-se que Romero foi um marco importante na crítica brasileira. A crítica pré-romeriana, seria retórica e daria a entender que a obra literária seria apenas uma decorrência de um ato de vontade dos autores obedientes às regras do bom gosto e dos gêneros artísticos (CANDIDO, 2006, p. 175). Crítica que mudaria com Silvio Romero, pois este toma a obra como um produto não só da inteligência do autor, mas dos fatores que determinam esta, como a geografia, a história, questões étnicas e sociais. Há também o deslocamento do ponto de referência, antes representado pela obra e agora para o processo, com o critério de julgamento passando a ser justamente a concordância da obra com o conjunto dos processos (Ibid.). Candido, por seu turno, argumenta que a primeira tendência teria uma concepção de obra que conta com padrões absolutos e como um fenômeno incondicionado, apenas tributário da razão. Por outro lado, o argumento que volta contra a crítica de Romero é ela desprezar o fenômeno literário e sua especificidade, como uma sublimação de fenômenos externos.

A essas duas correntes Candido antepõe a sua perspectiva: a crítica literária, na qual o texto é o elemento fundamental a ser considerado. Colocando essa perspectiva quase que na forma de um alerta contra o esquecimento da verdade fundamental dos estudos literários: em literatura, quaisquer que seja o momento histórico e a perspectiva adotada, a importância maior

deve caber à obra literária, até porque a literatura não seria um conjunto de autores e sim um acúmulo de obras. Deste modo, mesmo que fatores externos e os autores sejam importantes, serão sempre acessórios se comparados com a realidade da obra literária, a qual age sobre a história e sobre os homens.

É preciso notar que aqui também se vislumbra um ímpeto acumulativo do crítico, que não deixa de lado os erros e acertos dos críticos anteriores a ele. Destarte, o mesmo programa de crítica será encontrado no “Prefácio à 3ª edição” (2011, p. 9-13) do livro *Literatura e Sociedade*, no qual argumenta que o problema principal para a análise literária é o de investigar como a realidade social transfigura-se em um componente da própria estrutura literária, chegando-se ao ponto desta ser estudada em si. Um programa crítico cujo leque histórico vai da década de 1940 até a década de 1990, pelo menos, e que poderá ser visto em sua realização máxima, segundo sugestão de Waizbort (2007, p. 91), em *O discurso e a cidade*, livro que ombréia *Formação da literatura brasileira* e em cujo prefácio pode ser reencontrada a mesma ideia de crítica integrada (CANDIDO, 2010, p. 9 – 17). Contudo, será em seu ensaio “Dialética da Malandragem” em que encontraremos a armação canônica do problema:

Na verdade, o que interessa à análise literária é saber, neste caso, qual a função exercida pela realidade social historicamente localizada para constituir a estrutura da obra, isto é, um fenômeno que se poderia chamar de formalização ou redução estrutural dos dados externos (CANDIDO, 2010, p.28).

O ponto de vista é extremamente original, pois lê-se o romance sobre fundo social e se estuda a realidade sobre o fundo do romance, a junção destes dois elementos se fazendo através da forma. Entretanto, a noção de forma aqui empregada deve ser entendida como uma espécie de princípio mediador organizador dos dados do real e da ficção, constituindo-se como parte de ambos os planos. Mesmo não se descartando o aspecto inventivo dos autores, existe nesta conceituação de forma uma presença forte da realidade. Em resumo, antes de intuída e objetivada pelo romancista, a forma estudada pelo crítico já fora produzida pelo processo social. Por conseguinte, a teoria de Candido é uma “teoria enfática do realismo literário e da realidade social *enquanto formada*”. Sendo assim, aqui a forma dominante do romance comportaria, além de outros elementos, “a incorporação de uma forma de vida real, que será acionada no campo da imaginação” (SCHWARZ, 2012c, p. 141). Não obstante, este conceito de forma **objetiva** de modo algum pode ser tratada como um realismo como espelho, dado que uma forma não é toda a realidade, podendo combinar elementos totalmente inespecíficos de uma época.

É interessante lembrar que a originalidade de *Candido* e de sua crítica têm uma grande afinidade com alguns escritos de Lukács e de Adorno (SCHWARZ, 2009; 2012b, p. 48).³⁷ As semelhanças com o primeiro transparecem em um livro como *O romance histórico*, no qual argumenta que o ponto metodológico decisivo é a de investigar a interação do desenvolvimento social e econômico com a forma artística engendrada a partir deste desenvolvimento (LUKÁCS, 2011, p. 29). A proximidade aparece igualmente em como em um ensaio de juventude “Sobre a essência e a forma do ensaio: uma carta a Leo Popper”, no qual irá dizer que o crítico será aquele quem enxergaria o destino nas formas e teria o seu destino mesmo traçado por estas, se entendidas enquanto abrigo dos conteúdos da vida e que serão o que há de realmente importante em seus escritos, dado que seriam a condensação de toda experiência, de todos os elementos externos e internos da vida (LUKÁCS, 2015, p. 40).

Já com Adorno a afinidade aparece em seus estudos sobre música como *Introdução a sociologia da música* (2011b) e *Filosofia da Nova Música* (2011a), nos quais sua noção de forma aparece de modo mais claro e abstrato. Neles exorta a crítica a compreender a música em sua integralidade, com todas as suas implicações, o que requereria um conhecimento apurado não só do mundo das formas musicais, mas também da consciência da sociedade e sua estruturação, que estariam, na verdade, entrelaçados. Ou mesmo em sua *Teoria Estética* (1970), em que o frankfurtiano argumenta que a arte, ao mesmo tempo em que não apreende o que há de mais imediato no real, encerra nela mesma um ente empírico. Até porque mesmo que aquela se oponha ao imediato empírico por meio do momento da forma – lembrando que a mediação entre conteúdo e forma não deve ser pensada sem a sua devida distinção -, é importante ter-se em vista que a forma estética é conteúdo sócio-histórico sedimentado. Como exemplo, poder-se-ia lembrar que as formas aparentemente mais puras, à maneira das formas musicais, remontam em seus pormenores a algo ligado ao conteúdo, como a dança (ADORNO, 1970, p. 15).

Ainda sobre a relação entre processo social e forma literária, é preciso que passemos ainda por uma hipótese aventada por Waizbort, para quem haveria algo da filologia românica alemã, mesmo que no espírito, porém não na letra, da historiografia literária brasileira de

³⁷ Por afinidade não quero dizer concordância total, pelo fato de que o próprio *Candido* ter manifestado discordâncias em relação a Lukács e a questão na narração, como se vê nas seguintes passagens: “A ação de torna quase descrição, na medida em que os atos são manipulações; a narrativa parece uma concatenação de coisas e o enredo se dissolve no ambiente, que vem a primeiro plano através das constelações de objetos e dos atos executados em função deles. Aqui, poderíamos dizer contrariando o famoso ensaio de Lukács que descrever é narrar”. Em outro trecho: “a descrição assume importância fundamental, não a modo de enquadramento ou complemento, mas de intuição narrativa. E ela, de fato, que estabelece como denominador comum a supressão das marcas de hierarquia entre o ato, o sentimento e as coisas, que povoam o ambiente e representam a realidade perceptível do mundo, a que o Naturalismo tende como parâmetro” (CANDIDO, 2010, p. 63 - 67).

Antonio Candido e Sérgio Buarque de Holanda (2007, p. 98)³⁸. Essa relação poderia ser rastreada em dois momentos, o primeiro diria respeito ao modo como o crítico brasileiro estrutura o seu estudo sobre a literatura brasileira, pois mesmo que na *Formação da literatura brasileira* o crítico opere uma síntese de grande monta, não pretende encontrar nela a completude histórica da literatura nacional. Isto é, ao trabalhar um conjunto de momentos decisivos, configuraria um todo ou uma totalidade sem a pretensão de atingir uma completude estática, algo muito próximo de autores como Ernst Robert Curtiu e Erich Auerbach – cujas obra Candido irá conhecer entre as décadas de 1940 e 1950, ao que tudo indica por intermédio de Sérgio Buarque de Holanda.

A visão de ambos os filólogos germânicos sobre a história literária, convergem na intenção de escrever uma história literária não possuidora de uma noção de completude. Suas histórias, pela via da articulação de momentos e fragmentos, visariam estabelecer uma totalidade aberta, a qual sempre iria oferecer espaços para complementos. Em Auerbach, isto ficaria claro quando fala em lacunas, as quais poderiam ser preenchidas por outros estudos sobre literatura inglesa ou mesmo alemã (AUERBACH, 2013, p. 502). Em Curtius, mesmo apontando um método o qual teria por objetivo dissolver a matéria da literatura, deixaria a vista suas estruturas, argumentando no sentido de uma abertura do método histórico, pronto a incorporar novos topos, bem como seus desdobramentos posteriores (CURTIUS, 1979, p. 16).

Como segunda pista, poderíamos nos guiar pela preocupação com a relação entre processo social e forma literária, visto que o nexos entre realismo, forma ou resultado literário e processo social é a essência das análises dialéticas de Candido. Porém, se Schwarz chama a atenção para a relação de seus pressupostos com a crítica marxista, teria deixado para segundo plano o diálogo com Erich Auerbach, o qual também estaria preocupado com o processo social. Em outras palavras, a crítica de Candido ajustaria as contas não só com Lukács, mas também com Auerbach (WAIZBORT, 2007, p. 184). As indicações são bastante interessantes, entretanto, ao que parece, a dimensão tomada pela tradição dialética na obra de nosso crítico literário é mais pronunciada do que a de Auerbach, cabendo mesmo uma aproximação muito mais da ordem do espírito do que na letra.

Voltando mais detidamente a questão sobre o programa da crítica integrada, o texto literário – tomado em si e na sua imanência, ou, como gostaria Candido, seguindo o objeto em seu pendor natural (CANDIDO, 2010, p. 12) - é passível de crítica justamente por ser considerado um objeto de conhecimento e não de contemplação ou algo do gênero. A arte aqui

³⁸ Como nosso trabalho se volta para o primeiro, deixaremos a especificação do segundo de lado.

passa a ser uma forma de conhecimento específica da realidade, um conhecimento não dado de antemão, mas um saber desvendado a partir da forma artística. Nesse sentido, a verdade da obra literária, mais do que uma verdade pronta e acabada, talvez ocorresse como configuração expressiva de problemas. Nesse sentido, a tradição dialética insiste que a contradição é justamente aquilo que dá vida às análises e ao pensamento crítico, dado que assim assume-se “a historicidade tanto das categorias de interpretação quanto do material artístico do criador” (ALMEIDA, 2007, p. 51) Até porque sociedade e época histórica não são limitações apenas externas aos criadores, mas sim uma exigência interna de exatidão que as formações históricas e sociais lhes impõe. Tendo isso em vista, o crítico não poderia ignorar tais limites, a possibilidade da realização de uma crítica imanente das artes dependendo de sua capacidade em decifrar a história enlacrada em meio as formas.

Após esta incursão sobre a crítica integrada de Candido, partiremos para uma consideração sobre a sua relação com a literatura sobre formação. No que se refere ao ‘quase’ gênero, há algumas especificidades do crítico. Primeiramente, há uma certa diferença de matéria entre os três autores, que pode ser assim colocada: Prado Jr. teria um enfoque mais histórico e pautado nas transformações da sociedade brasileira. Furtado, por sua vez, enfocaria mais as questões econômicas, à maneira do seu tratamento sobre o período de industrialização pós-1930. Candido, por sua vez, enfocaria a questão da formação de um ponto de vista mais literário. Tais diferenças têm implicações para o próprio argumento dos autores.

3.1 – *Formação da literatura brasileira: sistema literário nacional e tradição crítica.*

De saída, no primeiro prefácio de seu livro, Candido argumenta que cada literatura requer um tratamento específico. A literatura brasileira é recente, gerada “no seio da portuguesa e dependeu da influência de mais duas ou três para se constituir” (CANDIDO, 2013, p. 11). Portanto, demanda uma teorização específica. Uma teorização nada fácil, pois tendo em vista o nosso quadro histórico, poder-se-ia dizer que a nossa sociedade colonial fora uma sistemática transplantação de leis, costumes e a maquinaria espiritual da metrópole. E é justamente a partir desta diferença de formas, ritmos de vida e modalidades culturais que a sociedade brasileira fora constituída, vivenciando desde cedo a situação difícil de contato entre formas primitivas e rudes de vida com formas avançadas e requintadas. Assim, a literatura por aqui não nasce, “veio pronta de fora para transformar-se à medida em que se formava uma sociedade nova” (Ibid., p. 12).

Situação que impelia os brasileiros a procurarem autores de outras terras, até porque a “nossa literatura é galho secundário da portuguesa, por sua vez arbusto de segunda ordem no jardim das Musas” (Ibid., p. 11). Estaria, portanto, fadada à dependência de outras letras. No entanto, apesar de a literatura brasileira ser fraca perante às grandes, é só ela que nos exprimiria, e só revelaria sua mensagem se for amada e ‘desvendada’ pelos próprios brasileiros.

Ainda sobre a caracterização da literatura brasileira, o crítico procurará estudar a formação da literatura brasileira como uma síntese entre tendências universalistas e particularistas. Elas não ocorreriam isoladamente e sim combinando-se de variadas formas, desde as nossas primeiras manifestações literárias. De modo que o cosmopolitismo predominaria nas concepções neoclássicas e arcádias, já o localismo nas românticas, levando Candido a se concentrar nestes períodos decisivos de nossa seriação literária. Estruturada a partir de uma verdadeira dialética entre localismo e cosmopolitismo, que orientaria nossa vida mental.

Retornando a questão da especificidade da história e da matéria tratadas, transparece no crítico uma crítica aos leitores em geral e a intelectualidade brasileira em particular, uma vez que se interessariam apenas pelo método de sua obra formativa. Com isso, abre-se um ponto interessante sobre o método de Candido em *Formação da literatura brasileira*, o qual, como já dissemos, era avesso a teorizações descabidas e entendia a crítica como uma força, caso bem praticada.

A questão colocada é importante e aponta a preocupação do crítico em seguir o pendor natural do objeto – ou crítica imanente, num linguajar dialético. Nesse sentido, mesmo que seu método, como argumenta, seja baseado na interpretação, intuição e juízo de gosto, estes apenas apareceriam como subjetivos, pois são essencialmente objetivos e históricos. Este elemento

interpretativo estaria em íntima ligação com o elemento intuitivo, o qual, no entanto, seria materialmente guiado, já que o crítico se exporia ao material e acompanharia seu movimento (WAIZBORT, 2007).

Nesse bojo, não poderíamos deixar de indicar o imbricamento próprio entre interpretação e juízo, dado que este estaria baseado naquele. Contudo, juízo aqui não poderia ser entendido em chave subjetiva, mas objetiva, pois inspirado e situado no presente, além de justificado por meio de argumentos estruturais informados historicamente. Os conceitos mesmo são constitutivos desta informação histórica, “de sorte que sua aferição crítica, à luz da experiência e das teorizações contemporâneas, tem a feição (e a força de uma autossuperação que excede o indivíduo e se dá no âmbito da história” (SCHWARZ, 2014b, p. 56).

Voltando ainda à questão do ‘movimento do objeto’, não seria outro o procedimento de nosso crítico em relação ao destaque aos momentos do Arcadismo e do Romantismo para a formação da literatura brasileira. Deste modo, caso tentássemos adivinhar o livro de Candido apenas pelo seu sumário, poderíamos pensar que se trata apenas de um estudo sobre o neoclassicismo e o romantismo literário no Brasil. Tal procedimento faria com que perdêssemos de vista a contribuição essencial do crítico de entender aqueles momentos “sob o signo unificador da independência nacional em processo” (SCHWARZ, 2014, p. 58). Em suma, em termos estéticos nada seria mais distinto do universalismo convencional e neoclássico dos árcades, do que o a individualização nacionalista romântica. Todavia, impregnados de certa dose de patriotismo ilustrado, integravam-se “à gravitação da independência nacional, à tarefa de criar um país que participasse da cultura comum do ocidente e que guardasse fisionomia própria” (Ibid., p. 59). Sendo tal continuidade uma tese dos próprios romântico, que viam alguns autores árcades como seus predecessores, pode-se dizer que se trata de um processo com continuidade real.

Fica, dessa forma, mais clara a inovação do crítico ao apreender a nossa formação literária como uma estrutura específica, a qual não respeitaria a linearidade temporal, na qual se baseariam livros como os de Versíssimo e Romero. Ou seja, ao lançar mão da ideia de sistema literário, tem como objetivo tonar as estruturas de continuidade literária perceptíveis e orientar-se por um *problema*, a partir do qual toda a obra se firma e constitui.

Em sentido crítico, Luiz Costa Lima (LIMA, 1992)³⁹, argumenta - por ocasião de um evento em homenagem ao crítico uspiano - que o trabalho de Candido está permeado valores,

³⁹ O mesmo Luiz Costa Lima, no ensaio citado e em outras ocasiões, também criticava o crítico uspiano por este supostamente reduzir a literatura a um mero receptáculo da representação social, sem conceder-lhe qualquer espaço

os quais não seriam revelados explicitamente. Nas linhas e entrelinhas do texto apareceria um endosso a um ideal de brasilidade, ligado ao projeto romântico nacionalista⁴⁰. Nesse mesmo diapasão, irá se mover, décadas mais tarde, o crítico Silviano Santiago (2014), para quem Candido, de forma até mesmo proposital, por meio de seus conceitos de manifestações e sistema literários – devedores de um conceito disciplinar de arte literária no Ocidente -, teria imunizado a nossa inteligência nacional contra os contatos com as literaturas e críticas pós-coloniais. O resultado seria que a nossa intelectualidade padeceria de um centramento europeu. Em sentido oposto, a noção de ‘entre-lugar’, proposta por Santiago, constituir-se-ia como espaço de negociação interpretativa das literaturas latino-americanas e de ex-colônias. Contudo, como é sabido, a problemática de Candido fora forjada a partir de uma crítica e de um enfrentamento imanente com seu material de pesquisa.

Candido, por sua vez, organiza seu livro com base na diferença entre *manifestações literárias* e *literatura propriamente dita*. O ponto é decisivo para o argumento do autor, pois permite que encare a nossa história literária de acordo com um problema e não mais a partir da linearidade temporal de manuais tradicionais e classificatórios, ganha, assim, destaque seus momentos decisivos, Arcadismo e Romantismo. A formação passa, conseqüentemente, a ser encarada como um processo particular, portador de delimitações e realidade próprias.

Esse mesmo recorte imanente faz como que críticas, ao modo das feitas por Haroldo de Campos - para quem houve um verdadeiro sequestro do barroco e um esquecimento tanto da força de Gôngora, quanto da figura de Gregório de Mattos (CAMPOS, 1989, p. 8-9) - perca força. De acordo com o autor, o nosso crítico se basearia num ideal metafísico de entificação nacional estudar a literatura a partir de uma formação nacional revelaria uma postura nacionalista as quais só seriam desmontadas pela crítica derridiana. Esqueceu-se o poeta concretista que Gregório simplesmente não caberia nesse projeto tendo em vista a constituição de uma história, até porque não constituiu tradição, não fazendo parte daquele desejo de brasileiros terem uma literatura.

É preciso indicar ainda que com essa divisão entre manifestação e literatura propriamente dita, Candido dava forma à própria experiência intelectual brasileira. Mais

de inovação. O que Lima oblitera é que a crítica de Candido esmera-se perseguindo criticamente as formas, sem deixar de lado o seu aspecto socialmente informado.

⁴⁰ Há outros críticos que paradoxalmente apontariam o contrário, dizendo justamente que Candido não teria em vista critérios nacionais, como é o caso de Afrânio Coutinho (1960), para quem o critério de um estudo sobre a nossa literatura deveria ser a dos textos que passaram a ser escritos no Brasil, entendido a partir de sua territorialidade e como uma espécie de continuum histórico desde a colônia até o momento em que Coutinho escrevia. Há que se notar ainda que Coutinho também fora um daqueles que erroneamente apontaram um vinco sociologizante na teoria literária do crítico paulista, chegando mesmo a ligá-lo a Silvio Romero e sua concepção historiográfica de literatura (Ibid., p. 71).

concretamente, entende literatura como um sistema integrado de obras ligadas por pontos em comum, fazendo dela um aspecto importante da construção civilizacional. Entendida a literatura como fato cultural que não nasce acabado, mas vai se constituindo a partir de um longo processo cumulativo de articulação com a sociedade. Nessa referência, ao rever a construção de uma continuidade literária no Brasil, o crítico paulista dava forma metódica ao conteúdo básico de nossa experiência nacional (ARANTES, 1997, p. 21). Ou, de modo mais pormenorizado, evidenciando os elementos da formação nacional, os quais estavam presentes nas escolhas estéticas dos autores, o crítico acaba por descobrir “o fio condutor de uma outra linha de força formativa, vir-a-ser de um sistema cultural que na sua trajetória ia aos poucos convertendo surtos desgarrados em vida literária efetiva”. Isto é, olhando ‘apenas’ a literatura, Antonio Candido, acabou por entrar fundo no problema da *formação*, problema fundamental entre nós, além de ilustrar “com material local o vínculo moderno entre Formação e Representação literária” (Ibid., p. 22).

Com chegamos a um outro ponto importante do esquema de Candido: a exposição do que considera ser tradição. Ela é conceituada em seu sentido completo, tanto como a transmissão linguística de uma mensagem entre os homens, como também o conjunto de elementos transmitidos, elementos que unificados formam “padrões que se impõe ao pensamento ou ao comportamento, e aos quais somos obrigados a nos referir, para aceitar ou rejeitar” (CANDIDO, 2013, p. 26). Sem a tradição não há literatura como um fenômeno da civilização. Olhando para este pequeno trecho, é perceptível que autor mobiliza um conceito nada tradicional e fortemente materialista de tradição, que é entendida para além dela mesma e daquilo que destacam aqueles identificados com ela⁴¹. Essa mesma concretude pode fazer com que entendamos também a tradição como um filtro material, capaz de estabelecer parâmetros para a mudança e ascensão qualitativa de patamar e de superação dos laços de dependência. Nessa referência, pode-se pensar numa situação em que o influxo externo não mais seria o predominante em meio à nossa literatura e em meio à nossa vida intelectual (ARANTES, 1997, p. 18). Ao mesmo tempo é importante frisar que não se trata de uma mera continuidade morta, mas reconhecidamente viva; uma força que modela as dimensões da obra e também por ela é modelada. Ao destacar estes aspectos o crítico dialético além de estabelecer um critério para

⁴¹ É sugestivo pensar que Schwarz tenha comparado esta conceituação ao caso de Schönberg e a análise adorniana de sua música, pois em ambos os casos estariam claras as complementariedades e movimento de profunda solidariedade entre o tradicionalismo severo e a capacidade de revolução formal, como se na ausência de tradição rigorosa as mudanças radicais fossem impensáveis (SCHWARZ, 2014b, p. 22).

avaliação da obra, também o acha para o transcurso histórico, que aqui é processo de formação da literatura nacional (WAIZBORT, 2007, p. 140).

Outro elemento da argumentação de Candido é o nosso sistema literário ter sido formado de maneira interessada ou empenhada. Explicamos: desde os escritores neoclássicos, com a sua vontade de forjar uma literatura como prova da capacidade dos brasileiros em relação aos europeus, passando pelo nacionalismo literário do romantismo, até a necessidade de empenho e brasilidade destacada por críticos como Garrett e Denis, todos possuíam o interesse consciente de constituir uma literatura, entendida como um elemento positivo na construção nacional. Até por isso *Formação* se define como uma “história dos brasileiros no seu desejo de ter uma literatura” (CANDIDO, 2013, p. 27).

Nesse bojo, é forçoso notar que o crítico se coloca “deliberadamente no ângulo dos nossos primeiros românticos e dos críticos estrangeiros que, antes, deles, localizaram na fase arcádia o início de nossa verdadeira literatura” (Ibid., p. 27). Não obstante, é evidente que nosso autor não tinha aí uma intenção nacionalista, como imaginam alguns críticos. Na verdade, é desta posição que o narrador estaria em condições de compreender a fase arcádia, antecessora do romantismo, como um ponto de partida valioso para o movimento estudado. No entanto, a posição do crítico em nada se confundiria com a dos primeiros românticos, pois sua narrativa tem como ponto focal Machado de Assis. O autor é entendido como um acontecimento literário essencial para nosso sistema literário, posterior, no mais importante, ao romantismo, cujo aparecimento exigiu uma mudança na compreensão da história literária. Assim sendo, o arco histórico partiria dos árcades e daria em seu ‘final’ em Machado, configurando um movimento formativo. Em outras palavras, o crítico nos anos de 1950, se põe na perspectiva dos primeiros românticos para ganhar um *ponto de vista* (WAIZBORT, 2007, p. 127). Repisando o que fora dito, o ponto de vista romântico é englobado no processo formativo, o qual ao mesmo tempo que o suprime, conserva-o, podendo expor a estrutura histórica em processo que é a formação de nossa literatura.

Uma vez obtido o ponto de partida, seu foco trai-o completamente, dado que a mira narrativa do livro está para além de seus limites propostos, isto é: o momento de consolidação de nosso processo de formação literária. Em outras palavras, trata-se de uma narração prospectiva. Todavia, há também um caráter retrospectivo no livro, já que Candido escreveu-o em 1959, bastante depois da obra madura de Machado. Depois de obtido o foco narrativo é mirado para além do período estudado, mas anterior ao tempo presente do narrador, levando a

um adensamento do tempo histórico e a construção, a um só tempo, do movimento perspectivo do narrado e processo que ele quer narrar⁴² (WAIZBORT, 2007, p. 128).

Reiterando o ponto sobre o lugar do nacional em nosso crítico, destaca-se seu pertencimento a uma geração universitária que criticou as ilusões redentoras do nacionalismo (CANDIDO, 2011, p. 169-219), forjando uma explicação materialista a respeito da formação nacional. Essa sobriedade pode ser explicada pelo fato de a formação de que o nosso autor fala ter se dado, enquanto a formação de uma Nação integrada não realizou-se. Nesse sentido, a normatividade de seu esquema, apesar de existir é descrita de fora, limitada pelo seu desempenho real (SCHWARZ, 2014b, p. 20), o que seria provado pela coexistência de nosso sistema literário com a escravidão. Ao conseguir dar conta da formação de nossa literatura, o crítico periférico também conseguiu resolver um problema da história literária comparada: utilizando-se de procedimentos gestados em estudos de literatura comparada supranacionais – ‘Ocidente’ no caso de Auerbach e ‘Europa’ em Curtius -, voltado para uma ideia de totalidade aberta e não completude acabada, consegue reformular o problema dos limites da história da literatura nacional (WAIZBORT, 2007, p. 158).

Convém lembrar que o livro do crítico dialético corresponderia a uma espécie de lei narrativa comparatista, dada pela constituição mesma da literatura brasileira, galho de um arbusto literário bem maior. Para perceber esse balanceio, torna-se evidente a necessidade de um método comparatista, em razão da renúncia ao cronologismo. A solução proposta fora justamente um movimento de diferenças e similitudes. Algo que se daria tanto no âmbito da comparação externa, daí a dialética do universal e do local, quanto no âmbito interno na relação entre autores, obras gêneros e momentos.

De maneira significativa, com o fim do Romantismo, por volta de 1870, a literatura brasileira atinge um outro patamar. Tanto Candido, quanto o comentário de Schwarz, dão como prova da formação da almejada literatura nacional o surgimento de um escritor da importância e profundidade de um Machado. Como argumenta o mestre-açu Acê⁴³, será no romancista, principalmente em sua fase madura, que ocorrerá a junção de dois processos gerais de nossa

⁴² Aqui é preciso nos determos um tanto sobre a crítica feita por Sérgio Alcides (2011) ao livro de Candido, já que para o crítico mineiro o livro manteria um pressuposto de ligação entre a literatura e a nacionalidade, o que estabeleceria uma linha teleológica até a sua consumação como sistema. Pressuposto que seria atenuado com a ideia de Candido de que estava escrevendo uma história dos brasileiros em seu desejo de ter uma literatura, além de ocultar, via este enquadramento, a própria história de seu momento, ligada a um despertar de projeto emergencial para salvaguardar a cultura e a identidade nacional presente na década de 1950. Como outros, não ocorreu a Alcides o fato de esta vinculação entre a nacionalidade e a literatura ter se dado de modo imanente entre os personagens do livro.

⁴³ A referência a Candido nestas palavras pode ser encontrada na dedicatória da obra *O pai de família e outros estudos* (SCHWARZ, 2008, p. 5).

literatura: o conhecimento homem e da sociedade locais e a pesquisa dos valores espirituais universais.

Uma outra prova da maturidade de nosso sistema literário, é o surgimento de uma vigorosa crítica nacional, chamada pelo crítico uspiano de “consciência literária” (CANDIDO, 2013, p. 635-670), e que poderia ser concebida até mesmo como autoconsciência da literatura. Crítica a qual teve seu início de carreira fora com Ferdinand Denis e Almeida Garret, mas que logo teve importantes personagens nacionais, como: Magalhães, Joaquim Norberto, Álvares de Azevedo, Franklin Távora, Jose de Alencar e, especialmente, Machado de Assis. É verdade que chama a atenção para a tomada de consciência final de Alencar, que no prefácio de seu livro *Sonhos d'ouro*, reconhece a legitimidade de pesquisas para se escrever o romance nacional liberto do pitoresco e preocupadas com o humano. Nesse contexto, a literatura passa a aparecer não mais como ilusão errática, baseada em um primitivismo, mas como autônoma. Ou seja, haveria uma aclimatação possível e original do velho espírito do Ocidente em terras americanas, caracterizada por Candido como “expressão da dialética secular que sintetiza em formas originais e adequadas a posição do espírito europeu em face da realidade americana” (Ibid., p. 680). Este posicionamento da crítica nacional irá impactar e muito o ainda jovem Machado de Assis, o qual em seu famoso artigo “Notícia da atual literatura brasileira: instinto de nacionalidade”, argumenta:

O que se deve exigir do escritor antes de tudo, é certo sentimento íntimo, que o torne homem do seu tempo e do seu país, ainda quando trate de assuntos remotos no tempo e no espaço. Um notável crítico da França, analisando há tempos um escritor escocês, Masson, com muito acerto dizia que do mesmo modo que se podia ser bretão sem falar sempre do tojo, assim Masson era bem escocês, sem dizer palavra do cardo, e explicava o dito acrescentando que havia nele um scotticismo interior, diverso e melhor do que se fora apenas superficial (ASSIS, 2015, 1179 – 1180, marcações minhas).

Tal artigo pode ser visto ao mesmo tempo como o ponto maduro da crítica romântica e um documento que comprova o significado histórico de grande monta adquirido pelo romantismo. Não por acaso *Formação da literatura brasileira* é encerrada aí. Livro por meio do qual tentou-se descrever o processo em que os brasileiros tomaram consciência de sua existência social e espiritual pela via literária, combinando dos modos mais variados quanto possíveis os valores universais, com as por vezes, acanhada realidade local.

Pode-se ainda dizer que tanto Machado de Assis quanto Candido ocupam uma posição auto-reflexiva na literatura brasileira. A investigação sobre o romancista marca o fim da obra do crítico, dado que coincide com o encerramento do processo formativo, “Instinto de nacionalidade” sendo caracterizada como ‘crítica viva’, exatamente a mesma expressão que, ao início do livro, o crítico uspiano define seu próprio trabalho. Destarte, a crítica viva apresenta-

se no começo e no fim do livro, marcando uma circularidade, a qual liga o ponto de partida e o ponto de chegada, amalgamados na estrutura em processo. Consequentemente, a crítica é entendida, ao final do livro de Candido, “como interior ao processo da literatura e, de modo hegeliano, quando ela chega, mostra o acabamento do processo formativo”. É claro que a observação é cheia de sentido, visto que o modelo de sistema literário do crítico – composto por obras, público e tradição –, faz com que a crítica seja fundamental no sistema já configurado. Ou, em outras palavras, “uma vez em ‘interação dinâmica’, o sistema não segue absolutamente a expectativa hegeliana de eternização do presente, mas adentra em nova fase, que recebe o nome de ‘sistema consolidado’” (WAIZBORT, 2007, p. 142-143).

Levando em conta o exposto, o texto de Candido tem *em vista a formação de um sistema integrado de escritores, obras e público, uma formação que se completa* – à diferença do que foi visto nos livros de Prado Jr. e Furtado. Necessário frisar que se o sistema literário se completa, a nação - como corpo integrado e com seu sentido voltado para dentro -, e o mercado interno - que contemple as necessidades internas da população e que seja o eixo de desenvolvimento do país - não se completam. O que levaria tanto a uma concepção de formação mais sóbria, quanto a transmissão do déficit social à esfera literária.

O caso brasileiro levava o crítico paulista a reconhecer o anacronismo e a justaposição de várias camadas do tempo histórico: “por conta do qual a literatura se formou sem que a nação se forme, marcando um descompasso rico em consequências para o destino da nação” (WAIBORT, 2007, p. 163).

4 – Gilda de Mello e Souza: figura e forma brasileira.

À primeira vista, a crítica Gilda de Mello e Souza e seus ensaios pareceriam como opostos aos esforços interpretativos e crítico dos autores até aqui tratados. A crítica estaria vinculada a autores que, para seguir o jargão, teriam uma visão formalista das artes, na qual as formas ficariam ensimesmadas e se assentariam em abstrações auto referenciadas⁴⁴.

Tal suspeita parece ganhar força a partir dos próprios ensaios e comentários da autora, como fica patente na segunda nota de seu famoso ensaio “Pintura brasileira contemporânea: precursores”. Nele, glosando os ensinamentos de Gombrich em seu *Arte e Ilusão*, argumenta que o ato de ver jamais é inocente, até porque, diferentemente do que John Ruskin e os impressionistas acreditavam, seria sempre um ato de aprendizado, por meio do qual, estabeleceu-se menos uma relação com a natureza do que com esquemas perceptivos anteriores. Logo, mesmo “na arte chamada naturalista o artista não traspõe para a tela o resultado neutro e objetivo de sua análise do mundo exterior, mas aplica à análise do real os esquemas perceptivos que herdou da tradição” (SOUZA, 2008, p. 274). Ou, quando presta atenção a pontos ignorados pela crítica brasileira de artes anterior a ela, à maneira da postura e das técnicas do corpo do caipira nos quadros de Almeida Júnior ou da simbologia das mãos e braços nos quadros da série *Cenas da vida brasileira, 1930/1954*, de João Câmara Filho (SOUZA, 2005, p. 113 – 125).

No entanto, como é possível que a autora tenha conseguido expor as linhas evolutivas da experiência nacional transfigurada em forma pelas artes plásticas? Convém procurar algumas pistas nos textos de Otília e Paulo Arantes, bem como nos ensaios da própria Souza. Segundo Otília Arantes, no vai e vem entre realidade, história e pintura, em que nossa autora se move, utiliza permanentemente e ao mesmo tempo **relativiza** as lições dos mestres anteriormente apresentados (ARANTES, 2006, p. 315). O ato de relativização levado a cabo por ela seria de suma importância para o quadro crítico nacional e entroncava diretamente na tradição intelectual modernista e nos trabalhos do grupo *Clima*. Na crítica das artes, olhar-se-ia a partir de esquemas estéticos já previamente desenvolvidos e herdados. No entanto, quando os esquemas visuais vinham da Europa e topavam com os dados ‘imediatos’ de nossa realidade nacional, necessariamente precisavam ir além dos ensinamentos de Warburg. Seguindo o espírito do grupo *Clima*⁴⁵ (PONTES, 2008) (ARANTES, 1974, p.78) e de intelectuais modernistas, como Mário de Andrade, não faria sentido manter impunemente a orientação ‘imanentista’ de Gombrich, visto que o que galvanizara seus esforços era um tentativa de “detectar os lineamentos da formação de uma arte brasileira [...]” (ARANTES, 2006, p. 320),

⁴⁴ Exemplares disto seriam, por exemplo, Ernst Gombrich, Erwin Panofsky e Aby Warburg.

⁴⁵ Para um belo retrato de grupo, ver Pontes (1998).

voltando-se, pela via da paixão pelo concreto (SOUZA, 2008, p. 261)⁴⁶. O que levava a crítica a prestar atenção a artistas menores, examinando o acanhado meio artístico brasileiro sem aplicar ou impor grandes temas e teorias em voga na cena internacional.

Voltando-se mais especificamente para os ensaios da crítica sobre a pintura brasileira moderna e o vanguardismo do mesmo período, é interessante notar que as análises e considerações sobre Almeida Júnior não eram em si novas⁴⁷. Souza, porém, seguiu um caminho diferente, visto que ao não sentir a necessidade de prestar contas a um passado incerto e ao se ver livre das amarras do programa nacionalista, não precisou engessar sua liberdade criadora e crítica em prol de um corpo definido de ideias (SOUZA, 2008, p. 319).

De todo modo, ao começar seus ensaios sobre os precursores da arte contemporânea brasileira, a autora elogia a iniciativa do Museu Lasar Segall, que em exposição intitulada “Os precursores”, realizada entre Setembro e Outubro de 1974, reuniu artistas como Belmiro de Almeida, Visconti e Timóteo da Costa - com obras desenvolvidas entre as últimas décadas do século XIX e as primeiras décadas do século XX -, atuantes no mesmo momento da exposição de Malfatti. Portanto, eram anteriores ao momento da virada modernista⁴⁸ - sugerindo aos visitantes que a olhassem tendo em vista essa passagem/ reformulação das artes plásticas, vislumbrando ali certos traços do futuro. Gesto que convidava a quem visse à mostra a reconsiderar e reinterpretar as raízes e os precursores do modernismo brasileiro, percebendo até em pinturas acadêmicas elementos de interesse e certo prenúncio de renovação. Entretanto, sugere que deveríamos voltar um pouco mais para trás da história e estudar com atenção artistas como Almeida Júnior e Jorge Grimm, um tanto quanto acadêmicos, mas que seriam portadores de elementos inovadores em seu tempo.

Concentrando-se principalmente no primeiro, argumenta que teve papel importante na supressão da monumentalidade de nossas obras, abrindo caminho para a renovação de assuntos e personagens e a vinculação orgânica das figuras ao seu ambiente e, quiçá, à revisão no tratamento da luz. Desta feita, é “*com ele que ingressa pela primeira vez na pintura o homem brasileiro*” (SOUZA, 2008, p. 274, marcações minhas), mais especificamente na figura do

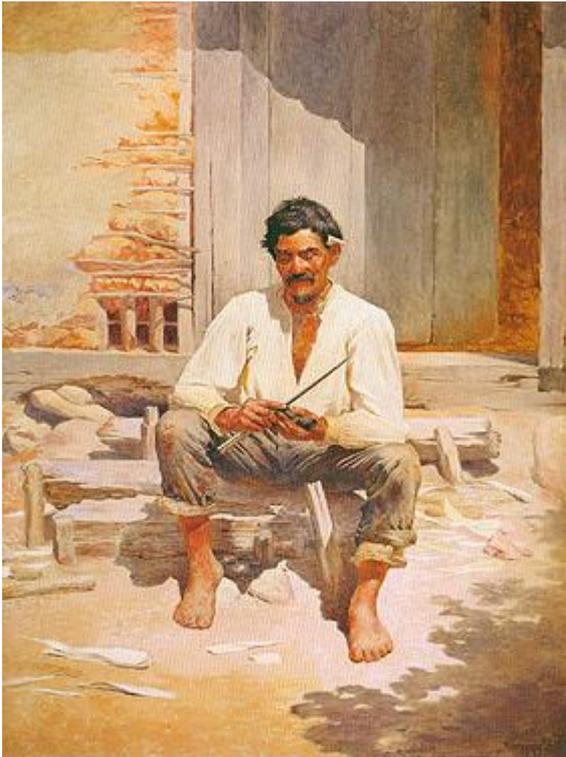
⁴⁶ O ensaio de Gilda de Mello e Souza sobre a perícia e a concreção do crítico Paulo Emílio Salles Gomes, pode muito bem ser reaproveitado para apreciação dos trabalhos da autora – como para todo o grupo *Clima*, baseados em uma atitude crítica que privilegiava o corpo a corpo com as obras e que conscientemente deixava de lado os debates teóricos movidos ao sabor dos modismos (SOUZA, 2008, p. 259 – 273).

⁴⁷ Contava, por exemplo, com a companhia do jovem e passadista Oswald de Andrade, defensor de uma arte nacional, que considerava o pintor um precursor. Também Monteiro Lobato, ao mesmo tempo que procurava desmoralizar o expressionismo de Anita Malfatti, queria elevar Júnior a inaugurador da pintura nacional. Mesmo Mario de Andrade - defensor animado do ‘moderno’, *et pour cause*, pouco simpático àquelas figurações plásticas – reconhecia certa importância do pintor (ARANTES e ARANTES, 1997b, 71).

⁴⁸ Para mais sobre o período ver: (AMARAL, 2010) e (BATISTA, 2012).

caipira paulista. Porém, o seu mérito essencial não teria sido simplesmente pintar o caipira, até porque ele poderia se transformar em mais uma das figuras tradicionais e descompassadas de arte, à moda dos índios, dos negros. Coube ao pintor revelar, pelas vias de seu regionalismo, a verdade profunda dessa personagem nacional e, com escrúpulos de etnólogo, conseguir figurar “não apenas a aparência externa, os traços do rosto ou a maneira peculiar de se vestir, mas a dinâmica dos gestos – aquilo que Marcel Mauss descreveu com tanta perspicácia num ensaio célebre, designado como *técnicas do corpo*” (Ibid., p. 275).

Essa acuidade de observação já teria transparecido num quadro como *O derrubador* (1879). Pintado ainda em Paris, mas que trairia as convenções realistas na pintura do rochedo e em outros elementos que trazem a nostalgia da pátria distante. Nesta obra ficaria patente, segundo Souza, que é nosso “o jeito do homem se apoiar no instrumento, sentar-se, segurar o cigarro entre os dedos, manifestar no corpo largado a impressão de força cansada [...]” (Ibid., p. 276). Um lineamento que o pintor aprofundaria em obras posteriores, como *O violeiro* (1889), *Caipira picando fumo* (1893) e *Amolação interrompida* (1894), em que conseguiria cada vez mais afinar sua análise sobre o comportamento corporal do homem do campo. Um empreendimento sem precursores, que representaria uma realização considerável, visto que conseguiu trazer para as telas a notação do gesto, “lutando contra as reminiscências artísticas, que lhe impunham, a cada momento, a postura europeia civilizada – nos painéis sacros, nos históricos, nos quadros de gênero, nas composições alegóricas como nas realistas, na representação do povo como na das classes altas” (Ibid., p. 278). Procedimento contrário ao de um Hans Staden ou a um Jean de Léry, pois, ao tentarem representar indígenas como eram, acabariam por transpor esquemas emprestados do maneirista italiano Baccio Bandinelli.



Almeida Júnior,
 Caipira picando fumo, 1893
 Óleo sobre tela, 70 cm x 50 cm
 Pinacoteca do Estado de São Paulo

Segundo o argumento de Oflia e Paulo Arantes, Souza teria sido capaz de tal percepção devido a uma formação artística ímpar e da prática, voltada ao detalhe com o objeto de estudo. Contudo, seria principalmente importante uma empatia pelo ‘caipirismo imanente’ de Júnior, o que estaria relacionado com ter vivido boa parte de sua infância em fazenda do interior paulista. Em termos mais amplos, entre a década de 30 e 40, Souza e seus parceiros de geração passaram a organizar suas ideias e um modo de pensar sobre o Brasil, voltado “para as regiões mais tangíveis da experiência brasileira sedimentada de preferência nas obras de arte” (Ibid., p. 96). Experiência que enfatizaria a ‘diferença brasileira’, é claro, ou melhor, da diferença entre nossa realidade periférica e a norma europeia para cá trasposta (ARANTES, 1992).

Também o estudo *O espirito das roupas* liga a moda à estrutura social, não deixando de reparar que aquela é considerada como uma arte menores. Situada, além do mais, de uma maneira específica, já que essência da moda se embasaria na conquista do espaço pelo movimento. Ou melhor, a tornaria uma arte de compromisso, posto que o traje inexistente sem o movimento e a dinâmica dos gestos, efetuando novos equilíbrios e figurações (SOUZA, 2001, p. 41). Além do mais, ao depender da medida e desmedida da gestualidade, a moda se afiguraria como a mais socializada dentre as artes, um dos elementos “que talvez tenham contribuído mais

de perto para a cristalização da sensação plástica de que o essencial do ‘homem brasileiro’ deveria ser procurado no seu movimento corporal” (ARANTES; ARANTES, 1997b, 90).

Num outro capítulo controverso dos nossos precursores, Souza elenca o pintor alemão Jorge Grimm e a doutrinação do crítico Gonzaga Duque, que buscariam tanto transpor a estética do ar livre, quanto clarear as paletas de cores no Brasil. Para tanto, se baseariam em esquemas europeus. De sorte que a insinuação da invenção de uma luz brasileira devido à observação de nosso ‘ambiente colorido e tropical’ carece de maior fundamentação (SOUZA, 2008, p. 281 – 282).

Percalços e reviravoltas encontrados em outros momentos de nossa arte nacional, à maneira da analogia que poderia ser feita entre a viagem de Mario de Andrade à Amazônia e seus comentários sobre a obra do jovem pernambucano Cícero Dias. Animados por um projeto de redescobrir o Brasil (SOUZA, 2005, p. 49 – 73). Se trataria de um caso clássico de invenção do país por meio da imaginação, via passagem do país de ateliê para o país ‘real’. Ou na relação, às vezes difícil, entre artistas modernistas e o projeto nacionalista das artes, tão bem expresso nas afinidades eletivas do expressionismo advogado posteriormente por Mario de Andrade: se o primeiro queria destruir o homem clássico o segundo buscava destruir a europeização do brasileiro, com o intuito de “desentranhar os traços inconscientes e fatais da nacionalidade [...]” (SOUZA, 2008, p. 318).

Desentranhamento que seriam bem-sucedido nas carreiras de um Di Cavalcanti e de uma Tarsila do Amaral. A última teria conseguido colocar na ordem do dia uma síntese entre a estética nacionalista - em seu apogeu nos anos de 1920 – 1930 - e os aprendizados cubistas recentes na Europa, o que ocorreria principalmente em sua fase Pau – Brasil. Tanto é que substitui os esquemas colorísticos de seu mestre Fernand Léger “por outro mais ingênuo, baseado na observação da cultura local, exagerando os acordes verde-amarelos e explorando as tonalidades das casas coloniais, dos bauzinhos de folhas de flandres” (Ibid., p. 329). Contudo, a síntese até aqui apresentada também se vincularia, de uma forma ou de outra, a nossa experiência diferencial, camuflada na junção entre cubismo e mata, até porque para Tarsila o nacionalismo apresentou-se como uma solução pertinente a que aderiram quase que naturalmente. No entanto, ainda se baseava, em boa medida, em modelos europeus, aos quais combinava temas aparentemente selvagens. Talvez, como sugerem Otília e Paulo Arantes, a estruturação interna da formação da pintura nacional estaria precisamente nos percalços,

desdobramentos e resoluções dessa dissonância quase que permanente entre notação europeia e realidade brasileira⁴⁹.

Nesse ínterim, pode-se notar que Souza conseguiu, em seu conjunto de ensaios sobre artes plásticas, enxergar e escandir no mundo das formas (LUKÁCS, 2015, p. 40) da nossa experiência nacional, colocada entre a fidelidade às ideias e esquemas conceituais europeus e à realidade brasileira. Esta seria uma mola propulsora formativa, a qual nos indicaria os passos essenciais de um sistema artístico, cuja completude já ia dando as caras, e que se mostraria formado, conforme sugere Rodrigo Naves (2007, p. 192-223), apenas nos anos de 1980. Pois aí vê-se a coincidência entre qualidade artística, reconhecimento público de obras e autores, crítica adensada e, por conseguinte, a constituição de uma tradição, ou filtro material, a partir do qual poder-se-ia compreender a produção contemporânea. E, além de tudo, ainda nos permitiria um diálogo com a produção artística estrangeira.

Casos exemplares disto seriam as obras de Hélio Oiticica e Lygia Clark, avaliadas por curadores estrangeiros como obras importantes e fortes por terem supostamente antecipado um movimento que desembocaria na arte contemporânea. Não perceberiam, porém, que o difícil travejamento formal de seus trabalhos permitiria justamente tencionar um história da arte unilinear e colocar uma maior complexidade onde se viam antes simples rupturas entre uma arte moderna passadista e formalista e uma arte contemporânea a qual procura entrar na vida e resolvê-la entre vida e arte, esquecendo que esta relação não teria solução. Necessário dizer que com mais esta formação, as iniquidades nacionais expostas anteriormente não foram superadas, no entanto um ponto de vista crítico aí fora gestado.

⁴⁹ Como apontam os autores: de um lado, a figura, o ‘homem brasileiro’, o novo personagem no qual se encarna a verdade de nossa gente, que justamente estreia na marcha lenta da pintura local pelas mãos de Almeida Júnior, porém abafando reminiscências herdadas, no caso, de sistematização europeia das soluções acadêmicas; de outro, do lado do(s) fundo(s), a ‘construção da paisagem’ por um olhar instruído por essa mesma herança cultural. *Num caso, identificação de fundo na esteira de uma visão educada à sombra da norma culta; no outro, revelação inaugural da figura na sua verdade pela inocência de que só um olhar desarmado é capaz. Quem sabe se a mola propulsora da formação da pintura brasileira não se encontraria nos múltiplos desenvolvimentos, ou resoluções, dessa dissonância* (ARANTES e ARANTES, 1997b, p. 74 – 75, marcações minhas).

5 – Algumas considerações intermediárias sobre o tema formativo.

Segundo o que até aqui foi exposto, os quatro autores de que tratamos pensaram as suas respectivas questões, com referência ao problema da formação, na chave da passagem da Colônia para a Nação, ou da heteronomia para a autonomia. Mas apesar da referência comum à passagem da Colônia para a Nação, não se pode deixar de lado, ao menos, duas diferenças sensíveis entre os livros em questão: em primeiro lugar, a matéria de que tratam, ou o prisma ‘disciplinar’ a partir do qual entendem a formação; e, em segundo lugar, a realização ou não da formação em questão. Há uma diferença de matéria, – ou diferença de ‘prisma’ a partir do qual olham - entre os três autores que pode ser assim resumida: Prado Jr. teria um enfoque mais histórico e pautado nas transformações da sociedade brasileira – à maneira do aumento sensível das formas inorgânicas ao longo do século XIX; Furtado, por sua vez, enfocaria mais as questões econômicas, como ocorre no seu tratamento em relação ao período industrializante de 1930; Candido, enfocaria a questão da formação de um ponto de vista mais literário, tratando da formação do sistema literário brasileiro; Gilda de Mello e Souza, por sua vez, veria a formação a partir do prisma das artes plásticas. É importante ressaltar que essa mesma diferença de matéria é ainda mais acentuada quando se compara Candido e Gilda de Mello e Souza com Caio Prado Jr. e Furtado, do que Furtado e Prado Jr.

Tal ponto liga-se com a segunda diferença entre os autores – sobre a realização ou não da formação em questão -, o que pode ser explorado de modo comparativo. Caio Prado Jr. acaba por falar na *possibilidade* (ou *virtualidade*) da formação de uma Nação integrada, a qual não se realizou. Essa integração deve ser entendida como negação do corpo social organizado de modo a saciar demandas fora do país, a Colônia devendo ser negada pela Nação. De maneira similar, a formação de que trata Celso Furtado também ficaria para o futuro, de modo que a formação de um mercado interno que contemple a população brasileira e que seja o eixo fundamental do desenvolvimento brasileiro *é uma virtualidade*. Já em Candido, a formação de uma literatura brasileira, entendida como um sistema integrado de leitores, obras e público, *realiza-se*. Sinal desta realização seriam o surgimento de um autor como Machado de Assis, o qual conseguiria transfigurar em forma literária a experiência local – constituindo-se em forma literária específica. Além disso, a constituição de uma crítica literária, ou melhor, vista como uma autoconsciência literária de fôlego, bem representada pelo próprio Machado de Assis no texto “Notícia da atual literatura brasileira: instinto de nacionalidade”. Assim sendo, a formação de que o crítico literário fala se completa, ao contrário do processo tratado pelos outros dois autores. O mesmo dá-se com a serra de Gilda de Mello e Souza, em que há o surgimento de uma tradição que permite redefinir obras passadas, compreender produções contemporâneas e corrigir impressões estrangeiras superficiais sobre o que fora aqui produzido.

Em resumo, a partir das áreas tratadas pelos autores a formação se realiza ou não. Consequentemente, o ponto de fuga nos dois primeiros autores acima expostos é impregnado de valor e está bastante ligada a realidade vivida por estes. Candido, por sua vez, seria mais sóbrio, em razão de que a formação de que trata já está concluída no momento em que o crítico a expõe. Como resultado, não escreve com o propósito militante de levar a bom termo a formação da literatura brasileira. Além disso, o sistema literário ter-se-ia completado antes de 1870, portanto, *antes da abolição da escravatura*, ou seja, sem uma transformação essencial nas estruturas sociais do país (SCHWARZ, 2014b, p. 65).

Tendo em vista estas diferenças, poderíamos, a partir de Schwarz (2014), perguntar o seguinte: o sistema literário integrado poderia antecipar formações futuras? Serão ritmos desiguais, os quais, em algum momento, poderão se unificar? Outra possibilidade, sugerida pelos estudos de Gilda de Mello e Souza, é pensar que o sistema literário formado nos legaria um ponto de vista sem o qual não poderíamos nem nos entender enquanto país malformado e nem efetuar uma crítica ao estado de coisas no mundo.

Parte 2: forma e formação.

O destino do crítico é traçado no momento crucial em que as coisas se tornam forma, em que todo sentimento e toda vivência até então aquém e além das formas recebem uma forma, fundem-se e se condensam em forma. Momento místico de união entre o externo e o interno, entre a alma e a forma.

Sobre a forma e a essência do ensaio: carta a Leo Popper, Geog Lukács.

A forma estética é a organização objetiva de tudo o que, no interior de uma obra de arte, aparece como linguagem coerente. É a síntese não violenta do disperso que ela, no entanto, conserva como aquilo que é, na sua divergência e nas suas contradições, e eis porque ela é efetivamente um desdobramento da verdade. [...] Na sua relação com o seu *outro*, cuja estranheza atenua e, no entanto, mantém, ela é o elemento arbitrário da arte; através da forma, a arte participa na civilização, que ela crítica mediante a sua existência.

Teoria estética, Theodor W. Adorno.

O grande mérito de E.G. Wakefield não é ter descoberto algo novo sobre as colônias, mas ter descoberto nas colônias a verdade sobre as condições capitalistas da metrópole.

O capital, Karl Marx.

6 - Pequeno preâmbulo.

Como apontamos na última seção do capítulo anterior, iremos explorar aqui algumas implicações críticas da transfiguração da matéria brasileira, ou, parafraseando Adorno (1970), do conteúdo sócio-histórico nacional, ou como já dito, a *formação* de uma forma (RICUPERO, 2008, p. 64). Para este propósito tomaremos em conta as formalizações estéticas de Machado de Assis, Glauber Rocha e um punhado de artistas brasileiros. Para tanto, recorreremos à crítica imanente das formas por autores como Roberto Schwarz, Ismail Xavier e Rodrigo Naves⁵⁰.

Esperamos, assim, indicar o ímpeto crítico dessas produções culturais no sentido de produzirem uma crítica ao falso senso de universalidade do capitalismo. Acreditamos que tal percepção ocorre preferencialmente na periferia capitalista. Até porque as ideias e formas importadas têm um efeito diferente de seu propósito inicial)⁵¹.

⁵⁰ A seção sobre o pensamento de Roberto Schwarz é um tanto maior que a dos outros, justificada pelo fato de a questão e a discussão da formação de uma forma dialeticamente adequada à matéria brasileira esteja mais clara em seus textos.

⁵¹ Em outro registro, o sociólogo francês Pierre Bourdieu também irá notar as dificuldades da circulação de ideias em um âmbito internacional: “As trocas internacionais estão submetidas a um número determinado de fatores estruturais geradores de mal-entendidos. O primeiro fator: o fato de os textos circularem sem os seus contextos. Uma proposição que Marx enuncia em seu *Manifesto do partido comunista*, onde, via de regra, não se buscava uma teoria da recepção... Marx salienta que os pensadores alemães sempre compreenderam muito mal os pensadores franceses, pois recebiam textos portadores de uma conjuntura política como textos puros e transformavam o agente político que estava no cerne desses textos em sujeito transcendental. Assim, muitos dos mal-entendidos em meio à comunicação internacional vem do fato de os textos não carregarem consigo seus contextos” (BOURDIEU, 2002, p. 4, tradução aproximada nossa).

7 – Chaves para Roberto Schwarz: forma(ção) e volubilidade.

Essa ideia era nada menos que a invenção de um medicamento sublime, um emplasto anti-hipocondríaco, destinado a aliviar a nossa melancólica humanidade. Na petição de privilégio que então redigi, chamei a atenção do governo para esse resultado, verdadeiramente cristão. Todavia, não neguei aos amigos as vantagens pecuniárias que deviam resultar da distribuição de um produto de tamanhos e tão profundo efeitos. Agora, porém, o que me influenciou principalmente foi o gosto de ver impressas nos jornais, mostradores, folhetos, esquinas, e enfim nas caixinhas do remédio, estas três palavras: *Emplasto Brás Cubas*. Para que negá-lo? Eu tinha a paixão do arruído, do cartaz, do foguete de lágrimas. Talvez os modestos me arguam esse defeito; fio, porém, que esse talento me não de reconhecer os hábeis. Assim, a minha ideia trazia duas faces, como as medalhas, uma virada para o público, outro para mim. De um lado, filantropia e lucro; de outro lado, sede de nomeada. Digamos: amor da glória.

Memórias póstumas de Brás Cubas, Machado de Assis.

De maneira simplificada, os pressupostos históricos e intelectuais para o entendimento da complexidade e riqueza do pensamento do crítico literário brasileiro, seriam três: i) o acúmulo prévio, quanto à crítica literária, sedimentado por Antonio Candido; ii) o conhecimento histórico materialista e heterodoxo sedimentado pelo famoso ‘Grupo do Capital’⁵²; iii) um diálogo e absorção extremamente frutíferos em relação ao chamado ‘marxismo ocidental’, à maneira de Lukács, Benjamin e, principalmente, Adorno (ARANTES, 1992)(RICUPERO, 2013)⁵³.

Quanto ao primeiro termo, não iremos nos delongar muito, visto que já expomos algumas providências de Candido. De posse do que anteriormente fora dito, é importante reconhecer em Roberto Schwarz uma forte dívida com Antonio Candido, tanto em relação à sua *Formação da literatura brasileira* – a partir do qual se estabeleceu definitivamente o chão histórico e intelectual a partir do qual a crítica imanente das formas literárias deveria partir -, quanto em ensaios como “Dialética da Malandragem” – o primeiro estudo literário propriamente dialético efetuado no Brasil (SCHWARZ, 2012d, p. 129) – e “De cortiço a cortiço”. Estes trabalhos foram considerados essenciais pelo crítico por dois motivos. A primeira razão por terem organizado um material histórico e conceitual a partir do qual pôde partir, o que não seria pouco em uma realidade periférica e de cultura reflexa (SCHWARZ, 2014b), algo provado pelo fato de continuar de onde o mestre havia parado, a crítica imanente da obra de Machado de Assis (RICUPERO, 2013, p. 525). O segundo fator é o desenvolvimento de um programa crítico, bastante próximo do chamado marxismo ocidental, segundo o qual, a arte deveria ser criticada como objeto de conhecimento, crítica a qual decifraria a história presente nas obras não só em seus sucessos, mas também em suas lacunas e contradições, levando em conta a sua relação com a sociedade. Lançaria mão, assim, como já expomos na seção sobre os pressupostos e providências críticas de Candido, de uma noção **objetiva** de forma.

A primeira coletânea de ensaios de nosso crítico teria como horizonte: “os problemas do Realismo e suas alternativas contemporâneas, examinados em função da coerência construtiva das obras, e o conjunto, à luz das grandes categorias explicativas da alienação moderna e seus antídotos” (ARANTES, 1992, p. 53). Não à toa, Leandro Konder escreve na

⁵² Retratos interessantes do grupo, apesar de suas diferenças, podem ser encontrados em: Lahuerta (2008, p. 311 – 357); Sader (2005, p. 150 – 177). De modo mais exaustivo: Rodrigues (2011).

⁵³ Advertimos que apenas daremos cabo de alguns aspectos dessas influências, com o objetivo de clarificar a argumentação posterior de Schwarz em seus livros sobre Machado de Assis. A importante referência a Erich Auerbach não será tratada já que se pode entender o mais importante da crítica de Schwarz a Machado de Assis sem maior atenção à influência do filólogo alemão. Escusado dizer que o assunto tem um tratamento devido no livro de Waizbort (2007).

‘orelha’ do livro, ser um dos méritos de Schwarz ter dado um passo decisivo em direção a uma crítica humanista e lukácsiana (KONDER, 1965). Colocação que levanta alguns problemas para seu programa crítico, já que “uma coisa é pô-la em prática no estudo de autores europeus, outros quinhentos quando os autores são brasileiros” (ARANTES, 1992, p. 53). Isto é, ao tentar colocar em prática uma crítica literária no Brasil, Schwarz não poderia ficar preso aos ensinamentos dos clássicos literários europeus, aplicando-os sem passá-los pelo crivo da experiência histórica brasileira. Significativamente, é perceptível na leitura do livro de estreia do crítico que os escritores europeus tinham maior relevo e destaque que os nacionais. Isto é, havia maior facilidade de estudar a grande literatura europeia tratada por Schwarz em decorrência da sólida tradição intelectual e cultural de conhecimentos sedimentados. Como exemplo, podemos pensar num romance de Honoré de Balzac, já se apresentava com a matéria social que o estrutura previamente ordenada e conhecida. O oposto ocorria com escritores brasileiros, onde quase tudo ainda estava por fazer, inclusive o reconhecimento básico do ritmo histórico específico de uma formação social a partir da qual o sistema de obras nacionais se organizava (Cf. Ibid., p. 54).

De posse do argumento, é sugestivo pensar que o comentário de Konder passa ter em si uma tensão essencial, a qual, sob a indicação do próprio Schwarz, pode ser assim apresentada: “Lukács construiu um modelo para a história europeia das ideias e do romance que depende da evolução histórica geral do feudalismo para o capitalismo e para o socialismo” (SCHWARZ, 2001, p. 21). Contudo, quando se olha para a América Latina e em particular, para o Brasil percebe-se que essa sequência gira em falso, porque aqui o caminho vai do colonialismo para a tentativa de construção de um Estado Nacional, ou seja, desmente uma trajetória pretensamente universal. Portanto, haveria pela frente o desafio de apreender a dinâmica de uma formação específica, mas não alheia ao capitalismo mundial, apreensão que teria um momento importante nos estudos feitos a partir de *O capital* por uma série de professores e alunos da USP.

O primeiro a tirar as consequências do chamado seminário Marx fora o sociólogo Fernando Henrique Cardoso, que já no início dos anos 60 abordou a relação difícil entre capitalismo e escravidão, em seu doutoramento, posteriormente publicado como *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional: o negro nas sociedades escravocratas do Rio Grande do Sul*. O livro, bastante arrojado e inédito em seu tempo, conta com as influências decisivas das lições

de Florestan Fernandes, além de uma leitura bastante heterodoxa do *Capital* – influenciada por *História e Consciência de Classe* de Lukács e a *Questão do método* de J. P. Sartre⁵⁴.

Da parte de Fernandes, presença ausente em meios aos pesquisadores do seminário (RODRIGUES, 2011, p. 174), é importante lembrar que já o mestrado de Cardoso – pesquisador da cadeira de Sociologia I -, inseria-se nas pesquisas sobre relações raciais desenvolvidas pelo mestre sob o signo da formação/ consolidação da sociedade de classes no Brasil, animado pela temática da modernização no Brasil. Tais estudos questionavam, a um só tempo, a ideia de existência de uma ‘democracia racial’ no Brasil e as teses de Donald Pierson e Thales de Azevedo que apostavam num imbricamento decisivo entre preconceito de raça e de classe no país. Todavia, não é menos verdade que o seminário, em boa medida, reuniu-se por insatisfação com a perspectiva cientificista e funcionalista (NOVAIS, 2005, p. 347), relacionada à época a Fernandes. Especialmente significativo são as críticas feitas ao funcionalismo na “Introdução” da tese – entendida, juntamente com o artigo “Notas para uma análise metodológica d’O Capital” de Giannotti, como manifestos de método dos seminaristas (LAHUERTA, 2008, p. 339) - em que se acentua o caráter heurístico superior do método dialético (GONÇALVES & BRITO, 2017, p. 11-12).

Tal estudo também teria outra especificidade importante: fora feito tendo em vista o período de crise e declínio da economia escravista deixam às claras que as relações de produção em que o capitalismo mercantil se baseava eram uma barreira para o desenvolvimento mesmo do capitalismo. Em termos concretos, os limites da economia gaúcha se revelavam no aumento do preço da mão de obra escrava e a perda de competitividade em relação à economia do charque argentina. Em termos mais profundos, o capitalismo requeria a transformação do trabalho em mercadoria, ou a constituição da chamada mão de obra livre (CARDOSO, 1997, p. 274).

Trocando em miúdos, Cardoso em sua obra consegue desenvolver questões extremamente importantes e originais. Se na teorização de Marx um sistema escravocrata-

⁵⁴ Quanto a Lukács e Sartre, é preciso notar que a combinação de ambos (LIMA, 2015, p. 110) e de suas noções de totalidade fora um trunfo em seu trabalho, pois diante da construção mais abstrata do conceito de totalidade daquele, o francês, com sua ênfase na dialética entre o particular e o universal, bem como a sua categoria de ‘totalidade singular’ (SARTRE, 1987, p. 122), permitirá ao sociólogo uspiano operacionalizar concretamente as categorias teóricas advindas do marxismo. Uma astúcia que permitiu ao autor abrir caminho em direção a um marxismo heterodoxo e crítico, além de possibilitar, por meio de uma certa invenção categorial, o estudo mais pormenorizado da importância do trabalho escravo na constituição da sociedade gaúcha. A escolha desta, segundo Cardoso, deu-se por se constituir como um *locus* epistemologicamente privilegiado para a apreensão das determinações essenciais da relação entre capitalismo e escravidão, pois se a partir dos resultados de sistemas mais simples não se poderia explicar os mais complexos, aqueles trariam para a ordem do dia “algumas determinações gerais que ficam obscurecidas nas formas mais complexas de integração da ordem escravocrata” (Ibid., p. 272).

capitalista seria uma contradição em termos, na prática nem sempre teria sido assim, porque por quase dois séculos o regime escravista fora útil à produção mercantil em meio ao desenvolvimento do capitalismo comercial. Isto é, se trataria de uma economia de forma capitalista e de base escravista (ARANTES, 1992, p. 64). Não se deve subestimar as consequências intelectuais de tal combinação, posto que a história aí apresentada não procede de maneira linear, como queriam fazer crer clássicos até do pensamento crítico europeu. O atraso brasileiro e suas taras, encontrados em especial na estrutura de classe, não deveriam ser, conseqüentemente, encarados como resquícios ou sobrevivência do passado colonial, “mas como partes integrantes da atualidade em movimento, como *resultados* funcionais ou disfuncionais da economia contemporânea, a qual excede os limites do país” (SCHWARZ, 2014b, p. 115).

Dessas questões poder-se-ia tirar consequências categoriais das mais importantes para o desenvolvimento posterior da obra de Schwarz. Os produtores coloniais de maneira alguma deveriam ser considerados pré-capitalistas, pois existiam devido à expansão do capitalismo comercial. Também não se poderia falar em feudalismo, já que inexistiram no Brasil relações de domínio, servidão e vassalagem. Além disso, os colonos não se constituíram como burguesia agrária, pois não extraíam mais-valia de assalariados. Com base nessas referências, Cardoso caracteriza nosso Antigo Regime tanto como capitalismo colonial, como escravismo colonial, indicando que o capitalismo não poderia mais ser apresentado como um bloco monolítico contraposto ao pré-capitalismo.

Por sua vez, outra professora da cadeira de Sociologia I, Maria Sylvia Carvalho Franco, de maneira crítica aos estudos de comunidade, os quais apontavam para uma certa unidade solidária (CAZES, 2013, p. 73), argumenta que entre os homens livres haveria um ajustamento entre certa solidariedade vicinal - encarnada nos mutirões - e o mais recorrente recurso à violência, gestando aquilo que Cazes chama de ética caipira (2013, p. 109-152). Constituindo-se uma configuração social em que, de uma parte, há a identificação dos submetidos com os de cima, por outro lado, haveria o cumprimento do dever de proteção. Tanto é que quando esses compromissos são entrelaçados, aparece o que a socióloga chama de dominação pessoal, na qual, os envolvidos estão ligados por meio de *favores recíprocos* – a mediação quase universal e nexos ideológico de nossa vida nacional, como argumentará posteriormente Schwarz.

A autora, com essa interpretação, procurava indicar que a colônia não poderia ser entendida como uma *dualidade integrada* e sim como uma *unidade contraditória*, de forma que “essa síntese determinada na gênese do sistema colonial, sustentou, com suas ambigüidades e tensões, a maior parte da história brasileira” (Ibid., p. 11). Franco se distanciaria de Cardoso ao

mostrar certa fluidez – mesmo que permeada por hierarquias e dominação – da sociedade brasileira, questionando uma visão desta como estamental e patrimonialista. Enfatiza, assim, o ajustamento do que a contradição entre termos como ‘arcaico’ e ‘moderno’.

Quando da redação de seu famoso ensaio “Ideias fora do lugar”, Schwarz mostra certa dívida tanto com as formulações de Franco, quanto as de Cardoso, não as tomando como excludentes, mas como estudos que enfatizam aspectos distintos, porém, complementares da sociedade brasileira:

Embora *Capitalismo e escravidão* pesquisasse a economia do charque do Rio Grande do Sul e *Homens livres* tivesse como documentação de base os processos – crime da comarca de Guaratinguetá, as grandes linhas argumentativas das duas monografias pedem uma leitura de síntese, pois se referem a dimensões interligadas, gerais e decisivas da sociedade brasileira no conjunto. A sujeição violenta em que encontra o escravo, bem como a relação de dependência à qual o homem livre e pobre da ordem escravista não pode fugir, ambas têm como antagonista, no polo oposto, a camada de homens que a propriedade insere no mundo do cálculo econômico (SCHWARZ, 2014a, p. 117-118).

Além desses estudos, outra obra fundamental ao grupo do *Capital. Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777 – 1808)*, de Fernando Novais, ao assumir um ângulo histórico faz com que passe para o primeiro plano o conjunto ao longo do qual a contradição capitalismo e escravidão. Com uma exposição que, segundo Schwarz, vai do todo à parte e o contrário também, com grande domínio sobre os dois planos, busca compreender a história local, no que é mais geral e a história geral, no âmbito local. Nas palavras do autor:

Examinada, pois, nesse contexto, a *colonização* do Novo Mundo na Época Moderna apresenta-se como peça de um sistema, *instrumento da acumulação primitiva* da época do capitalismo mercantil. Aquilo que, no início das reflexões, afigurava-se como um simples projeto, apresenta-se agora consoante com processo histórico concreto de constituição do capitalismo e da sociedade burguesa. Completa-se, entretantes, a conotação do sentido profundo da colonização: *comercial e capitalista*, isto é, *elemento constitutivo no processo de formação do capitalismo moderno*. [...] Podemos, enfim, compreender, nas suas múltiplas conexões, o *sistema colonial*, esse conjunto de mecanismos [...] que integra e articula a colonização com as economias centrais europeias, realidade subjacente e imanente ao processo concreto da colonização; que a ajusta continuamente aos seus ‘sentidos’ (NOVAIS, 2011, p. 70).

Há inovações no historiador uspiano, ao enfatizar a colonização como um sistema, caracterizado essencialmente pelo seu caráter comercial. Nessa referência, Novais questiona o primado da produção sob a circulação, pondo em dúvida, por tabela, a necessidade de compreensão histórica a partir das relações de produção locais, algo que já havia sido questionado por Caio Prado Jr. Em tal toada, o autor lança mão de outra inovação historiográfica fundamental quanto a escravidão, ao considerar que “é a partir do *tráfico negreiro* que se pode entender a *escravidão africana colonial*, e não o contrário” (Ibid., p. 105).

José Arthur Giannotti, por sua vez, realizaria uma leitura mais epistêmica e ontológica de Marx, a qual resultaria mais uma análise afiada da armação conceitual de *O capital* – cuja arquitetura revelaria a dialética viva e não os enunciados doutrinários em separado –, do que uma crítica ao capitalismo e sua objetividade social (ARANTES, 1994, p. 248; 2007, p. 184). Viés ontológico, o qual, segundo Lima (2015, p. 96), aparece em sua forma de conceber a dialética a partir da afirmação da relação de contradição entre ciência e realidade, além da recusa de um único registro de objetivismo, até porque se Marx “admite diversos modos e ordens de objetividade, umas mais profundas e mais diretas, outras mais aparentes e mais mistificadas, Marx não pode conceber a ciência como espelhamento indiscriminado do real” (GIANNOTTI, 1985, p. 78). Sendo assim, um dos compromissos da dialética seria não aceitar o imediatismo empiricista, até porque o fenomênico não permitia um acesso privilegiado e verdadeiro ao real em suas determinações essenciais. Movimento o qual requeria a mediação do conceito, lembrando que o verdadeiro só o é como resultado do trabalho deste mesmo conceito (HEGEL, 2012, p. 36).

Assim sendo, o espelhamento da vida material de uma maneira ideal só seria tornada possível porque na própria realidade haveria um processo de constituição categorial, “contraposto ao vir a ser do fenômeno, processo que configura a essência de um modo de produção determinado e, por conseguinte, numa forma de sociabilidade” (GIANNOTTI, 1980, p. 90). Esta essência se encontraria em cada momento do concreto, sem exaurir todas as suas dimensões, de uma maneira que o discurso apenas se tornaria científico caso conseguisse reproduzir a ordem dessa constituição ontológica. Com isso, o lógico uspiiano, percorrendo o caminho do abstrato ao concreto, conseguiria forjar um discurso que reproduzisse uma síntese essencial existente para além da prática teórica. Em outras palavras, as categorias lógicas de Marx trariam em seu bojo um movimento ‘espelhado’ da realidade, portador tanto de relações essenciais, como de formas imediatas não essenciais – porém participes do movimento do real e não erros deste (ARANTES, p. 1994, 286-287). Dito isto, em Giannotti e sua leitura ontológica é possível vislumbrar uma ontologia do ser social centrada em uma noção de posição (Ibid., p. 281), em que se partia de uma diferenciação entre a objetividade para o homem, ao modo do valor de uso que existente na forma dada de um objeto desfrutável, e a objetividade posta ao homem, à maneira do valor que “**existe como ser-posto**, concomitante a um processo objetivo de relações sociais, para o qual os indivíduos passam a contribuir com seus músculos e com seus cérebros, sem seus corpos e com seus pensamentos”(GIANNOTTI, 1980, p. 93, grifos do autor). Essa descoberta metodológica irá irradiar não só em Fernando Henrique

Cardoso, mas também quando acompanhamos a evolução da noção de *forma* nos escritos de Schwarz, cuja aproximação com a noção de forma social posta ou objetiva⁵⁵.

Outra influência intelectual de grande importância é a chamada tradição contraditória⁵⁶. Como já expomos anteriormente, há no crítico literário brasileiro uma importante influência do filósofo marxista húngaro Georg Lukács. Há uma especificidade da apropriação feita por Schwarz em relação ao húngaro, em que aproveita-se tanto de obras do “jovem” como do Lukács “maduro”: *A alma e as formas*, *A teoria do romance* e *O romance histórico*⁵⁷. O que salta aos olhos é a apropriação feita pelo crítico da relação propriamente dialética entre *forma literária* e *processo social*, mais especificamente, as relações entre luta de classes e composição literária na sua formulação europeia:

[...] devo muito a Lukács: devo a ele meu esquema do romance europeu. Como ficou dito, sua construção não corresponde às realidades brasileiras. Porém, como é uma notável formulação das grandes linhas da história social e literatura europeia, ela faz ver os pontos em que a sociedade e a cultura brasileira se *desvia* de seus muitos estimados modelos europeus. Esses desvios eram dolorosamente percebidos pelos contemporâneos, que os viam como falhas nacionais e, nos melhores casos, as transformavam em elementos de crítica social e produção artística. Como meu interesse era examinar essas questões, os estudos de Lukács sobre o romance entraram de modo substancial, ainda que negativo, em meu trabalho (SCHWARZ, 2001, p. 34).

De saída, em seu livro sobre o romance histórico, Lukács deixa a relação entre literatura e sociedade às claras: o “ponto metodológico decisivo é a investigação da interação do desenvolvimento econômico e social com a visão de mundo e a forma artística que se engendram a partir desses desenvolvimentos” (LUKÁCS, 2011, p.29). Um aspecto metodológico, o qual coloca uma diferenciação de extrema importância: a) uma situação histórica de ex-colônia “engendra uma forma, a partir da qual o romancista trabalha, isto é, cria sua forma literária [...]” (WAIZBORT, 2007, p. 42), de modo algum igual à europeia; b) o desenvolvimento histórico na Europa engendra uma forma peculiar para o romance realista. Em outras palavras, se a compreensão da forma exige a compreensão do processo social e este é o próprio desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo, é necessário que compreendamos a especificidade do desenvolvimento capitalista no Brasil para compreender a forma romance nestas plagas.

⁵⁵ Ideia que aparece explicitamente em ensaios como “Pressupostos, salvo engano, de Dialética da Malandragem” (SCHWARZ, 2012d, p. 141) e “Adequação nacional e originalidade crítica” (SCHWARZ, 2014b, p. 35-36), nos quais comentando as análises de Candido, argumenta que a forma faria a junção entre sociedade e romance, pois é princípio mediador tanto do real, quanto da ficção.

⁵⁶ Schwarz chama assim a tradição dialética composta por Lukács, Brecht, Benjamin e Adorno, com o objetivo de marcar a diferença existência entre eles – mesmo que enfatize certa complementariedade - e a centralidade da contradição no método dialético (SCHWARZ, 2012d, p. 13).

⁵⁷ Um trabalho mais sistemático e completo que elabora de modo mais substantivo a relação de Lukács e Schwarz quanto a crítica literária pode ser encontrado em: Waizbort (2007, p. 37 – 87).

Adiantando o passo, em Machado de Assis enxergaríamos um *realismo específico*. Assim sendo, o crítico, quer argumentar que, à maneira de Balzac, Machado de Assis, conseguiu tornar a fantasia romanesca exata (SCHWARZ, 2012a, p.190), de forma que o escritor mesmo que figurando com liberdade a chamada vida popular, consegue “expressar um nexos histórico decisivo e, assim, retratar um movimento fundamental da sociedade” (WAIZBORT, 2007, p. 61). Se no francês o nexos seria o dinheiro, já no brasileiro seria o paternalismo, ou, mais especificamente, o favor.

Também a relação de Schwarz com Benjamin será diferencial. Por exemplo, se para o alemão, em seu ensaio “O narrador. Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov”, a construção do contraste entre narrativa pré-capitalista e romance se deu sob o fundo de transição do artesanato para a produção industrial, no Brasil o mesmo seria impossível (SCHWARZ, 2012a, p. 59, rodapé nº 20), até porque essa evolução histórica nos era estranha. Nessa referência, o Causo seria uma forma de contribuir para a casuística das situações humanas e das tradições regionais, servindo para divertir e fortificar. Já o Romance, forma artística importada e forjada em pressupostos históricos outros, teria o papel de desvelamento ideológico, tendo “compromisso com a verdade sobre a vida numa formação social determinada [...]”, fazendo, portanto, parte de um movimento de crítica da sociedade, ao menos europeia. O Romance sendo uma forma artística histórica específica, ou seja, não facilmente universalizável, poderia mesmo se chocar, até certo ponto, com a figuração literária nacional. O mesmo não ocorreria com o Causo, pois juntando os enleios da vida – concepção a-histórica -, e “o apreço desimpedido pela reprodução da circunstância”, permitia uma figuração em certa medida realista, a qual o Realismo da tradição literária europeia não só não alcançava como poderia dificultá-la ao não apreender as determinações essenciais da realidade brasileira (Ibid., p. 60). Um paradoxo que Schwarz sugere ser melhor ajustado em Alencar.

Quanto a Adorno, além da semelhança quanto a “atitude geral de crítico, inteiramente aberto, atentíssimo, e sobretudo movido pela ambição mais alta possível[...]” (SCHWARZ, 2012b, p. 45) -, pode ser destacada a atenção a três preocupações especiais: i) tradição e forma; ii) forma ensaio; iii) o avanço do fetichismo⁵⁸.

Seguindo o argumento do próprio crítico, os ensaios sobre literatura e nova música do autor alemão foram os que mais o marcaram, pois “neles a discussão sobre o funcionamento da forma, de sua substância sócio-histórica, de sua revolução moderna, de seu caráter construído

⁵⁸ Para além do já citado e sugestivo ensaio de Jorge de Almeida (2007, p. 44 – 54), há também um interessante artigo de Silvio Camargo no qual estuda a influência da Escola de Frankfurt no Brasil, no qual trata da relação entre Adorno e Schwarz: (CAMARGO, 2014, p. 105 – 133).

e exploratório, e sobretudo de sua lógica objetiva, está mais abstrata e clara” (Ibid., p. 48). Para ambos, a forma não seria algo por assim dizer a-histórica, mas, nas palavras do crítico brasileiro, aquilo através do qual haveria a junção de arte e sociedade, agindo como um princípio mediador que organiza em profundidade os dados da ficção e do real, sendo parte dos dois planos (SCHWARZ, 2012d, p. 141) Além disso, os dois apenas entenderiam que uma inovação artística e, conseqüentemente, formal só valeria a pena enquanto ‘conteúdo de verdade’, caso estivesse assentada em uma tradição severa, pois as mudanças radicais só poderiam ocorrer no seu interior, por exemplo, na relação crítica de Schönberg e seu atonalismo livre com o expressivismo de Richard Wagner e a tradição romântica na música alemã e austríaca (ADORNO, 2011, p. 39).

No crítico alemão, há o predomínio da “forma ensaio em seus textos e em seu estilo deriva tanto de sua afinidade e militância na vanguarda modernista, como da premissa de que a exposição não é indiferente à teoria” (MUSSE, 2015). Ela é identificada com uma concepção de verdade, com acentuado núcleo temporal e histórico, em que “o conteúdo histórico torna-se, em sua plenitude, um momento integral dessa verdade [...]” (ADORNO, 2012, p. 26). A experiência ‘imediatamente’ individual, a partir da qual a consciência como porto de partida, “é ela mesma já mediada pela experiência mais abrangente da humanidade histórica [...]” (Idem). Uma forma estilística que é incorporada nos ensaios de Schwarz, visto que, como bem nota Cevasco, o estilo de nosso autor vai, a cada parágrafo, dando corpo e enchendo de novas determinações a questão a ser tratada. Começa, em particular, frequentemente com a inadequação entre a nossa realidade e às categorias importadas - calcadas, via de regra, em pressupostos materiais e históricos outros -, um dos motores da dualidade essencial dos países na periferia do capitalismo. Posteriormente, apreende o que determina a dualidade, ao mesmo tempo que a transforma em uma unidade, caracterizada pela fórmula ‘diverso, mas não alheio’. Por último, o crítico daria mais um passo: “essa dualidade, instituída e desmanchada em unidade pelo sistema que a rege, acaba permitindo que a experiência intelectual e artística do Brasil possa ser reveladora dos mecanismos reais do funcionamento do processo” (CEVASCO, 2007, p. 19). Em suma, é na própria forma ensaio que a experiência intelectual e artística da periferia do capitalismo é formalizada e sedimentada, o que representa um ganho estilístico, portanto, crítico de grande força.

Esse esforço intelectual nada provinciano liga-se ao terceiro termo de sua relação com Adorno: o avanço do fetichismo. Adorno, juntamente com Horkheimer, irá aceitar em parte o diagnóstico lukácsiano a respeito da reificação, pensada em relação aos indivíduos e não mais em relação às classes sociais, o que relaciona a questão à consciência dos sujeitos. Além disso,

em *A dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos*, a reificação é entendida como um fenômeno que se dá para além do capitalismo, ou seja, as raízes de racionalidade instrumental são vistas como muito mais antigas. A tese é provocativa e tem sua materialização com a exposição da astúcia de Ulisses na epopeia de Homero. Com isso, os autores têm a intenção de explicar que junto a todo modelo de racionalidade que elege como “fim último não a felicidade, mas objetos que, na verdade, seriam apenas meios de autopreservação da vida humana, reside uma indelével sombra da mais crassa irracionalidade” (DUARTE, 2008, p. 13).

Pode-se, dessa maneira, entender o porquê de Adorno e Horkheimer rejeitarem a visão de que a racionalidade seria o contrário da mitologia, sugerindo que os mitos nada mais seriam do que uma antecipação “da racionalidade que faz dos meios os fins últimos da existência humana, em suma, da racionalidade instrumental” (Idem). Uma reificação que existia antes do capitalismo, mas que encontrou nesse período histórico o seu ‘apogeu’, dado que todas as promessas emancipatórias encerradas no Esclarecimento tornaram-se o seu contrário: mitologia e barbárie. De mãos dadas com essa crítica, há uma avaliação negativa do progresso, que é entendido como carregando elementos destrutivos. Nas palavras dos autores: “nada menos do que descobrir por que a humanidade, em vez de entrar em um estado verdadeiramente humano, está se afundando em uma nova espécie de barbárie” (ADORNO & HORKHEIMER, 2006, 11).

A volubilidade narrativa exige uma série de recursos das Luzes, posições que eram sistematicamente passadas para trás em prol das transgressões de um Brás Cubas. Nesse sentido, existem momentos em que o iluminismo do narrador era destacado. Contudo, a sua conduta volúvel indica, de uma forma ou de outra, ao leitor um comportamento aquém da ilustração. Em suma, é como se, em terras brasileiras, a Ilustração, divorciada de seu ímpeto reformador, tornava-se o seu contrário, equivalendo a um “estoque de aparências modernas oferecidas à dissipação de um homem culto” (ARANTES, 1992, p. 98).

Além dos pressupostos até aqui expostos, é preciso ter em vista como o golpe de 64 influenciou em nosso autor⁵⁹. Em 1970, já exilado na França, Schwarz publica seu ensaio “Cultura e política: 1964-1969” (SCHWARZ, 2008, p. 70-112), em que teve a oportunidade de passar a limpo o que havia vivido nos anos anteriores no Brasil (Ibid., 2009b, p. 238). Seguindo Arantes, é possível vislumbrar neste profícuo período da década de 1960 o registro e entendimento de que em 1964 evidenciou uma mistura de elementos aparentemente incompatíveis, até porque a “acomodação desconforme de antigo e moderno que a crise precipitara e monumentalizava era

⁵⁹ Os argumentos aqui expostos estão melhores desenvolvidos em nosso artigo: “Roberto Schwarz e a crítica negativa: notas sobre crítica e dialética na periferia do capitalismo” (MARINO, 2018).

de fato uma constante de nossa formação, como atestava, revista num relance decisivo, o conjunto de nossa história literária” (ARANTES, 1992, p. 59). De outro lado, a modernização conservadora levada a cabo no período ditatorial ao mesmo tempo em que colocava o atraso brasileiro na atualidade internacional também conseguia indicar a ligação entre a dualidade nacional e dependência.

É no ensaio sobre o livro de Ciro dos Anjos, *O amanuense Belmiro*, publicado nos primeiros anos de 1960, que pela primeira vez nosso autor irá atinar com aquilo que será seu raciocínio crítico posterior. De acordo com Arantes, é de se notar que o contraponto entre cidade e campo tem uma resolução um tanto quanto incomum na obra, pois não há uma transformação radical entre o presente urbano e o passado rural, estabelecendo-se uma verdadeira promiscuidade entre o ‘moderno’ e o ‘tradicional’. Além do mais, o narrador belmiriano realça uma ironia de segundo grau, a qual fixa bem seu perfil e o movimento dos personagens. Nessa referência, *a mistura belmiriana pode ser identificada com o Brasil, no qual desponta uma constelação dual cujos componentes se desvalorizam reciprocamente*. No entanto, esta interpretação ainda não constitui o nervo do argumento do autor (Ibid.) Assim, o que em Machado era fundamental para a sondagem desabusada da experiência brasileira, veio a ser com o tempo instrumento de uma estética acomodatória, a partir da qual Schwarz indicava, pela primeira vez, seu esquema posterior.

Central também no raciocínio do crítico eram os achados estéticos da Tropicália, assentados num acoplamento do que havia de mais moderno e mais arcaico. O resultado seria uma alegorização, a qual encarnava o absurdo *sans phrase* e sem sinais de superação que era o país. A matéria-prima da Tropicália era justamente o caráter sistemático da coexistência e retroalimentação dos elementos modernos e atrasados presentes em nosso país. Ou seja, a experiência material seria esteticamente encapsulada pelo movimento vanguardista (SCHWARZ, 2008; 2012c).

Nas palavras do crítico:

Mas a ideia básica de meu trabalho eu tive cedo. Foi mais ou menos o seguinte: eu lia Machado e achava a ironia dele especial. Tinha a impressão de que havia naquele tipo de humorismo, de gracinha metódica, alguma coisa brasileira. Então saí atrás disso. Combinei a tentativa de descrever a ironia de Machado com a intuição de que ela seria nacional – o que restava explicar. Combinei um *close reading* dessa ironia com a teoria do Brasil do seminário do *Capital* (SCHWARZ, 2012b, p. 286)⁶⁰.

⁶⁰ Talvez a utilização do conceito de ironia em Machado seja algo mais do que a descrição de um procedimento discursivo pautado, grosso modo, no desencontro constante entre enunciação e intenção do sujeito em questão (SAFATLE, 2008). Dando-se um salto, poder-se-ia lembrar que o procedimento irônico - lugar comum e a forma pela qual o cinismo se apresenta em um *Sobrinho de Rameau*, de Diderot - a um só tempo, indicava o nascimento de um sujeito autônomo e a inversão da crítica iluminista e dos ideais normativos da razão a partir de sua *própria realização*. Procedimento cujo reaproveitamento por parte do iluminismo alemão irá fazer com que Hegel atine

Voltado aos disparates dos incompatíveis, o golpe de vista o qual revelaria a força crítica de Schwarz está em redescobrir como um dos primórdios dessa constelação iníqua, literária e social, a armação narrativa de Machado de Assis. Contudo, o lugar da forma quando da fixação literária não seria possível sem o ensaio de Candido (2010, p. 17 - 49) sobre o romance *Memórias de um sargento de milícias*, de Manoel Antônio de Almeida. O destaque ao movimento caprichoso entre os dois polos antitéticos da ordem e da desordem, também está fortemente presente nos romances maduros de Machado de Assis⁶¹. Desta feita, é possível vislumbrar que os elementos anteriormente expostos foram essenciais ao nosso crítico, os quais explicitam-se nas seguintes passagens:

A caracterização do humorismo já estava na minha cabeça, faltava a conexão com o Brasil. Eu ruminava a tese do Fernando Henrique sobre *Capitalismo e escravidão*, e não achava a ponte. Aí reli o livro de Maria Sylvia sobre os homens pobres na sociedade escravocrata e tive um estalo: os dois trabalhos fixavam faces complementares de um mesmo processo, descreviam dois aspectos da liberdade incivil que têm as nossas classes dominantes em relação a seus dependentes. Em versão analítica, tratava-se das ambiguidades que o humorismo machadiano explora e dramatiza do ângulo social dos de cima. O esquema das ‘ideias fora do lugar’ e de todo o meu trabalho machadiano estava pronto [...] (SCHWARZ, 2009b, p. 238)⁶².

Já ao início de seu ensaio “As ideias fora do lugar”⁶³ Schwarz lembra que toda ciência teria lá seus pressupostos, no caso das Ciências Econômicas, a pressuposição básica seria a

para a possibilidade de este ser um prenúncio da inversão e do fracasso dos ideais esclarecidos e emancipadores da modernidade, o qual mostraria todo seu conteúdo regressivo com a chamada racionalidade cínica (SLOTERDIJK, 2012, p. 34). Tanto no centro quanto na periferia capitalista a ironia, por vias distintas, apareceria como crítica das reviravoltas regressivas da modernidade e do esclarecimento, algo que apenas deixamos registrado.

⁶¹ É necessário notar que a primeira vez que Schwarz expõe os passos iniciais de sua interpretação sobre Machado de Assis será em chave de apropriação artística, e não em exposição ensaística, por meio de sua peça *A lata de lixo da história* (2015), lançada em 1969 (Cf. SCHWARZ, 2014a).

⁶² Em debate ocorrido no Centro brasileiro de análise e planejamento (CEBRAP), no dia 30/10/90, Schwarz foi questionado por Francisco de Oliveira a respeito de que à época que os escritos de Machado de Assis apareceram sua carga ideológica não ter sido percebida e não ter tido grande impacto na sociedade letrada, ao que Schwarz responde: “a construção do Machado de Assis, extremamente crítica, não foi notada enquanto tal nesse período. [...] Uma primeira questão que se coloca é: muito bem, então isso levou tanto tempo para amadurecer, ficou tanto tempo fermentando, até que a certa altura nos anos 60 começou a aparecer com a interpretação da americana Helen Caldwell. Ela não percebeu o lado social, mas percebeu que o narrador do Machado de Assis não era pessoa de boa-fé, que não era para acreditar nele. Esse sentimento começou a somar na história da crítica brasileira, na verdade, com o Antonio Candido, o Bosi, o Silviano Santiago e — sem querer contar vantagem — um pouco comigo também. Enfim, essa noção começou a somar dos anos 60 para cá, e ultimamente foi muito fortalecida pelos estudos de outro estrangeiro, o John Gledson. A partir de então colocou-se esse ponto de vista. Por quê? Porque depois de 64 começou a pintar uma visão inteiramente desabusada da classe dominante brasileira, que possibilitava identificar a visão igualmente desabusada que havia pintado na virada do século (SCHWARZ, 1991, p. 62-63).

⁶³ Lembrando que este foi lançado como um artigo independente em 1973, nos *Estudos Cebrap*, nº 3.

existência do chamado Trabalho Livre. Contudo, como isso ficaria no Brasil, um país ainda possuidor de mão de obra escrava? Para alguns, como Joaquim Nabuco e Torres Bandeira, tal fato colocaria o Brasil como um país fora do sistema das ciências, já outros, identificados com certo pensamento Conservador brasileiro, acreditavam que a ideologia liberal e os sistemas científicos é que não abarcavam o Brasil e assim seriam execráveis. Ou seja, para estes o mal-estar de ‘desencontro’ entre ideias e meio social teria como principal responsável as ideias (BRANDÃO, 2007; RICUPERO, 2013), enquanto Schwarz verá nas condições sócio-históricas as causas básicas deste desencontro. De todo modo, tanto os primeiros quanto os segundos indicariam uma sensação de desajuste entre a sociedade brasileira escravista e as ideias do liberalismo europeu (SCHWARZ, 2012a, p. 12; 2012b, p. 165). Note-se que, com isto, o ensaio não queria afirmar, “pela enésima vez, que as instituições e ideias progressistas do Ocidente são estrangeiras e postizas em nossos países, mas sim discutir as razões pelas quais parece que seja assim” (SCHWARZ, 2012b, p. 167). Trata-se, então, de um problema objetivo.

Com essa disposição de elementos e uma sensação de disparidade próprias, estava formada uma comédia ideológica específica, distinta da europeia, visto que se lá liberdade e igualdade corresponderiam às aparências e poderiam descrever muito bem a sociedade burguesa. Porém, em terras brasileiras esse ideário seria falso em um sentido, ao mesmo tempo, inédito e grotesco, pois não só deixariam de descrever a nossa realidade, como a tornaria pior, dado que tendo em vista os termos de comparação seríamos rebaixados, em termos civilizacionais, ao centro europeu. Até por isso, a armação desta comédia de ideias possuiria uma ossatura bastante interessante, dado que a existência de tal situação não poderia ser desvinculada do lugar particular ocupado pelo Brasil dentro da chamada Divisão Internacional do Trabalho. O país era agrário e independente, ocupado por uma série de latifúndios cuja produção era feita por braços escravos, cujos produtos eram destinados ao mercado externo. Desta forma era inevitável, por exemplo

a presença entre nós do raciocínio econômico burguês – a prioridade do lucro, com seus corolários sociais – uma vez que dominava no comércio internacional, para onde nossa economia era voltada. [...] Além do que, havíamos feito a Independência há pouco, em nome de ideias francesas, inglesas e americanas, variadamente liberais, que assim faziam parte de nossa identidade nacional. Por outro lado, com igual fatalidade, este conjunto ideológico iria chocar-se contra a escravidão e seus defensores, e o que é mais, viver com eles (SCHWARZ, 2012a, p. 13).

Tal incompatibilidade dava-se tanto no plano das ideias e convicções, como no próprio plano prático. Como indicara a tese de doutorado de Cardoso, a mão de obra escrava colocava obstáculos à racionalização capitalista, posto que ao impedir a constituição do trabalho livre (CARDOSO, 1997, p. 181-182). Teríamos aí o quadro histórico e material que armava um nó

original, cujo cerne manifestava-se na repetida troca de papéis por essas bandas, na qual “a ciência era fantasia e moral, o obscurantismo era realismo e responsabilidade, a técnica não era prática, o altruísmo implantava a mais-valia etc.” (SCHWARZ, 2012a, p. 15). Por outro lado, a escravidão não se constituía como nexos efetivo da vida ideológica nacional.

Para entendê-lo é forçoso lembrar de algumas lições de Maria Sylvia de Carvalho Franco e Caio Prado Jr., retomadas pelo crítico. Com a colonização, baseada no monopólio da terra, constituíram-se três ‘classes’ no Brasil: os latifundiários, os escravos e os homens livres pobres e dependentes. Entre os dois primeiros havia uma relação clara, mas entre os primeiros e os terceiros aparece a relação que, por hora, mais interessa, pois se não eram nem proprietários e nem escravos, o acesso à vida social e aos bens era mediado pelo *favor* de algum grande (FRANCO, 1997, p. 108-113). Fiquemos com este trecho de Schwarz:

O favor é, portanto, o mecanismo através do qual se reproduz uma das grandes classes da sociedade, envolvendo também outra, a dos que têm. Note-se ainda que entre estas duas classes é que irá acontecer a vida ideológica, regida, em consequência, por este mesmo mecanismo. Assim com mil formas e nomes, o favor atravessou e afetou no conjunto a existência da vida nacional, ressalvada sempre a relação produtiva de base, esta assegurada pela força [...]. *O favor é a nossa mediação quase universal* – e sendo mais simpático do que o nexos escravista, a outra relação que a colônia nos legara, é compreensível que os escritores tenham baseado nele a sua interpretação do Brasil, involuntariamente disfarçando a violência, que sempre reinou na esfera da produção (SCHWARZ, 2012a, p. 16 – 17).

A condição dos homens livres e pobres fazia com que não desmentissem totalmente a ideologia liberal, pois matinha a imagem da existência de relações livres que os distanciavam das relações engendradas pela escravidão. Antes, se o escravismo desmentia as ideias liberais, o favor as absorve e as desloca, pois “pratica a dependência da pessoa, a exceção à regra, a cultura interessada, remuneração e serviços pessoais” (SCHWARZ, 2012a, p. 17). Se no plano dos argumentos prevaleciam as ideias liberais e burguesas, já na prática imperava o favor reafirmando seus sentimentos e noções consequentes. Mesmo que haja antagonismo entre ambos, este desfaz-se como fumaça. A partir daí o liberalismo passa a ser secundário e as relações de favor o principal. Consequentemente, as ideologias não chegariam nem a descrever falsamente a realidade e nem gravitavam segundo uma lei própria, logo eram ideologias de *segundo grau*⁶⁴. Com método, atribuíam “independência a dependência, utilidade ao capricho, universalidade às exceções, mérito ao parentesco, igualdade ao privilégio etc.” (SCHWARZ, 2007, p. 19).

⁶⁴ Cevasco (2007, p. 20-21) nota, ao tratar das ideologias de segundo grau: “Claro que, na medida em que se tornam ridículas, essas ideologias podem parar de ofuscar, de enganar. Podem, ainda, apontar para seus próprios limites”.

A combinação entre liberalismo e favor fazia com que, muitas vezes, o pensamento perdesse o pé, criando uma situação despropositada para as ideias. Tal situação conformaria uma novidade a qual não estaria em mostrar o caráter de ornamento da cultura e do saber modernos, mas sim a “dissonância propriamente incrível que ocasionam o saber e a cultura de tipos ‘moderno’ quando postos nesse contexto” (Ibid.). Contudo, tratava-se de uma combinação instável, a qual poderia facilmente transformar-se em crítica e hostilidade, mas mantinha-se via uma cumplicidade mantida pela prática mesma do favor.

Sem falar em vantagens do atraso, é preciso dizer que o discurso aqui utilizado era oco também na Europa, já que após as lutas de 1848 os antagonismos de classe já não eram mais disfarçados pelo universalismo (LUKÁCS, 2011, p. 214-216; ARANTES, 1996, p. 48). Schwarz indica ainda que se as ideias liberais não podiam funcionar nessa parte do mundo, como na Europa, também não poderiam ser dispensadas. De forma que muito mais produtivo que enfatizar a falsidade do liberalismo seria acompanhar-lhe o movimento, em que a falsidade passa a ser parte verdadeira. Assim, conhecer o Brasil seria conhecer essa barafunda de deslocamentos, praticado por todos e ligados a um verdadeiro sistema de impropriedades. As ideologias burguesas indicariam as limitações da nossa realidade nacional, já que nela não estariam presentes seus pressupostos históricos. Por outro lado, o Brasil desvelaria o universalismo da ideologia burguesa, revelando o sistema capitalista em suas verdades essenciais, como regime bárbaro, assentado nas desigualdades sociais e na desmedida do capital.

Já o ceticismo em face das ideologias de Machado não poderia ser confundido com o ceticismo à europeia, estaria pautado na reflexão sobre os limites do liberalismo – uma façanha crítica -, pois, as ideias burguesas se “eram aceitas, eram – nas por razões que elas próprias não podiam aceitar” (SCHWARZ, 2012a, p. 27).

Em resumo, o Brasil constantemente poria e reporia ideias europeias, em sentido impróprio, movimento que seria matéria e problema para a literatura nacional. Nesse sentido, explicita-se o chão histórico da experiência intelectual brasileira, cuja peculiaridade impõe problemas próprios à literatura, à cultura e às artes. Pois, se a adoção de modelos advindos do centro europeu era essencial por nos colocar na órbita da vida civilizada, a sua adoção como dogma não permitiria que a figuração artística da realidade nacional fosse realizada de modo satisfatório. Por sua vez, o “escritor sobrepõe uma forma a outra forma, e é da felicidade desta operação, desta relação com a matéria pré-formada [...] que vão depender profundidade, força, complexidade de resultados” (SCHWARZ, 2012a, p. 31). Relações estas nada automáticas.

Os grandes temas tratados no romance europeu - à maneira da carreira social, a força dissolvente do dinheiro, a vida burguesa - na literatura brasileira teriam que ser tratados de maneira diversa. Como as soluções não são dadas de antemão e precisam ser experimentadas, Alencar tem grande importância nessa trama, já que dá um conjunto muito variado de respostas para o problema. Apesar de suas qualidades, é importante ter em mente que a obra do romancista cearense nunca seria totalmente bem-sucedidas, girando em falso em aspectos essenciais. Contudo aí também poderíamos encontrar aí sua força, visto que assinalam os lugares em que o molde europeu, combinando-se à matéria local, de que Alencar foi

Alencar, principalmente em seus romances urbanos, iria ao encontro de questões reais e candentes do Brasil, circunscrevendo-as, sem resolve-las. É verdade que essa falta de verossimilhança nos romances de Alencar não seria algo simplesmente subjetivo. Haveria, assim, fidelidade tanto à realidade observada e ao bom modelo dos romances europeus. Em *Senhora*, se veria um romance que não é conformista e também não é crítico, presidido pelo cálculo do dinheiro, das aparências e do amor. Sua matriz seria a prosa de Balzac, configurando-se aí um problema interessante, uma vez que para o escritor francês a mediação social ou nexo histórico decisivo é o dinheiro⁶⁵.

Porém, como vimos anteriormente, o mediador universal brasileiro não seria o *dinheiro* e sim o *favor*. Ligado a essa situação, saltaria aos olhos no romance de Alencar uma dualidade que pode ser materializada na diferença de tom entre as personagens centrais e as periféricas: nos primeiros, o presente seria tomado como problema, como estado de coisas a ser recusado, o tom seria sério, carregado de princípios e polarizado pela alternância do sublime e do infame, ligando-se, desta maneira, à tradição Realista à europeia. Nas segundas, se veria a exclusão de qualquer intenção universalista e normativa. É claro que o empréstimo efetivado por Alencar possuiria alguma complexidade, sendo mais avançado que os romances anteriores. Mas esses elementos e atavios europeus por aqui passariam por ideologia de segundo grau, mesmo que Alencar as tratasse como se fossem de primeiro. Ou seja, se haveria um momento de desprovincialização, também haveria fraqueza em sua construção: “a dura dialética moral do dinheiro se presta ao galanteio da mocidade faceira, mas não afeta o fazendeiro rico, o

⁶⁵ Algo que o próprio Schwarz havia tratado quando jovem: “A unidade fisionômica de *O Pai Goriot* é notável. Deve-se ao papel unificador do dinheiro, que está presente em toda a parte. Se fossemos dar conta minuciosamente dessa função, seria preciso transcrever o livro inteiro, inclusas as passagens de que está ausente, pois é nelas que se encontra a sua presença mais insidiosa. Referência absoluta de tudo o que aconteceu, o dinheiro deixa de ser um assunto entre outros. A sua *propriedade* de medir qualidade humanas numa escala quantitativa, tornando-as intercambiáveis e mercáveis, dita a forma inteira do romance. A transformação de qualidades pessoais em mercadorias é o movimento geral do livro. [...] Daí o movimento que encontramos a cada página do romance: a mobilização da esperança, seguida pela certeza de que ela é vã” (SCHWARZ, 1965, p. 148 – 149).

negociante, as mães burguesas, a governante pobre, que se orientam pelas regras do favor ou da brutalidade simples” (SCHWARZ, 2012b, p. 47)

Assim, seria perceptível que ao importar a forma europeia, herdou-se uma postura e uma dicção estranhas à realidade nacional, mais ligada ao pequeno mundo secundário que traria cor local ao romance. Contudo, não seria um elemento ativo de sua estrutura, devendo ter força suficiente para enraizar o romance, mas sem deixar de afetar a dicção anterior. Ponto do qual Machado de Assis se aproveitaria.

Esse mesmo revezamento de pressupostos incompatíveis - liberalismo e favor -, levaria à perda de consistência da construção narrativa, pois quebraria a espinha da ficção, em razão de que se tentaria constituir um romance, mas com dois efeitos de realidade incompatíveis. Porém, a inconsistência seria substantiva, visto que mimetizaria a dificuldade essencial de nossa vida ideológica diversa, mas não alheia ao mundo europeu. Em resumo, a forma europeia e o conteúdo local seriam tomados sem uma maior elaboração, colocados, de maneira contraditória, frente a frente no espaço lógico do romance.

É claro que de um ponto de vista mais geral poder-se-ia tomar os feitos de Alencar como uma solução literária importante em meio a formação literária nacional, mas para melhor aproveitá-la “seria preciso concentrá-la, de modo a dar-lhe presença a todo momento da narrativa; transformar o efeito da arquitetura em química da escrita”. Não é outra intenção da prosa machadiana, ao menos em sua maturidade, pois ao miniaturizar os circuitos do romance alencariano, percorrido em seu desenvolvimento ideológica, frase a frase, reduziria, rotinizaria, estilizaria “como unidade rítmica, a desproporção entre as grandes ideias burguesas e o vai – veem do favor transforma-se em dicção, em música sardônica e familiar” (Ibid., p. 73). Em síntese, o que era inconsistência formal e resultado em Alencar, passaria a ser incoerência humorística sabida e ponto de partida em Machado de Assis.

Se Alencar estava próximo do Realismo, Machado estava próximo da reação europeia, insistindo na santidade da família e na dignidade da pessoa. Contudo, essa troca de liberalismo por paternalismo não deixaria de representar um salto importante. É forçoso lembrar que Machado já fora liberal e cultuara o progresso, contudo mudara de posição, uma transformação que pode ser encarada como um *recoo* para o conservadorismo, um *recoo* com dois lados. Por um lado, seria força, visto que propiciava a desilusão; por outro lado, seria fraqueza, porque poderia perder contato com o resto do mundo liberal. Paradoxal é que a verdadeira militância anti-realista de Machado o aproximaria mais da vida popular, pois a eleição do paternalismo como nexos, seria uma expressão da experiência brasileira e do ceticismo embrenhado em sua vida mental. Assim, o antigo acessório localista de Alencar teria se tornado uma força formal

“e as audácias cosmopolitas de seu conflito central reduzem-se ao que no fundo sempre foram, a elementos da moda” (Ibid., p. 86). Para o Machado maduro só faltaria o que Schwarz chama de desilusão da desilusão, ou melhor, a desilusão com o próprio conservadorismo.

De todo modo, os quatro primeiros romances de Machado de Assis, *A mão e a Luva* (1874), *Helena* (1876), *Iaiá Garcia* (1878), tratam de desigualdade social, sendo que “heroínas são moças nascidas abaixo de seu merecimento e tocará às famílias abastadas elevá-las, reparando o equívoco da natureza” (Ibid., p. 88). A linha em comum entre esses romances seria a forte afirmação da conformidade moral social e familiar. De sorte que a família - via de regra abastada - seria a intocável depositária do sentido da vida e da ordem social. Quanto ao enredo, pode-se dizer que corresponderiam a conflitos pouco heroicos, um ambiente quase sempre doméstico e vilões definidos pelas suas atitudes contrárias à instituição familiar, funcionando como personagens marginais, os quais compartilhariam as concepções do realismo francês quanto ao dinheiro e aos amores. Esta seria mais uma instância para o contraste com os romances de Alencar, para os quais estas são questões seriam centrais.

Nesse sentido, o impulso analítico de Machado, constituído a partir da família e não do indivíduo, precisa ser entendido com base num movimento duplo, já que era ao mesmo tempo apologético e revelador, apontando para o território até então pouco explorado da dominação e da submissão pessoal. Se em *A mão e a luva* via-se a reivindicação de certo paternalismo ilustrado, assentado em uma harmonia entre os de baixo com talento e as elites que saberiam reconhecer seu esforço, em *Helena* se privilegia os estudos dos possíveis conflitos entre esses setores, o que conduz a um pessimismo ajustado ao local. Assim, é perceptível que o livro defenda o aperfeiçoamento do paternalismo, mas com uma posição defensiva, sugerindo que a cooptação paternalista deveria ser sistematizada. Já com *Iaiá Garcia* o tom é de desencanto, pautado em reflexão e sentimentos desabusados, mas em apoio da ordem estabelecida. O pessimismo ainda não faz sistema, não se desdobrando em desapego ou vivacidade com comentário crítico, não redimido e sem beleza.

Em *Iaiá Garcia* percebe-se uma realidade mais unificada e menos esquematizada. Constitui, portanto, uma apreciação mais fiel das relações sociais redundando em um ganho para o realismo literário, mesmo que possa se associar ao conformismo. Se nos romances anteriores a estreiteza do ponto de vista fazia com que o paternalismo literário se distanciasse do que era efetivamente praticado, neste romance Machado coloca-se em uma posição que permite uma maior circulação entre os espaços da realidade e do romance. Do lado da composição de personagens é interessante notar a existência de uma gradação, a qual vai dos menos submetidos aos totalmente submetidos ao arbítrio senhorial, tendo o resultado de

configurar um verdadeiro processo social com sua variedade, os personagens passando a ser tipos. Há um progresso substantivo, de acordo com o crítico, visto que há normalização interessantes das relações entre interesse material e paternalismo, a matéria presente em romances anteriores sendo amadurecida, seriada e ampliada. Por conseguinte, o paternalismo estará presente em todas as partes do livro e maneiras variadas, na parte central dos conflitos e nas figuras periféricas, como “matéria de observação trivial e assunto de reflexão mais sustentada, enquanto clima, ideologia, elemento de caráter, e veremos também que enquanto mola profunda do enredo e da organização formal” (Ibid., p. 161).

Se ideologicamente o livro valoriza e reflete o ponto de vista dos dependentes, o enredo é comandado pelo arbítrio dos de cima. Isto é, o problema e conflito são alimentados por uma apropriação um tanto vaga do igualitarismo burguês, que se choca com a evolução do enredo, baseada na dependência pessoal. O resultado é uma perda de tensão e uma descontinuidade do romance. Uma fraqueza que, na verdade, é um achado formal, já que transcreve ao nível da forma relações reais. Segundo o crítico, esta formalização deve ser saudada como um feito no romance brasileiro. Schwarz adverte que a verdade da forma de que fala não pode ser resumida aos pontos de vista de classe que são colocadas em cena. Machado assume e valoriza o ponto de vista dos dependentes, porém, os efeitos mais vivos do romance acabam por escapar do narrador “bem como ao do opositor, e se prendem à gravitação do conjunto em que a intenção das partes se perde, e que só dificilmente poderia ser atribuído um ao outro” (Ibid.). Isto é, Machado tentaria analisar o arbítrio paternalista do ponto de vista dos dependentes:

É claro que esta nova posição é compreensível somente se o arbítrio não for sentido como humilhação. De fato, Machado completava a sua ascensão social. Em seus romances maduros o arbítrio será encarado com a intimidade humorística de quem se confessa praticante, e já não tem o que temer. O ponto de vista passou a ser o de cima (Ibid.).

Formulação preenhe de uma série de consequências, como bem nota Waizbort:

Como se vê, o travamento mencionado torna-se forma. Tal processo social tornado forma é realista, modo como a literatura expõe a realidade; assim, a forma literária de Machado de Assis é também o realismo de Machado de Assis, que variará de acordo com a mudança da forma (WAIZBORT, 2007, p. 61).

Poder-se-ia arguir que o narrador, que invade constantemente as cenas e conturba o andamento do romance, não seria uma deficiência narrativa, mas seria importante: “a) como regra de composição narrativa e, b) como estilização de uma conduta própria da classe

dominante brasileira” (SCHWARZ, 2012d, p. 18). Nesse sentido, o crítico passa a enfatizar algo que os estudos machadianos não davam grande atenção: a composição de sua obra⁶⁶.

Há uma espécie de composição *sui generis*, que conta com um narrador voluntariamente inoportuno e especialmente *volúvel*. Além da existência deste narrador volúvel, há um desrespeito contínuo em relação às normas, sejam quais forem, acentuando os aspectos mais perversos da volubilidade. Movimento cujo desdobramento também se dá no plano da forma, o sentimento de superioridade facilitando a troca constante dos mais diversos estilos, gêneros e escolas. O resultado é fazer pouco de todos os conteúdos e formas que aparecem nas *Memórias*, subordinando-os à *volubilidade, que passa a ser princípio formal do livro*.

É importante, ainda, salientar o papel do capricho, sistematicamente encontrado nas páginas de *Memórias* – como um princípio geral -, que se absolutiza, provocando efeitos cômicos. Um resultado à primeira vista sem muitas pretensões, mas que é um achado do escritor e do crítico, dado que essa universalização do capricho significa, segundo Schwarz, “a incorporação dos resultados da *Aufklärung*, mas sem o processo correspondente, e sob uma diretriz – que resta caracterizar – oposto a ela” (SCHWARZ, 2012d, p. 33).

Em termos de mimetização na forma de prosa, o capricho é associado, à primeira vista, às flutuações individuais do Autor, tornando-o, como queria Augusto Meyer (2015), uma regra de composição. Nessa referência, ele corresponderia a considerações metafísicas do autor, estranhas ao âmbito nacional. Em sentido contrário, Schwarz acentua a base material do capricho. Ressalta, em particular, que a ligação brasileira à ordem revolucionária do capital e das liberdades civis não mudava os modos *atrasados* de se produzir, “como os confirmava e promovia na prática, fundando neles uma evolução com pressupostos *modernos*, o que naturalmente mostrava o progresso por um flanco inesperado” (SCHWARZ, 2012d, p. 37)⁶⁷. Em termos da prosa machadiana madura, ela internaliza implicações estruturais do quadro histórico exposto. Movimento que lança mão de toda sorte de soluções e aparências esclarecidas, destrutando, posturas e anseios iluministas, subordinadas a um princípio alheio a elas, o que afeta a sua credibilidade. Não é outro o movimento da classe dominante brasileira, já que deveria absorver os aspectos culturais relevantes à época e as conquistas civilizacionais, “para praticamente aclimatá-las no país, ou seja, associá-la ao instituto da escravidão, cujo

⁶⁶ É quase escusado dizer que a estruturação das obras maduras de Machado é bastante próxima a *Iaiá Garcia*, como o próprio Schwarz ressalta em seus ensaios sobre *Dom Casmurro* (SCHWARZ, 1997, p. 12-13) e *Esau e Jacó* (SCHWARZ, 2014c, p. 165).

⁶⁷ De acordo com Caio Prado Jr. (2011), em quem Schwarz claramente fia-se a fim de construir seu quadro explicativo, mesmo com a emancipação política brasileira, que alçava o país na nova ordem do capital, houve a manutenção de relações econômicas e sociais coloniais. Tal permanência nos inseria subalternamente no movimento do capitalismo internacional.

núcleo de dominação pessoal discricionária contudo zombava da pretensão civilizada e já não era sustentável de público” (Ibid., p. 41)⁶⁸.

Em *Memórias póstumas* o capricho submete todos os assuntos possíveis e imagináveis, o que requer um grande grau de invenção literária. Mas há um ponto importante levantando pelo crítico: o narrador faz sempre figura inferior, pois algo em suas convicções não convence. A volubilidade precisa, nesses termos, ser entendida como um dispositivo relacional, que se concebe tendo em vista o padrão burguês de constância e objetividade, reconhecendo-lhe certa primazia, ao mesmo tempo que afirma a sua primazia via desrespeito. Em resumo, apesar de estar em negativo o espírito burguês é parte importante da volubilidade do narrador machadiano. Traz dentro de si o ponto de vista que o faz aparecer como deficiência, sinal de atraso do Brasil. Essa incerteza na qual se baseia o romance machadiano não deve ser tomado como uma fraqueza e sim um “resultado artístico de primeira força, que dá a objetividade da forma a uma ambivalência ideológica inerente ao Brasil de seu tempo” (Ibid., p. 46). O critério ilustrado, burguês e europeu, que vê o capricho como uma volubilidade, não é menos real do que o arbítrio.

Em suma, é da formação de uma forma adequada à realidade nacional de que se trata. Forma que, segundo Waizbort, levaria a uma discussão mais densa sobre o(s) realismo(s). Ao relacionar o limite do realismo de Machado à situação histórica na qual se encontrava – um limite histórico e objetivo –, Schwarz, em interlocução direta com Lukács, indicaria como situações histórica diferentes das do romance europeu encontrariam formas literárias próprias. Portanto, os livros sobre Machado seriam além de livros sobre o Brasil, aportes locais “à compreensão dos problemas da forma literária e de sua relação com a realidade” e, de quebra, intromissões poderosas “no debate sobre o(s) realismo(s), além de uma contribuição a uma estética marxista” (WAIZBORT, 2007, p. 53).

Arantes argumenta, por sua vez, que a interpretação machadiana da experiência brasileira realizada por Schwarz induz a visão de algumas figuras diferentes da dialética. A primeira seria a relação dialética entre forma e conteúdo, por via da junção do romance e da sociedade levada a cabo na “forma bifronte na qual está cifrada a percepção básica de uma dualidade, a um tempo estrutura e fundamento prático – histórico” (ARANTES, 1992, p. 91). Este momento diria respeito à passagem de um primeiro Machado, conformista, ao romancista madura da segunda fase, passagem que resolveria “um problema objetivo de acumulação

⁶⁸ Situação que condicionaria, em especial, a valorização e despreza da norma, oscilação de critério muito bem expressa por Machado

artística, quando então se completa a formação do nosso sistema literário, tal como concebera Antonio Candido” (Ibid.)

Na segunda figuração da dialética, agora negativa, a reversão constante entre infração e norma - movimento definidor da caprichosa gangorra em que o narrador machadiano balança - conseguiria estilizar a convivência do país burguês com o Antigo Regime colonial. Essa mesma lógica dual conseguiria captar o andamento tanto da prosa artística, quanto o ritmo da sociedade. Nesse sentido, amparados em uma fórmula de Antônio Candido retirado de seu famoso ensaio “Dialética da malandragem” (2010, p. 17 - 49), poder-se-ia chamar essa pulsação de dialética e mais ainda: uma dialética sem síntese, ou negativa. Chamando-a negativa, estar-se-á “dando um nome que consta do repertório clássico mas traduz o timbre específico do segundo Machado” (Ibid., p. 93).

O que seria um achado de Schwarz, indicação que entre a sua primeira e segunda fases Machado percebeu que a “marcha recalcitrante do Brasil para o mundo moderno rifava a dialética de indivíduo e sociedade, matriz da estética realista” (Ibid., p. 94). Em síntese, como o processo de aburguesamento do Brasil não se desenrolou como na Europa, a dialética clássica seria deixada de lado e em seu lugar, apareceria uma outra, *negativa*. À diferença de um enredo realista europeu assentado no desmascaramento da alienação por meio do registro da ilusão perdida, o enredo de Machado narraria uma existência sem sentido, porém, repleta de satisfações. Nessa referência, Arantes formula uma comparação sugestiva entre a dialética negativa à europeia e daqui:

Na Europa, a dialética negativa anunciava o contrário, o nascimento moderno do sujeito sem tutela, o momento quase libertário de indefinição entre o Antigo Regime agonizante e a nova ordem burguesa ainda não estabelecida. [...]. O discernimento infalível de Machado levou-o a reanimar esse esqueleto da dialética em estado bruto na sua dimensão degradada posterior ao contravapor de 1848, depois do fiasco da fraseologia burguesa, divisando o valor mimético e o alcance crítico da operação. É o que sugere Roberto em terminologia e referências diversas, noutro de seus achados (Ibid., p. 95 – 96).

Em termos mais amplos, o atraso reproduzido pelo processo de modernização dá à experiência brasileira um ponto de vista específico, convergente com os efeitos nos países centrais do colapso das promessas burguesas. Desvela-se, dessa maneira, duas convergências importantes, uma entre a literatura central e periférica e outra de literaturas periféricas entre si. Schwarz nota uma afinidade, ou ar de família, entre a literatura pós-1848, - na qual a burguesia já não mais poderia realizar suas promessas de universalidade - e as literaturas na franja do sistema. A literatura aparecida com esse novo estágio da luta de classes europeia passaria a exigir uma série de procedimentos formais que não tinham sido usados pelo realismo. De maneira sugestiva, elas encontrariam o “território exato em que reencontramos a volubilidade

do protagonista machadiano, também posta à distância exclusivamente pela composição situacional” (Ibid., p. 102). Se revelaria, dessa maneira, uma confluência entre a reversão europeia pós-1848 e o impasse moral dos de cima no Brasil.

Numa outra referência, a convergência se daria entre literaturas retardatárias, como a russa e a brasileira, as quais sofriam consequências muito parecidas de um sistema de ambiguidades no uso deslocado do ideário burguês (Ibid., p. 104). Em síntese, é um mesmo sistema de ambivalências que preside a vida das ideias e as perspectivas práticas na periferia do mundo capitalista, cuja matriz prática não é outra, senão “a razão histórico-estrutural de um vasto sistema de comparações capaz então de dar a volta ao mundo que o capital entronizou, através de uma história geral da experiência literária” (Ibid., p. 105). Resultados, em suma nada provincianos.

8 – Artes plásticas sob o crivo da formação: Rodrigo Naves, forma difícil e formação.

Mas há sobretudo uma diferença de base entre os trabalhos de Mira Schendel e parte considerável da melhor arte moderna. Nem por suas relações, nem por seus formatos e dimensões e tampouco por sua agência geral eles buscam se diferenciar marcadamente dos demais fenômenos do mundo. [...] A dimensão utópica da arte moderna é abrandada na obra de Mira Schendel. Não lhe movem os confrontos expressionistas, a projetualidade construtiva, o sarcasmo do dadaísmo ou os contrastes surrealistas. Interessa a Mira Schendel habitar com mais paciência *este* mundo, em lugar de logo imaginá-lo outro.

Mira Schendel: o presente como utopia, Rodrigo Naves



Mira Schendel
Sem título (Objeto gráfico), 1967
Óleo sobre papel-arroz montado entre placas de
acrílico transparente,
99,8 x 99,8 cm
MoMA, Nova York

Como indica o próprio crítico de artes plásticas Rodrigo Naves, a sua formação nessa seara foi quase que totalmente autodidata, passando a ter uma relação mais estreita e rigorosa com as artes visuais só quando conheceu o crítico e artista José Resende e o crítico Ronaldo Brito (NAVES, 2005) (TOGNOLLI e VERGUEIRO, 2012, p. 19-28). Este último teria sido decisivo para o caminho que seguiu, pois experiente e possuidor de um rigor que faltava à crítica de artes no Brasil, além de detentor de uma postura que reivindicava a necessidade do contato com as obras de arte como mais decisiva do que conhecimentos livrescos⁶⁹. Com o passar o tempo, passaram a desenvolver trabalhos em um grupo mais ou menos formal, envolvendo Rodrigo Naves, Ronaldo Brito, Paulo Venâncio, Paulo Sérgio Duarte, Tunga, Waltércio Caldas, Zé Resende, Sophia Silva Telles e, posteriormente, Alberto Tassinari e Cildo Meireles⁷⁰. O projeto implícito de tal grupo era promover os trabalhos contemporâneos mais avançados e, ao mesmo tempo, realizar uma re-hierarquização e reavaliação da arte moderna brasileira, a qual os críticos achavam mal posta (NAVES, 2005; 2007, p. 200).

Além da influência deste grupo há a interessante interlocução de Naves com os intelectuais do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP), o que abre caminho para incorporar a preocupação de Schwarz com a relação dialética entre processo social e forma no Brasil:

antes de eu entrar para o CEBRAP, nos meus textos de arte havia até uma certa antipatia em relação às questões do Brasil, como arte e nação, arte e identidade nacional. [...]Acho que a antipatia anterior se explica um pouco pela influência dos concretos e neoconcretos, que dificultou essa discussão no Brasil entre arte e identidade nacional, arte e nacionalidade. [...] O que mudou quando vim para cá foi a possibilidade de associar a interpretação dos trabalhos, a leitura mais formal dos trabalhos, à experiência social. [...] Essa espécie de dimensão mais interrogativa em torno dos estudos sobre o Brasil me estimulou a tentar pensar essas relações sem passar por aquele jogo, a meu ver meio de cartas marcadas, dos modernistas de 1922 (NAVES, 2009, p. 257).

Ainda no diapasão das influências sobre o nosso crítico é necessário que citeamos três autores estrangeiros importantes em sua trajetória: Giulio Carlo Argan, Lionello Venturi e Clement Greenberg. Neste último, vê-se uma atenção ‘formalista’ maior, no sentido de que deseja fazer uma leitura e interpretação mais exaustivas das obras de arte ‘em si’, sem relacioná-las com outras experiências e com a vida. Em Venturi, haverá a preocupação de ir além dos estudos um tanto quanto positivistas dos *conoscitori* italianos, como Morelli e Cavalcaselle,

⁶⁹ Um panorama de sua produção crítica pode ser encontrado em Brito (2005).

⁷⁰ Naves também comenta, em um rodapé, a existência de um círculo de estudos estéticos de nome Círculo Jabaquara, de que participavam - além de Alberto Tassinari e Sophia Silva Telles -: José Antonio Pasta Jr., Lorenzo Mammì, Nilza Micheletto, Ricardo R. Terra e Sandra Reimão (NAVES, 2011, p. 18).

atento em seus trabalhos sobre Leonardo, por exemplo, em mostrar uma concepção de Homem que não era mais o protagonista no universo, mas sim um de seus elementos (NAVES, 2013, XIII). Já Argan, sem abrir mão de uma análise formal também exaustiva e sofisticada, tenta vincular, de modo mais claro, dialeticamente a experiência artística com outras experiências, aproximando arte e vida (ARGAN, 1988, p.13 – 72; 2013) (NAVES, 2013, p. XI – XXIV).

Voltando aos objetivos de trabalho do grupo mais ou menos informal de que falava Naves, é preciso enfatizar o ímpeto reinterpretaivo da arte moderna no Brasil. Ainda segundo o autor, era preciso repensá-la de maneira que Portinari, Di Cavalcanti e “toda uma tradição populista, meio realista tacanha que dominava a arte brasileira e que de alguma maneira ainda domina” (NAVES, 2005) – cuja seleção fora feita quase que exclusivamente por literatos, com Mário de Andrade, Murilo Mendes, Carlos Drummond de Andrade -, desse lugar para outros artistas mais sofisticados, a partir de uma crítica mais rigorosa, como: Oswaldo Goeldi, Mira Schendel, Amilcar de Castro, Alberto da Veiga Guignard, Lasar Segall, Hélio Oiticica, Ligia Clark, Milton Dacosta etc. O referido ímpeto estaria ligado, grosso modo, ao fato de o segundo grupo de artistas, ao apostarem em uma arte não figurativa e mais experimental, puderam progredir criticamente quanto às formas e seus desenvolvimentos (ADORNO, 1970; 2011, p. 33-109), explorando de modo mais radical sua lógica interna e seus nexos formais com a vida social.

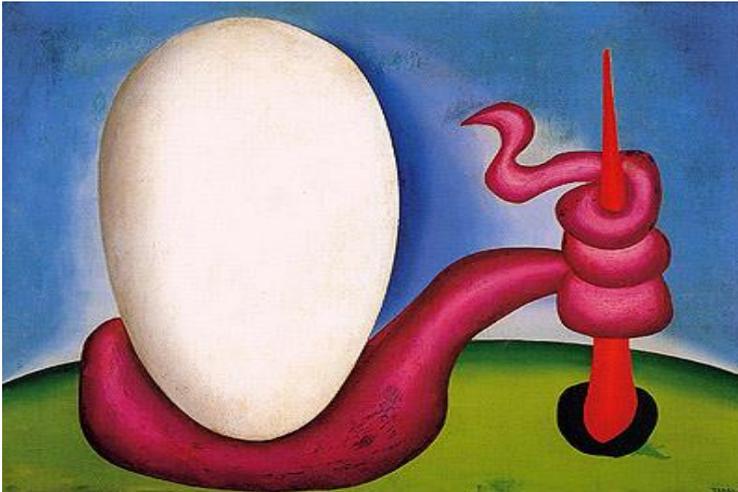
Em seu livro *A forma difícil: ensaios sobre arte brasileira*, Naves tenta lançar mão de uma interpretação da arte brasileira, mas tal esforço não deve ser indexado a identificação de alguma linha clara que relacione produções diversas, constituindo nexos esclarecedores e sim os óbices de um crítico de arte, o qual acompanhava, com muita proximidade e empenho, a arte moderna brasileira⁷¹. Tudo isso sem sobrepor grandes esquemas teóricos às obras de arte, até porque os raciocínios ali presentes nasceram de um constante corpo a corpo com os trabalhos analisados, sendo que o esforço de sistematização de nosso crítico poderia decorrer da indispensabilidade de se estabelecer relações e correspondências, às quais possivelmente melhorariam a compreensão e ampliariam o significado da produção artística nacional.

É claro que a análise enfrentou problemas de sistematicidade e de certa maneira de tradição, já que até pelo menos 1970 - excetuando-se o período do barroco mineiro - a produção

⁷¹ Nesse momento é importante lembrar o comentário certeiro de Mammi: “A ideia de forma difícil, de fato, não é algo que possa ser expandido com facilidade; não é um conceito nem uma poética, mas um diferencial, um resíduo que distingue muitas das obras produzidas no Brasil de suas parentes europeia e norte – americana. Reconhece-se mais facilmente numa linha ou numa cor que na descrição de uma escola, de uma tendência ou de uma época. É uma escolha interpretativa preciosa, ao falar de uma arte como a brasileira, para a qual a classificação em escolas e tendências soa quase sempre rígida e exageradamente determinada” (MAMMI, 2012, p. 298).

crítica a respeito das artes plásticas fora extremamente esparsa e irregular. Tal quadro dificultaria a constituição de um meio mais rigoroso e complexificado e contribuía para gerar um sentimento de incerteza naqueles que trabalham na área. Comparando com a literatura, o cinema, a arquitetura e a música, a capilaridade social e organização interna das artes plásticas seriam sensivelmente mais frágeis. Tanto é que somente no final dos anos 80 que se passou a ter efetivamente no Brasil alguma concordância maior sobre a qualidade artística e reconhecimento público dos artistas modernos e contemporâneos, época na qual também as artes visuais tentavam adquirir mais visibilidade (NAVES, 2007b, p. 201). Forjar-se-ia, quiçá, uma tradição, espécie de filtro material (ARANTES, 1992, p.18) num meio artístico mais arejado. Este poderia ser um ponto de arrimo para quem sabe, a constituição de um sistema solidário de artistas, pinturas e exposições públicas e privadas, bem como seu público.

As dificuldades que cercam as artes plásticas no Brasil acabam obrigando o autor, ao longo de sua atividade intelectual, a manter certa proximidade com as obras, o que traria suas vantagens. Visto que fora o corpo a corpo sistemático que fez o crítico chegar à constatação de que os trabalhos artísticos brasileiros eram portadores de uma obstinada timidez formal, enquanto a produção moderna internacional havia se caracterizado “por uma aparência forte, devida sobretudo a uma significativa redução da natureza representativa de seus elementos” (NAVES, 2011, p.19). No Brasil, as obras seriam envolvidas por um tipo de morosidade perceptiva que reduz a sua força formal e seu caráter prospectivo; cores e formas passariam a ganhar certa autonomia e já não mais se esconderiam atrás dos seres figurados. Uma independência que levaria a um jogo peculiar, em que as formas, por exemplo, passariam a se ocupar delas mesmas e sua definição mais clara ficaria na indeterminação. Nesse cismar constante, poder-se-ia sugerir uma preocupação modernista com o processo de gênese formal. Todavia, este movimento não se cumpre e a afirmação de formas e cores assenta-se na suspensão de sua atualidade, ao modo de Tarsila do Amaral, a qual acaba por comprometer seu tonalismo sutil com a constituição de imagens estranhas e primitivas, como pode ser visto em seu quadro *Urutu* de 1928.

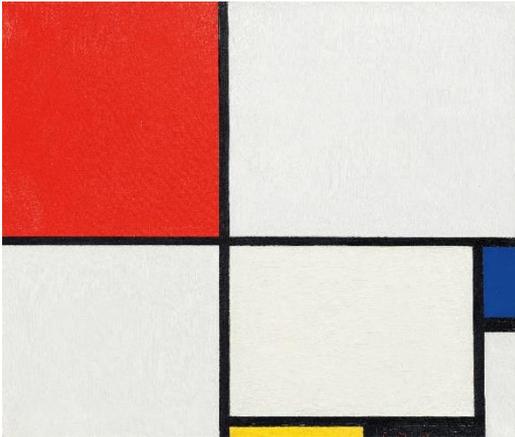


Tarsila do Amaral,
 Urutu, 1928
 Óleo sobre tela, 60,5 cm x 72,5 cm
 Museu de Arte Moderna, Rio de Janeiro

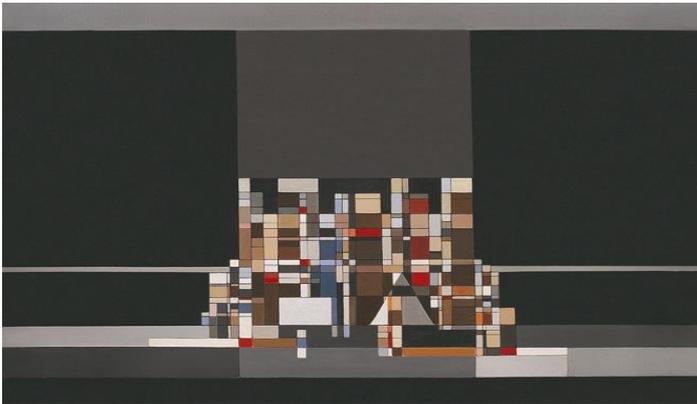
Contudo, é preciso notar que a particularidade e estranheza nas artes por aqui feitas devem ser tratadas de modo muito familiar. Particularidade advinda da formação histórica brasileira ser bastante particular e constitutiva de uma vida mental pautada de uma verdadeira dialética pelo localismo e do cosmopolitismo (CANDIDO, 2011b, p. 117). Tal situação levaria ao impasse de, a um só tempo, sermos desajustados frente a categorização à europeia e estarmos ligados à modernidade.

O que é possível perceber em algumas de nossas mais refinadas manifestações artísticas: por exemplo, em Ismail Nery, cujos quadros têm como movimento a queda, em uma espécie de sedimentação mansa e reconfortante, desdizendo alguns pressupostos do cubismo; em Anita Malfatti, com temas que se pretendem expressionistas, mas que acabam sendo representados de modo mais ou menos expressionistas, possuidores de uma gestualidade marcada por contornos deformados com certa padronização; Milton Dacosta que inverte Modrian e seu construtivismo marcado, criando estruturas que a todo momento ameaçam ceder ou mesmo em Hélio Oiticica e Lygia Clark (NAVES, 2007b, p. 87; 215-222), artistas dos mais radicais, que ao tentar identificar arte e existência – com o objetivo de problematizar a relação, acabam por realizar uma contemplação tradicional – em que identificam vida e proteção. Ou seja, identificar-se-ia uma **dificuldade de forma** que perpassa uma fatia considerável da melhor arte nacional, que teria uma relutância em deixar os trabalhos bem estruturados. Consequentemente, não se conseguiria estabelecer nas obras uma relação mais positiva e conflituosa com o mundo, levando-as a um retraimento estranho ao caráter **prospectivo** de boa parte da arte moderna. Porém, esse movimento retraído não as livrarias da realidade, fortemente presente nas feições

primitivas das obras de Guignard e Volpi, pois, a partir de sua timidez, esses trabalhos suporiam um modelar suave do mundo, próximo ao artesanato moroso e não ao trabalho industrial, marcando uma recusa à sociedade violenta do trabalho. Por outro lado, esse ideal meigo conspiraria contra as suas expectativas, dado que “essas aparências amenas e essas formas frágeis não podem se opor à pressão do real, que os coage sem cessar” (NAVES, 2011, p. 27).



Piet Mondrian,
Composição nº 3, vermelho, azul, amarelo e preto, 1929
Óleo sobre tela, 50 cm x 50,2 cm
Coleção particular, Nova York



Milton Dacosta,
Construção sobre fundo preto, 1955
Óleo sobre tela, 120 cm x 160 c,
Coleção não encontrada

E aqui o passo teórico essencial, já que há a ligação da forma a outras experiências, sendo possível identificar a origem dessa formalização difícil à existência de amplos setores da população em atividades não tipicamente capitalista. Assim, a forma pouco institucionalizada e estruturada da sociedade brasileira que “certamente estimula e dá veracidade às formalizações

que resistem a uma determinação mais acentuada. Mas não deixa de ser intrigante o investimento afetivo despertado por essas formas residuais de convivência”. Naves confessa mesmo admirar homens e mulheres tão sensíveis, os quais, deixam de lado a vinculação aos setores menos organizados da sociedade e sua ligação com o sistema econômico mundial, não traduzindo em violência, desespero e dor “a extinção necessária e iminente desse mundo que lhes serve de modelo” (Ibid.).

Uma doçura, contenção e equilíbrio que derivaria da esperança de resgatar artisticamente a experiência de tais setores da população. Experiência social tão profunda que encontraria ressonância até num radical como Oiticica, porque na ausência de uma força social unificada que fizesse surgir novas possibilidades, a única possibilidade aparente passaria a ser a utopia de rememoração, docemente anticapitalista, todavia fornecedora privilegiada de indícios reais de uma sociabilidade outra do Capital. Essa mesma indecisão social que alimentaria a timidez, também proporcionaria uma tendência contrária, em que o “travo que caracteriza essa dinâmica social descompensada é incorporado formalmente em algumas obras, que revelam em sua estrutura o movimento dúbio e arrastado de uma sociedade atravessada por descompassos e ambiguidades”. Formalização encontrada no expressionismo de um Iberê Camargo, em que se evidencia uma atração pelo lado opaco da vida, cujas formas fortes, contudo estáveis “afastam a afirmação de um sujeito determinado e desfavorecido em seus desígnios”. Tal sentimento seria gerador de obras de intensidade inédita, mas que resistiriam a entregar as formas aos seus limites, sobressaindo-se daí “uma *forma difícil*, e não mais aquela relutância formal” (Ibid., p. 29). Em resumo, um passo *qualitativa à frente* da supracitada relutância presente nas obras que discutimos.



Iberê Camargo
Núcleo em expansão, 1965
Óleo sobre tela, 130 x 225 cm

A seu modo, outros artistas indicam a mesma questão: Goeldi, com o sofrimento de seus personagens, decorrente de uma singularidade miserável; Eduardo Sued, quando reúne intensidade e dispersão; Sérgio Camargo, radicalizando a tensão entre unidade e fragmentação; Mira Schendel, cuja intensidade é revelada em seus traços acossados por uma descontinuidade iminente, pronta a destruir a completude do gesto, em que cada avanço forja realidades específicas e densas; além do confronto tenso entre o ferro espeço e o rigor formal, constituidor de uma indeterminação que é força em Amilcar de Castro. Características formais, possuidoras de um forte potencial crítico, dado que por meio dessa forma difícil, “experimentamos uma realidade travada, muito mais próxima das crises e dos impasses desencadeados pelo desenvolvimento tecnológico do que da maleabilidade que ele introduz em seu manejo da natureza e dos demais processos” (Ibid., p. 38).

Para melhor aquilatar essa relação entre processo social e forma em Naves, é interessante tratar da sua interpretação a respeito de Jean-Baptiste Debret – um estrangeiro nada espontâneo - e suas aventuras e percalços em forjar uma forma que dê conta de um tipo de existência diversa da França revolucionária. Vale lembrar que o referido francês era discípulo de Jacques-Louis David, o qual desenvolvera um estilo neoclássico fundado nos pressupostos da sociedade francesa revolucionária (ARGAN, 2010, p. 244-253).

Nesse bojo, confrontamo-nos com uma disjunção saborosa entre título, forma e processo social, encontrada na aquarela *Le premier élan de la vertu guerrière* (1827), uma das primeiras pinturas feitas pelo artista francês no Brasil. O título remeteria diretamente às principais

características do neoclassicismo, liderado por David e os ideais da Revolução Francesa, mas na aquarela vê-se quase seu oposto. O elogio da virtude teria como objetivo marcar a identidade entre a disposição para o bem e a defesa do interesse comum e da igualdade, apresentando-se não com uma conotação contemplativa e sim como ação, visto que é qualificada como guerreira. Caráter ativo acentuado pelo ímpeto que a envolve, como se estivéssemos diante de um *elã* irresistível. E o fato de ser um *primeiro* impulso aponta a possibilidade de aperfeiçoamento desse campo do espírito, o que aponta vínculos essenciais com o Iluminismo.

Na pintura, mais precisamente em sua forma, essa virtuosidade deveria se mostrar como uma forma ideal, a qual deveria submeter todo o sensível ao seu ímpeto, numa ordenação unívoca e firme indicativa de uma vontade reta, sem ambiguidades e longe da sensualidade. Esse movimento seria completado com a utilização de uma temática edificante, à maneira dos feitos espartanos, da República romana, como os protagonizados por Leônidas, Brutus, etc. Tudo muito bem colocada teoricamente. No entanto, um corpo a corpo com a aquarela vê-se quase seu contrário: uma turma de meninos (brancos e negros) pobres tenta reproduzir uma parada militar, localizada mais ao fundo, talvez querendo indicar que a virtude francesa ainda alcançaria o infante povo brasileiro. Por outro lado, a pintura aponta para o mais o brutal afastamento com relação ao padrão francês do que um futuro edificante na colônia, chamando a atenção a ausência completa de uma linha de força que dê ao desenho direção e movimento. A fila no primeiro plano, um tanto quanto desordenada, forma uma diagonal muito leve, quase paralela à linha de base. Todo o quadro, desde a sua disposição da esquerda para direita, até a como os garotos estão colocados, indica a dissolução de contornos e a redução de sua força.

Em suma, o ideário neoclássico não teria cabimento nessas terras, dado que o afastamento da natureza era por demais limitado e o discurso do dever encontrava toda sorte de embaraços. Portanto, seria preciso encontrar no Brasil uma forma que revelasse com maior verossimilhança sua realidade, diversa da França revolucionária e distante dos pressupostos neoclássicos. Preocupação que transparecia em Debret e suas pinturas, produtoras de aquarelas que incorporavam formalmente uma dinâmica social típica do Rio de Janeiro e do Brasil. E essa mudança formal proporcionaria não só ganhos artísticos, mas uma melhor compreensão da vida do país.

Retomando o nó histórico, a feição rudimentar do Rio de Janeiro - com uma vastidão de escravos, homens livres e pobres, sem ‘urbanização’ e a presença de uma monarquia ‘exilada’ - inviabilizaria qualquer pretensão de aclimatar, com sucesso, o neoclassicismo por essas terras. Até porque que era pressuposto neoclássico uma arte em que a vontade dobrasse e conduzisse a natureza humana e não –humana. De forma que a cidade seria, por excelência, seu domínio e

guia, mesmo que aparecesse sob forma idealizada. Todavia, a existência da escravidão no Brasil impedia qualquer tentativa de transpor esta forma para cá. Com base em tal referência, é importante notar que Debret teve um papel importante ao destacar essas formas fora de lugar – segundo as indicações de Schwarz (2012a; 2012d). Até porque, na França “um violento enfrentamento social fez o Terceiro Estado encontrar no passado greco-romano um modelo ético de comportamento que o colocava como herdeiro [...] de uma importante tradição republicana e igualitária” (NAVES, 2011, p. 78). Nesse sentido, as concepções de virtude e heroísmo encontravam sentido histórico com aquele movimento revolucionário cujo objetivo era regenerar a sociedade francesa, de sorte que nas artes esse universalismo demandava formas idealizadas adequadas aos modelos. Entretanto, a configuração da estrutura social brasileira não oferecia uma boa base a esse formalismo moralizador neoclássico.



Jean – Baptiste Debret

Le premier élan de la vertu guerrière, 1827
Aquarela sobre papel, 15, 2 x 21, 5 cm
Museu da Chácara do Céu, Rio de Janeiro

É bem verdade que a relação de Debret com o neoclassicismo não é de mero abandono, sendo, na verdade, possuidora de um duplo sentido: i) o caráter empenhado desta estética, estimula uma interrogação sistemática da relação entre arte e sociedade, visto que em sua vontade de desencadear um processo de remodelagem social a arte neoclássica francesa precisou estar atenta ao que acontecia em outras esferas da existência; ii) nessa mesma toada, paradoxalmente, ao tentar se constituir como lugar privilegiado de síntese entre verdade, felicidade e virtude, o neoclassicismo precisou rebaixar a radicalidade de suas experimentações estéticas, uma atitude que predisps Debret a aceitar o tipo de forma realizado em suas aquarelas.

Tal concessão constituiria igualmente uma fraqueza, já que a abordagem – idealizadora, no sentido de que as ações retratadas poderiam sempre ser tomadas como modelos e exemplos, mantendo assim uma imunidade quanto ao ambiente - impediu o pintor francês de “ver na realidade brasileira a profunda violência que Goya – um contemporâneo de Debret – soube revelar acerca da realidade espanhola, por mais que a diferença entre ambas as sociedades ajude a explicar parte das divergências entre eles” (2007a, p. 204). Mesmo tomando partido dos transgressores, fazia uma arte que não transgredia, funcionando com normalidade em meio a tempestade, em suma, a arte era deixada de lado como *força social*.

Por sua vez, as aquarelas de Debret, marcadas pela fragmentação, fragilidade, ambiguidade de forma e uma pressão que sofrem do espaço, apreendem muito mais do que se passa no país, ao mesmo tempo em que testemunham um espírito conciliador que não vê a possibilidade de diferenciação na sociedade brasileira. Apresentam-se como uma experiência indelével nas artes brasileiras, dado que essa dificuldade de estruturação das obras tem por trás uma realidade dissolvente e impositiva, o que indica uma visão artística limitada – até para o Brasil do XIX. Contudo, essa dificuldade apresenta-se em boa parte da melhor arte nacional, de uma maneira que a compreensão das artes de Debret afigura-se como um passo importante para entender as nossas especificidades estéticas. Como neoclássico menor, abriu-se as idiosincrasias de nossa realidade e sua dificuldade de representação, fazendo com isso não uma grande obra, mas sim algo que nos pertence, a primeira grande experiência de nossos dilemas nas artes plásticas.

Portanto, a má formação brasileira também teria sua formalização nessa forma difícil de que fala Naves, o que não deixa de estar próximo do que Schwarz havia sugerido quanto aos romances maduros de Machado. Estaríamos diante de uma arte estranhamente complexa e que teria muito a dizer na discussão que opõe de modo imediatista modernos e contemporâneos (NAVES, 2007, p. 217). Contudo, apesar das proximidades com Roberto Schwarz, principalmente quanto a relação entre forma⁷² e processo social, é preciso indicar algumas diferenças ligadas aos objetos de estudos que os autores enfrentam.

Segundo o crítico de arte, certas particularidades das artes visuais fizeram com que se afastasse ou formulasse algumas indagações a respeito do pensamento do crítico literário, a

⁷² Naves mesmo tem uma formulação interessante sobre a relação de forma e conteúdo: “Numa obra de arte, considerado a forma mais relevante que o tema. Em um quadro ou romance, não são as figuras ou a história que mais contam[...]. Enquanto apenas dispomos o mundo e distribuimos José, Pedro e Maria sobre uma capina ou pelas ruas de cidade, ainda não fazemos arte. [...]E portanto considero que a forma artística reside na construção desse outro complexo de relações que remete ao mundo que conhecemos, ainda que lhe voltemos as costas” (NAVES, 2007b, p. 507 – 508).

começar pela relação entre Debret e Machado de Assis. O pintor acabou por formular um realismo por demais nivelado aos acontecimentos, em que a arte não é entendida como uma força crítica. Precisamente o contrário ocorreria com o escritor. Mesmo assim, Debret, ao seu modo, mostrou a sociedade brasileira, no seu convívio promíscuo entre liberalismo, escravidão e favor.

Seguindo o argumento de Naves, poder-se-ia indagar: se não haveria um laço comum nas soluções de Machado de Assis e Debret? Pergunta que responde com outro questionamento: embora Machado de Assis seja muito maior que Debret, artisticamente falando não haveria em ambos “essa recusa de entender a arte como *força desagregadora*, como movimento de ruptura que em sua própria forma configurasse um impulso capaz de pôr mais diretamente em xeque a ‘conciliação de classes’ dominante no país?” (NAVES, 2007a, p. 208). Uma pergunta que tem uma profunda relação quanto a divergência central entre Naves e Schwarz, já que o crítico literário acentuaria por demais “a dimensão explicativa e reveladora da arte em relação à realidade” (Ibid., p. 211), deixando de lado, segundo o nosso autor, a dimensão prospectiva da arte.

Em síntese, para Naves, “faz parte da experiência das obras uma espécie de abertura para diante a experiência de novas possibilidades, que, a meu ver, são fundamentais para compreender a *emoção* despertada por esses trabalhos” (Ibid., p. 209). De modo que a arte seria sim uma força social de suma importância. Algo que, possivelmente, Schwarz relativizaria, dado a acuidade formal a partir do qual analisa as obras como verdadeiros ‘documentos de verdade’ e de força estética (Cf. SCHWARZ, 2012d, p. 129-157; 2014, p.35-38). De modo que a crítica imanente das formas permitiria não só ler a arte sobre fundo social e se estudar a realidade sobre o fundo do romance, sem que voltemos para a velha querela entre os assim chamados ‘formalistas’ e ‘conteudistas’ (cf. SCHWARZ, 2014b, p. 27-54).

9 – Ismail Xavier: entre sertão, mar e forma.



O mar é o futuro, o não-lugar, a utopia, em oposição ao sertão como inferno [...].

Alegorias do subdesenvolvimento, Ismail Xavier

A fome latina, por isto, não é somente um sintoma alarmante: é o nervo de sua própria sociedade. Aí reside a trágica originalidade do cinema novo diante do cinema mundial: nossa originalidade é a nossa fome e nossa maior miséria é que esta fome, sendo sentida, não é compreendida.

EZTETYKA DA FOME 65, Glauber Rocha

O crítico de cinema Ismail Xavier, enfrenta problemas parecidos aos de Schwarz⁷³ e Naves quanto a relação entre forma e processo social à brasileira. O crítico, como ele mesmo indica (XAVIER, 2013), teve tanto uma formação extra acadêmica, frequentando cineclubes, quanto acadêmica, passando pela Escola de Comunicação e Artes (ECA-USP), pela FFLCH-USP e a Universidade de Nova York. De qualquer forma, a passagem por essas instituições foi fundamental para sua formação, pois o colocou em contato com Antonio Candido e Paulo Emílio Salles Gomes e com uma bibliografia especializada.

Segundo Xavier, fora com Paulo Emílio Salles Gomes - maior referência crítica no Brasil sobre cinema - que passou a tomar gosto pela crítica e pelo campo da reflexão cinematográfica mais do que pela sua feitura. Juntamente com Antonio Candido, o crítico cinematográfico ensinou-lhe uma postura que enfatizava o corpo a corpo minucioso com os objetos de estudo⁷⁴. De sorte, que passou a acreditar que toda teoria deveria ser testada quando do enfrentamento com o objeto, demonstrando ter uma potência explicativa ou não. Ou seja, a teoria deveria ser mobilizada a partir da problemática fílmica, devido às demandas trazidas pela análise e não um “movimento de aplicar mecanicamente ou fazer da obra uma ilustração de um ponto de vista teórico” (2013, p. 217)⁷⁵.

É de crítica imanente de que fala Xavier o que seus mestres - apesar de suas diferenças - haviam lhe ensinado, aproximando-se da experiência crítica de Schwarz e Naves. Tal crítica é desenvolvida por meio de uma ensaística, a qual, nas palavras do autor: “explora uma problemática que você define e que vai se construindo através de um jogo de interpretações, que pode passar por conceitos que são fundamentais, mas desde que esses conceitos se mostrem efetivamente produtivos na lida com aquilo” (2013, p. 218). Um outro polo que se apresenta como fundamental a Xavier é a história. Segundo o crítico, o ideal é que a grande crítica consiga abarcar de modo satisfatório estes três elementos, aproximando-se decisivamente dos críticos anteriormente elencados:

Resumindo, há o quadro conceitual, há a interação com o objeto no sentido de uma resposta valorativa, pois a crítica implica juízo, e, ao mesmo tempo, há a história como, digamos assim, o solo a partir do qual tudo se faz. Porque a história, para mim, é a premissa. Não sou historiador, mas, para mim, a história é o solo a partir do qual

⁷³ É interessante notar que Xavier também possui um texto sobre Schwarz na coletânea *Um crítico na periferia do capitalismo*. Contudo, o teor é distinto daquele escrito por Rodrigo Naves, dado que irá se concentrar nos ensaios do crítico literário sobre cinema, a saber: “8 ½ de Fellini, “O cinema e *Os fuzis*” e “O fio da meada”. Diz Xavier: “O traço comum aos três ensaios é a procura do que, nos filmes, constitui a marca indelével do contemporâneo e permite problematizar o estatuto da imagem no tecido das relações de poder em cada um dos contextos sociais postos em foco” (2007, p. 214).

⁷⁴ Segundo o crítico: “A tarefa da crítica muitas vezes envolve o gesto fundamental de apontar a diferença entre projeto, intenção e realização, pois é a obra que cria o autor e não o contrário” (XAVIER, 2007, p. 9).

⁷⁵ Postura que pode ser identificada com aquela do antigo grupo *Clima*, para mais, ver: (PONTES, 1998); cuja motivação vinha do professor da missão francesa, Jean Maugué, Para mais, ver: (ARANTES, 1994, p. 61-87).

you can think of things. An experience is given in time and within a process that has a dynamism, with which you have to deal in a work on art. Criticism, theory and history are three dimensions that will combine, with different weights, as I am doing film analysis or a panorama (XAVIER, 2013, p. 228).

The same interweaving between social process and form gives us faces again in criticism, also dialectical of Xavier. According to one of the masters of criticism, Paulo Emílio⁷⁶, the situation of Brazilian cinema would be underdevelopment:

The American, Japanese and, in general, European cinema have never been underdeveloped, while the Indian, Arab or Brazilian have never stopped being. In cinema, underdevelopment is not a stage, a step, but a state: the films of developed countries never pass through this situation, while the others tend to install themselves there. Cinema is incapable of finding within itself the energies that would allow it to escape the condemnation of underdevelopment, even when a conjuncture particularly favorable to its expansion in film production occurs (GOMES, 2001, p. 85).

However, despite similarities between cinematographic situations underdeveloped, the Brazilian one would not be found in a culturally diverse terrain from the West, of course that if we were to prolong the West we would not have a completely different cultural personality. It is that when the *occupante* here arrived the occupied was almost completely extirpated, creating a new occupant, more or less in the image or similarity of the occupant. Exchanging in small things, we would not be Americans, nor Europeans, still, we would not have an original or autochthonous culture: “nothing is foreign, because everything is [...]”. Resonating in a construction that would develop in a “dialectical rarefaction between the not being and the being other” (Ibid., p.90). This condition would be inescapable for cinema, but it would also create specific traits, given our congenital incompetence in copying, which would result in a different model from the initial formal one, via the American and, at times, European. The results would sometimes be good, but they would be creators of differences and new meanings, but they would also be ruins.

It is interesting to note that cinema, invented in developed countries, arrived quickly in Brazil. In 1908 the federal capital, Rio de Janeiro, lived an important period of film production, called *Belle Époque*, which even counted on the prevalence in terms of ticket sales of national films over foreign ones. However, with the beginning of film production on an industrial scale in the central countries, added to the impetus of importation present in Brazil, our incipient attempt at creating a national cinema was aborted. By the 1940s, cinema had turned to develop in Rio de Janeiro, with

⁷⁶ For more on the criticism of Paulo Emílio, see Mendes (2007; 2012). On the link between the critic and a radical thought, galvanized by a heterodox, open and democratic Marxism, see Gomes (1986, p. 72-96) and Candido (1986, p. 55-72).

musicais e chanchadas, espetáculos que emanavam diretamente de uma espécie de fundo brasileiro. Se estabeleceria, assim, entre os filmes e os espectadores “um fato cultural incomparavelmente mais vivo do que o produzido até então pelo contato entre o brasileiro e o produto cultural norte-americano” (Ibid., p. 95). Até porque no último caso o envolvimento era passivo e de mero consumo, enquanto com o cinema brasileiro haveria elementos de criatividade e de criação de polêmica entre ocupados e ocupantes. Experiência também tentada em São Paulo, contudo, fracassada pelo seu caráter estritamente comercial e sem vinculação com a veia popular. Mesmo que não alterasse efetivamente o desequilíbrio entre os interesses nacionais e os estrangeiros, o segundo momento assegurou a possibilidade de respiro para o cinema ficcional.

Respiro o qual fora alimentado mais ainda por uma vaga e difusa cultura de esquerda na qual os comunistas, apesar de sua ortodoxia, tinham papel importante (Cf. SCHWARZ, 2008, p. 70-112). Encorajava-se então um engajamento artístico voltado à vida popular, principalmente urbana. O antigo herói de chanchada e o malandro davam lugar ao trabalhador, as tramas menos complexificadas dos dois momentos anteriores saíam de cena e entraria uma construção dramática mais consistente, influenciada pelo neorealismo italiano e próxima à literatura do modernismo tardio. Daí se desenvolveu o Cinema Novo. Se conseguiria a partir daí se criar uma imagem coerente do povo brasileiro e de sua fome.

Todavia, esse processo foi interrompido em 1964. As alegorias – conceito referência que permeia boa parte da melhor produção fílmica nacional – e o sentido da teleologia, a qual acaba por condensar bem as noções de todo e partes nas películas mudam sensivelmente⁷⁷. Nos anos 1960, mesmo com a alegoria tendo uma textura de imagem e som descontínua, a história ainda é pensada como teleologia e a ordem do tempo, dotado de razão e com uma marcha em direção a um *télos*, plasmada a partir da certeza da revolução, a qual organiza e dá sentido ao que é vivido. Como em *Deus e o diabo na terra do Sol* (1963-1964), no qual o fim é a salvação, a luta por um mundo melhor é entendida como própria da vocação humana, a esperança sendo sistematicamente reafirmada. Tudo isso amparado pela ideia de que a violência revolucionária seria um elemento de suma importância para a superação da condição subalterna e da

⁷⁷ Para uma discussão mais pormenorizada sobre o conceito de alegoria, bem como sua produtividade na discussão fílmica e das artes, ver o “Pós-fácio” de Xavier ao livro *Alegorias do Subdesenvolvimento* (2012, p. 445-465). Segundo a tradição clássica, a alegoria traria consigo a ideia de falar uma coisa referindo-se a outra, marcando uma fratura entre o espírito e a letra, entre o que é manifesto e um sentido não explicitada e até disfarçado no discurso, “havendo a mediação reconhecida de uma convenção que se interpõe entre a fala e a experiência, em outras palavras, a mediação da espessura própria da linguagem em sua relação problemática com o mundo” (Ibid., p. 447).

constituição de um projeto de nação autônoma. Esta seria uma construção própria ao período pré-golpe de 1964 de esperanças civilizatória e revolucionária exacerbadas.

Dado o golpe, as grandes esperanças tornam-se ilusões perdidas, as alegorias passando a expressar a partir daí a verdadeira crise da teleologia e sua negação mais radical. Chega-se até a figuração audiovisuais apocalípticas, como é caso de boa parte da filmografia forjada no chamado “Cinema do Lixo”, nas quais há a negação de qualquer possibilidade de salvação e em que a antiteleologia funciona como princípio agressivo essencial para a organização da experiência.

Nesse bojo, é interessante observar uma postura de crítica e abandono da ideia de que o cineasta deveria ser tomado como porta-voz de uma nação ainda não formada. Reconhece-se que boa parte de seu público pertencia à classe média universitária e intelectualizada, de sorte que aí há uma internalização da questão da crítica do público, com o uso das chamadas estratégias de agressão e a busca por experiências de choque⁷⁸. Representantes importantes desta ruptura são os filmes *Terra em transe* (1967), de Glauber Rocha e o *Bandido da luz vermelha* (1968), de Rogério Sganzerla. Eles representariam a passagem histórica da “estética da fome” para uma “estética do lixo” (XAVIER, 2012, p. 36), marcando uma crise da teleologia e abrindo espaço, principalmente o filme de Sganzerla, para outras posturas. Em filmes como *O dragão da maldade contra o santo guerreiro* (1969) e *Macunaíma* (1969), respectivamente de Rocha e Joaquim Pedro de Andrade, apresenta-se uma antiteleologia temática ou de organização do conteúdo, mas com alegorias de fundo pedagógico e que marcam a existência de uma identidade nacional que se relaciona com a modernização conservadora. Finalmente, a antiteleologia se torna princípio formal efetivo - ordenando o estilo de representação e a existência de um questionamento profundo do próprio processo narrativo e seu esquema pautado em começo-meio-fim -em filmes como *O anjo nasceu* (1969), de Júlio Bressane.

De todo modo, é preciso dizer que o nosso intento aqui não é passar pela análise de toda a filmografia acima listada e sim por alguns filmes de Glauber Rocha. Isso porque na obra deste poder-se-ia perceber de modo mais acabado a transfiguração da matéria brasileira em forma fílmica.

É sugestivo notar que o subtítulo do livro *Sertão Mar* de Xavier é: *Glauber Rocha e a estética da fome*. O primeiro termo dispensa maiores apresentações. Já o segundo poderia deixar o leitor um tanto quanto intrigado, não pela existência de fome no Brasil, mas em razão da

⁷⁸ Procedimentos os quais podem ser também encontrados no período de radicalização do teatro, por exemplo, como é o caso do Teatro Oficina.

preposição “sobre” não estar no lugar da preposição ‘da’, afinal de contas vários filmes dessa época retratam a situação de pobreza e carestia. De acordo com Xavier:

Da fome. A estética. A preposição "da", ao contrário da preposição "sobre", marca a diferença: a fome não se define como tema, objeto do qual se fala. Ela se instala na própria forma do dizer, na própria textura das obras. Abordar o cinema novo do início dos anos 60 é trabalhar essa metáfora que permite nomear um estilo de fazer cinema. Um estilo que procura redefinir a relação do cineasta brasileiro com a carência de recursos, invertendo posições diante das exigências materiais e as convenções de linguagem próprias do modelo industrial dominante. A carência deixa de ser obstáculo e passa a ser assumida como fator constituinte da obra, elemento que informa a sua estrutura e do qual se extrai a força da expressão, num estratagema capaz de evitar a simples constatação passiva "somos subdesenvolvidos" ou o mascaramento promovido pela imitação do modelo imposto que, ao avesso diz de novo "somos subdesenvolvidos". A estética da fome ' faz da fraqueza a sua força, transforma em lance de linguagem o que até então é dado técnico. Coloca em suspenso a escala de valores dada, interroga, questiona a realidade do subdesenvolvimento a partir de sua própria prática (XAVIER, 2007, p. 13).

Uma forma específica e exigente, a qual valeria a pena explicar em detalhe, Nada melhor para cumprir este propósito do que a comparação com filmes mais vinculados às convenções clássicas ou do espetáculo, como são, *O pagador de promessas* (1962), de Anselmo Duarte, e *O cangaceiro* (1953), de Vitor Lima Barreto, comparados, respectivamente, com *Barravento* (1961 – 1962) e *Deus e o diabo na terra do sol* (1963 – 1964). É evidente que não irei aqui acompanhar o raciocínio do crítico passo a passo e nem destrinchar, como o autor, as passagens fílmicas do argumento, preocupando-me, principalmente, com a invenção formal de Rocha – capaz de “recolher o conflito de vozes de toda uma época, fazendo a ponte entre o cinema dos anos 1960 e o movimento maior que envolve os caminhos do modernismo posterior à Segunda Guerra Mundial” (Ibid., p. 12). Tudo isso tendo como centro de sua análise o ponto de vista do narrador, ou melhor, o ‘foco narrativo’ (como a história é contada? como os fatos são dispostos de tal ou tal modo? o que tal movimento de câmera? o que se quer com tal decupagem? etc.), que não pode ser confundido com a autor e deve ser entendido como figura necessária.

Já na recepção de *Barravento* havia uma indicação e uma crítica de que Glauber Rocha estaria preocupado em denunciar o misticismo e a alienação do povo brasileiro, segundo Luís Carlos Maciel. Para tanto, lançaria mão de uma estrutura dual e simplória que dividiria o mundo entre o Bem (consciência de classe, solidariedade e razão) e o Mal (religião, tradição e irracionalidade), de acordo com Barthélémy Amengual. Uma visão que o próprio Xavier compactuava, tomando este filme e *Deus e o diabo*, como dignos representantes do cinema dos 60, em que havia uma crítica dialética da cultura popular e a ideia de que a religiosidade popular deveria ser entendida sob o signo da alienação. Em contraposição o cinema de 70 seria baseado em uma política de adesão e positividade absoluta em relação ao popular.

Contudo, em uma análise mais atenta do filme, pautado por uma postura que privilegia a especificidade de cada película em lugar de uma visão que tenta classificar os filmes de um mesmo diretor sob um único epíteto, Xavier defende que a visão exposta anteriormente era por demais seletiva e incompleta. A montagem, em especial, colocaria esta interpretação em xeque, pois a utilização particular da câmera e a movimentação das figuras humanas, bem como a coreografia, indicariam outro propósito. Não se daria conta em particular de um discurso complexo e uma composição digna de um ‘realismo figural’, nos termos de Eric Auerbach em seu *Mímeses*, já que em Glauber Rocha conviveria tanto o leitor de Marx como o leitor da *Bíblia*, articulando uma concepção messiânica de Revolução, bastante comum na esquerda latino-americana da década de 1960.

À primeira vista, é possível uma análise transcendente e que entenda o filme como uma grande e unívoca denúncia contra a alienação propiciada pela religião. Nessa referência, o processo de trabalho seria entendido como simples exploração e as idas de Firmino e Aruã para a cidade como algo progressista. Contudo, essa visão embasar-se-ia numa leitura superficial da película, a qual não daria conta do significado da sua textura de som e imagem, decisiva para o espectador e foco de tensões. O desbaratamento da visão mais superficial a respeito de *Barravento* seria apenas possível por meio de uma análise imanente e acurada da perspectiva de narração. Ela deveria tentar verificar se há uma postura de total exterioridade frente aos valores religiosos comunitários ou se no arranjo fílmico o narrador assumiria estes valores como matriz orientadora de suas operações.

De posse de uma exposição da dinâmica de *Barravento*, Xavier demonstra haver uma lei interna de evolução do mundo narrado nada simples e dotada de grandes *oscilações*, *descontinuidades* e *repetições* – muito distinto dos filmes *western*, cujo andamento é contínuo e sem contradições pululantes. Haveria uma complexidade específica, como indicaria a cena em que há uma mudança ‘repentina’ de Aruã para um coqueiro:

A passagem tão ostensiva de Aruã para a árvore, seguida do movimento ascensional da raiz ao topo, estabelece uma relação direta entre seu corpo sexuado, como raiz, e a convulsão da natureza, como resposta à profanação, deflagrada pelo céu nublado e pelo trovão. Desse modo, podemos ver essa cadeia de imagens como uma mediação entre o céu e a terra, se quisermos entre microcosmo (a comunidade e seu solo natal) e macrocosmo (a natureza) (XAVIER, 2007, p. 40).⁷⁹

Cenas como esta forneceriam uma base para se sustentar não uma visão crítica aos equívocos e alienações religiosa e sim o seu contrário: em verdade, o sistema religioso dos

⁷⁹ Lembrando que *Barravento*, segundo o próprio letreiro introdutório do filme, “é o momento de violência, quando as coisas da terra e mar se transformam, quando no amor, na vida e no meio social ocorrem súbitas mudanças” (Ibid., p. 23).

pescadores como a melhor explicação dos fatos. Destarte, quando Xavier indicou a hipótese da equivalência dos seis planos de Aruã e enunciado do corpo sexuado deste estando na raiz do barravento, atribuiu ao narrador uma adesão aos valores religiosos galvanizadores daquela comunidade, reiterando suas explicações mágicas.

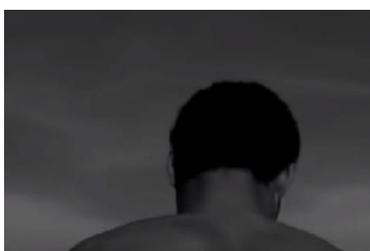
Plano 1



Plano 2



Plano 3



Plano 4



Plano 5



Plano 6



De todo modo, é preciso notar a existência de uma narração oscilante em *Barravento*. Por conseguinte, seria uma visão extremamente seletiva que defenderia de maneira categórica haver no filme uma crítica externa à religião como alienação. Mesmo assim, haveria uma crítica severa à figura do líder despótico legitimado pela representação religiosa, encarnado em Aruã e Firmino. Quanto à convivência entre miséria e religião a crítica seria severa, aos olhos urbanos, por outro lado, o reclame presente no filme, possível prenúncio de revolta contra a religião, logo depois, desdobra em felicidade e ostentação de uma coesão interna ao grupo.

No mesmo diapasão, é necessário que se enxergue a existência de dois regimes temporais distintos dentro da exibição: i) um tempo que corre em linha reta, expresso, por exemplo, na acumulação dos exploradores, na pregação de Firmino que influencia Aruã e na rede que vem da cidade; ii) um tempo circular, da eterna repetição, presente nas regularidades rituais, no jogo de compensações e nas reproduções das lendas. Se denotaria, assim, um movimento descentrado - presente desde a textura de imagem e som, nas intervenções naturais, até nas ações das personagens - que salientam um percurso não uno em seu foco. Nesse sentido, uma análise exterior da comunidade e de sua alienação integra uma organização do mundo social e natural que tem como ponto de partida os valores e representações emanadas da comunidade e sua religião. Uma superposição de perspectivas, a qual impossibilitaria que os focos contraditórios fossem separados e localizados em níveis diferentes do discurso, impedindo, desse modo, uma separação entre o nível mais iluminista do enredo e o mágico – religioso. Em suma:

Se, reiteradamente, caracterizei o discurso de *Barravento* como desequilibrado, convulso, tais desajeitos não são propriedade exclusiva de um modo de montar, sonorizar, movimentar a câmera ou os atores; o enredo é também seu lugar. Em outras palavras, quero evitar a ideia de que existe uma intenção racional que se manifesta no esqueleto da história, mais consciente e controlável, contraposta à expressão de disposições inconscientes, descontroladas e irracionais, na textura de imagem e som. Quero sublinhar exatamente o oposto: é todo o filme que se contorce para que nele desfile a oscilação entre os valores da identidade cultural - solo tradicional da reconciliação, da permanência e da coesão - e os valores da consciência de classe - solo do conflito, da transformação, da luta política contra a exploração do trabalho. [...] *Barravento*, filme, é a equação irresolúvel que confronta essas duas perspectivas, recusando o ponto de vista transcendente que, exterior a elas ou privilegiando uma delas, avançaria a resposta una e fecharia o discurso (XAVIER, 2007, p. 51).

Em contraste, em *O pagador de promessas*, de Anselmo Duarte, a postura é integrativa, equilibrada, com marcações muito claras entre, por exemplo, a consciência do camponês ingênuo e o mundo mercantil, ou a oposição central entre o bar e a igreja. Tudo isso a partir do ponto de vista de um narrador transcendente, conhecedor de todos os passos do jogo social que se desenrolam em torno da personagem principal (Zé do Burro). A decupagem também é clássica, assentado no modelo hollywoodiano para a filmagem em locação, com a expansão do mundo visível passando a acomodar o filme a tais ideais, o que tenta assegurar verossimilhança e aproxima-o do cinema realista prezado por André Bazin⁸⁰.

Constituição muito distinta é a de *Barravento*. O filme de Rocha busca uma ruptura com o jogo de perspectivas demarcadas da convenção clássica, tornando mais complexo o trabalho de narração e procurando transpor a distância entre o narrador e o narrado. Procedimento que ganha ares rebeldes e anticolonialistas⁸¹, expressando uma atitude de resistência aos valores da indústria cultural, pretensamente universais. Postura comum nas vanguardas cinematográficas - desde Eisenstein, passando pelo surrealismo, até o *underground* estadunidense -, e que ganha certa escala mundial com o cinema novo dos anos 60, a partir de uma narrativa heterogênea e particular, em que a figura de proa é o cineasta franco-suíço Jean-Luc Godard.

Nessa referência, que se pode enxergar semelhanças entre *Barravento* e um *Acochado* (1959), de Godard, em certa descontinuidade, desequilíbrio de angulações e desenvolvimentos aleatório. Entretanto, o cineasta brasileiro tinha que se ver com a má formação brasileira, específica e diversa do impulso rebelde do franco-suíço, como argumento Xavier:

Afinal, no *cinema novo*, a ideia de experiência assume uma conotação particular, identificando-se com a ideia de realidade brasileira. A contestação do universal abstrato, convenção vigente, traduz-se num projeto cultural anticolonialista porque a particularidade vivida a que se quer dar expressão mais autêntica é a subdesenvolvimento, e o lugar dessa autenticidade é a ideologia da revolução brasileira, por oposição à “mentira” do cinema colonizador (Ibid., p. 78).

⁸⁰ Em um texto como “A evolução da linguagem cinematográfica”, o autor divide os diretores entre aqueles que acreditam na imagem e aqueles que acreditam na realidade. Aqueles bem representados por Sergei Eisenstein e estes, pelos diretores do Neorealismo italiano; aqueles enfatizando a criação de sentido por meio de uma montagem mais visível ao espectador - exemplar disto é o filme *O Encouraçado Potemkin*, 1925 - e estes enfatizando a profundidade de campo e um plano sequência, o qual simula a continuidade espaço temporal, utilizando-se das chamadas montagens invisíveis – tome-se com referência filmes como *O ladrão de bicicleta* (1948) e *A terra treme* (1948). Ver: Bazin (2014, p. 95-113).

⁸¹ Como dizia o próprio Glauber Rocha em seu “Eztetyka da fome 65”: “O *cinema novo* não pode desenvolver-se efetivamente enquanto permanecer marginal ao processo econômico e cultural do continente latino-americano; além do mais, porque o *cinema novo* é um fenômeno dos povos colonizados e não uma entidade privilegiado do Brasil: onde houver um cineasta disposto a filmar a verdade e a enfrentar os padrões hipócritas e policialescos da censura, aí haverá um germe do *cinema novo*. [...]O *cinema novo* é um projeto que se realiza na política da fome, e sofre, por isto mesmo, todas as fraquezas consequentes de sua existência” (ROCHA, 2004, p. 67).

Com *Deus e o diabo na terra do sol* (1963 – 1964), a postura é parecida, mas mais madura e desenvolta. O filme é organizado em torno da vida do casal de camponeses Rosa e Manuel, explicitando a sua condição social e de trabalho, seus embates com os donos do poder e a vinculação de ambos à rebeldia messiânica e à violência do cangaço. A narrativa é perpassada por três momentos essenciais de ruptura e mergulho no messianismo e no cangaço, nada homogêneos, contínuos e lineares. Pelo contrário, enfatizam-se a montagem, ao estilo de Eisenstein (2002)⁸² – que salienta a descontinuidade e sobre o sentido subjacente ao que é montado. Recorre-se até mesmo a procedimentos retóricos, como no final, em que o espaço-tempo da ação é dissolvida em prol de uma construção metafórica: a presença do mar, oposta ao sertão. Na modulação descontínua abre-se espaço para comentários explícitos sobre o próprio imaginário desenvolvido, bloqueando certos gestos de modo a sublinhar sua significação social, como em Brecht⁸³.



⁸² Em Eisenstein a montagem não deve ser tomada como uma ligação tranquila de dois elementos. Ao contrário, para o soviético, ela deve ser tomada como colisão e conflito, de sorte que do choque de dois fatores determinados nasceria um novo conceito. Trocando em miúdos: “Se a montagem deve ser comparada a alguma coisa, então uma legião de trechos de montagem, de planos, deveria ser comparada à série de explosões de um motor de combustão interna, que permite o funcionamento do automóvel ou trator: porque, de modo semelhante, a dinâmica da montagem serve como impulsos que permitem o funcionamento de todo o filme” (EISENSTEIN, 2002, p. 43).

⁸³ Jameson nota certa aproximação entre Brecht e Eisenstein: “Mas parece aconselhável ‘estranhar’ ou desfamiliarizar o chamado efeito de estranhamento a fim de expressar algo de sua função original e histórica e também de surpreender a variedade de formas que ele é capaz de assumir. Brecht apresentou-nos muitas ‘definições’ desse termo, que parece ter migrado do ‘*ostranenie*’ ou ‘estranhamento’ dos formalistas russos a partir das inúmeras visitas de soviéticos modernistas como Eisenstein ou Tretiákov a Berlim. Como o conceito de ‘montagem’ de Eisenstein, o efeito-V permitiu a Brecht organizar e coordenar um grande número de traço de sua prática teatral e estética” (JAMESON, 2013, p. 63-64).



Evidencia-se durante o filme a presença de uma grande diversidade de registros na relação narrador/ narrado, com diferentes tipos de intervenção das figuras de mediação, múltipla “em suas vozes, pelo som e pela imagem” que “ora permanece colada à experiência dos protagonistas, ora a observa de um ponto de vista mais distante, organizando-a pela montagem e fornecendo o comentário retrospectivo ou antecipador do cantador” (Ibid., p. 103). Como no contraste de Manoel quando em sua fase beata é ‘exposto’ via montagem permeada por tensões e em sua fase cangaceiro é mostrado mais em planos – sequência de maior duração. De modo que na convergência entre câmera e cordel, do erudito e do popular, leva-se ao limite a convivência de perspectivas, de um modo dialógico.

No plano mais geral do filme, há a coexistência de dois movimentos em seu interior: o questionamento da metafísica em nome da liberação do homem – sujeito da história, *télos* presente de vários modos no filme - a ele se sobrepõe a sistemática e gradativa afirmação de uma ordenação que comanda o destino dos sujeitos e confere sentido às suas ações, de sorte que o foco nas determinação passa a ser transcendente. O desenvolvimento é significativamente pautado em uma interdependência fundamental: quem fecha o movimento de libertação e afirma o humanismo do homem desalienado é, justamente, o agente da chamada ordem maior (o destino), figura da alienação deste mesmo humanismo expresso em cantos durante o filme. Destarte, o resultado dessa interdependência é um percurso libertador forjado não pelo homem, mas sim pelo agente da ordem maior, o destino, quiçá, que trabalha em direção à conclusão de que o homem é o sujeito histórico por excelência.

Nesses termos, o filme configura um processo social que “*de fato*, caminha como realização de um destino, enquanto que, *de direito*, o recado explícito das vozes outorga à

humanidade a condição de sujeito” (Ibid., p. 141). A transformação – ou a consumação do *télos* - aparece nele como um pressuposto, pela práxis ou pelo destino, a história transparece em toda a película, esta devidamente assentada no terreno da teleologia. Seria caracterizada por: a) a interação sistemática de enunciados, tornando ambíguo o princípio que move os processos; b) na estrutura seu ponto decisivo é a lacuna do presente, como uma retórica da ambivalência e c) em sua teleologia a expressão do desejo está acima das explicações da ciência social, de sorte que a esperança reaparece sistematicamente como antecipação da consumação de um *télos*.

Representando um amplo movimento da consciência rebelde, *Deus e o diabo* tira a sua força não da historicidade do particular e sim de uma história baseada na transfiguração do presente em um ponto sem representação, o qual tem como direção certo rumo a um fim dado.



Proposições essencialmente distintas do chamado *western*, gênero que se apropriou do imaginário gestado na experiência históricas das regiões fronteiriças do século XIX, com o intuito de criar uma espécie de epopeia do processo civilizador. Tal perspectiva tem o efeito de transfigurar ideologicamente a barbárie do processo de acumulação capitalista na América. O gênero promove uma ressurreição do assim considerado mundo arcaico, exatamente o Outro de nossa época e sociedade, mas que heroicamente teria preparado o terreno para a Civilização

triumfante, baseada no equilíbrio e no bem-estar. Como não poderia deixar de ser, a figuração desse processo se dá a partir da disputa de vilões e heróis bem marcados.

O cangaceiro de Vitor Lima Barreto, que se vale dos preceitos do western, evidencia a inadequação entre uma forma hollywoodiana importada para um contexto diverso. Daí resulta desencontro de uma série de elementos, como a presença do índio caraíba, a fala caipira dos personagens e o tom declamatório dos diálogos. Já em *Deus e o diabo* de Glauber Rocha o sertão é um mundo localizado fora da história, depositário de uma rusticidade bárbara que cabe ao progresso, vindo de fora, exterminar. No filme de Barreto o cangaceiro é um dado, cujo comportamento peculiar é espetacularizado, principalmente pelo narrador civilizado. Já no de Rocha a experiência camponesa diz respeito ao processo histórico, a violência sendo identificada com momento de práxis do cangaceiro com a própria revolta. Do ponto de vista composicional a distinção também não poderia ser maior, visto que *O cangaceiro* tenta a todo momento garantir a unidade, com ritmos muito bem organizados, além de uma música que é funcional a seus temas, de forma que cada cena se torna eloquente e acabada. Já o filme de Glauber Rocha, destaca a descontinuidade, com uma alegoria cujo movimento afirma avanços, os quais não encontram pontos seguros de apoio.

Segundo Xavier, a produção de Glauber Rocha deve ser compreendida também tendo em vista o momento político e histórico que se vivia no país durante o populismo. Em termos culturais, seria marcado por uma hegemonia da esquerda, mantida até em meio a ditadura de direita no Brasil. No entanto, a esquerda privilegiava o anti-imperialismo diante da luta de classes (Schwarz, 2008, p. 70-112). Não por acaso, o nacional – popular estava na ordem do dia, tendo seu maior exemplo nos Centros Populares de Cultura (CPCs).

Levando em conta esse chão histórico, os filmes de Glauber Rocha ultrapassariam essas representações. O diretor recusa, em especial, a postura didático-instrumental dos CPCs, produzindo uma incorporação extremamente interessante das representações populares nas suas obras. Seguindo Xavier:

Barravento e *Deus e o diabo* estão, inegavelmente, inseridos nesse contexto de problemas, impasses, paradoxos. Porém, dentro dele, sua condição é peculiar. Marcados pela postura de conscientização própria aos projetos da época, os dois filmes manifestam algo além do autoritarismo populista, pois a boa arte não se reduz a um mero duplo da ideologia. Longe de, simplesmente, refleti-la e mascarar-la, evidenciam as suas contradições porque internalizam o duplo movimento de valorização-desvalorização do popular. Seguindo a tendência geral, elaboram a crítica das representações das classes dominadas na base do conceito de alienação. Mas, contendo em si um movimento de afirmação dessas representações como resistência, lugar de uma identidade a ser tomada como ponto de partida, esses filmes se marcam também pela adesão e elogio. Assumem, para valer, as significações por elas elaboradas e buscam nelas alguma lição sobre a experiência, não apenas a forma comunicativa (Ibid., 191-192).

A teleologia apresentada nos dois filmes pressupõe um plano histórico já desenhado, trazendo em si as premissas que baseavam as propostas políticas de boa parte da esquerda, em que o cumprimento de determinadas etapas levaria à redenção histórica. De forma irônica, os filmes conseguem revelar que a história, na cabeça dos ‘não – alienados’ era pensada de uma maneira muito afinada com a noção de destino dos ‘alienados’; a lógica profética orienta ambas, como em *Deus e o diabo*, no qual a ponte entre o passado e o futuro é tentada a partir de uma noção de “revolução como retomada da experiência rebelde presente na memória que reelabora as tradições do sertão” (Ibid., p. 192).

No plano formal, a inovação de Glauber Rocha também é um achado, pois a sua estética da violência, formula uma crítica profunda às fórmulas usadas pelo espetáculo convencional, supostamente universalista, que apenas leva à realização da lógica mercantil. Achados que por sua complexidade e textura são de alcance mais amplo e foram fundamentais ao quadro do movimento internacional do(s) cinema(s) novo(s). Nesse bojo, *Terra em transe*, apesar de ser uma resposta à crise do projeto pós-64, em que realiza uma crítica mordaz à esquerda e seus sistemáticos equívocos, constitui o principal impulso glauberiano de totalização. Nele, traça-se um esquema do mundo sempre com múltiplas determinações que condenam uma visão fragmentada da experiência. Do mesmo modo como em *Deus e o diabo*, os movimentos cruzados reaparecem, colocando simultaneamente os interesses de classe e os parâmetros do ritual e da magia, chegando à metáfora da terra em transe em relação ao golpe político, o que indicaria que a lógica da superstição ainda é a melhor para se pensar o comportamento da esquerda e das classes dominantes. Completando um movimento assim formalizado por Xavier:

Marcado por um impulso de contradição, Glauber teceu em suas imagens um drama barroco que, no sentido proposto por Walter Benjamin, só se explicitou com maior clareza na estrutura e no estilo de *Terra em transe* [1967]. Este filme trazia uma reflexão exasperada diante do que o cineasta entendia como um reiterado adiamento bem próprio à história truncada de uma nação a construir, uma nação-problema, talvez uma miragem, de qualquer modo um hipotético ponto futuro que em *Deus e o diabo* [1963-64], havia pensado numa tonalidade distinta. Na cena que configurou no sertão, a questão central não era a crise de um projeto, mas a forma peculiar de Glauber compor uma *teleologia - a da formação nacional* - que tem seu parentesco com outros exemplos de narrativas de fundação, mas exibe nítida diferença. *O seu ponto essencial é o reconhecimento de que tal formação não se completou, é da ordem da profecia* (Ibid., p. 10-11).

Nos filmes glauberianos a procura da justiça é recolocada a cada passo, não dando ensejo a celebração da totalidade, visto que incompleta. No lugar de celebrar, há, na verdade, reflexão tensa sobre a violência e o passado e que se volta para uma história baseada na ambivalência. Tendo essas premissas em vista é possível entender a inovação formal de

Glauber, que traz para o primeiro plano a descontinuidade, com uma alegoria que enseja movimentos de avanço, mas que não contam com os pontos seguros de apoio de um *western*.

10 – (Má)formação e forma difícil.



Amilcar de Castro
Sem título, fins da década de 1970
Aço SAC 40,
350 x 300 x 250 x 5 cm
Praça da Sé, São Paulo

Em suas esculturas, convivem formas altamente determinadas e uma presença acintosa do material que elas buscam ordenar. Desse confronto, dessa resistência do ferro ao rigor formal, surgem estruturas poderosas, mas que retiram sua força de uma indefinição radical, e não de uma conformação violenta da matéria. Numa época em que a vertiginosa dinâmica dos mercados financeiros e da produção e circulação de bens parece facilitar a ideia de um mundo volátil e virtual – quase um simples correlato das imagens produzidas pela mídia eletrônica -, essa forma difícil adquire relevância. Por ela, experimentamos uma realidade travada, muito mais próxima das crises e dos impasses desencadeados pelo desenvolvimento tecnológico do que da maleabilidade que ele introduz em seu manejo da natureza e demais processos.

A forma difícil, Rodrigo Naves

De acordo com o que foi até agora visto, Roberto Schwarz, Rodrigo Naves e Ismail Xavier, mesmo que enfrentando searas distintas do pensamento, literatura, artes plásticas e cinema, deparam-se com um problema comum: as formas são desenvolvidas tendo em vista países cujas formações nacionais completam-se e, portanto, são distintas da brasileira, em que tal processo não ocorreu. De sorte que se simplesmente transplante tais formas para o Brasil sem um trabalho de reelaboração, elas ficariam deslocadas. Sendo assim, paradoxalmente essa formação de uma forma que consiga dar conta de um conteúdo sócio-histórico brasileiro dá-se quando a má formação se torna princípio formal ou mola propulsora de uma certa forma artística.

É evidente que com isto não queremos argumentar que as experiências intelectuais e artísticas de Machado de Assis, Debret, os melhores artistas plásticos e de Glauber Rocha devam ser tomados, sem maiores problemas, como formalizações que expressam um mesmo patamar de acabamento e de relevância. Contudo há algo mais ou menos em comum entre tais esforços que as fazem relevantes tanto para o pensamento crítico brasileiro: eles, de um jeito ou de outro, não descartaram a experiência nacional. Em suma, utilizando da análise de Schwarz (2012) a respeito da figura machadiana de Martinha - presente em uma crônica pouco conhecida do autor, intitulada “O punhal de Martinha” - como figuração da experiência nacional, poder-se-ia dizer que se perdesse terreno em detrimento de Lucrécia, figura que encarna o elemento cosmopolita, cair-se-ia em um cosmopolitismo abstrato e sem inovações formais. É interessante notar que ao final da crônica machadiana, o narrador diz mesmo: “Mas não falemos mais em Martinha” (ASSIS, 2015, p. 1019). Ou seja, do Brasil. Algo que já havia se tornado impossível pelo desenvolvimento mesmo da trama. Nesse sentido, o lugar do localismo e do universalismo é desafiado, tanto historicamente, como literariamente, posto que há um denominador cultural comum que liga Martinha e Lucrécia, sendo que aquela permite a dessacralização desta, abrindo caminho para uma visão crítica em relação ao local e ao universal. Em suma, “da periferia se pode questionar o que é tomado como pressuposto no centro” (RICUPERO, 2013, p. 530).

Este é o caso dos três críticos tratados brevemente aqui. De um modo ou de outro, argumentam que as formalizações artísticas operadas nos seus objetos de estudos constituem duas dimensões críticas interessantes: em primeiro lugar, uma crítica ao que era tomado como pressuposto formal no centro do capitalismo. Como segundo elemento, poder-se-ia perceber uma crítica aos próprios pressupostos do capitalismo.

Parte 3 – Epílogo.

E o burguês, apesar disso, parece não acreditar até hoje que tudo o que o que foi dito após as palavras de Sieyès desapareceu, desfez-se qual bolha de sabão. Com efeito, proclamaram pouco depois dele: *Liberté, égalité, fraternité*. Muito bem. O que é *liberté*? A liberdade. Que liberdade? A liberdade, igual para todos, de fazer o que bem entender, dentro dos limites da lei. Mas quando é que pode fazer o que bem entender? Quando se possui um milhão. A liberdade concede acaso um milhão a cada um? Não. O que é um homem desprovido de milhão? O homem desprovido de milhão não é aquele que faz o que bem entende, mas aquele com que fazem o que bem entendem. O que se conclui daí? Conclui-se que, além da liberdade, existe a igualdade e justamente a igualdade perante a lei. Quando a esta igualdade perante a lei, pode-se dizer apenas que, na forma em que ela se pratica atualmente, cada francês pode e deve considera-la como uma ofensa pessoal. O que subsiste, pois, da fórmula? A fraternidade. Ora, este ponto é o mais curioso e, deve-se confessar, constitui no Ocidente, até hoje, a principal pedra de toque. O ocidente refere-se a ela como a grande força que move os homens, e não percebe que não há de onde tirá-la, se ela não existe na realidade. O que fazer, portanto? É preciso criar a fraternidade, custe o que custar. Verifica-se, porém, que não se pode fazer a fraternidade, porque ela se faz por si [...], é encontrada na natureza. Todavia, na natureza do francês e, em geral, na do homem do Ocidente, ela não é encontrada, mas sim o princípio pessoal, individual, o princípio da acentuada autodefesa, da autorrealização [...].

Notas de inverno sobre impressões de verão, Fiódor Dostoiévski.

plebiscito

Venceu o sistema da Babilônia

E o garção de costeleta

O escaravelho de Ouro, Oswald de Andrade.

O espírito sou que sempre nega!

E com razão; tudo o que vem a ser

É digno só de perecer

Fausto, J. W. von Goethe.

11 – Pequena introdução de temas: *brasilianização* do mundo, potenciais da formação e o ponto de vista do crítico na periferia capitalista.

A seção que se segue tem como pretensão menos concluir e dissertação, o que poderia ser um esforço artificial, mas rediscutir questões e abri-las ao debate mais geral a respeito da nossa tradição, por assim dizer, formativa. Num primeiro momento, gostaríamos de discutir a ideia já apresentada de *brasilianização* do mundo, bem como suas consequências e suas potencialidades. Como segundo ponto desta última seção pretendemos discutir o ponto de vista de nossa tradição crítica frente a algumas afirmações de seus críticos, quanto de manifestações de certa virada, por assim dizer, culturalista, em nosso pensamento. Além disso, desejamos explorar também alguns limites e disputas internos a essa mesma tradição.

11.1 – *Brasilianização do mundo* e o ponto de vista do crítico periférico.

Ficou moderno o Brasil
ficou moderno o milagre:
a água já não vira vinho,
vira direto vinagre.

Jogos Florais I, Cacaso.

Quis frear freou
o carro derrapou
viu a morte
cair com o poste
afundou o rosto
engoliu os dentes
sentando no meio-fio
lembra Darlene

Cristiano, Francisco Alvim

Nesta subseção pretendemos discutir alguns pontos do que ficou conhecido como *brasilianização* do mundo, que, de certo modo, repensaria a relação entre centro e periferia, imaginando haver não uma aproximação dos países periféricos, como o Brasil, dos países do centro do capitalismo, mas o contrário: uma universalização da nossa má formação. Em resumo, se, durante várias décadas, víamos a superação da inorganicidade social como o destino do Brasil, agora ela aparece como o destino de boa parte da humanidade (SCHWARZ, 2014b, p. 70). Trocando em miúdos, antes o Brasil era entendido como um país condenado a dar certo, sintetizado na imagem do austríaco Stefan Zweig (2006) de que o país tinha um encontro marcado com o futuro. Mais recentemente, a promessa de futuro parece ter se invertido, com o “progresso” do sistema-mundo capitalista aparentemente passando a ter um encontro marcado com o Brasil, o qual funciona como uma espécie laboratório de convívio de formas arcaicas e modernas⁸⁴.

Dividimos a seção em duas: num primeiro momento, fazemos uma breve incursão sobre alguns autores internacionais que tratam da temática; num segundo momento, expomos alguns argumentos de autores identificados com uma tradição crítica brasileira. Ressalta-se que com este movimento expositivo pretende-se mostrar, grosso modo, que parte significativa do que autores internacionais apontariam como fracasso das expectativas otimistas da modernização encontra o tipo de modernização que se teve no Brasil, em que ao invés de integração da população a uma nação civilizada levou a articulação de “arcaísmos” evidentes com uma forma perversa de progresso.

Com a discussão de alguns argumentos de autores estrangeiros – Ulrich Beck, Guy Standing e Robert Kurz - não queremos sugerir que há sempre compatibilidade entre suas posições, mas apontar que, cada um a seu modo, chamou a atenção para alguns aspectos da falência de um corpo de experiências concebidas como modernização⁸⁵. Modernização a qual envolve dois aspectos principais em relação ao assunto aqui tratado: uma visão implicitamente

⁸⁴ Recapitulando pontos que foram discutidos no trabalho, é necessário ter-se em mente que ao nos referimos à ideia de *brasilianização* global não queremos argumentar que o futuro mundial seja do atraso ou da imitação de uma variante tropical do capitalismo selvagem, mas que a nossa matriz colonial pode ser vanguardista em alguns sentidos indicados por Oliveira (1997), Schwarz (2012d) e Arantes (2004).

⁸⁵ Concentrar-me-ei nos seguintes livros: *O que é globalização? Equívocos do globalismo: respostas à globalização* (BECK, 1990); *Sociedade de risco: rumo a outra modernidade* (BECK, 2011); *O precariado: a nova classe perigosa* (STANDING, 2013); *O colapso da modernização: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial* (KURZ, 1992).

positiva do progresso e o pressuposto de que países periféricos repetiriam o caminho trilhado pelos países centrais.

O sociólogo alemão Ulrich Beck foi um dos primeiros a utilizar o termo *brasilianização*⁸⁶, referindo-se ao fato da Europa passar por um processo de desmanche ou de perda de uma série de conquistas próprias à modernidade. Elas seriam identificadas especialmente com processos de flexibilização do trabalho, propagação do setor informal, dispersão inaudita dos conflitos distributivos e étnicos - ao modo brasileiro -, e uma acumulação sem precedentes de toda sorte de riscos (financeiros, biológicos, militares, terroristas, etc). Todavia, é preciso ressaltar que, para Beck, esta seria uma das consequências do processo de globalização, ela também podendo oferecer alternativas políticas progressistas para a humanidade, como a constituição de “comunidades novas e originais” (BECK, 1999, p. 98-99) e de uma política para além das fronteiras falidas dos Estados Nacionais, política cosmopolita – muito próxima do que Kant (2010) desejava. Contudo, enfatizarei a primeira determinação, mais importante para os fins aqui propostos.

Segundo Beck, a sociedade de risco equivaleria ao acúmulo nunca antes visto de perigos - ambientais, financeiros, informacionais, bioquímicos, etc. - entendidos não como catástrofe, mas sim como a sua antecipação. Ela conduziria a forças políticas que poderiam guiar o mundo em uma direção a mudanças para o melhor ou pior, já que transformariam a sociedade moderna e seus fundamentos, As mudanças seriam baseadas: a) na *deslocalização*, pois suas consequências e causas não são localizáveis, sendo mesmo onipresentes; b) na *incalculabilidade*, já que suas consequências, a priori, não são mensuráveis e c) na *não-compensabilidade*, em que o sonho de segurança da modernidade europeia, baseada na dominação e ‘domesticação’ da natureza, seria posto em xeque por experiências genéticas ou as armas de destruição em massa⁸⁷.

Com isso, haveria uma mudança quanto à lógica de ‘organização’ da sociedade, pois no capitalismo tardio a produção social de riqueza seria acompanhada por uma produção social de riscos. Sendo assim, além dos conflitos referentes à redistribuição material haveria que se enfrentar os conflitos oriundos da produção e distribuição dos riscos técnico-científicos. E essa passagem da lógica de distribuição de riquezas para a lógica de distribuição de riscos estaria vinculada a duas tendências. Em primeiro lugar, o desenvolvimento inédito das forças produtivas tecnológicas/humanas, que juntamente com o maior alcance do Estado de Bem-Estar Social, reduziriam enormemente carências de ordem material. Em segundo lugar, o

⁸⁶ Para mais ver: Beck (1999, p. 65-121; 227-279).

⁸⁷ Para mais, ver: Beck (2011, p. 21-105; 361-377).

desenvolvimento estrondoso das forças produtivas traria também riscos jamais vistos pela humanidade.

Em resumo, no lugar de uma sociedade emancipada, na qual a humanidade conseguiria dominar a natureza de modo a concretizar a utopia da participação de todos no bolo de riqueza, haveria uma democratização dos riscos derivados do próprio ‘progresso’ da modernidade. Consequentemente, a meta da sociedade de risco seria tentar evitar este desenvolvimento, que levaria a uma verdadeira barbárie. Consequentemente, a Europa deixaria de ser um modelo para as sociedades da periferia do capitalismo, mas, em sentido inverso, os países da periferia do capitalismo e sua má formação forneceriam a imagem do futuro europeu (BECK, 2011, p. 372). Sua *brasilização*, em suma.

Outros apontamentos importantes sobre algumas perdas da modernidade no seu atual momento são as indicadas pelo economista inglês Guy Standing (2013). Sua argumentação gira em torno do surgimento e crescimento de outro estrato social de difícil classificação, o chamado precariado. Este é um neologismo desenvolvido a partir do adjetivo ‘precário’ e do substantivo ‘proletariado’, o qual indicaria ser necessário formular um novo vocabulário para dar conta das novas relações de classe no século XXI. O precariado seria uma ‘classe’ ainda em formação, desenvolvida no bojo de um mercado mundializado e marcado pela flexibilização do trabalho. Poderia, em termos mais específicos, ser identificado como um grupo abaixo da antiga classe trabalhadora europeia, composta principalmente de trabalhadores manuais e que foram importantes para estabelecer o Estado de bem-estar social. Não poderiam ser identificado nem com os trabalhadores remunerados (prestadores de serviços que recebem por peça ou tempo de trabalho) e nem com os empregados assalariados (gratificados por confiança e compensação por serviço)⁸⁸.

Nesse sentido, o precariado teria características de classe, equivalente aos possuidores de relações de confiança mínima com o Capital e com o Estado, mas essencialmente distintas do assalariado. Em termos de diferenciação, é importante notar que esta “classe” não possui nenhuma das antigas relações de contrato social, relações trabalhistas por meio das quais garantias de trabalho e seguridade trabalhistas seriam fornecidas e trocadas por uma subordinação ou até mesmo por uma lealdade frente ao empregador – o que corresponderia ao acordo base do Estado de bem-estar social. Ou seja, sem essas condições, o precariado seria uma construção *sui generis*, além de possuir uma posição de status peculiar, sem se encaixar

⁸⁸ É necessário ter em mente que Standing trabalha com conceitos muito mais próximos de Weber do que de uma sociologia do trabalho marxista. Por exemplo, como quando diferencia classe de status, sendo aquela relacionada às relações sociais de produção e esta à posição do sujeito dentro do processo de trabalho.

nem em atividades artesanais de *status* médio e nem em um alto *status* profissional, possuindo, assim, um *status* truncado (STANDING, 2013, p. 26).

Isto é, essa nova classe não possuiria os mesmos direitos e não poderia participar de pactos civilizacionais que o velho proletariado teve direito. Além disso, seria desprovida do que o economista chama de sete formas de garantia relacionadas ao trabalho, conquistados pelos partidos de esquerda e sindicatos após a Segunda Guerra Mundial com sua agenda de ‘cidadania industrial’: I) garantia de mercado de trabalho, contanto com oportunidades adequadas de renda-salário; II) garantia de vínculo empregatício, protegendo-o contra toda sorte de dispensas arbitrárias; III) segurança de trabalho, mantendo a oportunidade de contar com um nicho de emprego; IV) segurança no trabalho, evitando acidentes e doenças no ambiente de labuta; V) garantia de reprodução de habilidades, abrindo a possibilidade de adquirir novas técnicas; VI) segurança de renda, garantindo renda adequada e estável e VII) garantia de representação, fazendo com que haja uma voz coletiva no mercado de trabalho, via sindicatos independentes e greves.

À falta desse quadro de garantias, o precariado viveria numa situação de vulnerabilidade, que iria muito além daquela transmitida pela renda, já que não teria os mesmos direitos frente ao Estado e a mesma possibilidade de barganha frente ao Capital. Além disso, não conseguiria desenvolver uma *identidade* baseada no trabalho, exercendo empregos que não estabeleceriam carreira e uma memória social. Portanto, não se sentiria parte de uma comunidade maior de trabalhadores e trabalhadoras. Parece que o velho Mundo do Trabalho vai se esfacelando a largos passos com a desregulamentação nunca antes vista, seguindo a orientação de um modelo conhecido como Neoliberal e que, segundo Standing, já atinge um quarto da população adulta de uma série de países da Europa e fora dela (STANDING, 2011, p. 47).

Outra marca da iniquidade seria que essa experiência de precarização ter consequências agravantes do ponto de vista da chamada alienação do trabalho. Um quadro desalentador que poderia redundar em experiências de anomia, ansiedade e toda sorte de violências psicológicas, sem mencionar recalçamento da frustração. Nessa situação, o precariado poderia ser atraído “por políticos populistas e mensagens neofacistas, um desenvolvimento que já é claramente visível através da Europa, dos Estados Unidos e em outros lugares” (Ibid., p. 48). Contudo, o sociólogo uspiano Ruy Braga, em resenha ao livro do economista inglês, adverte que o mesmo precariado pode ter uma reação e atividade políticas bem distintas, tentando forjar alternativas progressistas (BRAGA, 2014). É interessante notar também que o brasileiro sugere ainda que a condição do precariado já era uma constante no Brasil, até mesmo na velha acumulação

fordista, em que se contava apenas com pouquíssimas ou nenhuma daquelas categorias de seguridade listadas⁸⁹.

Ainda nesse diapasão, é de se notar que a fratura brasileira do mundo, de acordo com Ludmila Costhek Abílio (2011; 2017), e as relações por ela ensejadas serviram de certo modo como inspirações para a chamada *uberização* – em referência à empresa multinacional estadunidense -, entendida como:

um novo estágio da exploração do trabalho, que traz mudanças qualitativas ao estatuto do trabalhador, à configuração das empresas, assim como às formas de controle, gerenciamento e expropriação do trabalho. Trata-se de um novo passo nas terceirizações, que, entretanto, ao mesmo tempo que se complementa também pode concorrer com o modelo anterior das redes de subcontratações compostas pelos mais diversos tipos de empresas. A *uberização* consolida a passagem do estatuto de trabalhador para o de um nano empresário-de-si permanentemente disponível ao trabalho; retira-lhe garantias mínimas ao mesmo tempo que mantém sua subordinação; ainda, se apropria, de modo administrado e produtivo, de uma perda de formas publicamente estabelecidas e reguladas do trabalho (ABÍLIO, 2017)⁹⁰.

Situação que também fora indicado por Francisco de Oliveira (2008), em seu ensaio “O ornitorrinco”, em que argumenta que o trabalho informal - comumente encarado como simples situação passageira em direção à formalidade - na verdade seria um elemento estrutural essencial ao movimento do capital. Com o novo peso do trabalho informal haveria uma mudança radical na determinação do capital variável⁹¹. Se assistiria a supressão do adiantamento do capital, de sorte que o pagamento dos trabalhadores dependeria das vendas de mercadorias. Isto é, os rendimentos dos trabalhadores passariam a depender da realização do valor das mercadorias.

Por último, há a contribuição do filósofo Robert Kurz nesse debate. Segundo sua interpretação, a derrocada dos países socialistas não seria a amostra da vitória do Capitalismo (Livre Mercado) em relação ao Socialismo (Economia Planificada), mas o início da crise do

⁸⁹ A esse respeito é sugestivo lembrar os estudos do economista brasileiro Paul Singer, em seu livro *Dominação e Desigualdade*, no qual indica a existência de uma fração de classe que denomina como subproletariado, como aquela que oferece “a sua força de trabalho no mercado sem encontrar quem esteja disposto a adquiri-la por um preço que assegure sua reprodução em condições normais” (SINGER, 1981, p. 22). Corresponderia a aproximadamente 48% da População Economicamente Ativa (PEA), à época do estudo, seguindo informações da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), de 1976.

⁹⁰ Por mais que se tenha a ideia de que este novo fenômeno se originou no universo da economia digital, a verdade é que suas bases formativas já estão presentes há décadas na economia mundial, sendo que as raízes dessa nova flexibilização devem ser procuradas nos trabalhos tipicamente femininos. Em trabalhos como o de empregadas domésticas, costureiras em domicílio e revendedoras de enormes empresas de cosméticos já haveria uma indistinção entre o que é e o que não é tempo de trabalho; entre esfera profissional e privada entre o que é e o que não é trabalho regulamentado.

⁹¹ Antes, de acordo com Marx, o capital variável seria a parte do capital convertida em força de trabalho na forma de adiantamento salarial dos capitalistas aos trabalhadores - conhecida como variável por, em contraposição ao capital constante, variar a sua grandeza ao reproduzir tanto seu equivalente, quanto uma mais-valia que pode variar a depender da proporção de emprego da mão-de-obra e dos tempos de trabalho pago e não-pago (MARX, 1983, p. 171).

capitalismo, confirmando as hipóteses de Marx sobre sua derrocada. Para chegar a essa conclusão, leva em consideração não as divisões em campos à lá Guerra Fria e sim o movimento imanente do sistema de produção de mercadorias, que fundamentaria tanto um país como os Estados Unidos da América, como a própria União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. Visto que nesta última também não superou o chamado trabalho abstrato e seu caráter tautológico – de atividade que traz em si sua própria finalidade -, por conseguinte “aparecem no socialismo real todas as categorias fundamentais do capitalismo: salário, preço e lucro (ganho de empresa)” (KURZ, 1992, p. 29).

Tal sistema produtor de mercadorias obrigaria o desenvolvimento das forças produtivas, a partir de uma concorrência exacerbada entre os capitalistas para atingir um lucro cada vez maior. Contudo, após a Segunda Guerra Mundial, haveria um salto qualitativo neste movimento, a partir da combinação entre desenvolvimento, pesquisa científicas e o desenvolvimento das forças produtivas. Um passo gigantesco a frente e que não poderia ser perseguido pela União Soviética e os outros países socialistas, além, é claro dos países pertencentes ao Terceiro Mundo, onde teriam prevalecido políticas ‘desenvolvimentistas’. A vitória, à primeira vista, da Economia de Mercado indicaria, na verdade, uma crise que procederia da periferia em direção ao centro do capitalismo.

Os mecanismos mesmos de concorrência e o desenvolvimento das forças produtivas levaram, pela primeira vez na história, a força de trabalho a ser dispensável, fazendo com que o capital perdesse a faculdade de explorá-la, o que criaria a situação inédita de os trabalhadores se encontrarem diante da falta de exploração capitalista. É claro que a derrota se apresentaria também nos países centrais, em que as consequências da concorrência passariam a ser ainda mais custosas. Mas a situação seria mais violenta nos chamados países do Terceiro Mundo, detentores de uma industrialização incompleta, favorecendo a sua inviabilização histórica como nações com um desenvolvimento voltado para dentro. Até porque, o dilema dessa lógica de competição e valorização passaria a ser concretizado no fosso cada vez mais acentuado entre a intensificação produtiva no centro capitalista e a produtividade possível na periferia do sistema. De sorte que o estoque de capital atingido no centro passaria cada dia mais a ser uma fantasia inalcançável para o lado periférico do globo em conjunto. Em uma corrida de lebre e tartaruga, a única saída possível seria a morte do roedor, dado que quanto maior a produtividade, tanto maior a intensidade de capital exigida pela produção e tanto mais impagável seriam os investimentos para os países subalternos.

Ou seja, de acordo com Schwarz em crítica ao trabalho de Kurz, “endividamentos e decênios de sacrifício humano brutal não trouxeram a prometida modernização da sociedade,

quer dizer, a sua reprodução coerente no âmbito do mercado global, agora mais remota do que nunca” (SCHWARZ, 2014b, p. 12). Gerariam, a bem da verdade, uma massa populacional de não sujeitos sociais, ou os chamados sujeitos monetários sem dinheiro, os quais passariam a depender de toda sorte de auxílios de organizações internacionais, em suma, uma sociedade pós-catástrofe sempre sob a ameaça da xenofobia, fundamentalismo e nacionalismos. O mesmo caminho, segundo Kurz, passaria a assolar o centro capitalista, forçando-o a lutar contra os dilemas que já haviam rebaixado “o Sul e o Leste ao status de grandes perdedores” (KURZ, 1992, p. 210). Assim, uma série de regiões e camadas sociais iriam, sistematicamente, sendo assimiladas ao Terceiro Mundo e às suas condições.

As forças produtivas se tornariam exatamente o seu contrário, a saber, forças destrutivas. No entanto, nesse quadro o proletariado já não teria forças para construir um mundo alternativo, de tal modo que o antagonismo central não seria mais regido por burguesia e proletariado, mas “pela dinâmica destrutiva e excludente do fetichismo do capital, cuja carreira absurda em meio aos desabamentos sociais que vai provocando pode ser acompanhada diariamente pelos jornais”(SCHWARZ, 2014b, 14). Resumindo: não seriam os países da periferia capitalista, à maneira do Brasil, que adentrariam em uma posição mais justa em meio às nações, mas o contrário, as nações antes modelares do centro do capitalismo é que passariam a ficar parecidas com os países da periferia capitalista, à brasileira.

Uma experiência que, de diferentes maneiras, parece ser comum aos textos e autores aqui explorados, levando, é verdade, a um rebaixamento de expectativas e quiçá um novo tempo do mundo, como defende Paulo Arantes (ARANTES, 2014).

Segundo o filósofo Paulo Arantes, o Brasil viu-se transformado em verdadeiro paradigma. Porém, o paradigma em questão nada teria a ver com as ideias de integração e progresso, mas corresponderia a “algo como uma categoria sociológica para o buraco negro da globalização” (ARANTES, 2004, p. 30). Nesse processo, a periferia passaria novamente ao centro da reflexão, “no espelho da qual desta vez a metrópole se contempla, por certo que com a autocomplacência de praxe” (Ibid.). Para além dos autores analisados por Arantes - entre eles o próprio Beck - é interessante olhar para aspectos ainda não tocados sobre a aproximação entre ‘países desenvolvidos’ e ‘países subdesenvolvidos’. É sugestivo pensar, por exemplo, que há uma combinação da acumulação flexível capitalista⁹² com uma certa dialética da malandragem,

⁹² Note-se que “A *acumulação flexível*, como vou chamá-la, é marcada por um confronto direto com a rigidez do *fordismo*. Ele se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões

identificada por Antonio Candido em “Dialética da malandragem” (CANDIDO, 2010, p. 17 – 46). No ensaio, o crítico encontrou a redução estrutural do princípio ordenador da sociedade brasileira na dialética entre a ordem e desordem. Na nova situação, pode-se considerar que o capitalismo do núcleo central está cada vez mais parecido com a nossa malandragem.

Em poucas palavras, o que o filósofo brasileiro sugere é que o que está ocorrendo na modernidade flexível é algo que já é velho conhecido do nosso laboratório: um movimento de entra e sai sistemáticos da legalidade e da ilegalidade, agora em escala global, acrescido, ainda, de outra bizarrice, antes local, a aplicação caprichosa e arbitrária da lei, tal como se dá na regulação e produção do espaço urbano⁹³.

Schwarz, por sua vez, não deixa de ressaltar que a dialética da malandragem irá metamorfosear-se no Brasil também, como pode ser depreendido da experiência formalizada em um romance como *Cidade de Deus* de Paulo Lins. Com a constituição da chamada ‘neofavela’, reformada pela violência de traficantes e policiais corrompidos, a vida popular e suas pautas clássicas, em que “o pé na regularidade convive com a disposição prestativa” é logo tirada de cena pelo desemprego e “sobretudo, pelos primeiros cadáveres boiando no rio que corre ao lado da favela” (SCHWARZ, 2014b, p. 201). De modo que o que prevaleceria da vida popular seria diferente daquela oscilação entre a ordem e a desordem, notado por Antonio Candido. Se teria agora um moinho autodestrutivo, bem indicado na parte do livro em que assaltantes batem em um ‘trabalhador’ para tomar seu dinheiro vindo da venda de botijões de gás, logo depois tomados pela população (LINS, 2012, p. 21-28). Bem entendido, o processo que engendra esses “sujeitos monetários sem dinheiro”, para ficar com a expressão de Schwarz emprestada de Kurz, nada tem a ver com o atraso e sim com o “progresso”.

É claro que essa desagregação não poderia ser entendida sem nos lembrarmos que o nacional-desenvolvimentismo brasileiro havia constituído um imaginário de modernização democrática e justiça social inéditos em nossa história. Um ciclo desenvolvimentista forjado a partir do encontro entre mercado interno e industrialização, tendo como ponto de chegada almejado a sociedade integrada, liberta das chagas coloniais e entroncada no concerto de nações desenvolvidas (SCHWARZ, 2014b, p. 192-193).

de consumo. [...] A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões de desenvolvimento desigual, tanto entre os setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego do chamado ‘setor de serviços’, bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas (HARVEY, 2017, p. 140, marcações minhas).

⁹³ Tal situação seriam apontadas em livros como *A metrópole na periferia do capitalismo* da urbanista crítica Ermínia Maricato (1996) e mais atualmente no livro *Cidades rebeldes*, do geógrafo marxista David Harvey (2014).

No entanto, com o golpe de 64 há uma ruptura com esse projeto, que é logo retomado, mas modificado. Em suma, abre-se mão de seu caráter democratizante. Haveria aí a abertura para o caminho de uma verdadeira desintegração social. Mais tarde, também a promessa de industrialização fracassa. Portanto, a ideia de moderno que tínhamos era essencialmente provinciana, baseada em fórmulas abstratas e não em um processo efetivo e real. Por outro lado, é possível considerar que finalmente o Brasil tornou-se ‘modelo’, pois a sua inorganicidade e o fracasso de sua hipótese de superação, “aparecem como o destino da maior parte da humanidade contemporânea, não sendo, nesse sentido, uma experiência secundária” (SCHWARZ, 2014b, p. 70).

Em sentido oposto, se poderia perguntar como ficaria o que até aqui fora exposto sobre a formação com a não construção de um Nação integrada e a concomitante *brasilianização* do núcleo central do capitalismo? Possivelmente o melhor caminho é destacar o potencial da categoria; tanto em termos críticos, possibilitando uma verdadeira crítica ao que é tomado como pressupostos no centro do capitalismo, quanto ao seu potencial heurístico, que permite estabelecer um certo ângulo para entender o Pensamento Político e Social Brasileiro. O segundo aspecto seria menos afetado com o fracasso da formação de uma nação integrada, já que se trata de critério de organização do pensamento político e social brasileiro, que se mantém independente dos seus resultados práticos. Já o primeiro, à primeira vista, deveria ser deixado de lado, abrindo caminho supostamente para um pensamento cosmopolita. No entanto, é possível considerar que se dá exatamente o contrário, como indicam Paulo e Otília Arantes:

A construção nacional interrompida (para falar como Celso Furtado) não anula, antes exige, o *ponto de vista histórico da formação* justamente por ser um ponto de *vista crítico*, o único de que dispõe *um intelectual na periferia*, por sorte condenado ao comparatismo e portanto à ‘reflexão’ que o define como tal (ARANTES; ARANTES, 1997a, p. 96-97).

Portanto, não é uma verdadeira opção uma nova prática crítica, aberta às redes e à utilização mais ‘progressista’ da margem de manobra do Brasil frente ao mundo (NOBRE, 2012; 2015) – ideia galvanizada por um horizonte otimista frente a uma modernização excludente. Em termos contrastantes, uma teoria que se quisesse crítica deveria levar em conta o ponto de vista/categoria de formação. Até porque ela permite entender a diferença brasileira não como um dado de cor local, mas como um elemento fundamental em meio processo social do sistema-mundo. Nessa referência, poderíamos tanto pensar a tendência internacional à luz da matéria brasileira, quanto a matéria brasileira iluminada pelo presente mundial.

Explorando outro ponto do argumento, é interessante notar que uma das objeções mais costumeiras ao que foi exposto é a ideia de que seriam posições catastrofistas, não deixando

espaço para a ação política e até mesmo para a resistência⁹⁴. Ora, em meio aos argumentos da chamada tradição crítica brasileira, não se viu a constituição de um *corpus* posições “economicistas” ou “estruturalistas”, o qual negava o fazer político e suas possibilidades de ruptura. A bem da verdade, viu-se justamente ao contrário, muitas vezes, como, para ficar com alguns exemplos, é o caso de Caio Prado Jr. e sua *Revolução Brasileira* ou Francisco de Oliveira e seu conjunto de textos entre os anos 1970-1990, os quais visavam repertoriar as invenções políticas existentes no Brasil, suas contradições e potencialidades (SANTOS, 2007).

Em poucas palavras, não se pretende dizer que a história está paralisada ou está fadada à eterna repetição, mas que um diagnóstico, por mais duro que seja, é essencial para saber em que hora histórica estamos, o que podemos aguardar do futuro e, por último, contribuir para a dissolução de ilusões abrindo caminho para a própria crítica.

⁹⁴ Uma das versões desta argumentação deu-se mesmo em debate na mesa sobre teoria crítica no Brasil, elaborada do 1º Encontro de Teoria Crítica e Filosofia Política da USP, salvo engano, pelos professores Marcos Nobre e Rurion Soares Melo, a quem agradeço as críticas e sugestões.

11.2 – Alguns críticos e críticas à formação.

O que se deve exigir do escritor antes de tudo, é certo sentimento íntimo, que o torne homem do seu tempo e do seu país, ainda quando trate de assuntos remotos no tempo e no espaço. Um notável crítico da França, analisando há tempos um escritor escocês, Masson, com muito acerto dizia que do mesmo modo que se podia ser bretão sem falar sempre de tojo, assim Masson era bem escocês, sem dizer palavra do cardo, e explicava o dito acrescentando que havia nele um scotticismo interior, diverso e melhor do que se fora apenas superficial.

Notícia da atual literatura brasileira: instinto de nacionalidade, **Machado de Assis**.

Pretendemos agora enfrentar, mesmo que rapidamente, algumas críticas feitas ao ponto de vista da formação. Como ressalta Arruda (2017), a partir dos anos 2000 uma série de críticas e reinterpretações deste ponto de vista - essencial à tradição crítica brasileira - passam a serem feitas. Elas podem ser encontradas, por exemplo, em Alcides (2011), Arruda (2017), Arruda e Villarino (2016), Baptista (2005), Rodrigues (2015), Lage (2016), Nobre (2012;2015) e Santiago (2014). Sem pretensão de ser exaustivo, passaremos por alguns pontos presentes nos autores a que se fez referência⁹⁵ e, posteriormente, procuraremos estabelecer um diálogo crítico com estes.

Sérgio Alcides (2011) procura enfatizar em seu artigo a existência dos termos “momentos decisivos” como algo não gratuito no título de *Formação da literatura brasileira*. Ressalta o *decisivo* da construção - em certa análise do discurso que faz dos prefácios de *Formação* e de outros textos de Candido, como “Literatura e cultura de 1900 a 1945” ou mesmo *O método crítico de Silvio Romero* -, cujo ponto de fuga seria uma urgência em constituir um *corpus* teórico o qual sedimentasse a experiência intelectual acumulada no Brasil por via literária, antes que a indústria cultural a removesse de cena e a destruísse. Além disso, por trás deste esforço haveria um desejo ou expectativa da constituição de um novo “momento decisivo”, o qual “revertesse uma tendência forte à desorganização dos esforços civilizacionais acumulados, com o seu conseqüente desperdício” (Ibid., p. 148). Referindo-se ao termo “momento”, Alcides vê-o quase como um elo de ligação entre os projetos intelectuais de Silvio Romero e Antonio Candido em ligarem literatura e nacionalidade. Procedimento nacionalista e que teria perdido sua razão de ser, juntamente com o ponto de vista formativo, em razão do atual estágio da globalização ou internacionalização do mundo, responsável pela perda de importância da dinâmica interna ao país.

Silviano Santiago (2014), por sua vez, seguindo uma análise que, em linhas gerais, lembra a de Alcides, ressalta que Candido e sua *Formação da literatura brasileira* teriam sido, a partir da segunda metade do século XX, essenciais para a formação de qualquer estudante de letras e humanidades no Brasil. Contudo, a partir de críticas embebidas em teorizações pós-coloniais, crítica a argumentação de Candido por esta ter sido uma espécie de vacina ocidentalizante responsável pela imunização da literatura e do pensamento nacional frente ao que era feito e pensado em outras ex-colônias portuguesas.

⁹⁵ Quanto a um autor como Abel Barros Baptista (2005) não nos demoraremos na discussão com ele. Basta indicar que o autor português vê erroneamente o livro *Formação da literatura brasileira* como uma teoria da literatura brasileira, logo carregada de grande normatividade, o que, como procuramos demonstrar, não ocorre, tratando-se muito mais de uma análise imanente das forças essenciais à constituição de um sistema literário no Brasil.

Mas como Santiago teria sido afetado pelo que chama da virose pós-colonial, não tendo sido protegido da vacina ocidental-nacionalista de Candido? A resposta, apesar de idas e vindas, aponta para uma tanto tradicional experiência profissional e educativa internacionalizada, passando pelo conhecimento de teóricos franceses, um doutoramento na França e aulas dadas no México. Tal período de aprendizado fora finalmente traduzido em método intertextual pelo autor, ao procurar em textos canônicos da época colonial e em textos mais modernos, metáforas carregadas de carga semânticas, as quais indicariam, num primeiro momento, manobras eficientes do colonizador e que depois seriam utilizadas com carga francamente anti-colonial. Nessa mesma toada, se poderia compreender a constituição da noção de “entre-lugar”, importante para relativizar categorias por demais estanques de originalidade e cópia, além de permitir, por via de uma leitura intertextual, inovações e variâncias. E de quebra ainda serviria para relativizar discursivamente outra dupla de categorias consideradas estanques: centro e periferia.

Subjacente a tais argumentos, está a ideia, próxima à de Alcides (2011) – apesar de ser mais reticente quanto à ideia de integração global do Brasil -, de que novas condições materiais passam a exigir outro conjunto de discursos e um novo paradigma para o país: o da inserção do Brasil no mundo globalizado. Ou melhor, como a nação agora é cosmopolita, seria urgente a inserção da literatura brasileira em contexto universal, possibilitando a revelação que problemas que antes tomados como locais tinham verdadeira dimensão internacional. Em outras palavras, a dinâmica interna do país deixaria de ser importante e, conseqüentemente, os discursos da formação se encontrariam esgotados.

Victor Coutinho Lage (2016), em certo sentido, também se aproximará do quadro conceitual utilizado por Alcides e Santiago, procurando reinterpretar as chamadas interpretações do Brasil a partir de um arcabouço teórico pós-colonial e mesmo pós-estruturalista. Chama a atenção no estudo de Lage a amplitude que a categoria de formação toma, abarcando autores como Raymundo Faoro, Oliveira Viana, Nelson Werneck Sodré até Antonio Candido e Florestan Fernandes. O que também se torna um problema, pois especificando-se pouco, a tentação por passar ao largo das diferenças dos autores é grande e incorre numa equalização não tão bem explicada entre eles. Tais intelectuais passam pelo crivo categorial de Foucault, Derrida e autores do que ficou conhecido como *Subaltern Studies*, interpretados a partir do que chama de traços linguísticos. Lage sugere que a literatura sobre formação incorreria em duas posturas: i) performances aporéticas, dado que teriam em si tanto perspectivas modernizantes, quanto críticas à própria modernização e ii) a indicação de ausências discursivas importantes, assentadas em narrativas decorrentes do processo

incompleto de passagem da colônia para a nação moderna, das desigualdades internas e da mobilização de parâmetros importados para análise nacional. Não obstante, o autor argumenta que lidas como obras contemporâneas, estas interpretações podem criar um lugar interpretativo potencial importante para a problematização da modernidade, desde que fossem abordados os elos entre as deformidades supostamente nacionais e o processo social global.

Já para Nobre (2012; 2015), entre as ditaduras de Getúlio Vargas (1937-1945) e a Militar (1964-1985), se estabeleceu uma vertente hegemônica no interior do campo mais amplo da versão democrática do projeto nacional-desenvolvimentista, cuja palavra de ordem era “formação”. O programa por trás desta expressão preveria a tentativa de vincular modernização e democracia, justiça social e modernidade, além de criticar a versão autoritária do projeto nacional-desenvolvimentista. De modo, portanto, a compatibilizar, a um só tempo, um desenvolvimento o mais autônomo possível - baseado em um mercado interno relevante, capaz de superar a nossa condição de subordinação - e uma modernização, entendida como combate aos diferentes arcaísmos. Entender-se-ia que na ausência dessas condições uma nação autônoma e uma democracia substantiva seriam impossíveis no Brasil.

Para Nobre, outro fator essencial para a consolidação do programa e da palavra de ordem em questão seria a Universidade. Em especial, se constituiria uma disciplina filosófica passível de construir uma autocompreensão moderna do país, capaz de identificar as raízes dos arcaísmos necessários de serem enfrentados. Esta forma de fazer filosofia teria como sua adversária um conjunto de filosofismos locais, baseados em uma concepção da atividade filosófica sem rigor conceitual ou como aparentada de outras disciplinas, como o direito e a teologia. Esta forma de pesquisa filosófica lastreada no que o autor chama de paradigma da “formação” teria ganho a disputa e passado a ser hegemônica. Além disso, fazia parte de um consórcio intelectual maior, no qual outras disciplinas e artes eram responsáveis por pensar o Brasil e sua modernização. Restaria estabelecer melhor o lugar da filosofia, fazendo com que ela não se limitasse a ensinar história da filosofia, mas conseguisse produzir um pensamento autônomo e próprio.

De todo modo, essa hegemonia, segundo Nobre, passou a ser completa pós-golpe de 1964, evento que tornaria necessário novos diagnósticos críticos, chamado por Nobre de momento reflexivo. Ele corresponderia aos textos *Crítica à razão dualista*, de Francisco de Oliveira, *Ao vencedor as batatas*, de Roberto Schwarz e *Trabalho e reflexão*, de José Arthur Giannotti. Os quais, cada um a seu modo, mostrariam o imbricamento necessário e real entre o “arcaico” e o “moderno”, no qual este último termo reporia o primeiro.

Não obstante, esse momento de maturidade filosófica teria coincidido com mudanças estruturais do capitalismo que inviabilizavam qualquer projeto nacional-desenvolvimentista, dependente de padrão tecnológico estável de produção nos países centrais - diagnóstico próximo ao de Cardoso e Faletto (2011) - além de pôr fim as possibilidades de financiamento. Em outras palavras, o que Nobre chama de paradigma formativo dependeria inextrincavelmente do nacional-desenvolvimentismo e seu projeto de país, pensado como unidade autônoma. Já nas condições pós-redemocratização e posteriores à reconfiguração do capitalismo internacional, segundo o autor, um “projeto de país” só poderia ser pensado partir de uma ampla luta social e política, dentro e fora do Estado, permeada por diferentes conflitos entre diversas constelações hegemônicas. Tal situação tornara, conseqüentemente, projeto e paradigma, inviáveis e caducos.

Com base nesse diagnóstico, o filósofo propõe, por assim dizer, outro projeto e outro paradigma. Os quais correspondem a uma nova lógica das redes, que se imporia como princípio de organização da produção material e cultural mundial. Mudando o vínculo tradicional entre “centro” e “periferia”:

Esse é o momento de reconhecer que o Brasil é hoje uma combinação de subordinação (a um capitalismo mundial bastante instável e desorganizado) e de inédita autonomia decisória (em que ao menos a margem de manobra é a mais ampla de que já se dispôs). De certa maneira, não somos a realização nem do sonho nem do pesadelo do projeto “nacional-desenvolvimentista”, mas uma combinação de ambos. Entretanto – e isso é decisivo –, a proporção em que se dá a cada vez a composição dos dois elementos não é mais obra primordial dos Estados, mas de alianças de diferentes forças políticas e econômicas que organizam em rede, nas quais os Estados não são um dos componentes. [...] O destravamento da inteligência e da crítica só virá com o reconhecimento de que um processo de “formação” se encerrou – ainda que não tenha se completado da maneira como esperava o paradigma. Iniciar uma nova etapa exige reconhecer que não mudou apenas o caminho. Mudou a pedra. Também na filosofia (NOBRE, 2012, p. 35).

Rodrigues (2015) entende, por sua vez, a categoria de formação como construção simbólica. Para o historiador, a categoria de formação utilizada pela historiografia nacional poderia ser comparada com o conceito de *bildung*, emprestado da filosofia alemã e dos romances de formação, ao modo de *Os anos de aprendizado de Wilhelm Meister*, de Goethe. Rodrigues argumenta que nos romances de formação é o sentido de uma vida que está em jogo, já para os historiadores brasileiros a individualidade ali tratada é a nação. Assim, Caio Prado Jr., Celso Furtado e Sérgio Buarque de Holanda sugeririam, em tempos até romanescos, a ideia de uma nação problemática e das suas possibilidades num futuro. A categoria de formação operada pelos autores apontaria para além de análise objetiva um modo específico de configuração da realidade histórica, ou melhor, ela deveria funcionar como uma “forma simbólica” manejada por intérpretes que buscavam dar coerência narrativa às suas concepções

de nacionalidade problemática. Ao final da exposição, Rodrigues aponta a diluição desta forma simbólica em prol de novas narrativas e autoridades disciplinares.

Já Arruda e Villarino (2016), ao também enfatizarem a dimensão simbólica da “formação”, irão se atentar mais ao trabalho de Antonio Candido e o interpretam a partir do prisma da arqueologia foucaultiana e da teoria do simbólico na linguagem de Lacan. O que os faz considerar a obra de Candido como um giro linguístico em meados do século XX, que prefiguraria, em ao menos duas décadas, o chamado *cultural turn*. Ainda de acordo com esta leitura, *Formação da literatura brasileira* seria um livro moldado pelo desejo de Antonio Candido, “que transformou o desejo de formação em objeto, sendo, por isso, uma ‘história do desejo desejado’” (ARRUDA e VILLARINO, 2016, p. 16).

Seguindo argumento de Salette Cara (2014), é possível ver ainda aqueles que tiram como lição essencial da formação uma espécie de celebração de nossa especificidade local ou de nossa brasilidade. Dentre estes, um exemplo destacado é o de José Miguel Wisnik. O autor, em seu *Veneno remédio* (2008), argumenta que Antonio Candido e sua obra conseguiriam trazer para o pensamento uspiano - por demais assentado numa ideia pessimista sobre o Brasil - certo elogio de nossa particularidade. Ao final do livro, o autor, argumenta que a formação “não poderia se dar apenas na literatura: o ser brasileiro pede minimamente - para se expor em sua extensão e intensidade - a literatura, o futebol e a música popular” (WISNIK, 2008, p. 405). Em termos mais normativos, a experiência brasileira poderia tanto ser interpretada em termos de veneno como de remédio.

Assim, esses polos negativo e positivo apareceriam em Caio Prado Jr. - analista de nosso atraso como veneno patológico - e Gilberto Freyre, - que destacaria a dimensão de remédio, em função da ambivalência da civilização mestiça e original gestada nos trópicos. De posse desta tipologia, Wisnik critica a produção de Paulo Arantes e Roberto Schwarz considerando o ponto de vista destes autores como por demais pessimista, devedores profundos do paradigma negativo de Prado Jr. Para tal, lança mão das partes finais do ensaio de Candido “Dialética da Malandragem”, em que o crítico literário argumenta que no Brasil a atitude de tolerância quase corrosiva e de uma acomodação geral que dissolve os extremos, abre caminho, em comparação com os Estados Unidos, puritano e punitivo, para uma atitude aberta e afim a um mundo democrático e emancipado (CANDIDO, 2010, p.46).

Sem ter a pretensão nem de ter esgotado o argumento dos autores acima apresentados e menos ainda de reponde-los sistematicamente, passaremos agora para algumas considerações

críticas de seus argumentos, além de, por último, lançarmos mão de uma certa visão sobre o ponto de vista da formação⁹⁶.

É possível que depreendamos do argumento de Wisnik (2008) um processo distinto do que ele mesmo propõe para que se compreenda de modo mais complexificado o Brasil. Ou seja, apesar de o autor argumentar que uma visão mais completa sobre o país conjugue tanto o positivo quanto o negativo - o remédio e o veneno - pode-se perceber que ele acentua a dimensão positiva. Isto porque ao eleger a nossa sociabilidade como necessariamente plástica e como possível via para um mundo mais democratizado, Wisnik desistoriciza a experiência social efetiva. Até porque, como ele mesmo argumenta - sem tirar todas as consequências - a dialética da malandragem pode e é reaproveitada de modo bárbaro no Brasil e no mundo. Portanto, certo culturalismo pode contribuir para mascarar os conflitos presentes no processo sócio-histórico contribuindo, como sugere Cara (2014), para um horizonte de conciliação de classes e de integração acrítica no mundo globalizado.

Ademais, esse elogio de nossas particularidades culturais ou nacionais potencializa processos regressivos importantes. De forma mais destacada, essa celebração do particular perante o universal pode levar não a uma crítica da modernidade, mas conforme argumento de Chibber (2013), reproduzir, de modo invertido, as piores instâncias e procedimentos da mitologia orientalista. Isto é, nessa ênfase pode-se notar a restauração de uma visão exótica da periferia do capitalismo em geral e do Brasil em particular⁹⁷. Podemos perceber, nessa referência, uma tensão interna ao esquema argumentativo de Lage (2016), dado que ao mesmo tempo em que serve-se do arcabouço conceitual pós-colonial e concorda com a potencialidade da tradição crítica brasileira, deixa de lado diferenças importantes entre ambos. Isso porque se estes perseguem a especificidade nacional, fazem-no com o intuito de vê-la em meio ao processo social mundial do capitalismo; aqueles, em contraste, louvam o específico e o local, impedindo o estabelecimento dos nexos críticos próprios da relação entre centro e periferia mundial.

Inspirando-nos nos argumentos de Otília Arantes (1997a; 1997b) e Cara (2014), podemos argumentar que a nossa “diferença” cultural em suas mais diversas manifestações entra como mais uma mercadoria no mundo globalizado. Otília Arantes defende, em especial, que ao se transplantar a arquitetura nova - dotada, em sua origem, de pressupostos materiais os

⁹⁶ Autores como Santiago (2014), Alcides (2011), Baptista (2005) ao tentarem fazer uma crítica à *formação* ignoram, em boa medida, uma série de autores devedores deste ponto de vista, enfatizando ou, apenas trabalhando com a obra de Candido.

⁹⁷ Devo a referência ao Professor Bernardo Ricupero (2018) e às suas pesquisas sobre projeto ideológico da Antropofagia.

mais avançados do mundo capitalista - para cá e esta ter dado um salto qualitativo mundialmente reconhecido, ficaria indicado a falência da ideologia arquitetônica mundial. Dado que ela, em linha gerais, prometia, por meio da racionalização e funcionalização das formas, e, portanto, dos projetos e obras, certa fé nas virtualidades democráticas da produção em massa (PEDROSA, 2004), colocando na ordem do dia uma vida transparente quanto as suas potencialidades e necessidades, ou seja, uma vida emancipada (Cf. LE CORBUSIER, 2004) (Cf. XAVIER, 2003).

O transplante na periferia brasileira geraria um verdadeiro desencontro entre doutrina e pressupostos sociais, o qual revelaria algo não percebido no centro capitalista: que a arquitetura nova e seu desenvolvimento poderia não passar de um jogo abstrato de formas ligado ao movimento do capital. Todavia, bem ou mal, a tradição modernista nacional sempre alimentou a fantasia de estar na vanguarda da integração das classes populares na construção nacional. Com a mundialização radical do capital, essa utopia fora relegada aos museus das ideologias passadas. Mesmo assim, o arquivo morto arquitetônico passaria a ser incorporado à ideologia do caráter nacional brasileiro, num movimento de sublimação cultural do retrocesso civilizacional.

Na mesma toada, é lícito perceber nos argumentos de Nobre (2012), Santiago (2014) e, em menor potência, Alcides (2011), uma ideia força de integração do Brasil no mundo, seja por meio de redes, seja por uma inserção cosmopolita incerta. Não obstante, vemos alguns problemas nesta argumentação. Apesar de embocaduras teóricas e epistêmicas distintas, os diagnósticos de época expostos pelos três autores aproximam-se consideravelmente entre si e com a interpretação desenvolvida por Fernando Henrique Cardoso dos anos de 1960 em diante. Nestes, Cardoso (1967;1971;1972;2011) propunha a ideia de que houveram mudanças estruturais no capitalismo internacional, levando a um abandono necessário de projetos voltados para a integração dos países periféricos como nações autônomas, economicamente independentes, socialmente coesas e modernas sob hegemonia da burguesia nacional⁹⁸. Num terreno comum, Alcides, Nobre e Santiago, veem como saída necessária para o pensamento e para o Brasil a sua inserção nas redes e nas cadeias produtivas das ideias.

⁹⁸ Afirma Cardoso no “Prefácio à nova edição” de *Dependência e desenvolvimento na América Latina*: “Em conjunto, o novo sistema de aliança impulsionaria o desenvolvimento econômico e não levaria a região à estagnação. Isso sem esquecer de salientar que este tipo de desenvolvimento, ou de crescimento econômico, é desigual e assimétrico, entre os países e no interior de cada país. Com a evolução do processo de globalização a própria noção de centro e periferia passa a ser menos útil, à medida que as interconexões se dão por fluxos que saltam fronteiras nacionais. Começa a haver uma espécie de integração planetária que junta as ilhas de prosperidade dos diversos países, homogeneizando-as e as tornando distantes do restante do país. Ninguém melhor do que Manuel Castells, que no livro *A era da informação* analisa este processo” (CARDOSO, 2011, p. 11-12).

Ora, salta aos olhos também a associação entre formação e desenvolvimentismo ser dada de saída e de modo simplificado. Segundo nosso ponto de vista – baseado em Schwarz (2014) e Cevasco (2014) - o período anterior ao golpe de 1964 até pelo menos a promulgação do Ato Institucional número cinco (AI-5) - compreende um momento histórico de rara desprovincianização intelectual e agitação política à esquerda. O qual corresponde a um momento histórico conhecido como desenvolvimentista, no qual armou-se um imaginário social novo, que está relacionado, mas não é sinônimo com o ponto de vista da formação. Isto é, a não realização das promessas de desenvolvimento integrado não invalidam aquilo que fora pensado a partir da *formação*, antes a exigem. Mesmo autores, como Prado Jr. e Celso Furtado, que escreveram suas obras com o intuito de levar a bom termo a construção nacional, formularam uma análise imanente da realidade brasileira, em que enfatizam a condição periférica do país. De sorte que abandonar seus ensinamentos como se pudéssemos passar a ser, sem maiores problemas, cidadãos do mundo levaria a um cosmopolitismo meramente abstrato.

Nesse sentido, é preciso enfatizar novamente que o Brasil desde o seu “início” é essencialmente moderno, fruto de expansão ultramarina comercial e peça necessária da acumulação primitiva e da industrialização europeia. Posição periférica em meio ao concerto das nações, a qual, não transformou-se suficientemente. Além disso, em plano mais imediato, é possível argumentar que tal programa de integração do Brasil no mundo já foi posto em prática, principalmente com os governos Fernando Henrique Cardoso. Seu resultado efetivo seria um processo de empobrecimento, desclassificação social e regressões democráticas contrárias mesmo ao programa de integração nacional e seu projeto.

Quanto à dimensão simbólica, acentuada por Arrunda, Villarino e Rodrigues, é interessante perceber que procuram, de modo distintos, escandir nas obras da *formação* quase que apenas as escolhas infra-rationais de seus autores⁹⁹. Com efeito, o ponto de vista formativo seria uma forma possível, dentre outras, baseadas em variadas narrativas que buscariam configurar a realidade histórica brasileira. Em sentido oposto, defendo que as análises empreendidas pelos ensaístas tratados nesta dissertação efetuavam uma crítica imanente da realidade, aprendendo as determinações essenciais desta e suas potencialidades de mudança.

Ademais, caso fosse uma escolha narrativa possível a respeito da história brasileira, quais seriam os nexos que permitiriam que esta fosse a *doxa* dominante do pensamento

⁹⁹ Quanto a esta designação a emprestamos da crítica feita por Gérard Lebrun (1988) a Hegel em o *Avesso da dialética*; seguindo alguns ensinamentos de Nietzsche, o filósofo francês volta seu martelo para as escolhas infra-rationais do discurso hegeliano, procurando mostrar por este caminho que o discurso do filósofo alemão não manteria a promessa da imanência.

nacional? É interessante que não expliquem tal difusão. Rodrigues (2015), por seu turno, chega mesmo a afirmar que esta forma de narração não teria objetividade científica. O autor, em compensação, já possui, de antemão, um paradigma objetivo e científico claro, algo que tornaria a busca por outros paradigmas e autoridade disciplinares - ponto de fuga caro ao seu texto - uma tarefa sem fundamento claro. O que nos leva a acreditar que mais produtivo seria não emprestar categorização alheia para melhor entender e criticar a tradição crítica brasileira, mas aproveitar o pensamento desta linhagem para se pensar e passar pela crivo da experiência efetiva as categorias importadas (Cf. ARANTES, 1990; 1991) (SCHWARZ, 2014b, p. 61).

Chegando ao término do esforço expositivo desta dissertação, poder-se-ia responder de modo positivo à indagação inicial sobre a existência de um potencial crítico do ponto de vista da *formação*. Ao nosso ver, ele aparece em duas dimensões distintas, apesar de complementares: i) a categoria seria de suma importância para pensar e organizar o próprio pensamento político e social brasileiro; ii) mesmo que não tenha sido acompanhada do tão esperado término da construção nacional, como queria Celso Furtado, a categoria de *formação* ainda se constitui um ponto de vista privilegiado para a crítica da experiência brasileira.

É preciso lembrar que os autores explorados em nosso texto pensariam suas respectivas formações na chave da passagem da Colônia para a Nação, ou de uma situação de heteronomia para uma situação de autonomia. Nas respectivas formações – sendo necessário ressaltar as diferenças entre as áreas tratadas - ela se completaria com a literatura, analisada por Candido, e até mesmo com as artes plásticas, tratadas por Gilda de Mello e Souza, mas não com a nação em Prado Jr. e com o mercado interno integrado, em Celso Furtado. Portanto, o ponto de fuga nos dois últimos autores seria, como gostaria Schwarz (2014), impregnado de valor e muito ligado à realidade vivida. Já Candido seria mais sóbrio, até porque a formação que lhe interessa já se completou – aliás, completou-se antes da abolição da escravidão. De todo modo, é importante notar que boa parte do que há de melhor em nossa tradição crítica teve a categoria de formação como central nas suas formulações, o que leva a pensar que sem esta categoria se perderia de vista um tema fundamental do pensamento político e social brasileiro.

Viu-se ainda em nosso trabalho que uma outra formação se deu, mas esta no plano das formas – não mudando de fato o destino do país como nação. Mais especificamente, com Machado de Assis e seu narrador caprichosamente volúvel, segundo Schwarz, tornou a má formação nacional mola propulsora da construção formal de seus romances de maturidade. Algo próximo se deu no cinema, com Glauber Rocha, segundo Xavier, e nas artes plásticas, a partir de Debret e artistas modernistas brasileiros, à maneira de Mira Schendel e Amilcar de Castro, de acordo como Rodrigo Naves.

É evidente que as realizações não estão no mesmo patamar e nem podem ser comparadas como se lidássemos com números em um balancete de pagamentos, mas, de modos diferentes, essas formalizações tiveram que se ver com a má formação brasileira. Nessa referência, as formalizações artísticas operadas nos diferentes objetos de estudos constituem, em primeiro plano, uma crítica ao que era tomado como pressuposto formal no centro do capitalismo e, numa segunda dimensão, operam uma crítica aos próprios pressupostos do capitalismo.

Mas, com a *brasilianização* do mundo como ficariam as potencialidades da categoria de formação? O primeiro aspecto não sofreria alterações, em razão de se tratar principalmente da organização e entendimento do pensamento político e social brasileiro. Já a segunda possibilidade deveria, à primeira vista, ser deixado de lado, chegando-se finalmente a um pensamento cosmopolita. Na realidade, dá-se justamente o contrário: *uma teoria que se quiser crítica, principalmente feita nesse lado do mundo, deverá levar em conta o ponto de vista da formação*. Caso contrário, pagará o preço da abstração e da imaterialidade da crítica, o que a poderia tornar irrelevante no fim das contas.

Referências bibliográficas.

- ABILIO, Ludmila Costhek. **O make up do trabalho:** uma empresa e um milhão de revendedores de cosméticos. 2011. 308 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciências Sociais, Ciências Sociais, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.
- ABILIO, Ludmila Costhek. Uberização do trabalho: subsunção real da viração. **Blog da Boitempo.** São Paulo, p. 1-13. fev. 2017. Disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/2017/02/22/uberizacao-do-trabalho-subsuncao-real-da-viracao/>>. Acesso em: 01 mar. 2017.
- ADORNO, Theodor W. Contribución a la doctrina de las ideologias. In: ADORNO, Theodor W. **Escritos sociológicos I:** obra completa 8. Madrid: Akal, 2004. p. 427-447.
- ADORNO, Theodor W.. **Filosofia da Nova Música.** 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2011. (Estudos).
- ADORNO, Theodor W.. **Introdução à sociologia da música.** São Paulo: Editora Unesp, 2011.
- ADORNO, Theodor W.. **Teoria Estética.** Lisboa: Edições 70, 1970.
- ADORNO, Theodor W.. **Três estudos sobre Hegel.** São Paulo: Editora Unesp, 2013.
- ADORNO, Theodor W.. Ideias para uma sociologia da música. In: ADORNO, Theodor W. et al. **Textos escolhidos:** Os pensadores. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983. p. 259-269.
- ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. **A dialética do esclarecimento:** fragmentos filosóficos. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.
- ALCIDES, Sérgio. O momentâneo da 'Formação'. **O Eixo e A Roda,** Belo Horizonte, v. 20, n. 1, p.141-154, jun. 2011.
- ALMEIDA, Jorge de. Pressupostos, salvo engano, dos pressupostos, salvo engano. In: CEVASCO, Maria Elisa; OHATA, Milton. **Um crítico na periferia do capitalismo:** reflexões sobre a obra de Roberto Schwarz. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p. 44-54.
- ALVES, Luis Alberto. **A formação em perspectiva:** ensaios de literatura, cultural e sociedade. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2015.
- AMARAL, Aracy. **Artes plásticas na semana de 22.** São Paulo: Editora 34, 2010.
- ANDERSON, Perry. **Considerações sobre o marxismo ocidental.** São Paulo: Boitempo, 2004.
- ARANTES, Otilia. **Mário Pedrosa:** itinerário crítico. São Paulo: Cosac Naify, 2004.
- ARANTES, Otilia. Notas sobre o método crítico de Gilda de Mello e Souza. **Estudos Avançados,** São Paulo, v. 20, n. 56, p.311-324, abr. 2006.
- ARANTES, Paulo Eduardo. **O fio da meada:** uma conversa e quatro entrevistas sobre Filosofia e vida nacional. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1996.
- ARANTES, Paulo Eduardo. **O novo tempo do mundo e outros estudos sobre a era da emergência.** São Paulo: Boitempo, 2014.

- ARANTES, Paulo Eduardo. **Ressentimento da dialética**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- ARANTES, Paulo Eduardo. **Sentimento da dialética na experiência brasileira**: dialética e dualidade segundo Antonio Candido e Roberto Schwarz. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1992.
- ARANTES, Paulo Eduardo. **Um departamento francês de ultramar**: estudos sobre a formação da cultural filosófica uspiana (uma experiência dos anos 60). São Paulo: Editora Paz e Terra, 1994.
- ARANTES, Paulo Eduardo. **Zero à esquerda**. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2004.
- ARANTES, Paulo Eduardo; ARANTES, Otilia. **Sentido da Formação**: três estudos sobre Antonio Candido, Gilda de Mello e Souza e Lúcio Costa.. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1997.
- ARANTES, Paulo Eduardo; ARANTES, Otilia. O sentido da formação hoje. **Praga**, São Paulo, n. 4, p.95-109, dez. 1997.
- ARANTES, Paulo. **O novo tempo do mundo**: e outros estudos sobre a era da emergência. São Paulo: Boitempo, 2014.
- ARANTES, Paulo. Ajuste intelectual. In: HADDAD, Fernando. **Desorganizando o consenso**: nove entrevistas com intelectuais à esquerda. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 9-15.
- ARANTES, Paulo. Ideologia francesa, opinião brasileira. **Novos Estudos**, São Paulo, v. 3, n. 28, p.149-161, out. 1991.
- ARANTES, Pedro Fiori. Apresentação. In: FERRO, Sérgio. **Arquitetura e trabalho livre**. São Paulo: Cosac Naify, 2006. p. 9-33.
- ARANTES, Pedro. **Arquitetura nova**: Sérgio Ferro, Flávio Império e Rodrigo Lefèvre, de Artigas aos mutirões. 3. ed. São Paulo: Editora 34, 2011.
- ARGAN, Giulio Carlo. **A arte moderna**: de Horgarth a Picasso. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- ARGAN, Giulio Carlo. **Arte moderna**: dos Iluminismo aos movimentos contemporâneos. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- ARGAN, Giulio Carlo. **História da arte como história da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1988.
- ARICÓ, José. **Marx e a América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. El concepto de formación en tiempos críticos: esbozo de reflexion. **Sociológica**, Cidade do México, v. 1, n. 90, p.47-68, abr. 2017.
- ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. Pensamento brasileiro e sociologia da cultura: questões de interpretação. **Tempo Social**, São Paulo, v. 16, n. 1, p.107-118, jun. 2004.
- ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento; VILLARINO, Vizin Leandro. O conceito de formação em tempos críticos: esboços de reflexão. **Anais do 40º encontro anual da ANPOCS**, 2016, p. 1-30. Disponível em: <http://www.anpocs.com/index.php/encontros/papers/40-encontro-anual-da-anpocs/st-10/st22-6/10363-o-conceito-de-formacao-em-tempos-criticos-esboco-de-reflexao/file>. Acesso em: 15 de junho de 2018.

- ASSIS, José Maria Machado de. Notícia da atual literatura brasileira: instinto de nacionalidade. In: ASSIS, José Maria Machado de. **Machado de Assis: obra completa completa em quatro volumes**, vol. III. São Paulo: Editora Nova Aguilar, 2015. p. 1177-1184.
- ASSIS, José Maria Machado de. O punhal de martinha: 05/08/1894. In: ASSIS, José Maria Machado de. **Machado de Assis: obra completa completa em quatro volumes**, vol. IV. São Paulo: Nova Aguilar, 2015. p. 1017-1019.
- AUERBACH, Erich. **Mimesis: a representação da realidade na literatura ocidental**. 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 2013.
- BALZAC, Honoré de. **A comédia humana: estudos de costumes: cenas da vida privada**. 3. ed. São Paulo: Globo, 2012.
- BAPTISTA, Abel Barros. O cânone como formação: a teoria literatura brasileira de Antonio Candido. In: BAPTISTA, Abel Barros. **O livro agreste: ensaio de curso de literatura brasileira**. Campinas: Editora Unicamp, 2005, p. 41-80.
- BATISTA, Marta R.. **Os artistas brasileiros na Escola de Paris: anos 1920**. São Paulo: Editora 34, 2012.
- BAZIN, André. **O que é cinema**. São Paulo: Cosac Naify, 2014.
- BECK, Ulrich. **O que é globalização? Equívocos do globalismo: respostas à globalização**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- BECK, Ulrich. **Sociedade de risco: rumo a outra modernidade**. São Paulo: Editora 34, 2011.
- BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. Obras escolhidas, vol. 1. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 2011.
- BERLIN, Isaiah. **Pensadores Russos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- BERLIN, Isaiah. Tolstói e o Iluminismo. In: BERLIN, Isaiah; HARDY, Henry; KELLY, Aileen. **Pensadores Russos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. p. 241-261. Tradução de Carlos Eugênio Marcondes de Moura.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo. **O pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. 5. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.
- BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Éve. **O novo espírito do capitalismo**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
- BOSI, Alfredo. O Significado de Raízes do Brasil. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 9-21.
- BOTELHO, André. Teoria e história na sociologia brasileira: a crítica de Maria Sylvia de Carvalho Franco. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, São Paulo, n. 90, p.331-366, dez. 2013.
- BOURDIEU, Pierre. Les conditions sociales de la circulation internationale des idées. Actes de la Recherche en Sciences Sociales, v. 145, n. 1, p. 3-8.
- BOURDIEU, Pierre. **Questions de sociologie**. Paris: Les éditions de Minuit, 2013.

BRANDÃO, Gildo Marçal. Linhagens do Pensamento Político Brasileiro. **Dados - Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 48, n. 2, p.231-269, 2005.

BRANDÃO, Gildo Marçal. **A esquerda positiva**: as duas almas do Partido Comunista - 1920/1964. São Paulo: Hucitec, 1997.

BRAUDEL, Fernando. No Brasil: dois livros de Caio Prado Júnior. **Praga**, São Paulo, n. 8, p.131-139, ago. 1999.

BRITO, Ronaldo. **Experiência crítica**. São Paulo: Cosac Naify, 2005.

BÜRGER, Peter. **Teoria da vanguarda**. São Paulo: Cosac Naify, 2008.

CAMARGO, Sílvio. Os primeiros anos da 'Escola de Frankfurt' no Brasil. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, São Paulo, n. 91, p.105-133, abr. 2014.

CAMPOS, Haroldo de. **O sequestro do barroco na formação da literatura brasileira**: o caso de Gregório de Mattos. 2. ed. Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado, 1989.

CANDIDO, Antonio. **A educação pela noite**. 6. ed. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2011.

CANDIDO, Antonio. **Formação da literatura brasileira**: momentos decisivos, 1750 - 1880. 14. ed. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2013.

CANDIDO, Antonio. **Iniciação à literatura brasileira**. 6. ed. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2010.

CANDIDO, Antonio. **Literatura e Sociedade**: estudos de Teoria e História Literária. 12. ed. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2011.

CANDIDO, Antonio. **Na sala de aula**: caderno de análise literária. 5. ed. São Paulo: Atica Editora, 1998.

CANDIDO, Antonio. **O método crítico de Silvio Romero**. 4. ed. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2006.

CANDIDO, Antonio. **O romantismo no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Humanitas, 2012.

CANDIDO, Antonio. **Textos de intervenção**. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2002.

CANDIDO, Antonio. **Vários escritos**. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2011.

CANDIDO, Antonio. A cultura do contra. **Folha de São Paulo: Folhetim**. São Paulo, p. 8-9. 07 maio 1978.

CANDIDO, Antonio. Depoimento sobre Clima. **Discurso**, São Paulo, v. 1, n. 8, p.183-193, maio 1978.

CANDIDO, Antonio. Informe político. In: CALIL, Carlos Augusto; MACHADO, Maria Teresa. **Paulo Emilio**: Um intelectual na linha de frente. São Paulo: Embrafilme; Brasiliense, 1986. p. 55-72.

CANDIDO, Antonio. O significado de 'Raízes do Brasil'. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. p. 9-23.

CARDOSO, Ciro Flamarion. Sobre los modos de producción colonias de América. In: ASSADOURIAN, C. S. *et alli*. **Modos de producción en América Latina**. Buenos Aires: Cuadernos de Passado y Presente, 1973, p. 135-159.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Capitalismo e escravidão no Brasil meridional: o negro da sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul**. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Empresário industrial e desenvolvimento econômico**. 2. ed. São Paulo: Difel, 1972.

CARDOSO, Fernando Henrique. Hegemonia Burguesa e Independência Econômica. **Revista Civilização Brasileira**, v.17, n.1, 1967, p. 67-95.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Política e desenvolvimento em sociedades dependentes: ideologias do empresariado industrial Argentino e Brasileiro**. São Paulo: Zahar Editores, 1971.

CARDOSO, Fernando Henrique. Uma pesquisa impactante. In: BASTIDE, Roger; FERNANDES, Florestan. **Branco e negro em São Paulo: ensaio sociológico sobre aspectos da formação, manifestações atuais e efeitos do preconceito de cor na cidade de São Paulo**. 4. ed. São Paulo: Global, 2008. p. 9-17.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. **Desenvolvimento e dependência na América Latina: ensaio de interpretação sociológica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2016.

CASTRO, Eduardo Viveiros de. **A inconstância da alma selvagem: e outros ensaios de antropologia**. São Paulo: Cosac & Naify, 2011.

CAZES, Pedro Faria. **A sociologia histórica de Maria Sylvia de Carvalho Franco: pessoalização, capitalismo e processo social**. 2013. 178 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Sociologia e Antropologia, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais/ Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

CEPÊDA, Vera Alves. “O pensamento político de Celso Furtado: desenvolvimento e democracia”. In: BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; REGO, José Marcio. **A grande esperança em Celso Furtado: ensaios em homenagem aos seus 80 anos**. São Paulo: Editora 34, 2001, p. 167-185.

CEVASCO, Maria Elisa. Ainda a formação. In: ALVES, Luis Alberto. **A formação em perspectiva: ensaios de literatura, cultural e sociedade**. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2015. p. 275-303.

CEVASCO, Maria Elisa. O avesso do atraso: notas sobre Roberto Schwarz. **Terceira Margem**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, p.9-27, dez. 2007.

CEVASCO, Maria Elisa; OHATA, Milton. **Um crítico na periferia do capitalismo: reflexões sobre a obra de Roberto Schwarz**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

CHAUÍ, Marinela. A dignidade do feminino. In: MICELI, Sergio; MATTOS, Franklin de. **Gilda: a paixão pela forma**. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2007. p. 23-51.

CHIAPPINI, Ligia. Os equívocos da crítica a Formação. In: D'INCAO, Maria Angela; SCARAMBÔTOLO, Eloísa Faria. **Dentro do texto, dentro da vida: ensaios sobre Antonio Candido**. São Paulo: Companhia das Letras; Instituto Moreira Salles, 1992. p. 170-181.

COSTA, João Cruz. **Contribuição à História das idéias no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

COUTINHO, Afrânio. **Conceito de literatura brasileira**. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1960.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Cultura e sociedade no Brasil: ensaios sobre ideias e formas**. 4. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

COUTINHO, Carlos Nelson. A hegemonia da pequena política. In: OLIVEIRA, Francisco de; BRAGA, Ruy; RIZEK, Cibele. **Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira**. São Paulo: Boitempo, 2010. p. 29-43.

COUTINHO, Carlos Nelson. Cultura brasileira: um intimismo deslocado, à sombra do poder. **Cadernos de Debate**, São Paulo, v. 1, n. 1, p.65-67, dez. 1976.

COUTINHO, Carlos Nelson. Uma via não-clássica para o capitalismo. In: D'INCAO, Maria Angela. **História e ideal: Ensaio sobre Caio Prado Jr.** São Paulo: Brasiliense; Unesp, 1989. p. 115-133.

COUTY, Louis. **L'esclavage au Brésil**. Paris: Guillaumin Et Cia Libraires, 1881. Disponível em:

<<https://ia601407.us.archive.org/34/items/lesclavageaubrs00coutgoog/lesclavageaubrs00coutgoog.pdf>>. Acesso em: 02 jun. 2016.

CURTIUS, Ernest Robert. **Literatura européia e idade média latina**. 2. ed. Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1979.

DANOWSKI, Débora; CASTRO, Eduardo Viveiros de. **Há mundo por vir?: Ensaio sobre os medos e os fins**. Desterro: Cultura e Barbárie - Instituto Socioambiental, 2014.

DIAS, Maria Odila Leite de Silva. Impasses do inorgâncio. In: D'INCAO, Maria Angela. **História e ideal: Ensaio sobre Caio Prado Jr.** São Paulo: Brasiliense; Unesp, 1989. p. 377-407.

DIDEROT, Denis. **Textos escolhidos**. São Paulo: Abril Cultural, 1985. (Os pensadores).

DUARTE, Rodrigo. Apresentação à edição brasileira. In: ADORNO, Theodor W.. **As estrelas descem à Terra: a coluna de astrologia do Los Angeles Times: um estudo sobre a superstição secundária**. São Paulo: Editora Unesp, 2008. p. 11-29.

EISENSTEIN, Sergei. **A forma do filme**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

ERNESTO, Laclau; MOUFFE, Chantal. **Hegemony and socialist strategy: towards a radical democratic politics**. 2. ed. London: Verso Books, 2001.

ESTRADA, Henrique Rodrigues. O conceito de formação na historiografia brasileira. In: MEDEIROS, Bruno Franco et al. **Teoria e historiografia: debates contemporâneos**. Jundiaí: Paco Editorial, 2015. p. 253-277.

- FAORO, Raymundo. **A república inacabada**. São Paulo: Globo, 2007.
- FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. São Paulo: Globo, 2012.
- FAUSTO, Ruy. **Sentido da dialética: Marx: lógica e política**. Petrópolis: Vozes, 2015.
- FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. 5. ed. São Paulo: Globo, 2005.
- FERNANDES, Florestan. Orelha de livro. In: CARDOSO, Fernando Henrique. **Empresário industrial e desenvolvimento econômico**. 2. ed. São Paulo: Difel, 1972.
- FERREIRA, Gabriela Nunes. **Centralização e descentralização no Império: O debate Tavares Bastos e Visconde do Uruguai**. São Paulo: Editora 34, 1999.
- FERRO, Sérgio. **Arquitetura e trabalho livre**. São Paulo: Cosac Naify, 2006.
- FERRO, Sérgio. **Michelangelo: Arquiteto e escultor da Capela dos Médici**. São Paulo: Wmf Martins Fontes, 2016.
- FRANCO, Maria Sylvia Carvalho. As ideias estão no lugar. **Cadernos de Debate**, São Paulo, v. 1, n. 1, p.61-64, dez. 1976.
- FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. **Homens livres na ordem escravocrata**. 4. ed. São Paulo: Editora Unesp, 1997.
- FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime patriarcal**. 52. ed. São Paulo: Global, 2013.
- FURTADO, Celso. **Economia colonial no Brasil nos séculos XVI e XVII**. São Paulo: Hucitec; Alphe, 2001.
- FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 25. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1995.
- GALVÃO, Walnice Nogueira. Um percurso intelectual. In: MICELI, Sergio; MATTOS, Franklin de. **Gilda: a paixão pela forma**. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2007. p. 51-71.
- GERAS, Norman. Essência e aparência: aspectos da análise da mercadoria em Marx. In: COHN, Gabriel. **Sociologia: para ler os clássicos**. Rio de Janeiro: Azougue, 2005. p. 189-223.
- GERAS, Norman. Essência e aparência: aspectos da análise da mercadoria em Marx. In: COHN, Gabriel. **Sociologia: para ler os clássicos**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1977. p. 259-282.
- GIANNOTTI, José Arthur. **Marx: vida e obra**. São Paulo: L&pm, 2000.
- GIANNOTTI, José Arthur. Contra Althusser. In: GIANNOTTI, José Arthur. **Exercícios de filosofia**. Petrópolis; São Paulo: Vozes; Cebrap, 1980. p. 85-103.
- GOMBRICH, Ernest. **Arte e ilusão**. São Paulo: Martins Fontes, 1986.
- GOMES, Paulo Emílio Salles. **Cinema: trajetória do subdesenvolvimento**. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

GOMES, Paulo Emílio Salles. “Declaração”; “Comentário”; “Plataforma da nova geração”; “Manifesto da União Democrática Socialista (UDS)”. In: CALIL, Carlos Augusto; MACHADO, Maria Teresa. **Paulo Emílio: um intelectual na linha de frente**. São Paulo: Brasiliense; Rio de Janeiro: EMBRAFILME, 1986, p. 72-96.

GONÇALVES, Rodrigo Santaella; BRITO, Leonardo Octavio Belinelli de. 'Nacionalização' do marxismo: os casos do Seminário d'O Capital e do grupo Comuna. **Outubro**, Campinas, v. 28, n. 1, p.53-80, abr. 2017.

GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial**. 5. ed. São Paulo: Ática, 1988.

GORENDER, Jacob. Do pecado original ao desastre de 1964. In: D'INCAO, Maria Angela. **História e ideal: Ensaio sobre Caio Prado Jr.** São Paulo: Brasiliense; Unesp, 1989. p. 259-271.

GRAMSCI, Antonio. A questão meridional: 1926. In: GRAMSCI, Antonio. **Escritos Políticos**: vol. II. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. p. 403-437.

GRAMSCI, Antonio. Caderno 19: Risorgimento italiano. In: GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**: vol. v. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. p. 11-129.

GRESPLAN, Jorge. A dialética do avesso. **Crítica Marxista**, Campinas, v. 1, n. 14, p.26-47, jul. 2002.

HABERMAS, Jürgen. **Técnica e ciência como 'ideologia'**. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

HABERMAS, Jürgen. A nova obscuridade: a crise do estado de bem-estar social e o esgotamento de energias utópicas. In: HABERMAS, Jürgen; OBSCURIDADE, A Nova. **Pequenos escritos políticos V**. São Paulo: Editora Unesp, 2015. p. 207-239.

HADDAD, Fernando. **Desorganizando o consenso: nove entrevistas com intelectuais à esquerda**. Petrópolis: Vozes, 1998.

HARVEY, David. **A condições pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 2017.

HARVEY, David. **Cidades rebeldes**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **A Razão na história: uma introdução geral à filosofia da história**. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2001.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **Ciência da lógica: (excertos)**. São Paulo: Barcarolla, 2011.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **Fenomenologia do espírito**. 7. ed. Petrópolis; Bragança Paulista: Vozes; Editora Universitária São Francisco, 2012.

HIRANO, Sedi. A face pré-capitalista. In: D'INCAO, Maria Angela. **História e ideal: Ensaio sobre Caio Prado Jr.** São Paulo: Brasiliense; Unesp, 1989. p. 245-259.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOLLANDA, Chico Buarque de. **Estorvo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

HOMERO. **Odisseia**. São Paulo: Editora 34, 2013.

- HÖFFE, Otfried. **Immanuel Kant**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- JACKSON, Luis Carlos. **A tradição esquecida: os parceiros do Rio Bonito e a Sociologia de Antonio Candido**. São Paulo; Belo Horizonte: Fapesp; Editora UFMG, 2002.
- JAMESON, Fredric. **Brecht e a questão do método**. São Paulo: Cosac Naify, 2013.
- JAMESON, Fredric. **Marxismo e forma: teorias dialéticas da Literatura no século XX**. São Paulo: Editora Hucitec, 1985.
- JAMESON, Fredric. **Pós - modernismo: a lógica cultura do capitalismo tardio**. 2. ed. São Paulo: Ática, 2007.
- KANT, Immanuel. **Crítica da razão pura**. 2. ed. Petrópolis; Bragança Paulista: Vozes; Editora Universitária São Francisco, 2013.
- KANT, Immanuel. **Ruma à paz perpétua**. São Paulo: Ícone, 2010.
- KAYSEL, André. **Dois encontros entre marxismo e América Latina**. São Paulo: Hucitec; Anpocs; Fapesp, 2012.
- KONDER, Leandro. Orelha de livro. In: SCHWARZ, Roberto. **A Sereia e o desconfiado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1965.
- LACLAU, Ernesto. Feudalismo y capitalismo en America Latina. In: LACLAU, Ernesto. **Política e ideologia en la teoria marxista: capitalismo, facismo, populismo**. México D.f.: Siglo Veintiuno Editores, 1978. p. 10-52.
- LAFETÁ, João Luiz. **A Dimensão da Noite**. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2004.
- LAGE, Victor Coutinho. **Interpretations of Brazil, Contemporary (De)Formations**. 2016. 612 f. Tese (Doutorado) - Curso de Relações Internacionais, Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.
- LAHUERTA, Milton. Marxismo e vida acadêmica: os pressupostos intelectuais da crítica uspiana ao nacional-desenvolvimentismo. In: BOTELHO, André; BASTOS, Élide Rugai; BOAS, Glaucia Villas. **O moderno em questão - a década de 1950 no Brasil**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2008. p. 311-357.
- LAMPEDUSA, Giuseppe Tomasi di. **O Leopardo**. São Paulo: Abril Cultural, 1974.
- LEBRUN, Gerard. **O avesso da dialética**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- LE CORBUSIER. **Precisões: sobre um estado presente da arquitetura e do urbanismo**. São Paulo: Cosac Naify, 2004.
- LENIN, Vladimir. **Imperialismo: estágio superior do capitalismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- LENIN, Vladimir. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia: O processo de formação do mercado interno para a grande indústria**. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- LENIN, Vladimir. **O programa agrário**. São Paulo: Nova Cultural, 1980.

LENIN, Vladimir. **O que fazer?:** As questões palpitantes de nosso movimento. São Paulo: Hucitec, 1978.

LENIN, Vladimir. **Obras escolhidas:** vol.I. São Paulo: Editora Alfa - Ômega, 1982.

LENIN, Vladimir. Duas táticas da social-democracia na revolução democrática. In: LENIN, Vladimir. **Obras escolhidas:** vol. I. São Paulo: Editora Alfa - Ômega, 1982. p. 381-473.

LEROY-BEAULIEU, Pierre Paul. **De la colonisation chez le peuples modernes.** 2. ed. Paris: Guillaumin Et Cia Libraires, 1882. Disponível em: <<http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k245012>>. Acesso em: 02 jun. 2015.

LIMA, Luiz Costa. Concepção de história literária na 'Formação'. In: D'INCAO, Maria Angela; SCARAMBÔTOLO, Eloísa Faria. **Dentro do texto, dentro da vida:** ensaios sobre Antonio Candido. São Paulo: Companhia das Letras; Instituto Moreira Salles, 1992. p. 153-170.

LIMA, Pedro Luiz da Silva Rego. **As desventuras do marxismo: Fernando Henrique Cardoso, antagonismo e reconciliação (1955-1968).** 2015. 300 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciência Política, Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

LINS, Paulo. **Cidade de Deus.** São Paulo: Planeta, 2012.

LOUREIRO, I. **A revolução alemã, 1918 - 1923.** São Paulo: Unesp, 2005.

LOVE, Joseph L.. Ideias e ideologias econômicas na América Latina. In: BETHELL, Leslie. **A América Latina após 1930:** Ideias, cultura e sociedade. São Paulo: Edusp, 2011. p. 161-243.

LUKÁCS, Georg. **A alma e as formas:** ensaios. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

LUKÁCS, Georg. **A teoria do romance:** um ensaio histórico-filosófico sobre as formas da grande épica. 2. ed. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2009.

LUKÁCS, Georg. **El asalto a la razón.** México D.f: Fondo de Cultura Económica, 1959.

LUKÁCS, Georg. **História e consciência de classe:** estudos sobre dialética marxista. 2. ed. São Paulo: Editora Wmf Martins Fontes, 2012.

LUKÁCS, Georg. **O jovem Marx e outros escritos de filosofia.** 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Ufrj, 2009.

LUKÁCS, Georg. **O romance histórico.** São Paulo: Boitempo, 2011.

LUKÁCS, Georg. Narrar ou descrever. In: LUKÁCS, Georg. **Ensaio sobre literatura.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965. p. 43-95.

LUKÁCS, Georg. O romance como epopeia burguesa. In: LUKÁCS, Georg. **Arte e sociedade:** escritos estéticos (1932-1967). 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Ufrj, 2011. p. 193-245.

LÖWY, Michael. **O marxismo na América Latina:** um antologia de 1909 até os dias atuais. 3. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2012.

LÖWY, Michael. **Romantismo e messianismo:** ensaios sobre Lukács e Walter Benjamin. São Paulo: Perspectiva, 2008.

- LÖWY, Michael; HAUPT, Georges. **Los marxistas y la cuestión nacional**. Barcelona: Fontamara, 1980.
- MACEDO, José Marco Mariani. Posfácio do tradutor. In: LUKÁCS, Georg. **A teoria do romance**. São Paulo: Editora 34, 2009. p. 165-231.
- MACPHERSON, Crawford Brough. **A teoria política do individualismo possessivo de Hobbes até Locke**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- MAMMÌ, Lorenzo. **O que resta: arte e crítica de arte**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- MANNHEIM, Karl. **Ideologia e utopia**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1976.
- MANTEGA, Guido. Celso Furtado e o pensamento econômico brasileiro. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 9, n. 4, p.29-37, nov. 1989.
- MANTEGA, Guido. Marxismo na economia brasileira. In: MORAES, João Quartim de. **História do marxismo no Brasil: os influxos teórico**, vol. II. Campinas: Unicamp, 2007. p. 103-127.
- MANZATTO, Rômulo. **Formação e Revolução em Caio Prado Jr. e Celso Furtado**. 2017. 224 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciência Política, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, Rio de Janeiro, 2017.
- MARIÁTEGUI, José Carlos. **Textos básicos**. México D.f: Fondo de Cultura Económica, 1991.
- MARICATO, Ermínia. **Metrópole na periferia do capitalismo**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- MARINO, Rafael. Artes plásticas sob o crivo da formação: a discussão sobre forma e processo social em Gilda de Mello e Souza e Rodrigo Naves. **Plural: Revista de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 24, n. 2, p.207-228, dez. 2017. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/plural/article/view/143003/137863>>. Acesso em: 01 mar. 2018.
- MARINO, Rafael. Roberto Schwarz e a crítica negativa: notas sobre crítica e dialética na periferia do capitalismo. **em Tese**, Santa Catarina, v. 14, n. 2, p.1-2, dez. 2017.
- MARTINS, Luciano. A gênese de uma intelligentsia: os intelectuais e a política no Brasil 1920-1940. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 2, n. 4, 1987, p. 65-87. Disponível em: http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_04/rbcs04_06.htm. Acesso em: 10 junho 2018.
- MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. 4. ed. São Paulo: Editora Wmf Martins Fontes, 2011.
- MARX, Karl. **Crítica da filosofia do direito de Hegel**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2010.
- MARX, Karl. **O 18 de Brumário de Luis Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**, vol. 1, tomo 1. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**, vol. 1, tomo 2. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- MARX, Karl. **Os pensadores**: vol. XXXV. São Paulo: Abril Cultural, 1974.

MARX, Karl. **Zur Kritik der Politischen Ökonomie**. Berlin: Dietz Verlag, 1971. Disponível em: <http://www.mlwerke.de/me/me13/me13_003.htm>. Acesso em: 05 jul. 2016.

MARX, Karl. Formas que precedem o modo de produção capitalista. In: GIANNOTTI, José Arthur. **Marx: vida e obra**. São Paulo: L&pm, 2000. p. 112-183.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã: Crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stiner, e do so**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto comunista**. São Paulo: Boitempo, 2010.

MASCARO, Fabio; BRAGA, Ruy. Chico de Oliveira e as reviravoltas da crítica. In: OLIVEIRA, Francisco de. **Brasil: uma biografia não autorizada**. São Paulo: Boitempo, 2018. p. 7-27.

MELLO, João Manuel Cardoso de. **O capitalismo tardio: contribuição à revisão da formação e do desenvolvimento da economia brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MENDES, Adilson. **A crítica viva de Paulo Emílio**. 2012. 149 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciência da Comunicação, Escola de comunicação e artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

MENDES, Adilson. **Escrever cinema: a crítica de Paulo Emílio Salles Gomes (1935-1952)**. 2007. 120 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Ciência da Comunicação, Escola de comunicação e artes, Universidade de São Paulo, 2012.

MENEZES, Paulo. Representificação: as relações (im)possíveis entre cinema documental e conhecimento. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 18, n. 51, p.87-97, fev. 2003.

MERCADO, René Zavaleta. **La autodeterminación de las masas**. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Clacso, 2009.

MEYER, Augusto. O homem do subterrâneo. In: ASSIS, José Maria Machado de. **Machado de Assis: obra completa completa em quatro volumes, vol. I**. São Paulo: Nova Aguilar, 2015. p. 33-36.

MOORE JUNIOR, Barrington. **Social origins of dictatorship and democracy: Lord and peasant in the making of the modern world**. Boston: Penguin University Books, 1974.

MORAES, João Quartim de. O programa nacional-democrático. In: ROYO, Macos del; MORAES, João Quartim de. **História do marxismo no Brasil: vol. IV**. Campinas: Unicamp, 2000. p. 161-227.

MOTA, Calos Guilherme. **Ideologia da cultura brasileira(1933 - 1974)**. São Paulo: Editora 34, 2008.

MÜLLER, Marcos Lutz. Exposição e método dialético em "O Capital". **Boletim da Sociedade de Estudos e Atividades Filosóficas (seaf)**, Belo Horizonte, v. 2, n. 1, p.17-41, dez. 1982.

MUSSE, Ricardo. Cinco verbetes sobre Theodor W Adorno. 2015. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2015/11/19/5-verbetes-sobre-theodor-w-adorno/>. Acessado em 10 junho 2016.

- NABUCO, Joaquim. **Minha formação**. São Paulo: Nova Fronteira, 2015.
- NAVES, Rodrigo. **A forma difícil**: ensaios sobre arte brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- NAVES, Rodrigo. **O vento e o moinho**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- NAVES, Rodrigo. De relógios, bússolas e sextantes: perguntas sobre Roberto Schwarz. In: CEVASCO, Maria Elisa; OHATA, Milton. **Um crítico na periferia do capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p. 200-212.
- NIKOLAI; TCHERNICHEVSKI. **O que fazer?** Curitiba: Editora Prismas, 2015.
- NOBRE, Marcos. **Lukács e os limites da reificação**. São Paulo: Editora 34, 2001.
- NOBRE, Marcos. Da 'formação' às 'redes': Filosofia e cultura depois da modernização. In: PINTO, Renan Freitas; SPENCER, Davyd; TELLES, Tenório. **Teoria crítica e Adorno: ideias em constelação**. Manaus: Valer Editora, 2015. p. 45-73.
- NOBRE, Marcos. Da 'formação' às 'redes': Filosofia e cultura depois da modernização. **Cadernos de Filosofia Alemã: crítica e modernidade**, São Paulo, v. 1, n. 19, p.13-36, jan. 2012.
- NOVAIS, Fernando. **Aproximações**: estudos de história e historiografia. São Paulo: Cosac Naify, 2005.
- NOVAIS, Fernando. **Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial**. 8. ed. São Paulo: Hucitec, 2006.
- NOVAIS, Fernando. Caio Prado Jr. na historiografia brasileira. In: MORAES, Ricardo; ANTUNES, Ricardo; FERRANTE, Vera. **Inteligência brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1986. p. 9-27.
- NOVAIS, Fernando. Caio Prado Júnior historiador. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, n. 2, p.66-70, Jul. 1983.
- NOVAIS, Fernando. Introdução. In: NOVAIS, Fernando; SOUZA, Laura de Mello de. **História da vida privada no Brasil**: cotidiano e vida privada na América Portuguesa. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 7-13.
- NOVAIS, Fernando. Sobre Caio Prado Jr. In: NOVAIS, Fernando. **Aproximações**: estudos de história e historiografia. São Paulo: Cosac Naify, 2005. p. 277-295.
- OEHLER, Dolf. **Terrenos vulcânicos**. São Paulo: Cosac Naify, 2004.
- OLIVEIRA, Francisco de. **A navegação venturosa**: ensaios sobre Celso Furtado. São Paulo: Boitempo, 2003.
- OLIVEIRA, Francisco de. **Brasil**: uma biografia não autorizada. São Paulo: Boitempo, 2018.
- OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista/ O ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2008.
- OLIVEIRA, Francisco de. O momento Lenin. In: OLIVEIRA, Francisco de; RIZEK, Cibele Saliba. **A era da indeterminação**. São Paulo: Boitempo, 2007. p. 257-289.

OLIVEIRA, Francisco de. Política numa era de indeterminação: opacidade e reencantamento. In: OLIVEIRA, Francisco de; RIZEK, Cibele Saliba. **A era da indeterminação**. São Paulo: Boitempo, 2007. p. 15-49.

PALMA, Gabriel. Dependecy: a formal theory of underdevelopment or a methodology for analysis of concrete situations of underdevelopment? **Word Development**, Oxford, v. 6, n. 1, p.881-924, nov. 1978.

PATO, Chrsty Ganzert. **O discurso econômico da modernidade**: notas da periferia. 2011. 93 f. Tese (Doutorado) - Curso de Filosofia, Departamento de Filosofia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

PEDROSA, Mário. **Acadêmicos e modernos**: textos escolhidos III. São Paulo: EDUSP, 2004.

PEDROSO, Gustavo José de Toledo. **A realidade como ideologia**: sobre o problema da ideologia em Theodor W. Adorno. 2007. 202 f. Tese (Doutorado) - Curso de Filosofia, Departamento de Filosofia, Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

PIRES, Vera Lúcia. Dialogismo e alteridade ou a teoria da enunciação de Bakhtin. **Organon**, Porto Alegre, v. 2, n. 32, p.35-48, dez. 2003.

POCOCK, John Greville Agard. **Linguagens do ideário político**. São Paulo: Edusp, 2003.

PONTES, Heloisa. **Destinos Mistos**: os críticos do Grupo Clima em São Paulo (1940 - 1968). São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

PORTANTIERO, Juan Carlos. “O nacional-popular: Gramsci em chave latino-americana”. In: COUTINHO, Carlos Nelson; NOGUEIRA, Marco Aurélio (orgs.). **Gramsci e a América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

PRADO JUNIOR, Bento. A hermenêutica de Gilda. In: MICELI, Sergio; MATTOS, Franklin de. **Gilda: a paixão pela forma**. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2007. p. 13-23.

PRADO JUNIOR, Bento. Prefácio. In: ARANTES, Paulo Eduardo. **Ressentimento da dialética**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1996. p. 9-21.

PRADO JUNIOR, Caio. **A revolução brasileira/ A questão agrária no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

PRADO JUNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**: colônia. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

PREBISCH, Raúl. **O manifesto latino - americano e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Contraponto; Centro Internacional Celso Furtado, 2011.

PRESSLER, Gunter Karl. **Benjamin Brasil: a recepção de Walter Benjamin, de 1960-2005**: Um estudo sobre a formação da intelectualidade brasileira. São Paulo: Annablume, 2006.

RANCIÈRE, Jacques. **O desentendimento**: política e filosofia. São Paulo: Editora 34, 1996.

REZENDE, Maria Jose de. Celso Furtado e Karl Mannheim: uma discussão acerca do papel dos intelectuais nos processos de mudança social. **Human and Social Sciences: Acta Scientiarum**, v. 26, n. 2, 2004, p. 239-250.

RICUPERO, Bernardo. **Caio Prado Jr. e a nacionalização do marxismo no Brasil**. São Paulo: Editora 34, 2000.

RICUPERO, Bernardo. **Sete lições sobre as interpretações do Brasil**. São Paulo: Alameda, 2011.

RICUPERO, Bernardo. Celso Furtado e o pensamento social brasileiro. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 19, n. 53, p.371-377, Abril 2005.

RICUPERO, Bernardo. Formação da literatura brasileira nos anos 1950. **Revista Água Viva**, Brasília, v. 1, n. 1, p.1-5, dez. 2010.

RICUPERO, Bernardo. O lugar das ideias: Roberto Schwarz e seus críticos. **Sociologia & Antropologia**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 6, p.525-556, dez. 2013.

RICUPERO, Bernardo. O “original” e a “cópia” na antropofagia. **Sociologia & Antropologia**, Rio de Janeiro, v.8, n.3, p. 875-912, dez. 2018.

RICUPERO, Bernardo. O lugar das ideias: Roberto Schwarz e seus críticos. **Sociologia & Antropologia**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 6, p.525-556, dez. 2013.

RINGER, Fritz K.. **O declínio dos mandarins alemães**. São Paulo: Edusp, 2000.

RINGER, Fritz K.. El campo intelectual, la historia intelectual y la sociología del conocimiento. **Prismas: revista de história intelectual**, Quilmes, v. 1, n. 8, p.99-118, dez. 2004.

ROCHA, Glauber. **Revolução do Cinema Novo**. São Paulo: Cosac Naify, 2004.

RODRIGUES, Lidiane Soares. **A produção social do marxismo universitário em São Paulo: mestre, discípulos e 'um seminário' (1958 - 1978)**. 2011. 565 f. Tese (Doutorado) - Curso de História Social, História, Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

RODRIGUES, Octávio. **Teoria do subdesenvolvimento da CEPAL**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1981.

ROMERO, Silvio. **A filosofia no Brasil: ensaio crítico**. Porto Alegre: Typhographia da Deutsche Zeitung, 1878. Disponível em: <<http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/01616400#page/5/mode/1up>>. Acesso em: 01 jul. 2015.

SADER, Emir. Nós que amávamos tanto o capital: fragmentos para a história de uma geração. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 14, p.150-177, dez. 2005.

SAFATLE, Vladimir. **Cinismo e falência da crítica**. São Paulo: Boitempo, 2008.

SAFATLE, Vladimir. **Cinismo e falência da crítica**. São Paulo: Boitempo, 2008.

SANTIAGO, Silviano. Anatomia da formação: a literatura brasileira à luz do pós-colonialismo. **Folha de São Paulo**. São Paulo, p. 4-5. 07 set. 2014.

- SANTOS, Laymert Garcia dos. Brasil contemporâneo: estado de exceção. In: OLIVEIRA, Francisco de; RIZEK, Cibele Saliba. **A era da indeterminação**. São Paulo: Boitempo, 2007. p. 289-353.
- SARMIENTO, Domingo Faustino. **Facundo**. Madrid: Catedra, 2005.
- SARTRE, Jean-paul. **Os pensadores**. São Paulo: Abril Cultural, 1978.
- SCHWARTZ, Jorge. **Fervor das vanguardas: arte e literatura na América Latina**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- SCHWARTZ, Jorge. **Vanguardas latino-americanas**. São Paulo: Edusp, 2008.
- SCHWARZ, Roberto. A lata de lixo da história: chanchada política. **Terceira Margem**, v.1, n. 30, 2014a, p. 227-243.
- SCHWARZ, Roberto. **A Sereia e o desconfiado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1965.
- SCHWARZ, Roberto. **Ao Vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro**. 6. ed. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2012.
- SCHWARZ, Roberto. **Dois meninas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- SCHWARZ, Roberto. **Martinha versus Lucrecia: ensaios e entrevistas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- SCHWARZ, Roberto. **O pai de família e outros estudos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- SCHWARZ, Roberto. **Que horas são?: ensaios**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- SCHWARZ, Roberto. **Sequências brasileiras: ensaios**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- SCHWARZ, Roberto. **Um mestre na periferia do capitalismo: Machado de Assis**. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2012.
- SCHWARZ, Roberto. Artes plásticas e trabalho livre. **Piauí**. São Paulo, p. 54-55. maio 2015.
- SCHWARZ, Roberto. Artes plásticas e trabalho livre: Sérgio Ferro e a pedra angular do maxismo. **Piauí**. São Paulo, p. 54-55. maio 2015.
- SCHWARZ, Roberto. Dança de parâmetros. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, v. 1, n. 100, p.163-171, nov. 2014c.
- SCHWARZ, Roberto. Dialética da formação. In: PUCCI, Bruno; ALMEIDA, Jorge de; LASTÓRIA, Luiz A. Calmon Nabuco. **Experiência formativa e emancipação**. São Paulo: Nankin, 2009. p. 163-187.
- SCHWARZ, Roberto. Entrevista com Roberto Schwarz, por Eva Corredor. **Literatura e Sociedade**, São Paulo, n. 6, p.14-39, dez. 2001.
- SCHWARZ, Roberto. Entrevista. In: MOURA, Flávio; MONTEIRO, Paula. **Retrato de grupo - 40 anos de CEBRAP**. São Paulo: Cosac Naify, 2009. p. 224-246.

SCHWARZ, Roberto. Machado de Assis: um debate: Conversa com Roberto Schwarz. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, v. 1, n. 29, p.59-85, mar. 1991.

SCHWARZ, Roberto. Prefácio a 2ª edição. In: SCHWARZ, Roberto. **A lata de lixo da história**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015, p. 7-17.

SECCO, Lincoln. **Caio Prado Jr.: o sentido da revolução**. São Paulo: Boitempo, 2008.

SILVA, Roberto Pereira. **O jovem Celso Furtado: história, política e economia (1941 - 1948)**. 2010. 199 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Economia, Instituto de Economia, Unicamp, Campinas, 2010.

SIMONSEN, Roberto. **História econômica do Brasil: 1500-1820**. 4. ed. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005.

SINGER, André. **O lulismo em crise: um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SINGER, André. **Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SINGER, André. Brasil, junho de 2013, classes e ideologias cruzadas. **Novos Estudos**, São Paulo, n. 97, p.23-40, nov. 2013.

SINGER, Paulo. **Dominação e desigualdade: estrutura de classe e repartição da renda no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

SKINNER, Quentin. **As fundações do pensamento político moderno**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SLEE, Tom. **Uberização: a nova onda do trabalho precarizado**. São Paulo: Elefante Editora, 2017.

SLOTERDIJK, Peter. **Crítica da razão cínica**. São Paulo: Estação Liberdade, 2012.

SOCHA, Eduardo. Sismogramas do choque: considerações sobre o choque em "Teoria da vanguarda", de Peter Bürger, e em "Filosofia da Nova Música", de Theodor W. Adorno. **Kriterion**, Belo Horizonte, v. 1, n. 129, p.133-152, jun. 2014.

SOUZA, Gilda de Mello e. **A ideia e o figurado**. São Paulo: Editora 34, 2005.

SOUZA, Gilda de Mello e. **Exercícios de leitura**. São Paulo: Editora 34, 2008.

SOUZA, Gilda de Mello e. **O espírito das roupas: a moda no século XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SOUZA, Gilda de Mello e. Depoimento: Gilda de Mello e Souza. In: BLAY, Eva Alterman; LANG, Alice Beatriz. **Mulheres na USP: horizontes que se abrem**. São Paulo: Humanitas, 2004. p. 61-77.

SOUZA, Paulino José Soares de. Aplicação ao Brasil das instituições administrativas inglesas, americanas e francesas. In: CARVALHO, José Murilo de. **Paulino José Soares de Souza, Visconde do Uruguai**. São Paulo: Editora 34, 2002. p. 468-507.

- STADING, Guy. **O precariado: a nova classe perigosa**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.
- STRAUSS, Leo. O que é filosofia política? **Leviathan: Cadernos de Pesquisa Política**, São Paulo, n. 2, p.167-193, dez. 2011.
- SWAKO, José. Os sentidos da democracia: crítica, aposta e perplexidade na produção do cenedic. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, São Paulo, n. 78, p.251-303, 2009.
- SZMRECSÁNYI, Tamás. Sobre a formação da Formação econômica do Brasil de C. Furtado. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 13, n. 37, p.207-214, dez. 1999.
- TAPIA, Luis. **La producción del conocimiento local: historia y política en la obra de René Zavaleta**. La Paz: Cides - Umsa; Muela del Diablo Editores, 2002.
- TELE, Edson; SAFATLE, Vladimir. **O que resta da ditadura**. São Paulo: Boitempo, 2010.
- TOGNOLLI, Dora; VERGUEIRO, Francisca Vieitas. Entrevista com Rodrigo Naves. **Ide**, São Paulo, v. 35, n. 54, p.19-28, jun. 2012.
- TORRES FILHO, Rubens Rodrigues. **Ensaio de filosofia ilustrada**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.
- VENTURI, Franco. **Les intellectuels, le peuple e la révolution: Histoire du populismo russe au XIX siècle**. Paris: Gallimard, 1972.
- VIANNA, Oliveira. **O idealismo da constituição**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939.
- VON GOETHE, Johann Wolfgang. **Fausto: uma tragédia, primeira parte**. São Paulo: Editora 34, 2994.
- VON GOETHE, Johann Wolfgang. **Os anos de aprendizado de Wilhem Meister**. São Paulo: Editora 34, 2012.
- WAIZBORT, Leopoldo. **A passagem dos três ao um: crítica literária, sociologia e filologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2007.
- WAIZBORT, Leopoldo. Fonógrafo. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, v. 1, n. 99, p.27-46, jul. 2014.
- WAIZBORT, Leopoldo. Villa-Lobos e seus índios. In: LADEIRA, Marcia; BELCHIOR, Pedro. **Presença de Villa-Lobos**. 14. ed. Rio de Janeiro: Museu Villa-lobos, 2012. p. 137-143.
- WEBER, Max. **A ética protestante e o "espírito" do capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- WEBER, Max. **Ensaio sobre a Teoria das Ciências Sociais**. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2013.
- WILLIANS, Eric. **Capitalismo e escravidão**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- WISNKIK, José Miguel. **Veneno Remédio: o futebol e o Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

XAVIER, Alberto (org.). **Depoimento de uma geração: arquitetura moderna brasileira**. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

XAVIER, Ismail. **Alegorias do subdesenvolvimento: cinema novo, tropicalismo, cinema marginal**. São Paulo: Cosac Naify, 2012.

XAVIER, Ismail. Entrevista com Ismail Xavier, concedida por Mônica Kornis e Eduardo Morettin. **Estudos históricos**, v. 1, nº51 2013, p. 213-238.

XAVIER, Ismail. O mundo tem as caras que pode ter. In: CEVASCO, Maria Elisa; OHATA, Milton. **Um crítico na periferia do capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p. 212-226.

XAVIER, Ismail. **Sertão Mar: Glauber Rocha e a estética da fome**. São Paulo: Cosac Naify, 2007.

ZWEIG, Stefan. **Brasil, um país do futuro**. São Paulo: L&PM, 2006.